



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

WELLINGTON DE JESUS BOMFIM

**A “LUTA PELA TERRA” NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE
TERROTÓRIO QUILOMBOLA: O CASO DA COMUNIDADE BREJÃO DOS
NEGROS (SE)**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**

WELLINGTON DE JESUS BOMFIM

**A “LUTA PELA TERRA” NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE
TERROTÓRIO QUILOMBOLA: O CASO DA COMUNIDADE BREJÃO DOS
NEGROS (SE)**

Tese de doutoramento apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Sergipe como pré-
requisito para obtenção de título de doutor.

Orientador Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

**São Cristóvão (SE)
2017**

WELLINGTON DE JESUS BOMFIM

A “LUTA PELA TERRA” NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE
TERROTÓRIO QUILOMBOLA: O CASO DA COMUNIDADE BREJÃO DOS NEGROS
(SE)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves
(Orientador PPGS/UFS)

Prof. Dr.^a Aline Ferreira da Silva
(Examinadora Externa IFS/SE)

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
(Examinador Externo NPGeo/UFS)

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon
(Examinador Interno PPGS/UFS)

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes
(Examinador Interno PPGS/UFS)

DEDICATÓRIA

Às mulheres guerreiras de minha vida; Ingrid, a companheira de todas as horas; D. Fátima, o exemplo de perseverança; Dandara Mahin, minha guerreirinha; D. Josefa, meu refúgio; e Rayanne, meu recomeço!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e toda minha família;

Aos amigos e amigas que torceram por mim;

Ao PPGS, meu orientador

Aos(as) interlocutores(as) contribuintes da pesquisa;

Aos servidores do INCRA que se colocaram a disposição para possibilitar o acesso a informações;

Aos meus colegas de curso que contribuíram no amadurecimento desta pesquisa;

À todas e todos quilombolas, e à todas e todos “não quilombolas” que me permitiram acessar suas ideias e opiniões;

Ao meu orixá e todas as forças da natureza.

EPIGRAFE

Sêmen
Mestre Ambrósio

Nos antigos rincões da mata virgem
Foi um sêmen plantado com meu nome
A raiz de tão dura ninguém come
Porque nela plantei a minha origem
Quem tentar chegar perto tem vertigem
Ensinar o caminho, eu não sei
Das mil vezes que por lá eu passei
Nunca pude guardar o seu desenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?

Esse longo caminho que eu traço
Muda constantemente de feição
E eu não posso saber que direção
Tem o rumo que firmo no espaço
Tem momentos que sinto que desfaço
O castelo que eu mesmo levantei
O importante é que nunca esquecerei
Que encontrar o caminho é meu empenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?

Como posso saber a minha idade
Se meu tempo passado eu não conheço
Como posso me ver desde o começo
Se a lembrança não tem capacidade
Se não olho pra trás com clareza
Um futuro obscuro aguardarei
Mas aquela semente que sonhei
É a chave do tesouro que eu tenho

Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?

Tantos povos se cruzam nessa terra
Que o mais puro padrão é o mestiço
Deixe o mundo rodar que dá é nisso
A roleta dos genes nunca erra
Nasce tanto galego em pé-de-serra
E por isso eu jamais estranharei
Sertanejo com olhos de nissei
Cantador com suingue caribenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?

Como posso pensar ser brasileiro
Enxergar minha própria diferença
Se olhando ao redor vejo a imensa
Semelhança ligando o mundo inteiro
Como posso saber quem vem primeiro
Se o começo eu jamais alcançarei
Tantos povos no mundo e eu não sei
Qual a força que move o meu engenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?

E eu
Não sei o que fazer
Nesta situação
Meu pé...
Meu pé não pisa no chão.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU – Advocacia Geral da União
APA – Área de Proteção Ambiental
CF – Constituição Federal
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CQ – Comunidade Quilombola
CQs – Comunidades Quilombolas
CPISP – Comissão Pró Índio de São Paulo
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Rurais e Quilombolas
DEM – Democrata
DOEF – Direção de Ordenamento e Estrutura Fundiária
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FCP – Fundação Cultural Palmares
FNB – Frente Negra Brasileira
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GRPU – Gerência de Patrimônio da União
IB – Instituto Braços
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MN – Movimento Negro
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNU – Movimento Negro Unificado
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NORCON – Sociedade Nordestina de Construções S/A

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PF – Polícia Federal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PT – Partido dos Trabalhadores

RA – Relatório Antropológico

RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

SPU – Serviço de Patrimônio da União

SUS – Sistema Único de Saúde

FTF – Supremo Tribunal Federal

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa ilustrativo da distribuição de imóveis rurais no Brasil em 2003.....	16
FIGURA 2 – Mapa da distribuição quantitativa das CQs por estado.....	18
FIGURA 3 – Registro de Compra da Fazenda São Francisco (Fazenda Capivara)	73
FIGURA 4 – Capa e Contracapa do CD “Maracatú Raízes do Quilombo” (2016).....	114
FIGURA 5 – Croqui Ilustrativo da Referida Demarcação.....	203

LISTA QUADROS

QUADRO 1 – Número de Certificações Anuais no Brasil de 2004 a 2016.....	20
QUADRO 2 – CQs em Sergipe: Localização, Situação Cadastral, Data da Certificação e Número de Famílias em 2017.....	21

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Área Central da Localidade Saramem, em Destaque a Igreja Católica	81
FOTO 2 – Igreja do Povoado Brejão, Palco da Solenidade em 2007	132
FOTO 3 – Escola Municipal do Povoado Brejão	158
FOTO 4 – Parte Externa da Escola e Veículos da Comitiva	168
FOTO 5 – Parte interna da escola, com a juíza a frente da plenária se pronunciando.....	168
FOTO 6 – Conjunto de casas da sede na CQ, denominada de Santa Cruz.....	189
FOTO 7 – Espaço Entre as Duas Ruas na Localidade Santa Cruz	190
FOTO 8 – Imagem frontal da localidade Resina.....	192
FOTO 9 – Espaço Central da Localidade Resina	192
FOTO 10 – Realização de Assembleia na Ocupação da Sede do INCRA.....	200
FOTO 11 – O Padre Isaias se Pronunciando na Assembleia de Ocupação.....	201
FOTO 12 – Documento assinado como garantias concedidas ao movimento.....	202

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Vista Panorâmica da Região e Limite com o Oceano Atlântico	65
IMAGEM 2 – Vista Panorâmica da Região e Divisa com Alagoas	68
IMAGEM 3 – Vista Panorâmica das Localidades envolvidas no processo de regularização fundiária quilombola	74
IMAGEM 4 – Comitiva em Brasília e a Presidente do INCRA Nacional.....	211

RESUMO

Esta pesquisa desenvolveu uma investigação acerca da definição do território da comunidade quilombola do Brejão dos Negros – SE. Procedimento baseado no Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, e regulamentado pelo Decreto 4.887/2003, que garante o direito a terra “aos remanescentes das comunidades de quilombos”, permite abordar a questão quilombola como mais um dispositivo na problemática distribuição de terras no Brasil que se materializa através da “luta pela terra”. Seu desígnio nesta seara foi apontar para a consumação do território quilombola enquanto resultado dinâmico de um processo que tem suas implicações aqui levantadas (processos identitários; reconhecimento jurídico; o caráter coletivo da terra e o individualismo moderno; e a judicialização do direito) funcionando como elementos que atuam na conformação de um espaço pleiteado. Deste modo, o conflito em torno do acesso e posse da terra serve como pano de fundo para analisar as alianças e articulações políticas que estruturam forças na perspectiva de enfrentar a disputa pela apropriação territorial. Sendo assim, a consumação da propriedade coletiva quilombola foi entendida como uma construção que representa uma contradição perante a propriedade individual legitimada e legalizada, o que aponta para as noções de justiça que atravessam os encaminhamentos jurídicos em torno da terra. Para tanto, foram transcorrido alguns anos de acompanhamento do processo de regularização fundiária quilombola deste grupo, formado por representantes de quatro localidades integrantes do município de Brejo Grande na região do Baixo São Francisco. Em períodos diferentes foram produzidos e analisados dados de campo (entrevistas, conversas e observações) e documental (acervos públicos e INCRA), relacionados a um arcabouço teórico que dá sustentação às teorias do reconhecimento e redistribuição. Foi constatado que as categorias levantadas pelo procedimento previsto no referido mecanismo regulatório (elaboração do Relatório Antropológico de Delimitação do Território) são representações das nuances que desenharam o processo, onde se apresentam as mediações de interesses e forças que se envolveram na matéria na demarcação do território.

Palavras chaves: Luta pela terra. Consumação de território. Reconhecimento.

ABSTRACT

This research developed an investigation about the definition of the territory of the quilombola community of Brejão dos Negros - SE. Procedure based on Article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT) of the Federal Constitution of 1988, and regulated by Decree 4.887 / 2003, which guarantees the right to land "to the remnants of quilombos communities", allows to approach the quilombola question as Another device in the problematic land distribution in Brazil that materializes through the "struggle for land". Its purpose in this section was to point to the consummation of the quilombola territory as a dynamic result of a process that Its implications are raised here (identity processes, legal recognition, the collective character of the land and modern individualism, and the judicialization of law) functioning as elements that act in the conformation of the territory claimed. Thus, the conflict over access to and possession of land serves as a backdrop for analyzing the alliances and political articulations that structure forces in the perspective of facing the dispute for territorial appropriation. Thus, the consummation of quilombola collective property was understood as a construction that represents a contradiction to individual property legitimized and legalized, which points to the notions of justice that cross the juridical referrals around the earth. For that, a few years of follow-up of the quilombola land regularization process of this group, formed by representatives of four localities belonging to the municipality of Brejo Grande in the region of Baixo São Francisco, were followed. In different periods, field data (interviews, conversations and observations) and documentary (public collections and INCRA) were produced and analyzed, related to a theoretical framework that supports the theories of recognition and redistribution. It was found that the categories raised by the procedure established in the said regulatory mechanism (elaboration of the Anthropological Report of Territorial Delimitation) are representations of the nuances that designed the process, where the mediations of interests and forces that are involved in the matter in the demarcation of the territory.

Key words: Fight for land. Consumption of territory. Recognition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 <i>A constituição do Direito a Terra de Comunidades Quilombolas</i>	26
1.2 <i>Quilombos no Brasil contemporâneo: um problema socioantropológico</i>	33
1.3 <i>O Cenário/Contexto.....</i>	39
1.4 <i>Os caminhos da investigação</i>	40
2 O DILEMA DA TERRA ENQUANTO PROPRIEDADE E A CONFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS: O PROBLEMA!	45
2.1 <i>A problemática da distribuição de terras e a consumação da propriedade</i>	53
2.2 <i>Apropriação e consumação de propriedades na região: prelúdios do conflito.....</i>	65
2.3 <i>“A luta pela terra” e a integração eclesiástica</i>	85
3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS EM TORNO DA “LUTA PELA TERRA”.	96
3.1 <i>A identidade quilombola como pressuposto de direito: o conflito.....</i>	121
3.2 <i>Do reconhecimento jurídico ao andamento do processo</i>	132
4 A JUDICIALIZAÇÃO DO CASO.....	140
4.1 <i>1º Ato: acusações e defesas.</i>	142
4.2 <i>2º Ato: Encontros e a entrada da ADIN do Dem em cena.</i>	159
4.3 <i>3º Ato: Novos agentes sociais em palco e a identidade quilombola sob suspeita.....</i>	177
5 A “TERRITORIALIZAÇÃO” E SUAS NUANCES RELACIONAIS.	188
5.1 <i>Início da apropriação territorial: Batateiras e Capivara</i>	189
5.2 <i>O “território negociado”: dos acordos ao relatório antropológico.....</i>	199
5.3 <i>Desafios da manutenção do perímetro e a posse coletiva.....</i>	207
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS	230
ANEXO A.....	236
ANEXO B	238
ANEXO C.....	239
ANEXO D.....	240

ANEXO E241

ANEXO F242

ANEXO G.....243

ANEXO H.....244

ANEXO I.....245

ANEXO J.....246

ANEXO K.....247

ANEXO L248

ANEXO M.....249

ANEXO N.....250

ANEXO O.....251

1 INTRODUÇÃO

A ideia que deu nascimento a esta tese surgiu a partir de diversas atividades que venho desenvolvendo em torno da questão quilombola. Dentre essas atividades cumpre ressaltar a pesquisa que realizei para conclusão do curso de mestrado sobre auto-afirmação de identidade étnica na comunidade quilombola Mussuca¹, bem como dos relatórios antropológicos elaborados para fins de regularização dos territórios quilombolas da Mussuca (2012) e da comunidade quilombola Luziense (2009-2010), localizadas em Laranjeiras e Santa Luzia do Itanhhy no estado de Sergipe, respectivamente.

Isso significa dizer que meu interesse em realizar este estudo não nasceu por uma preocupação distanciada de realidades empíricas concretas. Trata-se de uma prática de pesquisa com um tema que parti de uma série de demandas institucionais, onde é possível identificar as nuances políticas que envolvem a matéria.

Dito isso, cumpre salientar que essa é uma temática relevante nas ciências sociais brasileiras nas últimas décadas. Com efeito, estamos testemunhando um novo elemento operando na difícil e problemática questão da distribuição de terras no Brasil, o que pressupõe um olhar mais criterioso acerca do fenômeno. O processo de regularização fundiária de territórios quilombolas garantido constitucionalmente se constitui em mais um aspecto da chamada “luta pela terra” protagonizada por certos grupos em contextos historicamente marcados pela concentração de terras no país. A regulamentação deste “direito” descortina a naturalização das relações sociais assentadas no latifúndio e estabelece certa visibilidade a grupos sociais que até então de forma direta ou indireta, se encontravam impedidos do acesso a terra, exercendo um papel coadjuvante na conformação de nossa realidade territorial.

A forma como estão organizadas as propriedades rurais no Brasil demonstra um quadro aponta para as razões dos conflitos por terra. Já em 2003 essa estrutura fundiária brasileira apresentava um cenário entrecortado por pequenas, médias e grandes propriedades, distribuídas em todas as regiões do país, conforme abaixo ilustra o mapa desta composição à época.

¹ Pesquisa realizada entre os anos de 2005 e 2007, enquanto mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Na ocasião estive abordando a Dança de São Gonçalo como expressão da autoafirmação étnica do grupo manifesta em narrativas e memórias.

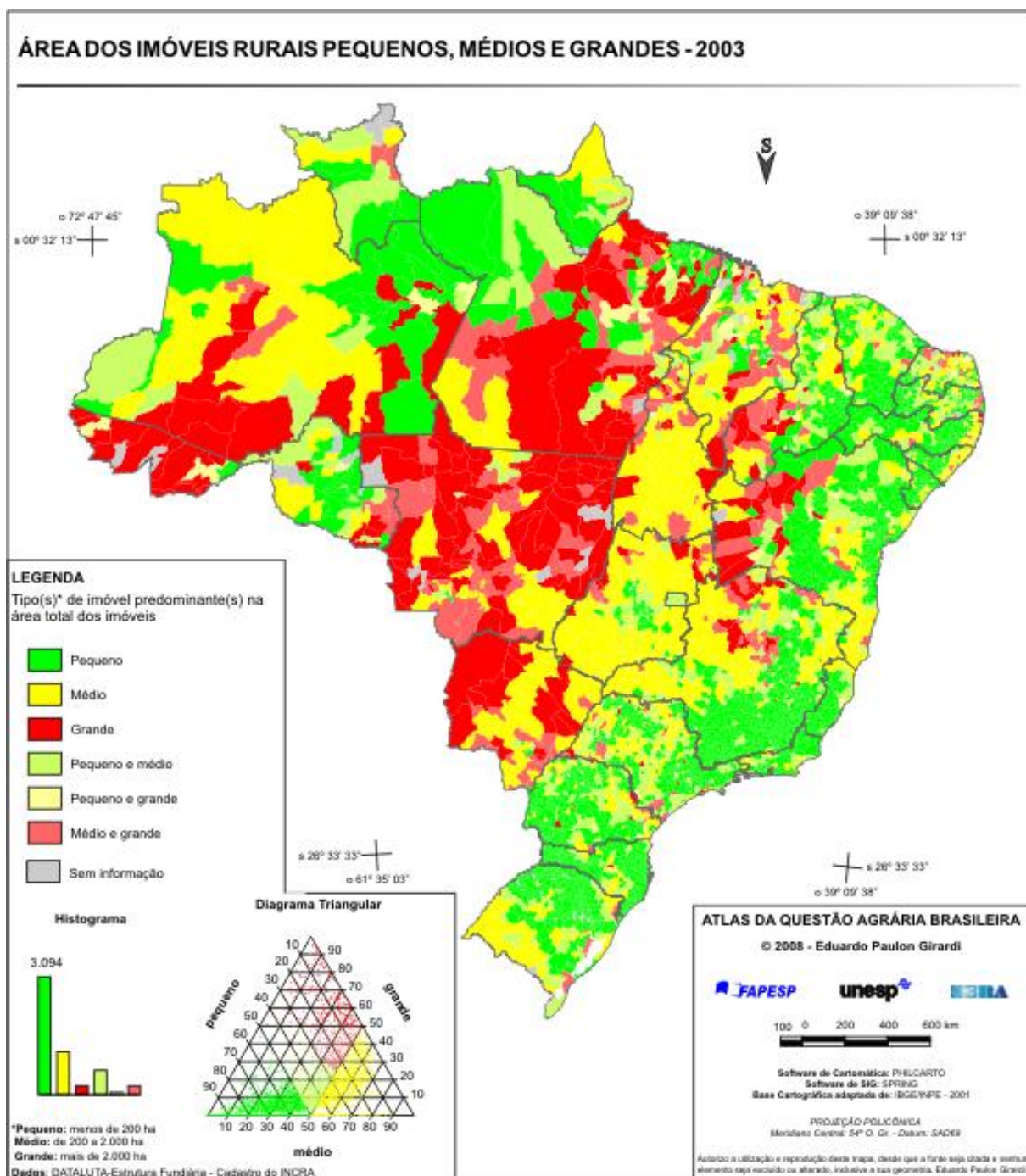


Figura 1- Mapa demonstrativo da distribuição de imóveis rurais em 2003.

Na ocasião o parâmetro utilizado para a dimensão de um latifúndio adotado corresponde a uma propriedade com mais de 700 ha. Dentro desse referencial percebeu-se que o número dessas propriedades veio aumentando significativamente ao longo dos anos que antecederam a construção desse panorama, como apontou Eduardo Paulon Girardi:

Entre 1992 e 2003 o território camponês (imóveis de menos de 200 ha) se territorializou sobre 36.510.186,6 ha e o território do latifúndio e

agronegócio (imóveis com 200 ha ou mais), sobre uma área duas vezes maior, com 71.942.393,5 ha. Enquanto a evolução 1992-2003 no campesinato perfaz uma área média de 30 ha, a evolução no latifúndio e agronegócio tem área média de 753 ha por imóvel rural. Isso indica, mas uma vez, a disparidade entre esses dois territórios e que a concentração da terra se mantém intocada, apesar do acréscimo de mais de 108 milhões de hectares na estrutura fundiária brasileira!²

E assim tem sido no decorrer dos anos. Tal concentração de terra por sua vez precisa ser relativizada diante de tal parâmetro, pois, a ideia de larga extensão se estabelece quando diante da ideia de pequena propriedade. Se considerarmos as características e as realidades específicas de cada região, o número de grandes propriedades pode se alterar mediante a extensão territorial dos municípios. Em Sergipe, por exemplo, o número de latifúndios seria pequeno, tendo em vista sua dimensão territorial. Mas, como estou entendendo o latifúndio como algo que está para além da questão territorial, e levando em conta suas consequências sociais, boa parte das terras sergipanas é representada pelas grandes propriedades.

Sendo assim, tomados como base os “módulos fiscais” essa conformação se altera perante o mapa acima³. Em Brejo Grande, por exemplo, o módulo fiscal corresponde a 18 ha, e assim, o número de “grandes propriedades”⁴ se eleva neste município sergipano. O estado por sinal tem uma taxa muito elevada de concentração de terras.⁵ A perpetuação desse sistema fundiário tem demonstrado a complexidade da distribuição de terras no Brasil. Desse modo, o direito aqui abordado é um marco importante na direção de possíveis variações neste cenário. E essa possibilidade certamente contraria os interesses de perpetuação da estrutura fundiária no Brasil. Logo, a ocorrência de novos conflitos em torno do acesso à terra é um dado consequente nesse cenário.

Essa atual demanda social, portanto, instituindo uma nova categoria de sujeito de direito que se insere no cenário de disputas em torno do sistema agrário brasileiro, estabelece a representação desse novo agente: Comunidades Quilombolas (CQ). Tais grupos sociais se deparam com uma estrutura consolidada na corrente de um sistema econômico no qual não se enquadram, pois, conforme ressalta Ramos (2006, p. 03): “Historicamente, as ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial, cuja meta tem sido responder

² GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira São Paulo: FAPESP/UNESP/NERA. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm> Acessado em: 09 mar. 2017.

³ Ibidem.

⁴ Cf. referencias utilizadas pelo INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acessado em: 09 mar.2017.

⁵ Segundo dados apresentados na tabela 1 do “Atlas da Questão Agrária Brasileira”, onde se mede o índice de concentração de terras nos estados brasileiros. Sergipe tem um índice (Gini), em 2003, de 0,788, sendo no Brasil 0,826, o que aponta para uma alta concentração de terras.

quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do país no capitalismo monopolista”. O que implica na sociedade contemporânea no desenvolvimento do agronegócio, perspectiva contraditória mediante essa política governamental. Dessa forma, se coloca em pauta duas versões do acesso a terra.

Com essa nova configuração legal, mecanismos são acionados, ações tomadas que seguem na direção da expansão dessa estrutura; enfim, diferentes forças atuam em campos diversos, como o político e o judiciário para a garantia desse sistema. Atualmente os incentivos ao agronegócio e outros modos de produção capitalista na área rural, tem se deparado com pontos de descontinuidades. Áreas indígenas, reforma agrária e agora territórios quilombolas, representam certo incomodo aos objetivos do poder no campo.

Logo, o *reconhecimento* de tais grupos enquanto sujeitos coletivos de direito, ao passo que determina a garantia da possibilidade de participar da *redistribuição* deste bem material (terra), estabelece a iminência de conflitos que remetem à história das relações escravistas no Brasil, onde a propriedade se perpetuou enquanto um privilégio de poucos.

Partindo do pressuposto de que se trata do efeito de um ordenamento jurídico que ao passo que determina uma dinâmica de embates, constitui um conjunto de relações de forças que atua na disposição destes espaços territoriais no país. E, como consequência disso, apresentam-se quadros de conflitos que, em muitos casos, envolvem as esferas federal, estadual e municipal. Em tais disputas encontram-se elementos que definem dispositivos atuantes na conformação dos territórios quilombolas. O objetivo dessa pesquisa segue na direção, portanto, de identificar e analisar a atuação de tais forças, e assim perceber como se deslocam os limites e fronteiras do território pleiteado a sabor dessas relações. Para tanto, busquei perscrutar nas alianças políticas estabelecidas pelas partes envolvidas, identificando os agentes externos e internos para entender as motivações de tais engajamentos.

Com este direito constitucional novas formas de disputas pela terra despontaram no cenário nacional. Apesar da generalidade da legislação, o andamento dos processos de regularização fundiária quilombola obedece a caracterizações específicas e particulares que envolvem cada caso. O conjunto de relações de forças (regionais, estaduais e federais) que atuam por meio de diferentes agentes (públicos, políticos, sociedade civil, instituições eclesiais, etc.), aponta para a necessidade de compreender tais correlações em torno da aplicação prática do direito a terra como um fenômeno social em constante tensão.

Esta tensão vem à tona com o acionamento de uma *identidade* que serve como critério para a instituição do direito em pauta. Esse elemento identificatório é complexo, tendo em vista o processo de construção que leva um grupo a acionar uma identidade que, ou não

existia anteriormente, ou se construiu superando uma carga de discriminação da qual é alvo. Estabelecer uma identidade quilombola proporciona ganhos e perdas, articulações e mobilizações que acabam afetando essa negociação.

Acredito que a ideia da definição do território quilombola é um processo de negociação onde se apresentam diferentes interesses, seja de ordem material (como a terra, as cestas básicas, habitações, etc.) seja de ordem simbólica (aquisição de uma visibilidade social inusitada, facilidades de acesso a setores da sociedade, etc.)⁶. Um mergulho nesta celeuma permite visualizar os agentes que atuam como dispositivos influenciando os avanços e recuos dos limites territoriais. A questão quilombola não só define um novo modelo de propriedade, como configura um novo processo de construção territorial. Tal construção envolve mais que procedimentos administrativos prerrogados em lei, envolve fatores de diferentes naturezas que se interligam para essa demarcação.

Portanto, esse território é um “*território negociado*” que tem sua conformação ao longo de intensas batalhas, seja no plano social, administrativo ou judicial, e que não se estabiliza facilmente, pois, a todo o momento avanços ou recuos podem ocorrer.

Cabe assim indagar que tipos de fatores podem influenciar na definição dessa espécie de território? Ou ainda, até que ponto as relações de força e poder podem suplantar o efeito legal e atuar nessa conformação territorial? E mais, como a relação entre os grupos integrantes que formam o movimento reivindicatório estabelece-se como outro fator nessa consumação? Pois, certamente esses condicionantes não estão alheios aos interesses internos aos grupos. E uma vez consolidado, como as relações internas podem atuar na perpetuação do desenho do perímetro territorial? Obviamente, deve-se considerar a lei como um mecanismo balizador dos processos, o que faz com que os dispositivos sigam os caminhos dos ordenamentos jurídicos, seja na defesa ou na contestação do direito a terra pelos quilombolas.

Este mecanismo legal imputa ao Estado o atributo de realizar os procedimentos administrativos para a execução da lei. E, tendo em vista os clamores que o assunto proporciona, o Estado acaba transitando no campo judicial entre a mediação, acusação e defesa. Neste espaço, as alegações, os argumentos e contestações, os teores das ações judiciais, apontam para concepções distintas de *justiça*. De um lado a perspectiva coletiva intrínseca na lei, e nas ações dos sujeitos que reivindicam tal direito, bem como dos agentes que defendem sua efetivação; por outro, o direito individual de proprietários que alegam a

⁶ Para usarmos a expressão de Nancy Fraser (2003), estamos diante de um caso em que reconhecimento e redistribuição aparecem claramente nas reivindicações dos atores sociais. Para uma discussão com mais propriedades dessa questão em Fraser, ver Neves, 2005.

legitimidade e defendem a garantia da propriedade privada, e agentes que por sua vez defendem tal posição.

Assim, para alguns atores sociais isso poderia indicar uma reparação histórica, um avanço na direção da “justiça social”, e uma nova realidade no que tange a aplicabilidade da lei no Brasil. Para eles, ainda, as barreiras levantadas para o pleito sinalizam que quando se trata de terra e/ou de uma ameaça à estabilidade das propriedades, as forças envolvidas e os modos dos conflitos influenciam o andamento dos processos.

Para outros atores, ao contrário, a questão quilombola seria uma criação de intelectuais de esquerda e não teria vínculo com a escravidão ou com a questão da repartição desigual das terras. Para eles, isso implicaria uma afronta ao direito à propriedade privada.

Como vemos o debate em torno da “questão quilombola” nos fala muito sobre as concepções hegemônicas acerca do uso e do modelo de propriedade de terra no país.

Nesta tese, abordo essa dinâmica a partir dos conflitos em torno do reconhecimento da comunidade quilombola do Brejão dos Negros, no estado de Sergipe. Como veremos o caso dessa comunidade põe em evidencia muitas dessas contradições e discussões, o que faz dele um caso ímpar dentro do quadro de estudos sobre a questão quilombola no país. Antes de avançarmos nessa direção, porém, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do quadro fundiário quilombola no Brasil, o que nos ajudará a melhor visualizar nosso problema de pesquisa.

Os processos de regularização fundiária quilombola têm início quando o grupo social aciona a lei requerendo sua certificação enquanto “comunidade remanescente dos quilombos”, de acordo com o Art. 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT) da Constituição Federal de 1988. A partir daí se desenvolve uma série de procedimentos administrativos que tem como meta a titulação da terra constituindo uma “propriedade”/posse coletiva. Porém, da certificação à titulação o caminho é longo e na maioria dos casos não é alcançada. Esse fato indica haver uma estrutura formada no sentido de criar dificuldades e impedimentos para essa efetivação.

Um primeiro sinal desta estrutura em torno do assunto é a distância entre o número de Certidões (reconhecimento) emitidas pelo Estado (Fundação Cultural Palmares) e os territórios titulados com posse efetivamente garantida.

Até maio de 2016 foram pouco mais de 2.600 certificações⁷ em todo país, existindo 165 terras quilombolas tituladas⁸, o que representa menos de 10% do número de comunidades

⁷ Cf. site da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Sítio acessado em 03 de fevereiro de 2017.

reconhecidas. Mesmo com esse índice o quantitativo de terras tituladas corresponde a pouco mais de 761,942 mil hectares⁹, o que certamente representa um problema aos interesses de grupos contrários à questão. Mesmo com poucas titulações, a extensão não contínua de terras (propriedades) é significativa. Ora, estamos falando de um bem almejado e razão de muitas disputas.

Estes grupos estão espalhados por todas as regiões do país (ilustração abaixo) representando uma ruptura com a perpetuação do modo de apropriação tradicional no Brasil e representando também um problema ao modelo capitalista de produção agrária.

⁸ Cf. site da Comissão Pró Índio de São Paulo Disponível em: <www.cpis.org.br> Acessado em 28 fev. 2017.

⁹ Idem.



Figura 2 – Mapa de distribuição quantitativa de CQs por estado (Fonte: Comissão Pró Índio de São Paulo¹⁰).

Outro aspecto que chama atenção é a oscilação do número de titulações que se seguiu nos anos subsequentes da homologação do ordenamento jurídico que regulamentou os procedimentos de demarcação. O quadro aponta para a constatação de que o número de titulações foi maior em alguns anos que em outros. Por certo a própria estrutura do Estado contribui para tal alternância, bem como os ajustes no arcabouço jurídico que se fizeram valer nos últimos anos.

¹⁰ Ibidem.

QUADRO COMPARATIVO DE CERTIFICAÇÕES ANUAIS												
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
89	323	401	149	126	98	228	197	122	263	153	86	165

Quadro 1 – Número de Certificações Anuais de 2004 a 2016 (Fonte: dados da SEPPIR¹¹).

Vemos em destaque o ano de 2006 com um número maior de certificações, o que indica um contexto mais favorável para a emissão de certidões pela Fundação Cultural Palmares. Os quadros políticos que se apresentaram nos anos que se seguem devem ser relacionados com outros fatores que implicam no aditamento de abertura dos processos.

Dessa forma, essa questão atende a uma lógica que envolve o papel do Estado, as demandas sociais e as forças políticas e econômicas envolvidas na matéria. Tais elementos elaboram uma estrutura de relações que ao se adentrar em suas minúcias podemos nos deparar com as razões da apropriação e os modos de consumação da distribuição de terras.

Em Sergipe existe um número de 31 comunidades reconhecidas (no total de 5.040 famílias) e apenas três “Áreas Decretadas” (conforme tabela abaixo)¹².

¹¹ Em destaque o ano de 2006 com o maior número de certificações, o que indica um contexto mais favorável para a emissão de certidões pela Fundação Cultural Palmares. Os quadros políticos que se apresentaram nos anos que se seguem devem ser relacionados com outros fatores que implicam no aditamento de abertura dos processos. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/regularizacao-de-territorios-quilombolas-no-brasil>>. Acessado em: 03 de mar. 2017.

¹² Dados obtidos da Tabela de Comunidades Quilombolas. Fonte de Dados da Base Cartográfica do INCRA/SE. Acessado em 13 de fevereiro de 2017.

Nº	NOME	MUNICIPIO	SITUAÇÃO ATUAL	DATA DE RECINHECIMENTO	Nº DE FAMILIAS
01	Mocambo	Porto da Folha	Área Decretada	14/04/2000	114
02	Serra da Guia	Poço Redondo	Área Decretada	19/08/2004	197
03	Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco	Área Decretada	14/05/2005	103
04	Luziense	Santa Luzia do Itanhhy	Edital Publicado	19/08/2005	855
05	Desterro	Indiaroba	_____	19/08/2005	107
06	Caríbas	Canhoba	Área Decretada	12/09/2005	133
07	Mussuca	Laranjeiras	Edital a Publicar	20/01/2006	503
08	Forte	Cumbe	Portaria Publicada	20/01/2006	143
09	Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros	Portaria Publicada	12/05/2006	153
10	Ladeiras	Japoatã	_____	12/05/2006	272
11	Patioba	Japarutuba	Edital Publicado	12/05/2006	143
12	Catuabo	Frei Paulo	Portaria Publicada	07/06/2006	151
13	Brejão dos Negros	Brejo Grande	Edital Publicado	19/06/2006	486
14	Pirangi	Capela	Portaria Publicada	13/12/2006	43
15	Maloca	Aracaju (Urbano)	Edital a Publicar	07/02/2007	45
16	Terra Dura/Coqueiral	Capela	Edital a Publicar	10/02/2011	119
17	Curuanha	Estância	Edital Publicado	11/05/2011	53
18	Quebra Chifre/Boa Vista	Riachuelo	Edital a Publicar	11/05/2011	73
19	Bongue	Ilha das Flores	Sem RTID	17/06/2011	141
20	Alagamar	Pirambú	Edital a Publicar	08/11/2011	84
21	Canta Galo	Capela	Edital a Publicar	08/11/2011	61
22	Aningas	Pirambú	Sem RTID	28/06/2012	38
23	Lagoa do Junco	Poço Verde	Sem RTID	28/06/2012	88
24	Bairro Porto D'Areia	Estância	Sem RTID	28/06/2012	100
25	Mocambo	Aquidabã	Sem RTID	25/10/2013	85
26	Rua dos Negros	Canindé do São Francisco	Sem RTID	25/10/2013	213
27	Forra	Riachão Dantas	Sem RTID	23/09/2014	75
28	Sítio Alto	Simão Dias	Sem RTID	23/09/2014	152
29	Castanhal	Siriri	Sem RTID	16/05/2016	*
30	Campo do Crioulo, Criolo, Madalena, Pindoba, Saco do Tigre	Lagarto	Sem RTID	16/05/2016	*
31	Canfístula	Propriá			12

Quadro 2 – Quadro de CQs, localização, situação, data de certificação e número de famílias em 2017.

São agrupamentos localizados nas diferentes regiões do estado, em situações semelhantes em termos de índices socioeconômicos, mas com realidades diversas. Algumas apresentam uma formação que pode deixar a questão ainda mais intrincada, pois, envolvem diferentes localidades em uma mesma certificação (certamente em todo o Brasil iremos encontrar casos desta natureza). Como os casos da comunidade Luziense¹³ (Crasto, Rua da Palha, Bode, Pedra D'água, Cajazeiras e Taboa); Lagoa dos Campinhos (Pontal, Serraria, Crioulo e Lagoa Seca); Mussuca¹⁴ (Mussuca, Cedro e Bumburum); e Brejão dos Negros (Brejão, Carapitanga, Brejo Grande e Saramem).¹⁵ Para citar as mais antigas.

Como mostrado acima no quadro atual das comunidades reconhecidas em Sergipe apenas três: Mocambo em Porto da Folha, Serra da Guia em Poço Redondo e Lagoa dos Campinhos em Amparo do São Francisco; estão com o processo concluído, ou seja, com a posse e titulação do território reivindicado, perfazendo um total de aproximadamente 25 mil hectares. O que não pressupõe que os conflitos em tais localidades tenham sido encerrados. A mobilização política pelas partes envolvidas – “quilombolas” e proprietários – para enfrentar os processos envolvem-se agentes de diferentes setores. E estas relações atuam de forma a influenciar objetivamente na aplicabilidade da lei, mas também no tocante àqueles territórios demarcados (e publicados) as ameaças não devem ser desconsideradas. A possibilidade de alterações nos limites existe, o que coloca as comunidades em permanente estado de vigília. Não se pode acreditar que os referidos proprietários que tiveram suas propriedades desapropriadas estejam inertes quanto ao processo. Afinal, a posse da terra, é em muitos casos, muito mais que a aquisição de um bem material.

Estes aglomerados, em geral, são pequenos contingentes populacionais que na grande maioria têm um histórico de conflitos por acesso a terra. Suassuna (2007) elaborou um estudo¹⁶ onde aponta que a maior parte dos conflitos ocorre após o início do processo. No entanto, cabe ressaltar que nesta pesquisa partir da perspectiva de que a existência de concentração de terras (latifúndios) já representa a instauração do conflito, sobretudo em um contexto histórico marcado pela reivindicação de diversos grupos por políticas redistributivas das terras.

¹³ Localizada na região sul do estado, tive a oportunidade de participar da elaboração do RTID em parceria com o Antropólogo Frank Marcon, na construção do Relatório Antropológico da comunidade concluído em junho de 2010.

¹⁴ Onde fui autor do Relatório Antropológico concluído em novembro de 2012.

¹⁵ Cf. Demonstrativo de Famílias Quilombolas Cadastradas, emitido pelo INCRA em novembro de 2014.

¹⁶ Monografia de conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais com o título: “Conflitos Territoriais de Áreas Quilombolas em Sergipe: Espaço Único, Interesses Múltiplos”, defendida em setembro de 2007, de onde tive a oportunidade de participar da Banca Examinadora.

Deste modo na matéria aqui tratada, os conflitos ganham proporções e visibilidade com a atuação do poder estatal de modo que esse papel se configura na resolução do conflito com base na legislação e também dos interesses em pauta, que por vezes se colocam frente a frente setores do próprio Estado.

Curiosamente existem casos em que agências estatais que representam o instrumento de efetivação do direito quilombola, se deparam com lógicas de outras agências do Estado. O caso da comunidade quilombola de Marambaia no estado do Rio de Janeiro marca essa duplicidade, pois, o território pleiteado também é de interesse da Marinha do Brasil, colocando o litígio na esfera judicial. No Maranhão existe outro caso semelhante, envolvendo a comunidade quilombola de Alcântara, de um lado, e do outro a Força Aérea Brasileira que ameaça a concretização do território, por conta, também, de interesse na área demarcada.

Dessa forma, poder-se-ia considerar que o reconhecimento jurídico do direito a terra de tais grupos sociais, é uma matéria contraditória dentro do próprio Estado, havendo forças que atuam nas duas direções? E que o ordenamento jurídico acaba funcionando como um mecanismo de controle da distribuição de terras? Este controle, por sua vez, oscila a depender dos contextos políticos regionais e nacionais, principalmente envolvendo atores sociais pertencentes ao quadro do INCRA. Assim, tal demanda social, reconfigurada na conjuntura atual, tem na lei um mecanismo regulatório e mediador dos interesses em jogo, sua existência por si só já denuncia mudança.

1.1 A constituição do Direito a Terra de Comunidades Quilombolas

As políticas de regularização fundiária que indicam o reconhecimento jurídico de comunidades quilombolas no Brasil enquanto sujeitos de direito; apontam para um avanço na direção da justiça social. Pois, ao passo que implementam medidas para a “igualdade material” - considerando a “diferença” como princípio e não “igualdade” - tais políticas expressam uma ideia normativa constitucional que sugere mudanças na sociedade. Sociais, políticas, econômicas e regionais, tais transformações tem o intuito de alcançar a realização do valor supremo no Estado Democrático de Direito.

Para tanto, se faz necessário o reconhecimento da desigualdade social, econômica e política no país. O Estado, assumindo tal posição se coloca na condição de agente convicto da situação de preconceitos e discriminações, que estratifica a sociedade de maneira material e simbólica.

É possível afirmar que o combate aos preconceitos e a luta pela igualdade racial tem sido presente no campo jurídico brasileiro desde a constituição de 1937. Em seu artigo 113, versa a seguinte indicação: “[...] todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, **raça**, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crença religiosa ou ideias políticas [...]” (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Incorporada às constituições de 1967 e 1969, tal prerrogativa, segue para a Constituição Federal de 1988 enquanto um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil¹⁷.

Adotando também uma perspectiva de igualdade social e jurídica procura ultrapassar não só a proibição das discriminações, mas do mesmo modo possibilita a utilização de medidas que garantem a consideração de um passado que deixou suas marcas no presente (reconhecimento). Fazendo assim com que as novas leis e comportamentos regulados pelo Direito não sejam apenas medidas para coibir manifestações preconceituosas ou atos discriminatórios. É a possibilidade de se promover a construção de um novo figurino sociopolítico e, onde a história é referência para um movimento no “... sentido de se recuperar o que de se equivocado antes se fez” (ROCHA, 1989, p.43). Mas como mudar a situação de privilégios e desigualdades construídas ao longo do tempo, que foram sedimentadas na história política, social e econômica brasileira? Afinal, estamos nos referindo a grupos sociais que são vinculados às populações outrora escravizadas e que no atual contexto se coloca na contestação desse sistema.

O campo legislativo brasileiro tem demonstrado sua inclinação para a concretização de uma justiça social. As medidas pós- Constituição, em seus conteúdos, demonstram um caráter corretivo e redistributivo, na direção de atingir e amenizar as desigualdades na questão social. No entanto, algumas matérias, como a questão quilombola, sinalizam para as dificuldades em responder as indagações acima.

O Direito a terra por parte das comunidades quilombolas representa uma contenda de intensa problemática no campo fundiário brasileiro. Impetrado pela C/F de 1988 tem apresentado grande complexidade na sua efetivação, seja do ponto de vista jurídico, político ou social.

O conjunto de medidas jurídicas em torno da questão define uma perspectiva de mudanças que atinge elementos consolidado historicamente. Seria possível pensar até que ponto tais medidas funcionam como mediadoras da ação social, na interação entre grupos que

¹⁷ Art. 3º, IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, **raça**, sexo, cor, idade e qualquer forma de discriminação” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

procuram estabelecer suas próprias modelagens de forma organizacional. Ou mesmo, se tal ação instrumental foi considerada na propositura da lei.

Deste modo, faz-se pertinente e relevante pensar os mecanismos que tornam difícil a implementação das ações jurídicas. Quais interesses de fato se pautam e se representam entre os agentes envolvidos na questão? Entender essa interação é perceber a importância do conhecimento do conflito, e se aproximar da realidade social do caso.

Por certo, mediante tal quadro, se percebe a necessidade de entender as nuances dos conflitos criados e acirrados, colocando assim, o “conflito social” como objeto central na normatização e desenvolvimento das ações.

Estamos diante de uma questão que evidencia a luta histórica de grupos sociais que procuram estabelecer condições de sobrevivência, garantindo também, sua identidade e reconhecimento.

Essa contenda se vale da luta que se consolida nas décadas de 30 e 40, em torno da ideia de “reparação”. Levantada pela Frente Negra Brasileira (FNB) quando defendia que o processo de abolição não terminara, e que se fazia necessário o reconhecimento de que o estado brasileiro tinha uma dívida com a referida parcela da população.

Se por um lado existia a dimensão de que os senhores, ao longo da história, tinham se beneficiado com o trabalho escravo; por outro, permanece o estigma estampado pela situação de exclusão que perdura na vida dos descendentes. O que justificaria, segundo os militantes negros, a legitimidade da elaboração de políticas de reparação.

Essa mobilização, no período, então, sofre a ação ditatorial do governo de Getúlio Vargas, o qual proíbe a ação de entidades políticas como a Gente Negra e reprime mobilizações populares. É apenas com a redemocratização do país, nos anos de 1980, que o processo constituinte coloca o direito a terras de comunidades quilombolas em pauta. A organização do movimento negro, na ocasião, como relata Girolamo Treccani (2006, p. 76-77) apresenta “A proposta de que fosse reconhecido o direito a terra para ‘as comunidades remanescentes dos quilombos’ ... à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular”. Não alcançando o número de assinaturas suficientes, a proposta vai ser apresentada e defendida por parlamentares que encampam a defesa do texto na íntegra.

Dessa maneira, ainda como apresenta Treccani (2006), o Deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) formalizou o pedido em 20 de agosto de 1987, ficando o texto com a seguinte redação:

Fica declarada a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas **comunidades negras remanescentes de quilombos**, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ficam tombadas essas terras bem como documentos referentes à história dos quilombos no Brasil (SILVA apud TRECCANI, 2006, p.77, grifos no original).

O processo de sensibilização dos constituintes, que mantem a inclusão deste direito, foi um sucesso alcançado pela mobilização em torno da questão. No entanto, entre os debates e contestações apresentadas, destaca-se a pretensa tentativa de retirar do texto a parte onde garante o direito a terra. Sinal do incômodo causado pela disposição, serve de argumento para que Ilka Boaventura Leite chame atenção para a importância que o tema alcançou no espaço constituinte:

De certo modo, o debate sobre a titulação das terras dos quilombos não ocupou, no fórum constitucional, um espaço de grande destaque e suspeita-se mesmo que tenha sido aceite pelas elites ali presentes, por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais, como o do quilombo dos Palmares (LEITE, 2004, p.19).

Tal suspeita procede em seu conteúdo, pois, o desenrolar das ações em torno do reconhecimento das comunidades quilombolas e da efetiva garantia de tal direito tem demonstrado grande disparidade – como citada acima.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68 do ADCT, garante o reconhecimento de um direito de fundamental importância para os grupos formados pelos “remanescentes das comunidades de quilombos”: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Esse mecanismo legal se por um lado institui o reconhecimento do direito étnico, por outro atribui ao poder público (seja federal, estadual ou municipal) a obrigação de iniciar as medidas adotadas de reparação histórica e cultural direcionadas a certos segmentos da população negra no Brasil. Constitui-se, assim, também, um novo sujeito político no campo jurídico brasileiro: as Comunidades Quilombolas.

O pleno exercício deste direito coloca em evidência seu caráter transitório no sentido de que uma vez efetivado o que se prerroga a lei, sua importância social vai se perdendo, tendo em vista que em certo momento todos os sujeitos deste direito serão atendidos (considerando o direito legal). Do mesmo modo, um dia, todas as comunidades atendidas, os termos legais perdem sua eficácia. Eficácia essa, que vincula tais comunidades ao seu território étnico-sócio-cultural, mas que não garante sua perpetuação. Ora, poderá se

configurar um contexto de ameaças que representem uma instabilidade na permanência destes territórios, tanto no que tange suas dimensões, como seus referidos títulos.

Algumas análises apontam para a obrigatoriedade do Estado em emitir tais títulos, pela imperatividade do dispositivo (ELLA WICKO, 2002), bem como para a inconstitucionalidade “por omissão” do seu não cumprimento (SUNDFELD, 2002).

A aprovação deste artigo abriu margem para reivindicações de seu cumprimento (a exemplo do movimento negro), na alegação de que tal norma não demanda lei complementar, tamanha clareza de seu conteúdo. Os governos passam a ser pressionados para a efetiva implementação da lei. E aos poucos se vai percebendo que se trata de um quadro muito maior do que se poderia ter previsto. Mesmo para o Movimento Negro, ou para parlamentares que defendia a causa, a existência de tais grupos era certa, mas não na proporção que se foram apresentando.

Percebe-se que os sinais que a historiografia possa ter indicado acerca do contingente em questão corresponde a uma versão “oficial” da história que não atinge de fato a realidade. Talvez, como colocado anteriormente por Ilka Boaventura, se existisse esta noção, a própria constituinte teria revisto a questão. Mas, seja como for, está aí colocado uma nova modalidade de direito a terra: o direito coletivo. O que para Benatti (2003, p. 204, apud TRECCANI, 2006, p. 79, grifo do autor) trata-se de um novo conceito de propriedade: **“propriedade privada rural comum”**.

Em torno desta propriedade encontram-se aspectos constitutivos complementares e inseparáveis como ressalta Treccani (2006). A filiação histórica coletiva pré-concebida, ou seja, “remanescentes”, e “uso comum”. O que determina a não individualização da propriedade, pelo caráter organizacional coletivo, ou seja, “das comunidades”. E, por fim, a ligação com um fato histórico, ou seja, “quilombos”.

Neste conjunto de termos e de semânticas o teor da lei faz levantar o debate acerca da noção de “remanescentes”. Primeiro do ponto de vista numeral. O termo atende a um indivíduo, ou se segura na pronuncia plural para designar sua coletividade? Sendo uma categoria ainda não utilizada no campo acadêmico (antropológico, historiadores e demais cientistas sociais), até então; bem como não veiculado pelas próprias comunidades, o que cria várias dificuldades de interpretação.

Enquanto categoria jurídica o termo apresenta uma problemática no tocante ao seu sentido passadista. Para alguns o termo parece indicar alguma coisa que “já existiu”, “algo residual”, “alguns vestígios”, “reminiscências não bem identificadas”, etc. O fato é que o novo termo veio se colocar no cenário de outros até então mais comumente usados, seja no

plano identificatório: “quilombolas”, “quilhombolas” e “mocambeiros”; seja para denominar as terras: “terras de negro”, “terra de preto” ou “terras de santo”.

Os artigos 3º, 215 e 216 da Constituição enaltece a busca pela justiça social defendida em discursos e clamores da democratização do Estado Brasileiro. A saber, o artigo 3º prevê (além do já citado):

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e marginalização;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Como se pode perceber, no que tange o plano do direito legal, o acesso, posse e título de suas terras, deveria ser uma ação garantida pelo Estado aos grupos em questão. No entanto, no plano de sua aplicabilidade, a legislação se depara com algumas intempéries.

Num primeiro momento, seguidos pouco mais de dez anos de sua vigência, é levantada a questão da atribuição governamental. O Ministério da Cultura, bem como a Fundação Cultural Palmares apresentam algumas incongruências em suas ações. Como se pôde perceber acima, o Artigo 68 indica a obrigação do Estado, mas não define que órgão, ou quais deles, estarão com a atribuição definida para atuar nos processos.

O movimento quilombola organizadamente vinha pressionando para essa regulamentação, ao passo que reivindicava a elaboração de políticas públicas específicas para os quilombolas. Com essa demanda, e na tentativa de definir tais atribuições, alguns mecanismos foram propostos. O Decreto 3.912/2001:

Regulamenta as disposições relativas ao processo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas (BRASIL, 2001).

Em seu Artigo 1º o decreto imputa à Fundação Cultural Palmares todas as atribuições acima mencionadas. No entanto, é alvo de sérias críticas inclusive de juristas como a Procuradora da República Deborah Macedo Duprat (2002, p.289), que publica uma análise do referido dispositivo, apontando para seu caráter inconstitucional, pois, conclui:

[...] o decreto, além de atentar contra a ordem constitucional, revela-se completamente destituído de utilidade ao fim proposto – regulamentação do

art. 68 do ADCT – e padecendo de vício de ilegalidade. A uma, porque não enfrenta, sequer remotamente, a questão da incidência desses remanescentes de comunidades de quilombos em áreas já tituladas, sob o domínio privado, ao não disciplinar os aspectos que necessariamente a tangenciam, como a necessidade, forma e procedimento de desapropriação, nulidade ou não dos títulos privados. A duas, porque, limitando-se à disciplina das terras da União – que resulta do fato de passar ao largo das terras sob domínio privado e manter, implicitamente, a competência dos estados e Distrito Federal quanto aos seus bens -, além de não exaurir a regulamentação a que se destina [...] (DUPRAT, 2002, p 289).

A autora se coloca em defesa da aplicabilidade do que foi promulgado na Constituição no que se refere ao art. 68 do DCT. Sugere a garantia do direito previsto no referido artigo, pois, aponta para a complementaridade e acessoriedade que envolve o texto da lei, onde ao sujeito de direito em questão é-lhe garantida a ocupação das terras e o dever do Estado em conceder o título respectivo.

Mas foi o Decreto 4.887/03 que realmente direcionou as incertezas das atribuições. Tal aparelho legal regulamenta

Os procedimentos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003)

E também garante o “etnodesenvolvimento” (via um “plano” elaborado por representantes de vários órgãos estatais) como um passo rumo às políticas públicas específicas.

Com este marco regulatório, fica a Fundação Cultural Palmares apenas com a atribuição de reconhecimento, cabendo ao INCRA dar continuidade com os procedimentos, o que representou um novo eixo de atuação do órgão, além da Reforma Agrária, para o qual pouco foi mudado em sua estrutura executiva. E assim, com um número de profissionais limitado, mais um fator surge como explicação da discrepância entre reconhecimento e (re)distribuição: a atuação do INCRA.

Esse decreto é alvo de uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pelo Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas (DEM) no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2004. A tentativa de derrubar o decreto e mudar a legislação recebe apoio de grande parte dos parlamentares. Trata-se de relações de forças alocadas em torno da matéria e que de certa forma, a anulação do decreto iria representar uma vitória dos proprietários que

pretendem a perpetuação da lógica de distribuição de terras no Brasil, onde pouco se atenta para a possibilidade de acesso a terra por parte desta camada da população.

Coloca-se em instabilidade o critério da auto-definição o que se apresenta na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 07 de junho de 1989, onde em seu Art.1º item 2 prerroga: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.”. Esse critério de auto-definição não estava presente no Art. 68 da CF/88, e assim, na ocasião o critério de definição das comunidades com esse direito, girava em torno do pesquisador que elaborava um laudo para certificar a descendência quilombola. Nesse momento o debate acadêmico acerca de identidades sociais, seguindo na direção das novas teorias da etnicidade, discutia a legitimidade do cientista social como o agente que definiria o pertencimento dos grupos. É aí, então que entra em cena o critério da “auto-atribuição”, presente no decreto 4.887 de 2003 que regulamenta o referido artigo, um dos aspectos atacados pela ADIN supracitada.

No inciso primeiro do Art. 2º do decreto fica posto que: “Para fins deste decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.”. Com isso houve certa agilidade no reconhecimento de tais grupos, cabendo ao Estado reconhecer seu *status* enquanto sujeitos de direitos, e ao pesquisador antropólogo cumpre o papel estabelecido em Instrução Normativa¹⁸ que posteriormente define as peças de composição do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID.

As implicações desses processos proporcionaram uma série de estudos que abordaram a questão quilombola em diversos prismas. Esses grupos sociais passam a ser um componente de pesquisas muito fortuito para a interpretação de sua inserção na “luta pela terra”, além de outros aspectos que envolvem as políticas públicas que beneficiam essas comunidades.

A seguir elaboro breves considerações acerca da categorização analítica desse fenômeno social, destacando alguns trabalhos que abordam o tema.

1.2 Quilombos no Brasil contemporâneo: um problema socioantropológico

A resistência ao sistema escravocrata no Brasil proporcionou um vasto conjunto de elementos que participaram direta e indiretamente na formação da sociedade e da diversidade

¹⁸ No primeiro momento foi instituída a IN/Nº 20 de 19 de setembro de 2005, sendo revogada em 20 de outubro de 2009 pela IN/Nº 57.

cultural brasileira. Em se tratando de formações sociais os agrupamentos então denominados quilombos, representaram tipos organizacionais sociais presentes em todo território nacional.

A formação desses grupos indicava uma situação de contestação, demonstrando o descontentamento com uma realidade social. Daí decorre que a ideia de quilombo está ligada à organização política. O que sugere um caráter contraditório perante o sistema geral, tendo em vista sua posição de desigualdade.

Alguns estudos acerca da inserção desses agrupamentos na sociedade geral demonstram que tais grupos não se encontram isolados, afastados completamente do convívio social de seu entorno. Os trabalhos apresentados em coletânea organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996) apontam para uma abordagem histórica de grupos que desenvolveram sinais de resistência e luta pela liberdade. Porém, tais estudos são análises que podem ser consideradas mais que uma denuncia dos preconceitos raciais e sociais sofridos por estas populações, ou uma deflagração dos equívocos da legislação perante o que passou a se chamar da “questão negra”. Marcam novos rumos nas reflexões acerca dos “quilombos”. Quero destacar que da mesma forma que alguns dos textos apresentados nesta obra, nesta pesquisa aqui em introdução ficam evidenciadas as relações que tais grupos estabelecem com o Estado, Igreja e outros agentes. A riqueza das experiências descritas constrói um campo fértil para estudos que sucederam, dando novos tons para a invisibilidade e o esquecimento deste assunto no âmbito das pesquisas no Brasil.

Por certo que o tema já era destino de esforços de autores consagrados como Edson Carneiro, Artur Ramos ou Clovis Moura. Este último, inclusive, também reúne em coletânea trabalhos de pesquisadores de diferentes lugares e tempos. Em “Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil” (2001) apresenta-se uma posição que foi além das intenções comemorativas em torno da matéria, conforme expõe o organizador da obra, trata-se de ir “[...] na direção de uma visão mais abrangente e científica daquilo que representou a **quilombagem** como processo permanente de transformação social” (MOURA, 2001, p. 07, grifo do autor).

Essa ideia de variabilidade é um aspecto importante para entender o que trago nestas reflexões. Ora, aqui abordo as demarcações como linhas transitórias que de alguma forma, ou em algum momento, podem ser alteradas, seja por fatores internos ou externos aos grupos.

Chamo atenção para a estrutura política que se forma com esses agrupamentos. Estrutura essa que vai se configurando ao modo dos contextos históricos. O que implica a necessidade de considerar a questão quilombola um fenômeno sociológico de seu tempo, resultado de um processo histórico. E, portanto, um artifício que evoca o passado, se percebe

no presente e se projeta para o futuro. E nesse caminho a instabilidade é um ponto de fundamental importância.

Naquilo que temos hoje, com os impulsos da legislação vigente, suas especificidades levam tais grupos a um processo de busca de direitos. Para entender suas estratégias, articulações e relações que estabelecem, considero ser pertinente tratar de como o uso do termo tem sido abordado ao longo do tempo, pois, a partir dos sentidos para os quais o termo “quilombo” foi empregado, é possível se atinar para os rumos dessas populações na sociedade brasileira.

A elaboração de uma primeira noção a que se tem registro no Brasil, é notificada em 2 de setembro de 1740, pelo Conselho Ultramarino. Alfredo Wagner de Almeida versando sobre as implicações do conceito de “quilombos”, apresenta tal definição: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (2001:70). Na ocasião dessa definição do que é quilombo, tinha se passado 45 anos do ataque ao Quilombo dos Palmares, que resultou no assassinato de Zumbi dos Palmares. Esse cenário se constituiu no pano de fundo que consolida uma forma definida desses agrupamentos. Ao caracterizar tais formações, estabelece-se um modelo, o qual é tratado como palmarino¹⁹, que elabora assim, por um lado uma ideia geral acerca destes agrupamentos, por outro alia a ideia de grupo, de coletividade que ocupa um espaço determinado, caracterizado pelo isolamento.

Essa noção de quilombo é apontada como uma perspectiva reducionista de identificar tais formações, pois, ao passo que transforma o modelo em um arquétipo, desconsidera tantas outras possibilidades resultantes de diversos cenários montados nas diferentes regiões do país. Na história dessas populações no Brasil podem-se encontrar distintas situações que não condizem com esse conceito, mas que podem ser definidas como pertencentes a tais contextos em que agrupamentos motivados pela resistência ao sistema escravocrata busca da liberdade, e consequentemente a sobrevivência, encontram na terra um instrumento importante de sobrevivência material e simbólico.

O número de fatores que se relacionam com esse assunto ultrapassa os pontos apresentados. As questões em torno da etnicidade constituem uma discussão que se aponta no campo teórico que problematiza e desconstrói as caracterizações em torno das definições da problemática ilustrada acima, e nos remete a uma reflexão acerca de um conceito do “tipo-ideal”. Fredrik Barth (2000) refuta a noção de um conceito fundamental que compromete a

¹⁹ Referência ao Quilombo dos Palmares.

percepção da complexidade dos grupos, pois esta tipologia conceitual supõe um isolamento sociocultural que dificulta a compreensão do lugar desses grupos na sociedade. Para ilustrar e ajudar no entendimento segue então a “definição ideal” criticada pelo autor, para a qual o grupo étnico:

1. Em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; 2. Compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; 3. Constitui um campo de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem. (NARROL, apud BARTH, 2000, p. 27).

O aspecto da perpetuação biológica remetido ao suposto isolamento dos grupos, simplifica um problema crucial: “o pressuposto de que a manutenção das fronteiras não é problemática” (BARTH, 2000:28). Esse é um ponto fundamental na proposta de Barth, tendo em vista que tais fronteiras se relacionam diretamente com as ações sócias e o contato com o “outro”.

E é mediante este outro que o grupo se percebe, o que leva o autor a sugerir que “grupo étnico” é uma categoria auto-atributiva (BARTH, 2002). Estarei assim, entendendo como Barth (2000) e Cohen (1974) que a questão da etnicidade é um fenômeno a priori político, pois, envolve interesses e tomadas de posição. Assim, a etnia, como salienta Maria de Lourdes Bandeira (1988:23-24), “... não é entendida como forma cultural autônoma e sim relacional. A identidade étnica implica uma situação de alteridade em que o *nós* (grifo da autora) se define, se afirma e se explica em oposição aos outros”. São nas relações que os grupos estabelecem que encontramos as motivações para a reivindicação de seu pertencimento étnico. Mesmo que, como no caso em pauta, seja outro objetivo a ser alcançado, e assim a identidade étnica, se torna um recurso, uma estratégia, e não o fim último das ações sociais.

No caso da regularização fundiária de território quilombola, o que este estudo vai mostrar é que o que impulsiona ao reconhecimento jurídico, é o acesso a terra. O que implica visualizar os interesses que movem tal ação e seus arranjos sociais oriundos deste processo.

As relações sociais e a organização dos grupos conspiram para a possibilidade de mobilidade do auto-reconhecimento, esta situação perpassa pelos “incentivos para mudança de identidade que são inerentes à mudança de circunstância” (BARTH, 2000:48). Assim sendo, a etnicidade é, também, uma questão política. Existem interesses e formas de concretizá-los que dependem diretamente do quadro social no presente.

A própria configuração da organização social do grupo é um fator primordial para as formas de atribuição. Ela reflete as interações com agentes de diferentes setores da sociedade, o que contribui na construção de identidades, as quais são pautadas em intencionalidades que promovem a delimitação de suas fronteiras, o que conseqüentemente as torna modificáveis no transcorrer dos tempos, ao passo que evidenciam seu caráter híbrido (HANNERZ, 1997). Tais fronteiras, portanto, são levadas pela corrente do interesse comum, o pressuposto da coletividade.

É nesse momento que grupos podem se aproximar e por vezes formar “comunidades políticas”. Os interesses em jogo, se não contrastantes, são um vetor fundamental nessa associação. Assim são criadas essas comunidades. Para Max Weber o fator de pertencimento está condicionado “por destinos políticos comuns e não pela ‘procedência’, deve ser, segundo o que já foi dito, uma fonte muito frequente da crença na pertinência ao mesmo grupo étnico”. (2000, p. 274).

Este aspecto ressaltado por Weber, também contrapõe a ideia de consanguinidade na medida em que este fator não define a totalidade do grupo étnico. O autor conduz sua análise para uma dimensão macro, ou seja, da nacionalidade. O que me remete a pensar a situação dos grupos minoritários na luta por direito a terra diante do cenário fundiário brasileiro.

Se considerar a existência de grupos minoritários no bojo de uma sociedade, abre-se o caminho para elucidar as relações de poder que implicam a existência de grupos majoritários, que detêm certos privilégios – como obter o direito a grandes latifúndios, ou ter acesso a determinados privilégios sociais e públicos. Como indica Wirth (1945), diversos critérios definem a variabilidade desses grupos: raça, nacionalidade, origem, linguagem, religião, etnia; o que estabelece um sistema de status, fazendo com que assim os grupos adotem estratégias para obter, relativamente, mecanismos que garantam condições favoráveis na vida social. Em outras palavras, a luta pela garantia de direitos.

Segue-se assim um debate sobre o que é quilombo. De forma abreviada, aqui chego de imediato à definição do termo pela Associação Brasileira de Antropologia, que assim denomina:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos por movimentos insurrecionais rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos

que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.²⁰.

Seguem várias outras denominações que não alteram o conteúdo focal da apresentada acima (O'Dweyer 1995; Oliveira 1995; Benatti 1998; Almeida 1998; etc.). No entanto, cabe indagar, enfim, o que não se pode deixar de considerar para interpretar o artigo 68? Seguindo na direção legislatória faz-se pertinente relacionar o artigo com outros artigos presentes na Constituição em questão, afinal trata-se de um direito constitucional que precisa ser entendido no conjunto de suas linhas.

Dessa forma, ainda há tempo de abordar o *quilombo* enquanto um problema, ou uma categoria de análise, com o intuito de discutirmos o olhar que nos remete ao fenômeno. Talvez não percebido em geral, mas este assunto marca fronteiras, define abordagens e perspectivas teóricas e ideológicas. Transitar por essa seara requer um mergulho um pouco mais profundo na sua compreensão.

Foi o que fez alguns estudos que são referências nesta temática. A exemplo do Mauricio Arruti (2006) que desenvolve uma pesquisa aqui em Sergipe na CQ do Mocambo em Porto da Folha. Para o autor existem paradigmas de “ressemantização” de termos envoltos na matéria. Recorro a um aspecto que me será oportuno aqui, tendo em vista que a ideia de “coletividade” é um critério de análise no processo de definição do território quilombola. Nesse sentido, chamo atenção para quando o autor afirma que “Essa territorialidade, marcada pelo uso comum, é submetida a uma série de variações locais que ganham denominações específicas, segundo as diferentes formas de auto-representação e autonomação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandades, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto.” (ARRUTI, 2006, p.87). O caso aqui estudado apresenta a denominação “Terras de Heréu” como os espaços de uso comum, que passou ao longo dos tempos pela expropriação caracterizada pela expansão das propriedades do seu entorno.

Estes processos são marcados pelos quadros de conflitos, o que foi bem evidenciado por um conjunto de pesquisadores, que resultou numa publicação organizada por Alfredo Wagner (2012), onde “Os pesquisadores realizaram trabalhos de campo e produziram descrições etnográficas em comunidades quilombolas, cujas situações sociais foram conduzidas ou enquadradas por mecanismos de judicialização nos estados do Maranhão, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo”. (ALMEIDA, 2012, p.14). A

²⁰ Manifesto apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia em julho de 1994 na cidade de Olinda/PE.

judicialização passa a ser um mecanismo de elaboração de percepção da justiça para os sujeitos que vivenciam na sua luta esse âmbito.

A possibilidade da inserção dos casos na esfera judicial se de um lado dificulta o andamento dos processos no que tange a sua agilidade, por outro aponta para as especificidades que compõem os litígios, os agentes, as alegações, as acusações e defesas... tudo isso abre o caminho para perceber como o reconhecimento jurídico e as identificações sociais podem definir a constituição dos territórios, pois, aflora os elementos particulares presentes nas relações dos sujeitos com sua territorialidade.

1.3 O Cenário/Contexto

Contudo, à luz dessas considerações, o tema será aqui tratado partindo do caso da comunidade quilombola Brejão dos Negros. Localizada no baixo São Francisco no estado de Sergipe (município de Brejo Grande). Esse agrupamento foi certificado em 2006²¹. Com um cenário de disputa por terras já instalado desde meados do século XX, a região é palco de uma clara concentração de terras, configurando assim no conflito que coloca duas partes em lados antagônicos. Este conflito toma novos contornos com o processo de regularização fundiária quilombola, o que faz com que os grupos adversários passem a se organizar e estabelecer suas alianças e estratégias.

Esses grupos vêm realizando articulações e ações voltadas para a defesa de seus interesses. O que tem levado as partes a promoverem reuniões, audiências, manifestações, mobilizações e eventos para garantir, de um lado, a manutenção da situação (histórica) agrária na região, por outro, a promoção de mudanças nessa conformação (pautadas legalmente). Este tensionamento levou a disputa para o campo judicial, onde uma querela se instaurou envolvendo vários agentes internos e externos (governamentais e não governamentais).

O Estado, tendo os procedimentos administrativos que rege o ordenamento jurídico, a ser cumprido, por meio de órgãos federais, dentre eles, principalmente, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), MPF (Ministério Público Federal) e SPU (Serviço de Patrimônio da União), passa a defender o andamento do processo, com vistas ao cumprimento da lei. Alguns outros agentes merecem destaque, são representações ligadas a movimentos sociais, como o movimento negro, parlamentares, entidades eclesiais, etc. que realizam assessorias de diferentes formas, em destaque aqui para a jurídica.

²¹ Certificada na Fundação Cultural Palmares com registro no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n.º 651, fl.161, em 19 de junho de 2006 (Cf. Certidão de Auto-Reconhecimento).

O que torna o caso Brejão dos Negros emblemático é o nível de tensão que atingiu o conflito na localidade. É normal que existam integrantes dessas localidades que de uma forma ou de outra se colocam contra o reconhecimento jurídico em questão. No entanto, talvez com a veemência que se encontram neste caso, poucos exemplos teremos no Brasil. A população local ficou dividida entre “quilombolas” e “não quilombolas”, sendo os primeiros um número pequeno que gira em torno da figura eclesiástica do padre Isaias do Nascimento; e o segundo a maior parte da população que tem como principal representante a juíza Rosivan Machado.

Quando a construção desse processo de identificação se iniciou para encarar a “luta pela terra” a primeira estratégia recorrida foi o perfil de trabalhadores rurais sem terra, quando chegaram a ser identificados como tais em seus acampamentos e posturas frente o latifúndio da região. Essa motivação estava sendo pregada na igreja através de sermões e discursos que anunciavam a realidade de desigualdade social vivida por essas famílias. Logo essas alocações passaram a chamar a atenção dos proprietários se transformando em prelúdios de conflito. E assim, formado um grupo de seguidores do padre que algum tempo depois decidem acionar o Art. 68, recorrendo ao decreto 4.887, e a identidade quilombola é pautada.

Eis que chega uma cerimônia de comemoração pela certificação que reuniu personagens do poder público, autoridades parlamentares e eclesiásticas, além de representantes de entidades da sociedade civil. Enquanto os procedimentos formais ocorrem no interior da igreja, fora dela está se formando um grupo de moradores que se valem de paus e facões passando a ameaçar entrar no recinto para linchar o padre e outros agentes presentes. Sendo que o principal alvo seria o padre. As pessoas gritavam palavras de ordem contra a certificação, afirmando não aceitar o pleito e se inflamavam para invadir o local, quando o prefeito do município consegue escolta policial para retirar os alvos do “motim” em segurança.

E assim, em setembro de 2007, esse acontecimento marcou decisivamente as ações e medidas cabíveis para dar prosseguimento ao processo, que se alonga até 2017 sem a perspectiva de se chegar a titulação definitiva de um território. Enquanto isso, muitos fatos ocorreram, atribuindo de tons e formas esse caso, como estarei detalhando e analisando seus meandros nesta investigação.

1.4 Os caminhos da investigação

Venho acompanhando as sinuosidades e o desenrolar desse processo desde 2007. Neste percurso foram diferentes pontos de vistas, seja como profissional, militante de

movimento social ou pesquisador. Este envolvimento, de diferentes formas, exige no que se refere a esta pesquisa, uma atenção maior tanto na produção de dados, como na interpretação dos fatos. São dois caminhos percorridos de forma densa, principalmente no que tange o acompanhamento das atividades que envolvem os grupos. A aproximação que é importante tanto para um estreitamento da relação com o grupo, como para registro dos acontecimentos, foi suspensa em alguns momentos por razões diversas.

Cheguei a integrar a equipe que em 2008 iria elaborar o RTID, sendo, pouco tempo depois, deslocado para a elaboração de outro Relatório Antropológico, ficando mais afastado do caso. Num segundo momento voltei a me aproximar enquanto militante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH/SE. Só em 2012 quando ingressei no PPGS/UFS que retomo uma aproximação, desta vez, realizando um trabalho de campo mais sistematizado.

Essa aproximação uma vez clara pode ser um atenuante aos percalços da pesquisa, pois, permite vislumbrar de forma mais objetiva como o pesquisador está sendo visto nesta relação. Afinal, como diria Florestan Fernandes (1960, p. 54), o que contribui para um trabalho proveitoso: “[...] é a qualidade humana do investigador, aproveitada em suas atividades de pesquisa... o que o investigador puder dar de si, como e enquanto ser humano, nas situações de convivência social criadas pela investigação”.

Realmente é fundamental se perguntar que “tipo de pessoa social” represento para os sujeitos. Pois, certamente, acabam elaborando uma “identidade” deste que se pretende pesquisador, que mediante as circunstâncias, essa identificação pode estar flutuando em diferentes imagens. Considero esse um elemento fundamental para o andamento satisfatório da pesquisa, tendo em vista que a relação do pesquisador com seus interlocutores e o grupo em que está inserido é determinante para a garantia das informações obtidas nas “observações diretas”, entrevistas e outros procedimentos metodológicos. Foram entrevistados(as) diferentes perfis envolvidos: “quilombolas”; “não quilombolas”; moradores da região; funcionários do INCRA e representantes de instituições da sociedade civil.

A produção de dados como objetivo de uma inserção no campo foi, até certa medida, regulada na forma como os sujeitos se relacionam e percebem o pesquisador. Mesmo que existam expectativas elaboradas, hipóteses a serem verificadas e demais sistematizações prévias da pesquisa, ou mesmo que exista uma clareza do que se pretenda estudar; tudo pode se deparar com limites ou barreiras superadas ou contrariamente, intensificadas em virtude dessa relação.

É sabido que Aristóteles²² definia o homem como um ser político destinado a viver em sociedade, na qual, quando se determinam seus objetivos comuns formam-se associações balizadas pelo “bem” que se quer ser alcançado. E assim, tomam-se posições, seja de uma forma ou de outra, que se queira ou não, consciente ou inconscientemente. O simples fato de se escolher agir dessa ou daquela forma, nos aproxima de uma moral. É possível que exista a ideia de que a presença de um pesquisador possa contribuir, aos olhos dos sujeitos, na busca pela garantia do direito. E assim, criam-se expectativas. O objetivo da pesquisa fica de posse do pesquisador, mas nem sempre o que os sujeitos pretendem nesta relação é visível para ele.

Assim a relação pesquisador-pesquisado é um campo político, pois, estão em jogo interesses específicos e condutas morais pré-estabelecidas. São estas que orientam as relações sociais, elaborando um objetivo comum que é o desenvolvimento do processo social, ao qual assim, podemos denominar a pesquisa sociológica. A relação entre pesquisador e pesquisado é, antes de tudo, uma relação entre sujeitos. Portanto, deve ocorrer como qualquer outra interação social.

As “identidades” são construídas com base nesses envolvimento que definem o processo de sociabilidade. Reconhecer essa constatação é apenas um primeiro passo para se alcançar o objetivo traçado. Para alguns o não envolvimento é uma espécie de garantia do sucesso. É como se pudesse isentar-se de manifestos afetivos e sentimentais, ou mesmo, como se deixasse seus preconceitos longe do campo. Isso, por exemplo, no caso dos pesquisadores pertencentes aos grupos estudados, os colocariam na impossibilidade de serem pesquisadores em seus “quintais”.

Ficou evidente a importância do trabalho com o material levantado durante a produção de dados em campo, pois, pôde garantir uma análise segura e sistematizada do estudo, mesmo diante dessas questões de relações intersubjetivas. Para tanto, a organização e a disciplina é uma tarefa que exige certo rigor metodológico. Esta austeridade é um ponto central na análise dos dados produzidos etnograficamente (BEAUD e WEBER, 2007). Como assim proceder, quando algumas das condições objetivas estão fora do alcance do pesquisador?

Seja como for, o estudo foi realizado e aqui apresentado. E, no que tange a produção de dados de campo, levantamento de informações junto aos moradores e agentes internos e externos envolvidos, o trabalho etnográfico posto em prática não se definiu como uma etnografia clássica, do tipo malinowskiana, foram na verdade idas e vindas de forma pontual, procurando acompanhar as lideranças nos eventos e ações dentro e fora da comunidade.

²² A Política: Aristóteles. Série Filosofar. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

Seguido pelo menos um ano de observação e registro de informações (inclusive registro visual), até o ano passado (2016). As entrevistas por sua vez, com lideranças das diferentes localidades que constituem a comunidade quilombola, e demais envolvidas – aqueles que foram possíveis ou se dispuseram a participar -, foram realizadas até o momento final desta escrita.

O transcorrer do estudo demonstrou a necessidade de ter acesso a alguns documentos históricos que elucidaram os modos de conformação do território em voga. Partindo da ideia da concentração de terras ser um espólio do conflito, encontrei dados que explicaram a relação entre proprietários e pequenos posseiros na região. Logo, tais documentos arquivísticos estiveram ao meu alcance nos acervos do INCRA, disponibilizados prontamente. Além de itens que se encontram arquivados no processo junto ao MPF.

Em se tratando de documentos, os que claramente foram primordiais para o andamento das análises, consistiram em atas e relatos decorrentes dos procedimentos judiciais que envolveram as desapropriações recentes, bem como os autos que trataram das ações envolvendo “quilombolas”, “não quilombolas” e outros agentes. Essa documentação registrada em petições e outros procedimentos foram disponibilizados pela Câmara Municipal de Vereadores do Município de Brejo Grande, aqueles que estão disponíveis nos espaços públicos virtuais dos Tribunais de Justiça Estadual e Federal, além do sítio digital do Supremo Tribunal Federal.

O trabalho com tal material remete à pesquisa num diálogo com o direito, procurando neste, elementos que possam contribuir na interpretação das decisões, apelações e demais recursos processuais. Esta análise pôde mostrar a atuação das articulações políticas existentes, elucidando o cenário de “luta pela terra”, e como outros elementos inseridos no processo tiveram participação direta na construção do território.

Por conta desse caminho é que estruturei 4 (quatro) capítulos onde procuro elucidar as forças e fatores que contribuíram para a construção do caso como ele se encontra até os inícios de 2017. Desse modo, no primeiro capítulo me aprofundo no problema da distribuição, apropriação territorial e na consumação da ideia de propriedade, tendo como fio condutor a relação do Estado e das leis em torno do acesso a terra, que ao longo da história foi apresentando a consideração de critérios como da produtividade e da coletividade, princípios presentes no processo que justificam a conformação de um território quilombola, e pré-requisitos para sua perpetuação. E assim, no segundo capítulo abordo os processos identitários como forças motrizes que alavancaram o grupo (e os agrupamentos diferenciadamente) a reivindicar o acesso a terra. Demonstro como essas identificações estabeleceram rumos

tomados na constituição territorial, definindo o reconhecimento jurídico que inseriu a questão quilombola na “luta pela terra” a sombra de uma legislação específica, afetando as relações internas, e explicando suas estratégias, articulações e mobilizações políticas. No terceiro capítulo abordo a judicialização do caso em seus diferentes momentos, percorro a trajetória das partes envolvidas nos espaços do campo judicial, bem como esses se relacionam e acionam a politização em torno deste direito, angariando forças seja para sua aplicabilidade ou sua revogação (impedimento). Por fim, então, no quarto e último capítulo me debruço sobre a definição do “território negociado” como resultado de todo o processo onde a diversidade de dispositivos atribui o estabelecimento de fronteiras físicas e simbólicas não estáticas, mostrando que o que se colocou em jogo foi o acesso a terra e os benefícios para melhoria na condição de vida das pessoas, por um lado, e a manutenção do poder, por outro.

Portanto, seja “sem terra” ou “quilombola” é a “luta pela terra” que moveu esses grupos, que os levou a acionar um conjunto de agentes na perspectiva de defender e garantir seus interesses.

2 O DILEMA DA TERRA ENQUANTO PROPRIEDADE E A CONFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS: O PROBLEMA!

Nesta seção inicial pretendo discutir a construção do problema aqui abordado enquanto a problemática distribuição, apropriação e acesso a terra, destacando a consumação da propriedade em face os aspectos da produtividade e da coletividade que são fundamentais para entender o caso estudado. E assim, introduzir a interpretação do papel da lei como ferramenta do Estado no controle da conformação dos territórios, considerando que o conflito é um elemento intrínseco a questão da terra em virtude da perspectiva do sistema fundiário brasileiro que ao promover a concentração de terras, anuncia a desigualdade social e as forças que procuram a manutenção dessa lógica da apropriação territorial.

Sendo assim, se faz pertinente considerar que em torno da disputa pela terra e sua consumação enquanto propriedade, muitos conflitos já foram realizados ao longo da história da humanidade. Isso remete à dificuldade que a apropriação territorial representa perante a sociedade e o Estado, no que tange o reconhecimento da difícil tarefa de conciliar a propriedade individual, a igualdade e as diferentes formas de poder, o que para Louis Dumont (1985), é um dos aspectos em comum entre os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, referências fundamentais na constituição da ideia de propriedade. Não pretendo aqui realizar uma excursão pelos fundamentos do pensamento destes autores, mas tão simplesmente, apontar para como o entendimento acerca de uma ideia de propriedade remete a uma problemática social em torno do acesso a terra, e consequentemente, na conformação de territórios, tendo em vista que vários fatores estabelecem uma inter-relação de forças que irá definir a construção dos territórios quilombolas.

Mesmo não estando abertamente expresso, o critério da produtividade se faz presente em torno do tema, tendo em vista que o trabalho atribui legitimidade moral para garantir o direito em pauta. Logo, trata-se de compreender como a legalidade da propriedade quilombola, traz a pressuposição da prerrogativa da coletividade (“uso comum”), como condição para a concretização do direito de acesso a terra.

Nesta perspectiva defende-se a legitimidade do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas enquanto uma medida normativa de Estado que reconhece o vínculo das populações escravizadas no Brasil, por meio de sua mão-de-obra na terra. Desse modo o trabalho é uma prerrogativa que fundamenta o direito a terra, e por outro lado, é um dos elementos que serve de referência para a delimitação dos territórios aos descendentes de tais populações.

Ao longo dos tempos o Estado (em suas diferentes formas) vem estabelecendo certo domínio sobre a distribuição de terras, obedecendo relativamente, a lógica da sociedade civil em seus diferentes contextos.

Este aspecto do trabalho na terra como garantia de legitimidade (moral) do direito sobre ela, é um elemento interessante para se pensar a questão quilombola (tendo em vista que o reconhecimento perpassa pela moralidade), já que tais grupos (quilombolas) exercem – ou exerceram, nos casos das que foram expropriadas - de várias formas atividades laborais nas terras que reivindicam. Através do trabalho foram concebendo o sentido de território e de pertencimento. Um pertencer que em boa parte dos casos, se aproxima da forma de uso sazonal. O que nos remete ao aspecto da coletividade, pois, a partir do momento que o indivíduo tem direito a terra durante o tempo em que nela está trabalhando, imputa ao outro o mesmo direito, assim cessado o seu cultivo. O que implica a necessidade de deslocamento do trabalho para outras áreas²³, caso não se pretenda configurar em “posse” individual.

Seguindo tal raciocínio o trabalho seria um mecanismo que definiria as formas de uso da terra – o que se associa ao critério de produtividade, e depois da “função social da propriedade”. E assim, a conformação do território comum se estabelece com vistas à produção. Dessa forma, seu acesso seria pautado na atividade produtiva e coletiva, e na relação que os indivíduos estabelecem com a natureza ao seu redor. O homem exercendo sua intervenção na natureza, para sua sobrevivência, justificaria a definição de limites não individualizados, mas sim fronteiras compartilhadas, onde as formas do trabalho determinam a consumação do espaço territorial.

A pertinência dessa reflexão sobre a propriedade se justifica mediante os rumos que na atualidade a apropriação territorial tem tomado no sentido de uma justiça social, o que tem proporcionado uma nova configuração espacial no cenário agrário. Desse modo, a relevância desse pensamento é corroborada na assertiva de Norberto Bobbio:

O atual renascimento do jusnaturalismo é o ressurgimento da eterna exigência da ideia de justiça – que transcende continuamente o direito positivo e nos induz a tomar posição frente a ele para modifica-lo, aperfeiçoa-lo, adapta-lo as novas necessidades e novos valores (BOBBIO, 1998, p. 25).

O direito positivo que tanto legitima a concentração de terras, o acirramento das desigualdades no acesso a esse bem, é aquele que as inclinações normativas constitucionais

²³ Ao se definir lotes ou terrenos dentro de um território quilombola, a propriedade individual poderia ameaçar a propriedade coletiva?

parecem replicar. É um direito presente nas constituições anteriores, nas legislações agrárias que regulamentaram a formação dos latifúndios como peça fundamental da estrutura agrária no Brasil. Ao mesmo tempo como salienta Roberto de Paula (2007, p.31), tal direito é uma ferramenta, uma estratégia para “[...] dificultar o acesso dos trabalhadores a terra e à justiça”.

Tendo como base a “função social da terra” e a conflitividade que emerge dessa seara, a questão agrária deveria ser tratada a partir da ideia de consistir num assunto que envolve direitos fundamentais de determinadas coletividades.

A questão quilombola, portanto, traz à tona essa ideia de bem coletivo, apontando para a coletividade como uma prerrogativa fundamental na regularização fundiária. A definição de território já se vincula aos sentidos e significados comuns dos grupos, são critérios de delimitação, dentro do conjunto de dispositivos que atuam na conformação de tal espaço.

Poderia então dizer que a modalidade de acesso a terra por parte dos sujeitos em questão, mesmo sendo ordenada juridicamente, é uma retomada do caráter de coletividade em torno deste bem? Afinal, o território quilombola é um bem “pró-indiviso” e coletivo, conforme a legislação. São duas posições que se deflagram: propriedades particulares (na maioria dos casos) e o direito coletivo. Ocorre que a primeira posição é legitimada historicamente, além de ser sustentada política, econômica e legalmente. O que sugere disputas e conflitos, definindo-se assim, outros dispositivos no processo de consumação do território. Logo, as relações de força as alianças, as articulações e mesmo os diversos tipos de poder serão primordiais para que de um lado se garanta que a lei não será efetivada; e por outro, para determinar as fronteiras das terras pleiteadas.

Esta problemática da terra ao passo que remete o assunto ao princípio da coletividade, se baseia em de concepções de justiça que seguem em diferentes direções, ou mesmo antagônicas. As partes que se envolvem em demandas por terra em torno da questão quilombola acabam se valendo de tais concepções de justiça para reivindicar seus interesses. Tais contendas se definem como outro dispositivo atuante na determinação do território. O poder de definir os contornos da apropriação territorial acaba por colocar na ação do Estado sua decisão. Se o contexto se inclina para uma concepção ou outra, as partes dependem dos representantes estatais da ocasião: os governos.

E assim, a necessidade de regularizar a posse ou propriedade da terra, por via do direito civil, tornando uma regra comum a todos, destinou o poder decisório ao Estado. E este enquanto um corpo político precisou lidar com os diversos interesses e demandas que giram em torno da distribuição de terras. Esse fenômeno vem se desenvolvendo ao longo dos tempos. No entanto, não se trata aqui de considerar um acontecimento factual, derivado

natural do desenrolar dos fatos. Sua constituição está inteiramente ligada ao contexto social ao qual esteve (ou está) atuando.

Dessa forma, a regulação do uso, posse e propriedade de terras cabendo ao Estado implica em mecanismos normativos, que nas suas transitoriedades, foram resultados das conjunções de relações de poder e interesses. Por outro lado, estas leis estão diretamente ligadas às demandas sociais existentes em torno da posse da terra. Portanto, ao mesmo tempo, são elas fatores determinantes do modelo de ocupação do espaço que se faz dominante; como também o contraditório.

Parece que o Estado pode atirar nas duas direções, e de certa forma assim o faz. O que me leva a suspeitar que o que está posto é o amplo controle desta conformação espacial. Criando a possibilidade da contenda, proporcionando a contestação e definindo a disputa, seja para beneficiar uma parte ou a outra, o Estado desenha as linhas do território nacional. Essa tentativa se um dia já foi uma ação quase impossível mediante o tamanho continental do país, atualmente consiste numa possibilidade real e plausível.

O Estado, dessa maneira, em seus diferentes tipos (do “Estado Antigo”, ou “primitivo”, ao “Estado Teocrático”, “Estado Agrário”, chegando ao “Estado Moderno”²⁴), ao longo da história foi se estruturando para a manutenção de uma ordem territorial na qual um de seus principais papéis foi a mediação e resolução de conflitos (dentre eles em torno da legislação). Dessa maneira, em se tratando de apropriação do território, ou distribuição de terras, os diferentes contextos apresentam formas diferentes de definir as ações dos elementos atuantes nos processos. E estas ações funcionam como balizadores das situações e condições da ocupação do espaço.

As diferentes formas de apropriação e consumação do espaço/território podem ser identificadas e analisadas. Apesar disso não se pode reduzir estes processos aos elementos que socialmente e historicamente neles atuam. Tais fatores, classificados por Nicos Poulantzas (1985, p. 113) como “dispositivos” (fronteiras, limites, urbanização, cidades, comunicação, aparelho militar, Religião, etc.), não podem ser observados como um mero encadeamento, na

²⁴ Denominações propostas por Robert Weaver Shirley no livro “Antropologia Jurídica” (1987). O autor considera os tipos de Estado partindo da evolução e estrutura que ao longo dos tempos e nos espaços, foi se adotando. Na história cita exemplos de “Estado Antigo”: “Esta organização política onde a classe camponesa é dirigida por sua própria elite, na religião, no comércio e na guerra, é uma forma de governo muito antiga e estável: exemplos clássicos podem ser encontrados no México, na África, na Grécia, na China, na Itália e na Índia, em algumas fases de sua história” (SHIRLEY, 1987, p. 57) Este tipo de Estado se desloca para o “Estado Teocrático” quando, segundo o autor, o governo passa a ser exercido pelos Sacerdotes. E quando estes se fortalecem com um aparato militar para a garantia da defesa externa e manutenção de seus impostos, como troca diante dos camponeses, forma-se o “Estado Agrário”. E assim, com os exércitos, vieram as conquistas, com estas necessidades de mediações, esse processo desencadeou a formação do “Estado Moderno”.

medida em que “... não possuem naturezas intrínsecas, suas transformações históricas não são simples variações dessa natureza.”. A atuação de tais dispositivos na conformação do espaço/território acaba dependendo de fatores históricos que definem seu poder de influência no Estado. O que curiosamente, estabelece o controle do Estado sob estes.

Ao mesmo tempo em que os dispositivos flutuam no quadro dos contextos, outros são formados a luz dos interesses mais gerais, e nas suas relações com interesses específicos. Nas novas formas de “matrizes diferenciais do espaço”²⁵ (idem), geram-se necessidades de adequações por parte de todos os segmentos da sociedade. O Estado não foge à regra. E, se assim entender, é possível considerar que existe um conjunto de dispositivos já existentes, e outros que se formam com o processo de regularização fundiária de territórios quilombolas. Estou inclinado em afirmar que todos os elementos que de uma forma ou de outra fazem parte de tal processo, de alguma maneira atuam na definição do território, seja direta ou indiretamente. Contudo, supondo que nenhum deles se vale isoladamente, e sim existe uma inter-relação em volta de tais dispositivos.

Deste modo, considerando as possibilidades, faz-se pertinente entender que as relações entre os membros de uma comunidade quilombola, são como forças internas, as quais atuam no processo de apropriação e consumação do território. Assim sendo, a institucionalização de uma Associação representativa poderia ser entendida como uma espécie de catalizador de tais relações?²⁶

Considerando, portanto, que tais organizações políticas representem um espaço de disputa interna, materializando-se nas relações de forças para a consumação do território, é preciso se atentar para as tensões que atuam nele, tendo em vista ser um elemento importante na materialização dos interesses e das posições, considerando sua consequente ideia de justiça que lhe fundamenta. Sem esquecer que tais organizações não estão alheias às influências dos agentes externos que atuam, muitas vezes na construção reivindicatória, ou seja, desde o conhecimento do direito. E que também se expressam nas suas ações.

Os interesses dentro dos segmentos não obedecem a uma coesão ou unanimidade, o que gera posições conflitantes dentro dos grupos. E assim, suas atuações acabam se direcionando a gosto, também, das relações de poder internas. Como dito, estas não possuem uma natureza intrínseca.

²⁵ O autor denomina território enquanto uma “matriz espacial”.

²⁶ Cabe aqui ressaltar que por via de um dos mecanismos jurídicos em torno da questão fundiária quilombola (o Decreto 4.887/03 a ser tratado mais a frente) a representação de tais grupos se faz por meio de uma associação devidamente regularizada nos setores responsáveis dos governos. Ou seja, estabelece-se uma configuração de organização social e política que de uma forma ou de outra, seguindo os meios de uso de seus territórios.

Certamente é um dispositivo que como outros, seguem os cenários das relações sociais, ao passo que se baliza pela legislação. O fato é que sua criação está diretamente ligada a uma demanda social, que aparece nesta mediação como uma forma de vínculo com o Estado. Teria outra forma de estabelecer a distribuição (legalmente) de terra a estes grupos, sem a prerrogativa de tal organização política?

Porque toda organização organizada tem que ter alguém que represente, isso é uma regra básica, porque se não ficaria uma Anarquia todo mundo mandando... então, o decreto falou da necessidade de uma organização, a própria Portaria também fala, que as terras dos quilombos elas deverão ser registradas em nome de uma entidade que represente a comunidade [...] (informação verbal)²⁷.

Assim entende um representante do INCRA/SE, quando interpelado sobre a prerrogativa da entidade representativa. A ideia de desordem expressada pelo uso do termo “Anarquia²⁸” sugere uma influência interna realizada pela Associação, o que reforça a tese de interferência direta na forma de uso e acesso a terra, logo, do território.

Contudo, a organização política acaba por consistir em fator de estruturação do espaço, de um ordenamento topográfico que demarca – além do território – formas e contornos políticos. E assim, o cenário territorial vai se formando. Cabe então indagar como o acesso a terra responde às relações de poder que se configuram nos diferentes contextos? E, em se tratando de regulação do Estado, como as mobilizações políticas se utilizam dos mecanismos legais na definição da apropriação da terra?

Mediante a busca por concentração de terras, por ameaçar o espaço vizinho e pela assimilação do poder simbólico atribuído pela propriedade, o Estado (contemporâneo) procura monopolizar os procedimentos de apropriação da terra. Desta pretensão partem mecanismos como Políticas Públicas que se destinam a setores da sociedade. Estas podem funcionar como as diretrizes deste controle, que ultrapassam a questão fundiária. O Programa Brasil Quilombola pode ser abordado como um exemplo dessa espécie de monitoramento.

Certamente, com o poder que exerce sobre vários dispositivos, o Estado adquiriu condição deste controle. Em se tratando de um direito alcançado na prerrogativa da coletividade por meio de institucionalização, posso apontar na direção de um controle do Estado acerca das populações tradicionais, que supostamente estariam mais deslocadas e

²⁷ Depoimento cedido em 12 de dezembro de 2014.

²⁸ Oriunda do termo grego *Anarkhia* significa “ausência de governo”, ou seja, sem a figura da autoridade onde o “bem comum” está acima de qualquer interesse individual. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/anarquismo/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

longe do alcance estatal. Mas que agora, enquanto sujeitos coletivos de direitos se veem atreladas aos laços governamentais. É como se para existir precisasse da presença do Estado, do reconhecimento jurídico então. Bom, de certa forma é isso mesmo, mas teria essa condição outras facetas?

Como denominou Antony Giddens (2002) a “ascensão das organizações” conformou uma nova era, a “era das organizações”, e esta, promovendo uma descontinuidade, se distingue não pelo seu tamanho ou meandros burocráticos, mas sim pela sua condição de serem monitoradas. Ressalta o autor de que tal monitoramento tem vínculos com uma realidade geopolítica que ao mesmo tempo em que exerce “... o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas” (GIDDENS, 2002, p. 22), influencia os dispositivos em torno da estrutura da matriz espacial.

Destacada essa possível pretensão do controle monitorado da distribuição de terras, é pertinente pensar na relação que as demandas sociais estabelecem com as leis. Sendo estas, mecanismos políticos e civis que regularizam a vida entre semelhantes, e uma necessidade intrínseca à sociedade (MONTESQUIEU, 1968), o acesso a terra está vinculado às prerrogativas das leis. Dessa forma, poderia considerar a lei uma representação dos ditames do Estado perante as forças que atingem seus encaminhamentos? A lei pode ser entendida como um dispositivo de mediação dos interesses em torno da posse da terra? Afinal ao passo que o Estado se encontra na condição de elaborar e implementa-las determina assim os contornos do território.

Na qualidade do Estado em definir fronteiras e limites, também mora sua capacidade de deslocá-las. Para tanto o arcabouço político-social requer certa homogeneização, pois, ao passo que atribui direitos, estabelece-se o controle. Esse arranjo para sua eficiência se faz necessário estar presente em todo território nacional.

No entanto, como lembrou Poulantzas (1985), os dispositivos não funcionam da mesma forma em diferentes momentos; acrescento que em diferentes contextos (mesmo que no mesmo momento), pois, no deslocamento entre os espaços (regiões do país), tais dispositivos continuam a não obedecer a certas continuidades. Existem realidades específicas ao mesmo tempo, em diferentes espaços. A lei federativa encontra barreiras locais que podem dificultar ou não a sua implementação. Essa parece ser uma condição *sine quanon* quando se trata da regulação de terras.

O Estado então, ao longo dos tempos lança mão de mecanismos jurídicos que estabelecem os ditames da distribuição de terras, determinando diferentes conformações, as quais estão de acordo com as forças que atuam nesse ou naquele contexto. Tais forças buscam

defender a legitimidade de suas causas se alicerçando em concepções de justiça encontradas nessas normatizações.

Neste sentido cabe pensar acerca de ordenamentos que na história fundiária brasileira apontam para tal controle, este sempre medido por interesses, o que, em se tratando de Estado, são cambiantes. Dessa forma, em diferentes contextos, poderão existir diferentes conformações. Logo, entender estes mecanismos, é a possibilidade de desvendar ou desnaturalizar o quadro resultante da homologação de uma lei que por ventura vai de encontro a interesses hegemônicos, os quais, por sua vez, também estão pautados em legislação estabelecida.

O reconhecimento jurídico de comunidades quilombolas enquanto sujeitos coletivos de direito é um sinal da referida oscilação. Na medida em que existe a atribuição deste benefício a um segmento da sociedade que se vincula histórica e culturalmente com a prática desprezível da escravidão, onde um dia sequer foram tratados como Seres Humanos; realmente estamos diante de um momento muito importante na problemática distribuição de terras no Brasil. Momento em que fica evidente o antagonismo existente entre a justiça liberal e o modelo de propriedade – coletiva – que é proposto nesta demanda. O critério de redistribuição, tão enfatizado por Nance Fraser (2002) se configura assim como um desafio perante a sólida cultura de terras implantada no Brasil. Para a autora, focar a questão da justiça social apenas no aspecto do reconhecimento desvirtualiza o problema da distribuição desigual e suas consequências (exclusão social, marginalização, privação, exploração, etc.).

Fraser (2002) insisti na ideia de que na sociedade contemporânea a injustiça é uma realidade oriunda da má distribuição e que para ela, a luta por reconhecimento acaba contribuindo para o enfraquecimento da luta por redistribuição, tendo em vista que coloca em pauta as reivindicações identitárias promovendo uma divisão dos segmentos mais vitimados pelo sistema econômico. Esse “problema da substituição” será sanado...

Quando, contudo se sobrepõem as duas perspectivas, o risco de substituição pode ser neutralizado. A justiça surge então como uma categoria bidimensional que abrange ambos os tipos de reivindicação. Desta perspectiva bifocal, torna-se desnecessário optar entre uma política de reconhecimento e uma política de redistribuição, impondo-se, pelo contrário, uma política que abarque os dois aspectos (FRASER, 2002, p. 12).

Desse modo, faz-se necessário associar as duas dimensões para se fazer valer uma perspectiva de justiça que contemple políticas de reconhecimento e de redistribuição. Se percebermos bem, no tocante à questão quilombola, essa perspectiva bidimensional está

parafraseada tendo em vista que a certificação (reconhecimento) é o pré-requisito para o acesso a terra e outras políticas públicas (redistribuição). Ocorre que quanto ao direito á terra essa distribuição material parece mostrar que uma dimensão não pressupõe a outra. E assim, mesmo que garantida em lei, essa bidimensionalidade não atinge seu fim. Por certo, existem fatores que proporcionam essa distorção.

Afinal, como explicar a lacuna apresentada em torno da questão quilombola? Tal quadro é efeito do embate que se coloca entre um novo modelo de acesso a terra e as formas “tradicionais” de apropriação territorial. E é neste contexto que tais fatores atuam, pois, não é só uma questão de legalidade, mas também de aplicabilidade.

Desta forma, percorrer o estabelecimento da propriedade e sua influência na conformação do território nacional é pertinente para entender onde se localizam as resistências e forças contrárias ao referido direito quilombola como um efeito de uma pretensa justiça distributiva.

2.1 A problemática da distribuição de terras e a consumação da propriedade

No Estado Moderno as disputas, os interesses, as regras e julgamentos proporcionaram a formação de instituições jurídicas, montadas para tratar especificamente de questões adversas. Na tentativa de regularizar a distribuição de terras, tendo ou mantendo o Estado em certa medida, com o controle desses processos de territorialização, foram criados órgãos como o Conselho Ultramarino e das Ordenações Filipinas, onde em Portugal instituiu em 1375 uma lei agrária – retomada da legislação medieval (MONTEIRO, apud, MOTTA, 2009) que mediante a crise do século XIV²⁹, buscava garantir a produção – cultivo – nas terras.

Também conhecida como “Sesmarias”, esta lei, como aponta Márcia Motta (2009: 15), “... visava coagir o proprietário de terras a cultiva-las sob pena de expropriação.” Segue: “A lei inaugurava o princípio da expropriação da terra, caso não fosse ela aproveitada. Não se referia as terras virgens e em áreas despovoadas.”, (idem) e sim, àquelas que foram concedidas. O critério da produtividade foi estabelecido como prerrogativa da posse da terra. A obrigatoriedade do cultivo torna-se legalmente a razão de ser de uma concessão, que seguindo a lei poderia ser destituída tal posse mediante descumprimento desta norma. No entanto, pode-se indagar quanto ao sucesso desta medida legal e sua aplicabilidade, ou seja, se a lei atingiu seu objetivo em Portugal, pois, Segundo Motta (2009, p. 18) a resposta para tal

²⁹ Portugal vivia uma crise alimentar e acabara de ter seu território devastado por guerra e pestes.

indagação ficou dificultada mediante “o silêncio da historiografia portuguesa perante a lei”. É possível fazer um paralelo com a estrutura agrária do Brasil, tendo em vista que se tratou de uma mesma jurisdição.

Outro aspecto a se destacar, e que tem relação direta com a ideia de “terras devolutas” na contemporaneidade é que a lei não considerou ou não tratou de “terras virgens”. Este ponto é importante principalmente quando pensamos a expansão desta lei para as colônias portuguesas. Nestes casos não se trata de obrigar os proprietários a tonar suas terras produtivas, pois, seriam terras ainda não colonizadas, ou em processo de colonização, logo, seriam terras da coroa portuguesa.

Sendo assim, a lei agrária portuguesa foi um precedente para solicitações de concessões, nas colônias. Houve uma espécie de tradução da lei. E assim, as sesmarias ocorreram a princípio na Ilha da Madeira. E lá, como aponta Antônio Saldanha,

Onde começou a traçar a vila e dar as terras de sesmarias, como tinha por regimento o Infante D. Henrique, Senhor da dita Ilha da Madeira, e, conforme o dito regimento, deu por cinco anos as terras que não eram lavradas, dentro dos quais se obrigavam aproveitar-las, sob pena, de não conseguindo neste tempo, lhas tirar e dá-las a quem as aproveitasse” (SALDANHA, 2001, p. 287).

Da Ilha da Madeira, a experiência das sesmarias foi levada para os Açores e o continente africano. Lá, sua implementação se destacou a princípio em Moçambique. Apesar do claro interesse de Portugal que via os territórios africanos como “reservatórios” de mão-de-obra, são concedidas as sesmarias mesmo sem uma política mais consistente de ocupação das terras que implicasse na operacionalização de uma legislação agrária voltada para as potencialidades agrícolas das regiões africanas. Até mesmo o conhecimento que a população africana detinha de suas culturas agrícolas e condições regionais, foram pouco consideradas, sua utilidade se regulava pelo trabalho manual.

Expandida para o Brasil, onde as sesmarias se constituíram num instituto jurídico utilizado por Portugal para concessões de terra; a legislação agrária portuguesa proporcionou uma tentativa de conformação da ocupação do espaço. Este amoldamento, por sua vez, não se esquivava das relações políticas já existentes regionalmente. Estas, em grande parte representavam vínculos com atores da coroa, onde tais alianças procuravam defender interesses específicos presentes em cada região. Seja como for o que estava em jogo mesmo eram os interesses da coroa, o que remete o tema a questões relacionadas ao modelo da agricultura lusa, suas mazelas e implicações no Brasil.

O interesse primordial do processo de colonização portuguesa em *terras tupiniquins* esteve ligado, no primeiro momento, à busca do ouro. A princípio este interesse da coroa foi frustrado, tendo em vista que durante o século XVI nenhum sinal de metais preciosos foi encontrado nos solos coloniais americanos de possessão portuguesa.

Considerando sua familiaridade com a produção de açúcar e seu interesse mercantilista, Portugal introduz na colônia a produção da cana. Data de 1557 a instalação do primeiro engenho de produção de açúcar no Brasil, pouco tempo depois da introdução das capitanias hereditárias que conformou as sesmarias. Mas, mediante sua ineficácia na pretensa colonização, pouco tempo depois a coroa revogou as capitanias, seguindo com o sistema de concessões que apresentava melhores perspectivas, como na intensificação da produção de cana-de-açúcar.

Do século XVI ao XVIII a produção de açúcar se intensifica de tal maneira, que logo alcança uma dimensão destacável. Vera Lúcia Amaral Ferlini (1984) denomina de “A civilização do açúcar”, essa economia baseada no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho artesanal de açúcar que se desenvolve em terras brasileiras. E como resultado deste processo a expansão de engenhos, principalmente no nordeste brasileiro, implica por um lado a constituição dos latifúndios, por outro a utilização de uma mão-de-obra em massa, oriunda do continente africano.

Vendo uma perspectiva de desenvolvimento e lucros – tendo em vista a demanda por açúcar na Europa -, neste período, o incentivo agrícola foi dado à produção em larga escala para abastecer o mercado europeu. Dessa maneira, no processo de colonização do século XVI, a pequena propriedade não representava atração aos olhos mercantilistas de Portugal.

Essa veia produtiva encontra-se em crise no século XVII com a descoberta das Minas Gerais, que promove uma mudança na política econômica colonial. Com o ciclo do ouro, o aumento migratório e o desenvolvimento de novos setores da economia; houve a necessidade de uma maior produção de alimentos. E assim, a reivindicação por terras ficou mais difusa, deixando a política de doação de terras insuficiente para as novas necessidades sociais. E, como salienta Robert Shirley (1987), a lei é resultado de uma demanda social que justifica a criação de uma regra.

Com este quadro a lei das sesmarias tornou confusa a situação de ocupação do território. Sua debilidade cresce no final do século XVIII com a decadência do ciclo do ouro e a consequente retomada da atividade agrícola. No início do século XIX a questão da posse da terra fica ainda mais complexa. A falta de um ordenamento jurídico para regular a propriedade (terra) proporciona uma tensão entre vários setores da sociedade. Interesses

diversos e antagônicos vão gerando um clima de apreensão. Todas as tensões em jogo se transformam em forças políticas, principalmente com a vinda da família real. A atuação dos dispositivos de consumação da distribuição de terras apresenta heterogeneidades que incomodam e dificultam a atuação do Estado.

Aqueles que então detinham a posse de terras durante o império podem ser considerados agentes importantes nas transformações históricas que se desenrolaram. Como analisa Caio Prado Junior (2011), este momento histórico contribui para a formação de um Brasil com ideologias e conflitos políticos que se configuram à luz de interesses diferentes, de segmentos diferentes da sociedade. Certamente, este grupo se transformou em um segmento com o poder de influenciar a constituição de um arcabouço legislativo que garantisse a manutenção de seus interesses. O que não quer dizer que tal classe representava um grupo coeso, outros fatores corroboraram para a existência de posições contrárias entre os “proprietários”, o que normalmente se resolvia por via da lei do mais forte.

Com a dinâmica do cenário político, que apontou para a necessidade de um mecanismo regulatório capaz de apaziguar ânimos e ao mesmo tempo atender as forças atuantes; as primeiras décadas do século XIX marca a necessidade de resolver tal matéria, ao passo que se alia ao projeto de construção da integração das diferentes províncias.

Assim as Sesmarias passam a ser consideradas obsoletas no entendimento de parte das forças políticas. A linha argumentativa se encontrava na direção de uma integração nacional, que para tanto seria necessário focalizar com maior atenção as terras por meio de um ordenamento jurídico. Fica clara a preocupação com o controle do Estado no território. Consideradas terras públicas, o espaço ainda apresentava sinais de disputas e conflitos que representavam uma ameaça não só à integração nacional, como ao desenvolvimento do Império.

Ainda em finais do século XVIII os pedidos de provisão (concessão de terras) apontavam para conflitos em torno da terra. Em Sergipe, por exemplo, menciona Motta (2009, p. 177), um fazendeiro solicita o tombo das terras, pois era “senhor e possuidor de um engenho de açúcar com terra de extensão [...] e porque parte da mesma se acham aliadas e usurpadas por várias pessoas em breve tempo virá o suplicante experimentar prejuízo”³⁰.

Com o quadro em crescente situação de risco para a própria economia, as propostas tomam corpo, porém, apontando ainda para as correlações de forças e interesses ideológicos e

³⁰ Cf. Livro de Registro de Provisões. Domingos José de Oliveira, 1976. Códice 109.

políticos. Assim, se fazia necessária uma proposição que pudesse gestar a questão da terra mediante as tensões e as lutas políticas, mesmo no Império.

Então é homologada a Lei de Terras de 1850. Resultado de um longo debate veio que tentar atender não só os conflitos de interesses e ações de diferentes dispositivos; como também procurou conjugar a tentativa de criar a “nação brasileira”. Nação e Terra ficam associadas de forma contundente neste mecanismo jurídico que, segundo Ligia Osorio Silva (1996, p. 67) “estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre proprietários de terras e o Estado que foi evoluindo durante a segunda metade do século XIX”. Tal aproximação se justifica pelo fato deste grupo representar uma organização política de fundamental papel no andamento da política do Estado Imperial.

Certamente, o processo de modernização econômica e política em que viviam os países dominantes da época foi um fator fundamental na homologação de tal lei. Emilia Viotti da Costa (1992, p. 27) enfatiza que

[...] o desenvolvimento capitalista atuou diretamente sobre o processo de reavaliação política das terras em diferentes partes do mundo. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem (COSTA, 1992, p. 27).

A terra passa assim a ser considerada uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucros tanto pelo seu caráter específico quanto pela sua capacidade de produzir bens. Aliam-se assim dois valores da terra: comercial (material) e *status* social (simbólico).

Outro aspecto importante e consequente desta lei é a questão da mão-de-obra. Como dito acima, os engenhos se valeram do trabalho escravizado de pessoas vindas do continente africano; sendo que em 1830 o tráfico tinha sido proibido, como então fica essa questão com a referida lei? Pressões de proprietários culminam na política de incentivo à emigração europeia – principalmente para o cultivo do café na região sudeste -, como um horizonte no processo de substituição do trabalho escravo por homens livres. Definidas as condições da emigração e o artifício de afastar os novos colonos da propriedade da terra, garante assim a solução para a preocupação dos proprietários, uma vez que no caso dos então escravos nada lhe cabiam como direito, pois, a Lei de Terras tratou de excluir ou invisibilizar os descendentes de africanos que se encontravam livres. Como bem ressalta Ilka Boaventura Leite (2002, p. 335), a lei “... excluía os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada libertos”. Não tendo, portanto, o referido direito, ou melhor, almejá-lo, tendo em vista que para tanto, já se fazia necessária uma considerável

condição financeira. O valor a que se colocaram as terras, representou a implantação do critério da aquisição como forma de acesso a terra. Dificultando seu acesso até aos pequenos camponeses.

Mesmo as terras que os afrodescendentes tinham recebido como heranças ou mesmo compradas, foram, à luz da lei, tomadas sem considerar os testamentos lavrados em cartórios. A expropriação compulsória comprometeu a dinâmica social de diversos grupos, e acabou se tornando uma prática recorrente quando se avança para o interior do país.

Sem dúvida a apropriação de espaços para a sobrevivência destas populações, constitui-se num ato de luta, que se segue ao longo da história, se caracterizando pelos seus contextos. Se por um lado o modelo palmarino de quilombo durante séculos foi uma resposta às ações do Estado, no que tange – para além da liberdade física e moral – o acesso a terra como condição de sobrevivência; por outro representava uma ameaça ao controle da conformação do território nacional.

A existência destes grupos constituídos representava um problema a ser resolvido. A consumação dos espaços ocupados por estes, atingia diretamente a pretensa perspectiva para a qual a Lei de Terras fora constituída: A integração nacional é colocada em risco. A lei foi um ordenamento que procurou abarcar todas as questões identificadas em torno do acesso a terra naquela época. E, enquanto mecanismo regulatório, sua eficiência dependeu de sua efetividade. Seu alcance não tinha como meta, abarcar toda uma extensa área a que corresponde a nação, mas sim, regiões específicas, em torno de estamentos territoriais já construídos, ou se estabelecendo, tendo como perspectiva sua expansão, e assim demarcar os grandes latifúndios. Tal expansão segue *pari passu* os meandros da lei.

Essa tentativa de regular a distribuição de terras atinge as posses aleatórias e os sesmeiros que estivessem em situação irregular, transformando-os em proprietários em pleno uso de direito de uso, e não de venda da terra. No entanto, aqueles que em virtude de situações locais mantiveram relações com grandes proprietários com poder político suficiente, foram efetivados enquanto proprietários, porém, subordinados aos grandes latifúndios. Assim, os poderes locais denunciam a dificuldade do Estado em uniformizar o alcance da lei, bem como sua tentativa de homogeneizar com vistas ao controle. E mais, mesmo na prerrogativa da produção, existiam grandes áreas não cultivadas e que nem com a indicação da obrigação do cultivo, fez-se recuar. A consequência disso foi a aprovação da lei com o dispositivo de legitimar a posse independente do tamanho (“cultivado”) e da data de ocupação.

Com a normatização veio a tributação e uma realidade histórica no Brasil: a sonegação. Os encargos públicos não são pagos pelos grandes proprietários, e tal condição

tem a ver com suas ligações com o poder estatal. Com isso vem a seguinte questão: como a Lei de Terras pode representar a tentativa de conformar o controle do governo acerca da distribuição da terra, ao passo que haveria pretensos grandes latifundiários que por meio de seus representantes no governo exerciam consideráveis influências?

Por certo se faz pertinente mais uma vez salientar que mesmo os proprietários não formam um grupo coeso. Divergências existiram no desenrolar das ações e aqueles com maior poder de representatividade puderam garantir seus interesses. Com a Lei de Terras pode-se dizer que o Sudeste foi a região com maiores benefícios voltados para os grandes latifundiários. A de se entender o deslocamento da importância da cana-de-açúcar para o café, como um sinal preponderante das relações de forças.

Neste cenário o pequeno produtor (leia-se: ex-escravos, imigrantes carentes que formavam uma parcela da população pobre e pequenos camponeses), acaba se constituindo em possível mão-de-obra. Os latifúndios já formados com a permissão da legislação vigente, não estavam abertos a recebê-las obrigando-as, em muitos casos, a procurar por terras em regiões de onde os proprietários não tinham interesse em requerer as sesmarias. Muitas famílias sem acesso a terra vagavam em busca de trabalho ou terra para plantar, sendo obrigadas a aceitar as condições que lhes eram oferecidas, normalmente de exploração; ou, se aventurar em busca de terras de “hereu”.³¹

Importante lembrar que a lei imputava a obrigatoriedade da produtividade, mas que na prática esse foi um artigo “morto”. Os latifúndios não correspondiam a prerrogativa do cultivo e tão pouco eram cedidas às famílias que precisavam produzir.

Apesar da ideia de propriedade privada (individual) estar presente nas letras da lei e legitimada a existência do latifúndio, só com a proibição do comércio transatlântico de pessoas para fins de escravidão é que os proprietários começaram a sentir a necessidade de definir propriedade, bem como delimitá-la nos termos das concessões de sesmarias e das ocupações existentes, pois com o advento da Revolução Industrial, a mão-de-obra escrava tendia a ser substituída pela assalariada, o que representava uma ameaça, uma vez que ainda não se tinham claro os procedimentos para determinação dos limites das propriedades. Deste modo, foi homologado um mecanismo regulatório da Lei de Terras que garantia a posse dos sesmeiros. O Regulamento de 1857 assim dispunha:

³¹ Termo usado tradicionalmente entre as populações da área rural para designar espaços onde não se tem um dono definido; terras de ninguém. Assim, podendo consistir em locais de uso comum ou de disputa.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara (BRASIL, 1857).

Fica instituída assim a compra como pré-requisito para ter acesso a terra. Cabe salientar que provavelmente poucos teriam os recursos suficientes para a compra de terras. E aqueles pequenos posseiros ficaram na situação de ilegalidade, tendo em vista que não poderiam obter o registro imobiliário da terra. Foi um verdadeiro triunfo do latifúndio, que sem o rigor da lei, passa a deslocar suas cercas para as terras dos pequenos posseiros, realizando uma forma de expansão da propriedade. Esse mecanismo ainda se faz presente na região da comunidade do Brejão dos Negros como será discutido abaixo.

No tocante à condição de acesso a terra por parte dos negros e imigrantes pobres europeus, a situação se agrava quando da abolição da escravidão. A parcela da população sem ter acesso a terra aumenta significativamente. A disposição territorial vai se conformando de modo que poucos com condições de compra puderam formar propriedades. Consolidando o latifúndio como modelo de propriedade no Brasil. Essa condição vai proporcionando a formação de um quadro social de bastante complexidade em torno da terra.

Tratando da constituição da categoria social dos “Sem Terra”, Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 32) ressalta esta relação da terra com a abolição:

O fim do cativeiro humano aconteceu quase 40 anos depois de ter sido instituído o cativeiro da terra. Assim, os escravos libertos que deixaram as fazendas migraram pelas estradas, por onde encontraram terras cercadas. Quando acampavam nas fazendas, os coronéis convocavam a polícia para expulsá-los. Igualmente, os camponeses europeus continuaram neste País, suas caminhadas em busca da terra. Migraram por e para diferentes regiões, lutando contra o latifúndio. Muitos de seus filhos e netos ainda continuam migrando. A maioria absoluta desses trabalhadores começou a formar uma categoria, que ficaria conhecida no final do século XX, como Sem-Terra (FERNANDES, 2000, p. 32).

Duas realidades que se confundem na narrativa que de alguma forma acaba distinguindo os “libertos” da categoria de “Sem Terra”. Por mais que objetivamente se possa separá-las, só o fato de ter a luta pela terra como bandeira em comum, as coloca lado a lado. Podem ser entendidas como duas *identidades* que se inter-relacionam em torno do mesmo eixo – a conformação da matriz espacial, do território, da distribuição de terra. Certamente

que mediante a regionalização essa relação terá modos diferentes, bem como ao decorrer dos tempos. Cabe adiante entender o processo de transitoriedade das identidades pela qual passou o grupo estudado.

Retomando o problema da distribuição de terras no Brasil, cabe ressaltar que a posse foi outra forma de acesso à terra. Como houve precedentes as posses de terras devolutas acabaram por se constituir numa forma dos pequenos produtores, por meio da ocupação, ter uma possibilidade de uso da terra. Ruy Lima (1954, p. 48) assim trata a questão:

Era a ocupação tomando o lugar das concessões do Poder Público, e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole. A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário, - ao menos nos seus primórdios - a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente firmada pela ocupação (LIMA, 1954, p. 48).

Assim, muitos – inclusive ex-escravos e descendentes - acabaram ocupando áreas de difícil acesso, bem como foi nos tempos da vigência escravocrata. Tal ocupação foi dando origem a localidades que por seus meios foram sobrevivendo. A questão quilombola atualmente vem dando pistas ao desenrolar destes processos, mostrando que não foram poucas como se pensou. Comunidades foram despontadas de diversas regiões do interior do país. Enfim, as possibilidades de situações foram tantas, mas de um modo ou de outro, quando dos finais do século XIX (depois da abolição escravocrata e da proclamação da República) uma grande parcela populacional esteve atrelada à condução do sistema.

A formação deste contingente populacional que não tinha acesso a terra, acaba por garantir por um lado, o trabalhador para o Estado Republicano (COSTA, 1992), por outro o acirramento da luta pelo acesso e permanência na terra.

Essa luta pela terra que se inicia na colonização com a expropriação das terras indígenas e que se intensifica com os quilombos, dá continuidade com a presença dos imigrantes europeus, e vem se desenrolando de maneira que aponta para o Estado um papel fundamental na sua definição e direção, como se pode observar; pois, sua condição institucional lhe garante a possibilidade de monitorar esse processo, como dito antes, coloca e desloca limites.

Com a República (1889) a questão da terra continua apresentando o mesmo sistema, ou seja, o poder político continuou nas mãos dos latifundiários. Desde as sesmarias e capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida

pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo vem apresentando ao longo da história uma sustentabilidade garantida por meio do poder e da violência, tendo na lei, de certa forma, uma omissão parceira.

Não obstante o início do século XX segue o rumo no tocante à distribuição de terras, tendo o arcabouço jurídico que trata da matéria no Brasil, sem novas e expressivas medidas legais. Os latifúndios se estabelecem por todo país, passando a atender a um projeto de produção voltada para a exportação. Esse quadro se perpetua até a Revolução de 1930 que destitui a oligarquia cafeeira, atribuindo ao Estado um papel econômico - a industrialização e desenvolvimento urbano das grandes cidades -, mas que com pouca intervenção na questão agrária. Esta então permaneceu com a mesma estrutura.

Com o Estado Novo a economia voltando-se para a industrialização intensifica o deslocamento e concentração populacional nas grandes cidades do Sudeste. Vai ficando para trás uma zona rural empobrecida com o aumento das dimensões dos latifúndios, e vai despontando a frente cidades com conhecidas explosões demográficas. Ambos os contextos (urbano e rural) passam a demandar a ação do Estado acerca de problemas sociais.

E assim, é preciso frisar, que mediante o processo de construção da identidade nacional (ORTIZ, 2003) a ideia de unidade pairava na formação das políticas públicas. Colocando então, a *diferença* sob um manto escuro. Uma marca deste mecanismo é a invisibilidade da população negra no Brasil. O que se agrava no tocante a rural. A ideia de “democracia racial” contribuiu ainda mais para não se fazer sentido falar em direitos da população negra. E, em se tratando de terra, pouco se pensava nessa matéria.

Nos anos que se seguem, a estrutura fundiária no Brasil continua intocada. A propriedade garantida para poucos passa a ser a ordem da terra, aceita e legitimada pela população e legalizada pelo arcabouço legalístico.

Este cenário montado acima é composto também por atos que não estão em palco. O debate acerca da distribuição de terras estava presente, em diferentes espaços. O tema circula, tanto em classes hegemônicas onde se baseia em interesses já citados, como também tomava corpo com o segmento que vai se constituindo em torno da demanda por terra de grande parte da população. Colocando assim, de um lado o latifúndio do outro a reforma agrária.

Em algumas regiões do país grupos que de alguma maneira estabeleceram relações, são formados, e assim, levantam uma bandeira. A luta pela terra fica então representada pelo movimento em defesa dos “Sem Terra”. Miguel Baldez (1997) indica que nas décadas de 40 e 50 vários projetos de lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional, mas nenhum aprovado.

A partir dos anos de 1960 a reforma agrária polariza definitivamente a luta pela terra e o debate sobre a distribuição de terras no Brasil. As medidas estatais passam a existir por meio de órgãos e artifícios legais. Circunstancias propícias, e com a intensidade do movimento o Estatuto da Terra é homologado no dia 13 de março de 1964, pelo então Presidente da República João Goulart. O qual, dois dias depois declara a necessidade de ações voltadas para a população, uma delas, a Reforma Agrária. Não deu tempo, no dia 31 de março os militares destituem o Presidente da República do cargo e tomam o poder, por 21 anos.

No entanto, dar-se-á prosseguimento no que tange às medidas para incorporar ao Estatuto os anseios dos trabalhadores acerca da Reforma Agrária. Entretanto, conforme indica Baldez (1997, p. 54), a pretensão não era concretizar o texto da lei, mas sim “... imobilizar e desorganizar a luta, transformando-se, ainda, num mero instrumento de remoção de eventuais conflitos no campo”. Apesar deste artifício, os conflitos não deixaram de existir e a repressão contra os trabalhadores aumentou.

O controle da matriz espacial se materializa não só nas leis, mas também nas ações repressivas do Estado no período da ditadura. Entra em ação um dispositivo de controle direto do Estado: o militar.

O que está em jogo é a luta pela terra, a atenção e a ameaça ao latifúndio que essa luta representa. E mexer com a propriedade significa atingir as bases políticas da estrutura rural e conseqüentemente, atinge a base da apropriação e consumação do espaço/território brasileiro.

Seja como for tal ordenamento traz em seu artigo primeiro a atribuição do Estado em regular “... os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”.

Analisar tal lei é ter a possibilidade de entender a dinâmica dos ocultos jurídicos que historicamente pairam em torno da questão da terra no Brasil. E mais, é uma demonstração do poder econômico e político sobre uma medida jurídica estatal e federativa. Este mecanismo legal transita pelos governos federais subsequentes sendo efetivadas suas prerrogativas “a conta gotas” ou mesmo totalmente desconsideradas.

Trata-se de realizar a Reforma Agrária, ou seja, desapropriar áreas não produtivas para fins deste intento, sustentada no entendimento da “função social” da terra o fato de estar se produzindo nela. E segue em seu texto passagens elucidativas de um reconhecimento da injustiça ocorrida ao longo dos tempos que vitimou parte significativa da população rural. A exemplo:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (BALDEZ, 1997, p. 84).

Percebe-se que o vínculo entre a posse da terra e a produtividade permanece como das sesmarias. Mas, no que tange a questão da distribuição da terra ligada à justiça social nos remete ao contexto da internacionalização da questão social no mundo. O que não representa efetiva diferença na condução da matéria. Pode ser considerada algo novo a ser atendido aos olhos da lei, mas pouco visto na ação governamental.

Por certo pouco foi colocado em prática nos primeiros anos da homologação desta lei. Mas devem-se destacar as articulações políticas que a luta pela terra (tendo agora o Estatuto como referência e motivação) proporcionou. Nos anos 60 em plena ditadura militar, com a intensa repressão, houve uma aproximação entre os trabalhadores que lutavam pela Reforma Agrária e setores eclesiais – de inspiração da Teologia da Libertação. O movimento se intensifica na década de 1970 com a nacionalização das Comunidades Eclesiais de Base e da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ligadas a Igreja Católica, era uma resposta ao Estado (militar) acerca da grave situação em que se encontravam trabalhadores rurais. Neste período aqui em Sergipe destacam-se as ações da Pastoral na atuação do Dom José Brandão de Castro, principalmente na região do baixo São Francisco, como veremos abaixo.

A luta continua de forma aberta tendo os trabalhadores rurais como principais protagonistas. Tal protagonismo tem na formação política libertária seus ensinamentos. A presença eclesial é uma peça fundamental no crescimento deste movimento social. Os encontros, eventos, mobilizações e acampamentos, além do enfrentamento da repressão, são marcas da trajetória desta luta, não mais especificamente pela terra agora, mas pela Reforma Agrária. Esse cenário foi traçado de tal maneira que ao falar em luta pela terra, se pensava em trabalhadores sem-terra.

Porém, ainda na década de 1970, outro movimento social se aponta, não levantando especificamente a bandeira, e nem recente, mas começando a marcar presença no cenário das lutas sociais no Brasil, e principalmente no campo político. O Movimento Negro, que tratarei – mesmo que rapidamente – abaixo, teve um grande papel na garantia dos direitos voltados aos afrodescendentes, contemplados na Constituição Federal de 1988.

E é nesta Carta Magna que a questão fundiária quilombola cria eco. O que permanecia silenciado perante o campo político e econômico, bem como o rural – e por assim dizer na luta pela terra; toma a vez, e coloca novas cartas na mesa. A garantia do direito a terra faz-se

pensar o que tenha levado o poder político brasileiro, com sua história e seus *modus operandi*, a permitir a instituição de tal direito? E mais, tendo em vista a forma que o Estado atua perante as demandas sociais, este mecanismo legal seria a velha estratégia de manter certo controle sobre tal demanda? Será que a perspectiva de seu efeito prático não representava ameaça à estrutura territorial brasileira? Ou mesmo, por fim, trata-se de um ordenamento controlador do Estado acerca da distribuição de terras no Brasil? Seja como for, como se pode ver, são muitas nuances a percorrer, o que nos leva a traçar o caminho das medidas legais que formam o arcabouço de sustentação jurídica do direito então reconhecido.

A questão quilombola torna-se assim, algo que além de se pensar em garantias de manutenção de traços culturais, se insere definitivamente na problemática distribuição de terras no Brasil. De contraversão a sujeito de direito, o *quilombo*, ou a comunidade quilombola é um fenômeno social que traz a possibilidade de se pensar analiticamente uma série de aspectos. O presente estudo se debruça sob o aspecto da construção da propriedade coletiva como um espaço de relações de força e poder que, além de consistir de vários fatores, representa uma das partes no embate entre modelos de propriedade.

É pertinente salientar que tal contradição não se desponha com os processos de regularização fundiária quilombola, aqui trato o estabelecimento do latifúndio como uma razão do conflito em torno do acesso à terra. Deste modo, antes do mote se inserir na dinâmica da região, o problema em pauta já estava se desenhando, como poderemos perceber.

2.2 Apropriação e consumação de propriedades na região: prelúdios do conflito

O território reivindicado pela CQ Brejão dos Negros é um ambiente compreendido entre a bacia hidrográfica do rio São Francisco e o extremo litoral norte sergipano. Este espaço é caracterizado por uma vasta área de terras embrenhadas em uma rica diversidade ecológica, reunindo ecossistemas da floresta atlântica, mananciais litorâneos, aspectos do cerrado e mesmo da caatinga. Uma rica estética de relevos formados por dunas e alagadiços que se unem às matas, aos mangues, lagoas e ilhas, compondo essa paisagem que se delineia nos contornos das curvas do Velho Chico, que corre para o mar. Panorama natural que desde 2004 faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA).³²

³² Cf. Decreto Estadual Nº 22.995 de 09 de novembro de 2004, que em seu Art. 1º decreta: “Fica declarada Área de Proteção ambiental (APA), sob a denominação de ‘APA – Litoral Norte’, uma região situada em área formada por partes dos Municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande, neste Estado de Sergipe, compreendendo aproximadamente 473,12 Km² (quatrocentos e setenta e três vírgula doze quilômetros quadrados), limitada, ao Nordeste, pela margem direita do Rio São Francisco; ao Sul/Sudeste, pelo Oceano

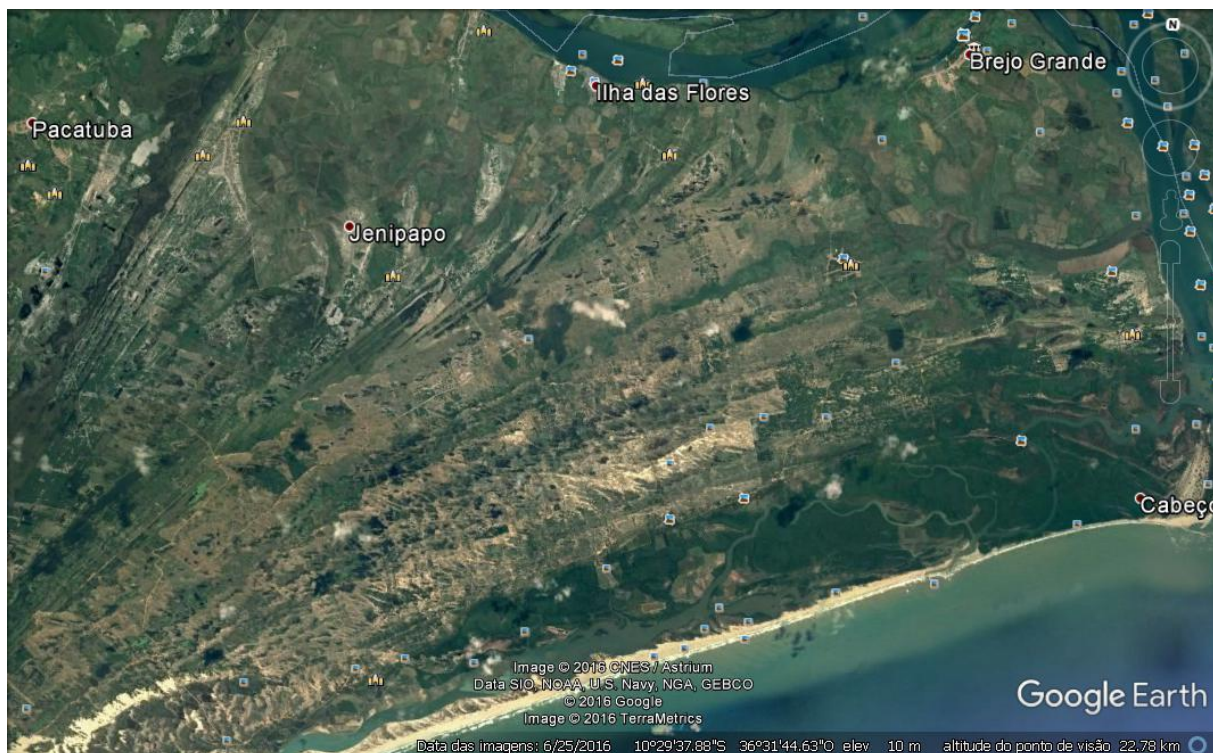


Imagem 1 – Vista Panorâmica da região e limite com o Oceano Atlântico (Fonte: Google Earth).

No curso do baixo São Francisco, nas proximidades da foz do rio, encontram-se os municípios de Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande que compartilham desse cenário e de outras tantas particularidades. Aproximação que me leva a classificá-la neste estudo de “região”, pois, são essas particularidades, que promovem aquilo que Bourdieu (2005, p.113) denomina de “descontinuidade decisória na continuidade natural”. E se a região é delimitada por critérios (BOURDEIU, 2005), considero as extensões das propriedades, não apenas como “fronteiras retas”, mas também como alcance do domínio e da autoridade.

O uso do termo aqui se justifica pelos vínculos percebidos entre tais localidades, que além de ambientais, relações de parentescos à vida política, unem-se por realidades sociais originárias de um sistema que legitima a concentração de terras.

Contudo, a paisagem dessa região foi sendo desenhada ao longo dos tempos através de diversas formas, predominando a constituição do latifúndio. Neste capítulo inicial estamos transitando pelo que aqui considero o problema central desta pesquisa, o aporte para a

Atlântico; ao Sudoeste, pela margem esquerda do Rio Japarutuba; e ao Norte/Noroeste, por uma linha estabelecida a uma distância de 8,00 Km (oito quilômetros) da praia, ou mais precisamente, uma linha distante 8,00 Km (oito quilômetros) da linha da preamar média do ano de 1831, nos termos do PORTO – MARINST nº318.001-A, e do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, ligando o lado a Nordeste com o lado sul/Sudeste, Cf. Mapa de Situação anexo a este Decreto.” (Governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho).

interpretação da conformação de um território quilombola: a dinâmica da apropriação territorial. O que quero dizer por dinâmica da apropriação territorial?

A estrutura fundiária brasileira é decorrência de uma construção histórica que se move a todo o momento mediante às forças que atuam nas disputas e conflitos envolvendo a posse da terra. Forças que atuam de formas diferentes mais que promovem a dinâmica da apropriação territorial pelo país a fora. Assim não é e nem foi diferente na região em questão. Sua ocupação sempre esteve ligada a expansão do poder representado pela herança colonialista que se aportou nestas margens sergipanas.

O acesso a terra e aos bens naturais proporcionados pelo ambiente, condicionou os meios de produção e exploração econômica que funcionam como núcleo de interesses, onde articulações, negociações e arranjos sociais são estabelecidos. Essa estrutura não é uma peça fixa, um arranjo sólido que possa se perpetuar ao longo dos tempos. Mesmo quando a concentração do poder material é caracterizada por um absolutismo específico – como no caso do sistema escravocrata –, ainda assim, algumas frechas escapam ao domínio e o oprimido se vale de sua chance para se aforar. Seu olhar ao horizonte o leva a lugares não alcançáveis, de “pouca serventia” e até negociáveis.

E assim, as consumações territoriais vão seguindo o impulso desse jogo, uma batalha onde às vezes o mais fraco (de força e poder material) alcança grandes conquistas. Esse processo de regularização fundiária quilombola é um marco na conformação da estrutura territorial da região. Sua complexidade é análoga ao que representa essa possibilidade, ou seja, tão impensado por essas pessoas que viveram aprendendo a lidar com os efeitos das ocorrências desvantajosas, que se custa a perceber a grandeza do fato diante da realidade histórica.

Abalar os alicerces firmados, ruir com algumas cercas físicas e simbólicas... realmente não se pode considerar que tal feito tenha sido obra do contexto político internacional, ou da habilidade parlamentar de uma vertente progressista de congressistas; muito menos das contribuições intelectuais no entendimento das relações humanas; como também não se pode atribuir aos movimentos de “luta pela terra”, nem aos gloriosos militantes dos movimentos sociais. Tal conquista é fruto de tudo e todos que na história já se pôde contestar contra a naturalização da desigual distribuição de terras no Brasil. E, seja de forma passiva ou ativa, se deve também, a coragem e o desagrado dessas populações que levaram suas vidas ponderando e buscando alcançar melhores condições de sobrevivência.

Deste modo, iremos agora costurar uma peça em que a maleabilidade do tempo funciona como uma espécie de rede de fios que ligam as formações das propriedades, as formas de trabalho e a constituição do território.

Diversos fatores contribuíram para definir onde e como os caminhos por entre essas entranhas nativas a ação humana se fariam presentes. Porém, não se pode negar que a forma mais contundente de ocupação humana e que também é a mais legitimada, foi a propriedade. De uma forma ou de outra assim se foi constituindo o panorama local, possibilitando um arranjo muito figurado, uma verdadeira metáfora das relações sociais.

A região apresenta grandes propriedades, que na sua maioria são de posse das famílias tradicionais latifundiárias³³. Elas ficam dispostas de modo que se alongam por todo o território que compreende os três municípios que se avizinham (Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba).

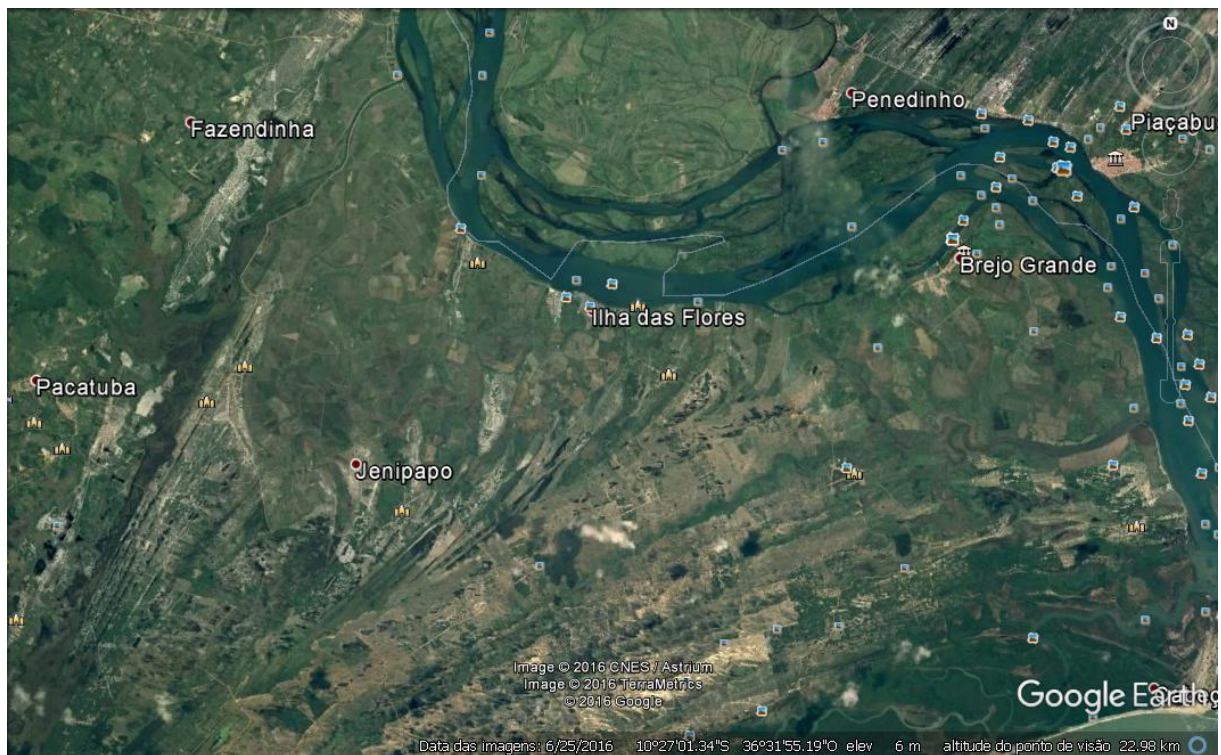


Imagem 2 – Vista Panorâmica da região e divisa com Alagoas (Fonte: Google Earth).

No entanto, é possível encontrar algumas médias propriedades, em sua maioria de posseiros moradores dos povoados da redondeza, ou mesmo das sedes de tais municípios. E ainda existem algumas pequenas parcelas de terras usadas por produtores rurais que correspondem a fragmentos que tiveram diferentes maneiras de apossamento. Algumas

³³ Segundo levantamento dominial realizado pelo INCRA tais propriedades se concentram de posse a três famílias da região.

“heranças”³⁴ estabelecidas como reconhecimento do uso contínuo do espaço, fazendo um emaranhado de lotes junto com as ditas “terras de heréu”³⁵ e outras ocupações tradicionais compartilhadas por algumas famílias de trabalhadores rurais e pescadores³⁶.

Este mosaico é uma formação que nos ajuda a entender como um território é constituído, ao mesmo tempo em que mantém sinais dos elementos que conspiraram na sua consumação. Fatores que atuaram marcam pontos de demarcação e sua interpretação nos leva a uma viagem pelos meandros das relações de força e poder que se constituíram no berço do sistema açucareiro nordestino. Suas especificidades apontam para as pistas da disputa territorial que aqui se aborda.

Não obstante, considero plausível identificar os elementos que definiram essa configuração local, pois, alguns aspectos se mantêm, outros se transformam e há aqueles que são excluídos. Quais as razões que podem levar a permanência, mudança ou exclusão deste ou aquele elemento? Tais elementos não serão aqui esgotados em suas análises, mas se pretende desenhar um painel do objeto em questão para chegar aos dispositivos encontrados na atualidade, compreendendo assim, como estes (presente) se relacionam com aqueles (passado). Portanto, poderíamos começar essa trajetória pelo começo.

Deste modo, é pertinente salientar que o baixo São Francisco na história sergipana teve uma relativa contribuição na produção de cana-de-açúcar, do quando essa atividade econômica predominou na região nordeste. Certamente não se trata de uma produção na escala que foi no Vale do Cotinguiba (SUBRINHO, 2000; FIGUEREDO, 1977; MOTT, 1986) com suas glebas de terras férteis para essa cultura, mas sim foi suficiente para concentrar uma população que em meados do século XIX³⁷ representou “[...] 24,14% da mão-de-obra escrava em Sergipe o que implica um número considerável, tendo em vista a indicação de baixa produtividade econômica relacionada à cana-de-açúcar da região.” (SUBRINHO, 2000 apud BOMFIM, 2007, p.26). Luiz Mott (1986) aponta que parte deste contingente estava trabalhando nos currais de criatórios de gado “vacum”. O que não significa que a cana-de-açúcar na região tenha sido pouco significativa.

Nos anos de 1840 essa economia cria corpo na região, com a vinda da família Machado. Tamanha sua punção que a produção de cana-de-açúcar se intensifica, ampliando-

³⁴ As aspas fazem alusão ao fato de na maioria dos casos o direito de uso é garantido pela legitimidade do parentesco e menos pela legalidade da posse.

³⁵ Espaços normalmente mais distantes do leito do rio, seguindo o sentido sul, na direção do oceano, onde se encontram mangues e ilha, atualmente com posseiros denominando-se “proprietários”.

³⁶ Como a localidade conhecida como “Pau da Gamela”, onde, segundo o RA é a mais importante de “uso comum” para as populações da região.

³⁷ Dados referentes ao ano de 1850, cf. Josué Subrinho Modesto, 2000.

se o número de engenhos na região. Consequentemente a população escrava para este fim aumenta, se concentrando nos arredores destes engenhos. Pouco ainda se encontra na literatura historiográfica que versa sobre o assunto. Estudos e pesquisas acerca das famílias precursoras dessa ocupação, ou mesmo das concessões, para o desenvolvimento desta economia, são escassas no acervo literário de Sergipe³⁸, apesar do vasto acervo documental que trata do pleito³⁹. Diante disso, por certo, é possível – e seguro - atribuir à família Machado como uma referência predominante acerca desta parte da história econômica e social da região. Como ilustração desta determinação faço referência ao RA (Relatório Antropológico), onde a autora apresenta um documento que seria o “Caderno de Registo de moagem do Engenho Cajuhype”, o qual a antropóloga menciona compreender o período de 1866 a 1906.⁴⁰

Tal família oriunda da cidade alagoana de Penedo – tendo o rio São Francisco como divisor entre os estados de Alagoas e Sergipe – coloca o engenho Cajupe como o principal centro produtor desta atividade no baixo São Francisco, sendo o primeiro a funcionar a vapor a partir de 1873, época em que na Província de Sergipe existiam apenas 40 engenhos funcionando com máquinas “modernas”, como destaca Maria Thetis Nunes (2006). A autora ainda indica que em tal contexto o “trabalhador livre” já correspondia a boa parte da mão-de-obra – para ela uma inspiração da Revolução Industrial - e que tais fatores, aliados a concorrência da indústria açucareira, motivou “[...] a criação do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura, em 20/01/1860, por D. Pedro II quando sua passagem por Sergipe ao visitar a cidade de Estância, idêntico ao que criara na Bahia, e, depois em Recife.”⁴¹ Rumava na direção de uma “ideologia do Progresso” (NUNES, 2006, p. 27). Tal ação visava desenvolver a lavoura na Província, estabelecendo como prerrogativa de acesso a terra, o critério da produtividade.

Segundo registros da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros⁴², nesta época, Brejo Grande apresentava cerca de 20 engenhos. Mesmo se tratando de dados não documentados,

³⁸ Justo destaque ao trabalho da professora Beatriz Gois Dantas: Índios e Brancos em conflito pela posse da terra. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, vol. II, 1976, p. 421-452.

³⁹ Apesar da existência de um grande número de documentos históricos sobre o tema nos arquivos do estado. Luiz Mott ao se deparar com tal acervo indagou: “Fiquei fascinado com a riqueza documental aí conservada, quase completamente intacta, sobretudo com a documentação com data posterior à independência desta Província, cuja emancipação da Bahia se deu em 1820”. (MOTT, 1986, p. 09).

⁴⁰ Ibid. 2012, p.62.

⁴¹ Tal medida imperial pouco atingiu os resultados esperados, frisa a autora.

⁴² IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume V. Rio de Janeiro, edição IBGE, 1957. Disponível Em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295> Sítio acessado em 26/11/2015.

possibilita uma ideia da existência de uma produção econômica canavieira na região do baixo São Francisco em Sergipe, mesmo que, como relata Luiz Mott (1986):

O período de maior destaque econômico da região do São Francisco restringe-se ao primeiro século da ocupação da Capitania de Sergipe del Rei, quando aí se instauraram numerosos currais de criatórios de gado vacum. Encerrado este ciclo, a região do S. Francisco numa mais ganhou grande destaque na vida econômica e social da Capitania e Província de Sergipe, participando apenas marginal e secundariamente na grande lavoura açucareira sergipana durante os séculos XVIII e XIX... Mesmo que encontremos engenhos de cana na região franciscana, nunca foram tão numerosos nem tão produtivos como os da Cotinguiba e Vaza Barris (MOTT, 1986, p. 73).

Toda região do baixo São Francisco representava até meados do século XIX pouco mais de 5% do total de engenhos de Sergipe⁴³. Provavelmente com um baixo contingente escravo, mas o que não impediu a ocorrência de duas insubordinações em Brejo Grande destacadas pelo autor: 1ª “revolta republicana de 1831”; e 2ª “movimento sedicioso de pardos e mulatos” (idem, p. 74). Este segundo tinha sido inflamado por conta da possibilidade de com o fim do tráfico negreiro, estes, já livres, passariam a ser escravizados (idem).⁴⁴ Mas a região de Brejo Grande detinha um artifício geográfico importante para a época. Segundo Thetis Nunes (2006):

Os meios de transporte constituíram grande problema ao desenvolvimento econômico sergipano... O transporte marítimo fazia-se através da barra do Cotinguiba (estuário do rio Sergipe) monopolizando $\frac{3}{4}$ do comércio provincial, e das barras dos rios Vaza-Barris, São Francisco e Real (NUNES, 2006, p. 31).

O porto de Brejo Grande passa a ter um movimento considerável, com transporte de vários produtos para algumas partes do estado e vizinhos, como Alagoas, Pernambuco e Bahia. Tal condição se dava pela sua localização às margens do rio São Francisco, e a proximidade com sua foz o que facilitava o transporte fluvial e náutico escoando a produção econômica da região, e sua pequena produção açucareira.

No quando da decadência da economia açucareira do final do século XIX, o engenho Cajuipe já representava relativamente uma das maiores propriedades da região, atingindo uma extensão que abrangia os territórios dos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores e

⁴³ Dados coletados por Luiz Mott no “Arquivo Público do Estado de Sergipe (doravante representado pela abreviação APES), Coleção Sebrão Sobrinho, s/class.” Em: NOTAS.

⁴⁴ Curiosamente algo semelhante veremos aqui no advento do reconhecimento jurídico e algumas de suas implicações na população local.

Pacatuba⁴⁵. O que pressupõe uma possível ocupação por pequenos produtores de encurtadas áreas mais afastadas da sede da propriedade. Afinal, da mesma forma que ocorreram as estratégias de manutenção dos modos de vida, desde os períodos brutais do escravismo, como bem salienta João José Reis (1989), houve as condições de se valer de cantos tais de terras onde os olhos e ouvidos dos senhores não alcançavam. E ali, em meio o relativo longínquo, algumas famílias de “livres” foram se formando desenvolvendo suas formas de se relacionar com aquele panorama social.

Ainda nos finais do século XIX o fracionamento do Cajuipe proporcionava uma nova configuração das propriedades, consequentemente da conformação territorial na região. Por conta das alianças casamentais realizadas entre membros das famílias mais importantes da região na época (Machado, Ferreira e Goés Tojal), algumas outras propriedades foram formadas. Estas por sua vez iniciam a diversificação da atividade econômica na redondeza.

Algumas propriedades importantes que são alvos da contenda em pauta foram constituídas com base nessa expansão impulsionada pela apropriação territorial promovida por tais famílias. Como consequência da busca de espaços, o crescimento do domínio que se consolidava perante a população local. Foram-se demarcando à revelia frações de terras, dando-se novos nomes e novas cancelas. Segundo Ana Lídia Nauar (2012, p.66-67) foram quatro outras propriedades construídas para atender as alianças familiares dominantes.

O fator econômico e produtivo levou as cercas para áreas que até o final do século XIX eram pouco exploradas, a exemplo da região onde se localiza o povoado da Carapitanga. Local onde se encontra a fazenda Carapitanga, de posse de José Machado Martins, que na verdade, era continuidade da fazenda Capivara (ou fazenda São Francisco), mas como se encontra mais para o sul do território pleiteado, próximo ao litoral oceânico, permitiu-se a fixação de posseiros, como um senhor, dos mais antigos moradores, representante quilombola, o qual relata que:

[...] aqui quem chegou primeiro foi os padres da França, ai tem mais de 60 anos que foi chegando umas pessoas praqui, pegando um pedacinho de terra e ficando... não tinha nada pra o lado de cá, era tudo posseiro que vivia pescando, catando caranguejo... mas de uns tempo pra cá foi chegando mais gente [...] (informação verbal)⁴⁶.

Isso significa que a ação de se embrenhar pela paisagem seguiu a direção norte-sul, ou seja, das margens do rio ao litoral sul onde se encontram as praias que sempre serviram de

⁴⁵ Cf. “História dos Municípios, CIFORM. Edição Histórica, junho 2002, p. 37-39.

⁴⁶ Depoimento cedido em 26 de setembro de 2013.

alternativa como fonte de renda, onde a pesca e a catação dos crustáceos fizeram se criar laços de pertencimento presente em todas as localidades que formam o quadro populacional local.

A caracterização da região marcada pelos seus mananciais, dezenas de ilhas, lagoas e terras inundáveis propiciaram uma nova vocação econômica: o arroz. A região passa a se destacar com suas vastas lagoas de arroz, sendo cultivadas em larga escala. Com a implantação desta produção nos inícios do século XX, muitas famílias trabalhavam nas supostas terras das propriedades, ao passo que passam a estabelecer moradias, principalmente nas áreas mais afastadas da sede do município, em direção à foz. De onde possivelmente a Resina é uma formação dessa natureza, vinculando o agrupamento à fazenda São Francisco, forte produtora de arroz ao fim da cana-de-açúcar.

No andamento do século XX outra atividade econômica de grande porte se apresenta no desenho territorial desponta na região, que foi a produção de coco. Essa atividade é emblemática na interpretação da relação dos proprietários com os trabalhadores rurais, que passam a ter pequenos espaços cedidos para o cultivo de roças de pequeno porte, onde se plantavam com a condição de uma vez realizada a colheita, o trabalhador (ou trabalhadora) rural deveria plantar mudas de coqueiros para o dono da terra. E assim, vista de cima, se percebe a vocação para essa atividade, que até hoje representa uma realidade nas formas de exploração do trabalho livre na região.

A cultura do coqueiral se estende por grande parte da área seca da região. Curiosamente em alguns locais é possível encontrar diferentes “donos” de coqueiros dividindo o mesmo espaço. São terras onde houve uma espécie de “concessão” do proprietário para o plantio, ou nas áreas onde não houve uma reivindicação de posse por parte dos senhores latifundiários. Em virtude dessa “posse” – dos coqueiros – algumas pessoas passaram a se declarar como “dono” também da terra onde plantou e produz o coco. Encontrei uma área dessa natureza nas proximidades do porto do Saramem, onde não havendo as cercas e apenas os coqueiros de posse de um morador local, este passou a cercar o terreno e defender seu direito ao mesmo. Esse terreno encontra-se na continuidade da fazenda Capivara que ao longo do litígio não teve mais as ações intimidatórias dos “capatazes” em algumas partes de terra, ficando a mercê da atitude de novos posseiros.

Um dos principais objetos de disputa em torno do processo de regularização fundiária quilombola na região é a fazenda Capivara que se forma no início do século XX⁴⁷, passando a

⁴⁷ Cf. inscrição em placa encontrada nas ruínas do engenho, essa propriedade foi formada em 1910. O registro de tal imagem não foi possível inserir.

ser, conforme “Certidão de Registro de Imóvel”⁴⁸, de propriedade de José Machado Martins em 14 de agosto de 1943. Essa propriedade se torna uma peça importante em torno da “luta pela terra” na região. Essa luta encontra-se intrínseca a essa disposição espacial. O conflito em torno da terra faz parte da história de formação dessa propriedade que é um ponto chave para entender o encadeamento do processo na atualidade.

Tendo sua sede às margens do rio São Francisco, os limites da fazenda se estendem por farta extensão de terras, matas, mananciais, lagoas e alagados que unem localidades (povoados) como se pode perceber analisando a descrição do referido documento:

A metade da “**Fazenda São Francisco**” com todas as suas terras e benfeitorias, situada no Município de São Francisco da Comarca de Neópolis/SE; que se limita toda propriedade pela margem do Rio São Francisco e principiam do Rio Parauna, seguido por aquela margem até encontrar o Rio Parapuco, com suas voltas e a intestas com as terras que constituem a antiga Fazenda Guaratuba, limitando-se assim os referidos terrenos, pelo lado do norte, com o Rio São Francisco; pelo leste, com o Rio Parapuco; pelo oeste, com o Rio Parauna; e pelo do sul, com as terras denominadas vermelhas e as do antigo Engenho Brejão, hoje Engenho Raposo (CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL, grifo do autor)

⁴⁸ Emitido pelo Cartório do 1º Ofício de Neópolis, comarca em que pertencia o então município de São Francisco, depois denominado Brejo grande. (Anexo A)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE
Serviço Notarial José Odin Ribeiro
Tabelionato, Registro de Imóveis e Protestos
1º OFÍCIO
Belª Zuleide Brandão Ribeiro-Titular
Josilane Cajé Lima
Substituta

CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL

CERTIFICO e dou fé, a pedido verbal de pessoa interessada que revendo neste Cartório do 1º Ofício, os LIVROS DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS, deles, verifiquei constar o teor seguinte:

O IMÓVEL: A metade da "Fazenda São Francisco" com todas as suas terras e benfeitorias, situada no Município de São Francisco da Comarca de Neópolis/SE; que se limita toda propriedade pela margem do Rio São Francisco e principiam do Rio Parauna, seguido por aquela margem até encontrar o Rio Parapuco, com suas voltas e a intestas com as terras que constituíam a antiga Fazenda Guaratuba, limitando-se assim os referidos terrenos, pelo lado do norte, com o Rio São Francisco; pelo leste, com o Rio Parapuco; pelo do oeste, com o Rio Paraúna; e pelo do sul, com terras denominadas vermelhas e as do antigo Engenho Brejão, hoje Engenho Raposo. **CIRCUNSCRIÇÃO:** A de São Francisco. **DENOMINAÇÃO:** A metade da Fazenda São Francisco com todas as suas benfeitorias. **REGISTRADA SOB O NÚMERO DE ORDEM Nº 1.075, FLs. 139, DO LIVRO DAS TRANSCRIÇÕES DAS TRANSMISSÕES Nº 03, EM 20 DE AGOSTO DE 1943, NESTE CRI DE NEÓPOLIS/SE.**

ADQUIRENTE: JOSÉ MACHADO MARTINS, brasileiro, casado, proprietário, residente em Penedo/AL, **ADQUIRIU** por compra feita ao **TRANSMITENTE:** Mario Diniz Sobral e sua mulher d. Carolina Martins Lobo, proprietários, residentes em Aracaju/SE.

TÍTULO: Compra e Venda.

FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura Pública de Compra, lavrada nas notas do 2º Ofício da Capital, José Euclides de Souza, em 14 de agosto de 1943.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

CONDIÇÕES DO CONTRATO: A dinheiro.

AVERBAÇÃO: Av.01-1.075, Nos termos do desmembrado de uma parte da referida propriedade, medindo 40 metros na frente, 40 metros de fundo, e de comprimento, para a Prefeitura Municipal de Brejo Grande/SE, finalidade de ser construído uma Unidade Escolar, junto a Secretaria de Educação e Cultura registrada sob nº 1.802, fls. 125, 1.º02-C, em 10/06/1981, neste CRI de Neópolis/SE.

AVERBAÇÃO: Av.02-1.075, Nos termos da Averbação para constar no imóvel acima descrito, tem como registros anterior, conforme, conforme a Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas Notas do Cartório de 2º Ofício de Aracaju/SE, no Livro nº 147, e folhas 075-v, e registradas registros: 1.030, fls. 115, do Livro nº 03, em 10/06/1943, e o registro nº 1.046, fls. 122, do Livro nº 03, em 09/07/1943, deste CRI de Neópolis/SE; averbado em 28 de Maio de 2014, neste CRI de Neópolis/SE. **E NADA MAIS.**

O referido é verdade e dou fé.
Neópolis(SE), 28 de Maio de 2014.

Josilane Cajé Lima
Substituta

03 06 14
Substituta

Av. Barão do Rio Branco, 201, centro - Neópolis (SE) - Fone-fax: (0**79) 344-1232
e-mail: tabelionato@infonet.com.br

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUANDO NÃO FOR ADULTERAÇÃO OU BASEADA EM FALSA ESCRITURA.

421

Figura 3 – Registro de Compra da Fazenda São Francisco (Fazenda Capivara).

O texto do documento acima aponta para a relação da disposição da terra na região com a formação da comunidade quilombola. Como dito, formada por quatro grupos oriundos de quatro localidades, estas podem ser encontradas na descrição cartorial acima, da qual trata da metade da referida propriedade, situada em Brejo Brande, na época denominada de “São Francisco”⁴⁹.

Quando se principia na margem do Rio São Francisco ao encontro com o Rio Parauna, está situando as proximidades do agrupamento da Resina. Descendo pelo Rio Parapuco, ao encontro da antiga Fazenda Guaratuba, está localizada a Carapitanga. Ao sul, encontra o antigo Engenho Brejão, atualmente denominado Fazenda Raposo, e que limita o povoado Brejão. Para a formação da comunidade quilombola, falta o grupo oriundo de Brejo Grande. Este se constitui de famílias que por gerações prestaram serviço na referida fazenda, principalmente nas lagoas de arroz, mas também com esse contingente entra em cena a fazenda Onça, que inclui a sede do município no processo de regularização fundiária por constituir-se no espaço almejado pela representação do movimento que corresponde ao grupo de Brejo Grande.

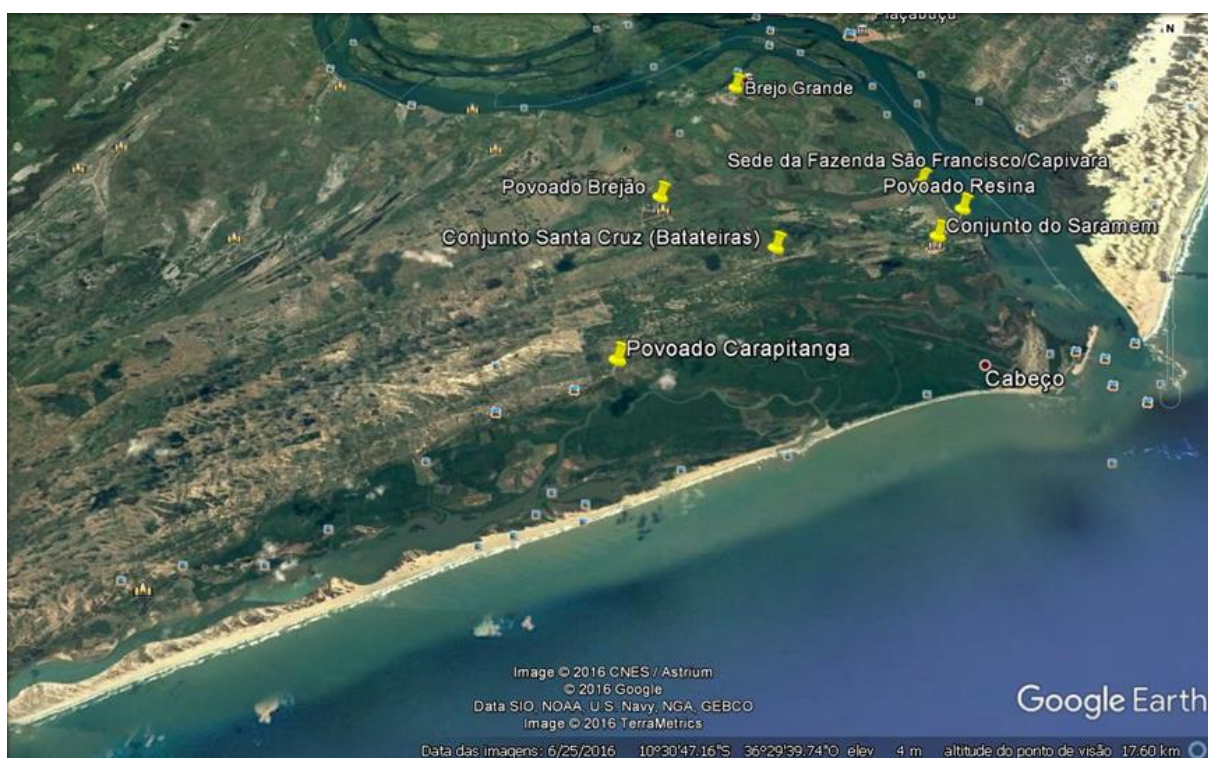


Imagem 3 - Localidades envolvidas no processo de regularização fundiária quilombola (Fonte: Google Earth).

⁴⁹ Passa a ser denominada Brejo Grande em 1954 por decreto estadual (Lei 554 de 06 de fevereiro).

Tal arranjo espacial de fato não é uma casualidade. Certamente cada uma das localidades tem suas razões iniciais de formação ligadas às antigas e não tão antigas propriedades. No entanto todas elas, considerando as condições sócio-históricas, é resultado do “movimento e migração [...]”, que condiciona os deslocamentos dos agrupamentos perante diversos fatores conforme menciona Stuart Hall (GOLDBERG, 1994, apud, HALL). Para o autor:

As pessoas tem se mudado por várias razões – desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semiescravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico. (HALL, 2009, p. 53).

Algumas das razões citadas acima fazem parte do processo histórico que aqui vem sendo delineado – “colonização”, “escravidão” e “exploração do trabalho”. Sendo que certamente cada fator atua em momentos e formas diferentes a depender de cada situação. Tal contingente consiste, possivelmente, em famílias com origens diferentes, dentre as quais estão os descendentes das primeiras parcelas do arroio da diáspora negra, ou seja, parte dos atuais trabalhadores rurais, são descendentes daqueles que em meados do século XIX chegaram à região para o trabalho escravo nos engenhos de outrora, e que ao longo dos tempos, foi se associando a outros tantos de diferentes origens e procedências⁵⁰ e que de alguma maneira atribuíram suas interferências na constituição deste espaço territorial.

Esse contingente populacional apresenta em sua formação uma pluralidade de características, o que não impediu (nem impede) alianças, quando o assunto é sobrevivência. Essa heterogeneidade, característica das sociedades multiculturais (HALL, 2011), se une quando estabelecem um objetivo em comum, construindo uma identificação, a qual se define por conta das circunstâncias e nas relações entre elementos internos e externos aos grupos, o que tratarei mais à frente.

Passado o período de colonização e a subsequente implantação do sistema de escravidão na região, a exploração do trabalho é o fator que mais recentemente levou a redefinir os deslocamentos, bem como a formação dos agrupamentos em seus espaços originalmente.

⁵⁰ Nos séculos XVI e XVII a foz do rio São Francisco foi porta de entrada dos invasores franceses e holandeses descontentes com a União Ibérica se valendo dessa região para adentrar no território que estava sendo colonizado pelos portugueses. A presença de pessoas de pele muito clara e cabelos loiros e lisos em algumas localidades da região pode ser explicadas por este fato histórico.

Esta conformação do espaço na região, envolvendo proprietários e trabalhadores – e posseiros –, é resultado da contínua legitimação do latifúndio. Ao encontro desta estrutura agrária a “luta pela terra” adquire nas últimas décadas diferentes conotações. De pequenos posseiros que disputam a permanência em pequenos lotes; à constituição do movimento político organizado de trabalhadores “sem terra”, chegando a mobilização quilombola; esse percurso traçado permite entender as apropriações de identidades, ao passo que possibilita perceber a terra como o objeto que move as tomadas de posições. Assim, ao longo dos tempos as propriedades dissidentes do engenho Cajuipe funcionam como um vetor na problemática distribuição de terras na região.

A já mencionada fazenda Capivara merece um destaque no desenrolar desta conformação. Ainda nas décadas de 1940 tal propriedade passou a representar o local de trabalho de grande parte da população do município. Sua área compreendia uma extensão significativa de terra, sendo fracionada seguindo a lógica acima descrita com relação ao engenho Cajuipe. Um morador da Resina, importante interlocutor⁵¹, relata que desde seus avós que sua família mora e trabalhava para os proprietários da fazenda Capivara e que...

era a mesma fazenda, era tudo dele, a Carapitanga pertence a ele mesmo... é tudo dele, as Batateiras, tem um lugar chamado Souza, tem o Saco Grande, tudo era a mesma fazenda, era tudo Capivara... os arroz começava aqui nesta lagoa, a lagoa do Saramem, e ia subindo até o Saco Grande, lá na frente das Batateiras... vinha gente de Carapitanga, Resina, Saramem, Brejão, até de Brejo Grande vinha trabalhar aqui na fazenda (informação verbal)⁵².

Tais trabalhadores faziam parte de um sistema de produção onde a caracterização da exploração do trabalho fica evidente. Sem nenhum tipo de registro de garantias de direitos trabalhistas, as pessoas eram submetidas a um regime descrito por meu interlocutor que demonstra a situação de opressão vivida pelas famílias. Continua:

[...] ai o pessoal era trabalhando pra ele mesmo, tinha um negocio de uma meia, que era assim: vc plantava o arroz e se batesse 20 salamim que era a medida, nera a quilo, ai vc batia 10 medida, ele tinha direito a 5 livre, daquele 5 meu ele tinha que tirar a renda dele e as vezes que ele arrumava um dinheiro pra comprar uma farinha, no final da safra se desse pra vc pagar tudo bem se não vc ia trabalhar de novo, era trabalho de cativo mesmo... o dele era livre mesmo, e ele que comprava a produção tudo [...] (informação verbal)⁵³.

⁵¹ Depoimento cedido em 27 de janeiro de 2014.

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

O sistema garantia ao proprietário uma mão de obra barata e um lucro considerável, tendo em vista que a produção das lagoas deveria ser comprada pelo proprietário da fazenda. Sendo que, por ser proprietário ele ainda ficava com metade da produção “livre”, ou seja, não pagava nada por essa parte, pois, sua condição de “dono” lhe concedia tal “direito”. Para dificultar ainda mais a vida das famílias, estabelecia uma meta, e se alguém não alcançasse teria que trabalhar de novo, sem receber, segundo o depoimento.

Além da produção do arroz, que era realizada em lagoas, nas partes de terra firme eram encontradas algumas áreas para a produção de outros produtos pelos trabalhadores sob um regime semelhante. Apesar de algumas pessoas acreditarem na generosidade do proprietário – do tipo “bom senhor” -, os relatos apontam para outras formas de exploração do trabalho. Uma moradora do povoado Brejão relata que...

A roça, de mandioca, melancia e macaxeira, dessa roça, ele tinha direito a uma parte, as vezes não, quando era uma coisinha pequena... ele dava o mato pra vc brocar (*desmatar*), derrubava os pau, depois botava fogo... a cerca vc não tinha condição de comprar arame vc fazia toda de pau pro modo dele mesmo... depois quando agente colhia ele mandava plantar coqueiro ou deixava o terreno pra pasto... e mandava não plantar mais, só se ele butasse em outro lugar (informação verbal)⁵⁴.

Foram muitos anos sob o domínio deste regime na região, desenhando não só a paisagem, mas também marcando o toque laboral dessa população. Esse trabalho muitas vezes realizado em família não representou apenas as formas de sobrevivência, representou também outro meio importante na constituição do sentimento de pertencimento ao território, que se toma como referencia no processo de demarcação e delimitação territorial quilombola.

A Fazenda Capivara se tornou um símbolo do conflito que se acirra quando o então proprietário morre, deixando a propriedade para os herdeiros. Filhos e outros parentes que a dividiram, criando fazendas menores como as Batateiras, Alcina e Gato Preto. Definem-se não só novas cercas e limites alteram-se rotas tradicionais, como a própria estrada que liga o Brejão ao porto do Saramem, que passava apenas pela extensão da Capivara, agora recorta duas outras fazendas, e assim as cancelas foram fechadas, sem “passadiços” indicando a proibição. Fazendo as pessoas recorrerem a outros meios de deslocamento, como o fluvial.

Com essas novas propriedades os caminhos deixam de ser tomados por animais e trabalhadores rurais que caminhavam (como ainda hoje, acrescido de um bom número de bicicletas e até motocicletas); agora os veículos automotivos dos fazendeiros percorrem as

⁵⁴ Depoimento cedido em 12 de fevereiro de 2013.

áreas e a estrada que antes era apenas um caminho, se torna numa pista, obra da influência política dos novos mandatários.

O quadro econômico muda, na época (meados da década de 1980) a produção de arroz em Sergipe passa por redimensionamentos que provoca o declínio dessa cultura no município de Brejo Grande. Com a decadência da produção do arroz e da mudança de formato da propriedade, a população local passa a ser alvo de outra medida. O interesse maior dos novos proprietários é a criação de gado, para tanto, tendo em vista as características geográficas do espaço, os pequenos lotes adquiridos (posses) até então, sejam para plantio ou moradia, são almejados para a expansão dos pastos.

Os proprietários das fazendas passaram a exercer pressão sob as famílias que já moravam há décadas na região, para deixarem de ter a posse das terras. Um dos interlocutores que acompanhou as investidas, sendo vítima da ação relata que as famílias – como a dele - que habitavam e sobreviviam de pequenas tarefas de terras nas áreas do Saramem e Resina, perderam suas terras para as fazendas que se formaram com a divisão da Capivara. Alguns membros – herdeiros - da família se valeram da força para se apropriar dessas pequenas parcelas de terras, localizadas nas proximidades do rio, em algumas vezes com o apoio da força policial. Segundo consta, há pelo menos 40 anos esse processo vem se fazendo presente. Assim descreve:

Jason e Duda cresceram suas fazendas pra o lado de cá tomando as terras do povo... eles chegavam e diziam que as terras eram dele, já que as famílias não tinha documento das terras... e quem dissesse que não saía eles vinham com a policia, fazia a pessoa sair mesmo... poucos ficaram, como Zé Tundá (informação verbal)⁵⁵.

O aparelho policial estava sendo usado para atender os interesses dos proprietários, que ainda detinham o poder político local (além do econômico). Muitas famílias coagidas com as ameaças foram para o estado de Alagoas, ou para localidades da região como o Brejão, Carapitanga e Brejo Grande, deixando para trás, além dos meios tradicionais de sobrevivência, sua história, laços sociais e emotivos. Estava em curso uma reconfiguração do espaço, aquelas caracterizações físicas pinceladas ainda no advento da colonização sofrem alterações a reboque de interesses restritos.

Como afirmou meu interlocutor, moradores de todas as localidades trabalhavam na fazenda Capivara, plantando e cortando arroz. Muitas famílias tinham como a principal fonte

⁵⁵ Depoimento cedido em fevereiro de 2014.

de renda esse trabalho. Ao passo que outras faziam algumas roças de mandioca e milho para complementar sua subsistência. Com essas mudanças até os acessos aos mangues e ilhas para fins da pesca e catação de crustáceos sofre ameaças. Em busca de geração de capital o senhoril da terra chega ao lado costeiro da região, se valendo do desmatamento dos manguezais e interferência na estrutura física local para a formação de viveiros para criação de peixes e camarão.

A expropriação de terras além de mudanças no panorama espacial provoca inconsistências locais, tendo em vista que a situação remete a necessidade de rearranjos sociais. Um dos antigos moradores indagado sobre o acirramento do conflito perante essas novas ações dos dominantes, narra o seguinte:

Começou assim, eles não deram mais condições do pessoal trabalhar, ai se vc ia fazer uma roçazinha sem vc pedi, ai eles viam com os capangas e mandava vc arrancar, se vc fizesse uma casa eles queimavam... vc num conhecia dos seus direito... lá em Brejo Grande o delegado era amigo deles, ai trazia um ou dois policial ai chegava aqui intimidava, dizia que aqui num quero nada não... ai o povo começou a ir embora pra Piaçabuçu, outros pra o Brejão, outros pra Brejo Grande ai ficou só esse pouco de gente mesmo que eles ainda ficou perseguindo... ai quando entrou esse Duda pronto ai foi q infernizou mesmo... eles dividiram a fazenda, mediram tudo, aqui ficou pra sete herdeiros, porque esse finado Zé Martins também tinha uma na Estiva em Pacatuba, muita terra dele também. Ai foi uma perseguição mesmo, da sede da fazenda até ali onde tem aquele colégio tinha rua de casa, era mesmo como a Resina aqui, ai num tinha onde trabalhar, foram embora... num ia morrer de fome, num tinha direito de plantar, nem criar, fazer nada, as lagoas ficou só pra criar o gado deles mesmo, acabou com o arroz, e ninguém podia trabalhar na terra e eles ainda perseguindo pras pessoas deixar a terra, só ficou esse pouco de gente aqui na Resina... (informação verbal)⁵⁶.

Os poucos que ficaram e conseguiram se estabelecer, se mantiveram tendo ao seu redor as referidas propriedades. A situação de tensão era (ainda é) permanente, o clima de ameaça atingia a todos que por ventura das formas de apropriação das terras, eram considerados “pequenos posseiros”.

Esse cenário rompe os anos 2000. Com a chegada do referido Duda (acima mencionado) os atos de violência passam a ser recorrentes. Moradias são queimadas e plantações violadas com a conivência do poder governamental municipal e do aparelho policial. Inclusive o próprio prefeito compra uma das áreas da fazenda, nas proximidades da localidade Carapitanga, ampliando as posses de sua família para fins de produção econômica,

⁵⁶ Depoimento cedido em 27 de janeiro de 2014.

ou mesmo para se valer de mais poder por meio da terra enquanto um bem material de primeiríssima necessidade para essa população.

Agora sem o acesso a terra (nem lagoas, riachos ou mananciais, ou até mesmo o acesso às ilhas e mangues) onde trabalhar, a opção mais imediata foi a pesca, o que já consistia em uma atividade de renda da população local. No entanto, tal fonte de renda também passa por serias dificuldades com as condições de devastação do rio São Francisco⁵⁷, o que impele as pessoas a lutarem por melhores condições de vida. Não por acaso trata-se de um dos menores IDH no estado⁵⁸, reflexo de uma injusta distribuição de renda que perpassa pelo acesso aos bens naturais à disposição para a população.

Perante um quadro cada vez mais claro de desigualdade social e de injustiça social que assola tais trabalhadores, e diante do conhecimento de políticas públicas e de direitos advindos da CF de 1988, a ideia de naturalização dessa realidade começa a romper-se com a percepção de que se faz necessário uma ação coletiva para mudança dessa situação.

O conseqüente despertar para a condição da população vai se desenrolando, gerando um sentimento de revolta e indignação. O conflito já estava posto desde o princípio da concentração de terras que definiu o início da apropriação do espaço territorial. As investidas para o domínio completo da área, principalmente às margens do rio, bateram nas portas dos moradores antigos.

O século XXI inaugura mais um ingrediente no conjunto de elementos que corroboram na conformação deste território. A atenção se volta para as belezas exuberantes da beira do rio, mais especificamente na área que compreende a localidade da Resina e o porto do Saramem. A possibilidade de exploração do meio ambiente para o turismo promoveu grande reboliço nessa redondeza. A extrema pobreza social tomava conta desse lugar. Como dito, restou a pesca no rio para essa população, o que lhe não garantiu uma sobrevivência digna. Mediante tais circunstâncias algumas pessoas recebem de bom grado a proposta da construção de um empreendimento na localidade. Para tanto, deveriam deixar suas casas, ou seja, abandonar a área, pois, o espaço seria privatizado, sem direito de acesso ao porto de onde partiam rumo à pesca. Porém, como contrapartidas teriam a garantia de moradias, em outro local.

⁵⁷ A situação de degradação do rio se agrava com a construção da Hidrelétrica de Xingó (1985 início da obra e é inaugurada em 1994). Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>>. Acesso em: 19 jan. 2017), o que afeta drasticamente a atividade pesqueira no baixo São Francisco.

⁵⁸ Com 0,54 Brejo Grande é o 3º pior IDH do estado (2010), e o mais baixo, do baixo São Francisco sergipano. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=28&codmun=280070&idtema=118&codv=v01&search=sergipe|brejo-grande|sinthese-das-informacoes->>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Neste momento havia sido construído (no ano de 2000) pelo poder público municipal um conjunto habitacional – dispondo de casas, posto de saúde, escola e igreja - para abrigar o grupo de famílias atingidas pela invasão do mar na comunidade do Cabeço localizada no extremo litoral norte do município, na altura da foz. E assim, além de tais famílias, foram oferecidas moradias para aqueles que habitavam na Resina em um anexo de casas a este aglomerado.



Foto 1 – Área central da localidade Saramem, em destaque a Igreja Católica (Fonte: Jayne Ferreira - 2016).

Representado por uma grande empresa do ramo no estado, a indústria do turismo apresenta seu interesse de investimentos na região, promovendo alterações que oscilam entre a defesa, a desconfiança ou a discordância. De braços dados e aliados aos proprietários, representam mais uma ameaça do acesso a terra, se desponha assim uma nova forma de expropriação que vem deslocando famílias de seus lugares tradicionais.

Para garantir o sucesso do empreendimento tal aliança se vale de outra estratégia – menos violenta fisicamente, mas da mesma forma violenta. O convencimento daqueles que demonstravam desconfiança e discordância é colocado como uma necessidade. E assim, avançam com a ideia de “casa nova”. Perante a situação precária de habitação de boa parte das famílias, a nova ameaça garante às famílias que resolverem se evadir da área em questão (Resina), uma habitação nas redondezas do referido conjunto. Tal estratégia surte efeito, mas não na totalidade.

Aquelas famílias que não aceitaram a proposta passaram a ser perseguidas, sendo alvo de ações dos funcionários da fazenda, principalmente do gerente conhecido como Manelão. Este liderava um grupo de “jagunços” que chegaram a queimar casas de pessoas que ficavam às margens do rio. Um destes chefes de família que teve sua casa queimada pelo grupo relata que as ameaças eram constantes, e que “... um dia chegaram, mandaram tirar tudo e queimaram a casa, a gente não podia fazer nada, tinha os capangas... aí fui pra o conjunto...”(informação verbal)⁵⁹.

E assim o quadro de conflito em torno da terra toma outras proporções, pois, não é só uma questão de acesso a terra para produzir, mas também para moradia, as famílias estavam sendo expropriadas do espaço onde habitavam (e ainda habitam) desde seus antepassados.

E assim, de um lado fazendeiros articulados com agentes externos e internos, além de outros que sem declarar abertamente seu apoio, apoiavam a tentativa de espoliação. E do outro lado uma população pouco esclarecida em relação aos seus direitos, e com poucos recursos para encarar uma verdadeira batalha.

A inevitável “luta pela terra” se desdobra. A disposição de um movimento, mobilizações e alianças políticas é a nova demanda. Mas como constituir-se numa força perante tal realidade? Certamente, um eixo articulador, um elo que una a força de uma população desfavorecida e oprimida, se fez necessário.

Sendo assim, a seguir, procuro abordar essa organização, a formação de uma comunidade política na região como mais um fator de definição da disposição territorial, afinal entendendo o território como uma transitoriedade ao sabor das circunstâncias, a perspectiva de alterações no cenário fundiário local é tomada como uma possibilidade não mais inatingível.

É nesse clima que entra em cena a figura eclesiástica que irá promover as amarrações que faltavam para a consolidação de uma força contrária, e real, às ações expansionistas das propriedades e dos interesses de seus “senhores” e “senhoras”.

A busca pela justiça social na região que envolve conflitos por terra será abordada na sequência como um grito abafado na história, sendo resgatado pelo Padre Isaias do Nascimento, uma figura importante na “luta pela terra” no estado de Sergipe. A constituição do “movimento” em torno da questão deve ser atribuída a sua atuação. “Movimento” que aqui entendo na direção daquilo que Marcos Otávio Bezerra define: “Espaço no qual são discutidas

⁵⁹ Depoimento cedido em 14 de fevereiro de 2014.

e deliberadas questões comuns, um lugar da política, nos termos de Detienne” (BEZERRA, 2009, p.45).

E o eclesiástico apresenta um histórico com perfil adequado para a formação deste espaço. Sua formação e ações perante as populações alijadas de terras em Sergipe demonstram sua capacidade de articular-se e mobilizar grupos de trabalhadores rurais (insiro outras categorias como quilombolas e indígenas) na reivindicação pelo acesso a terra. Logo, cabe entender como essa influência presbítera opera no processo social que se desenrola em torno da “luta pela terra”.

2.3 *“A luta pela terra” e a integração eclesiástica*

Como vem sendo apontado neste estudo, o estabelecimento do latifúndio consiste na instauração do conflito, tendo sua característica de garantia de privilégios e interesses individuais em detrimento a ideia de terra enquanto um bem coletivo. Essa realidade histórica, como também apontada, sugere o quilombo como uma forma de contestação desta conformação territorial, pois, a formação destes agrupamentos (seja qual for sua constituição ou conceituação) está vinculada a busca por um território.

Essa concentração de terras está relacionada ao tipo de sistema produtivo econômico que coloca a grande maioria de trabalhadores rurais na condição de “sem-terra”, empurrados para fora da área rural pelas diferentes linhas produtivas latifundiárias. O que gera uma situação de desigualdade social e mesmo dificuldades de sobrevivência. Tal realidade explica a “luta pela terra” travada de forma organizada desde meados do século XX. Os movimentos sociais que atuam nesta seara tem promovido ao longo dos anos uma série de ações que visam a permanência do trabalhador rural em seu espaço legítimo. Em sua maioria trata-se de famílias que sofreram com a expropriação, e que agora lutam por reestabelecer seu direito ao acesso a terra para garantir uma sobrevivência digna ao longo dos anos.

Essa prerrogativa de continuidade da posse sugere a “luta pela terra” como um processo social permanente. Afinal, as ameaças continuarão seja por parte direta dos representantes do modelo agroexportador adotado pela classe dominante no Brasil; seja pela representação de tais interesses no campo parlamentar. Seja como for, o conflito social pela terra é um processo contínuo que não se inicia agora, e que vislumbra um futuro incerto.

Esse processo de apropriação do território pela predominância do interesse econômico com a cumplicidade dos poderes públicos é presente em todo país, estando também Sergipe regido por essa conjuntura. Cabe entender como as particularidades regionais conspiram nas

disputas pela terra, acionando agentes e estruturando articulações políticas. Neste sentido, alguns desdobramentos dessa celeuma servem como objetos de interpretação para perscrutar no entendimento da constituição das realidades. Por exemplo, se aqui abordo uma questão quilombola que apresenta relações diretas com a dinâmica do movimento “sem terra”, Junia Souza (2009)⁶⁰ por sua vez analisando a ocorrência dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária em Sergipe demonstra que as temáticas tem muito em comum. Parafraseando Eliano Sérgio Lopes acerca da trajetória da “luta pela terra” no estado, a autora discorre uma passagem que oferece uma série de pontos que inter-relacionam as matérias:

De acordo com Lopes (2006), a história da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra. Para o autor, podem ser citados diversos exemplos dessas lutas, desde a luta dos Índios Xocós, dos meeiros de arroz expulsos pela CODEVASF no Baixo São Francisco e dos posseiros de Santana dos Frades, no início dos anos 80 e do século XX, respectivamente, até as ocupações feitas pelo MST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em menor número, e outras organizações sociais, desde 1985 (SOUZA, apud LOPES, 2006, p. 106).

O uso da violência é uma tônica nestes casos. A força é um vetor na manutenção da propriedade e na expansão territorial. É um mecanismo usado pelos latifundiários, seja na luta alicerçada na dinâmica dos “sem terra”, seja na implementação da “questão quilombola”. Nas duas possibilidades o que está em jogo é a reivindicação de efetivação do direito garantido. O Estatuto da Terra (Lei de 1964) e o Artigo 68 da CF/88 representam a possibilidade real da posse de terra para as populações da área rural desprovidas deste bem ou em situação de ameaça.

Portanto, se do lado dos proprietários a força é o principal artifício recorrido na tentativa de garantir a posse da terra (propriedade), a mobilização política por outro é fundamental para agregar forças na defesa dos interesses envolvidos. Porém, é pertinente salientar que a estratégia de alianças políticas é válida para ambos os lados. Principalmente no âmbito parlamentar onde se encontram simpatizantes e defensores das partes que travam a disputa pela apropriação territorial. Adiante tratarei da presença destes agentes na defesa das partes, o que ocorre em diferentes momentos do processo. Bem como a atuação de setores do poder público.

⁶⁰ Tese de Doutorado defendida em 2009 no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS.

A presença de instâncias e órgãos públicos que se ausentam ou transgredem suas atribuições nestas contendas é recorrente e merece uma atenção. A força policial, por exemplo, a maneira como aborda e realiza as medidas judiciais são problemáticas por conta do uso da violência. E nestas situações, mesmo que não legitime a truculência, a ação está seguindo uma ordem legalista. Porém, a presença de agentes policiais também pode significar coerção e repressão sem o fundamento legal, como mandato ou qualquer outra medida judicial que seja. Em muitos casos – como o aqui abordado – integrantes da força policial agem de forma ilícita na defesa dos interesses dos fazendeiros.

A princípio o direito à propriedade é garantido constitucionalmente conforme o Artigo 5º, XXI, da CF, desde que atendida a “função social da propriedade” conforme Artigo 170, III da CF. Logo, o proprietário que não obedece aos critérios de produtividade com o intuito de contribuir para o interesse coletivo, deverá ser desapropriado e o bem destinado aos fins correlatos mediante a demanda.

Trata-se de encadeamentos de procedimentos administrativos que são imputações constitucionais, regulamentadas como atribuições do Estado através de seus órgãos competentes. O que não representa a aplicabilidade da lei. Vários fatores dificultam o andamento dos processos de regularização fundiária onde os favorecidos correspondem a segmentos da população historicamente discriminada da sociedade.

Da operacionalidade dos órgãos públicos às querelas judiciais, a aplicabilidade das leis que apontam para favorecer os requerentes da terra (indígenas, sem terra, quilombolas, extrativistas, etc.) encontram barreiras que acabam por ter influencia direta na conformação dos territórios constituídos pela via do direito das minorias. Quando não impedem qualquer avanço em tal direção. Afinal, o campo jurídico brasileiro em sua tradicionalidade, demonstra uma tendência a certa parcialidade em garantir a legitimidade da propriedade privada ou dos interesses de ordem pública estatal.

A “sensibilidade jurídica” nos termos de Clifford Geertz (1983, p.253), entendida a partir do “relacionamento entre fatos e leis”, se configura numa questão crucial para entender o funcionamento do mundo jurídico: Que sentido de justiça foi acionado para tanto? Afinal o direito não é apenas um aparato de regras que define quem está certo ou errado, dando o nome disso de julgamento, e nem é só a apresentação de provas que diferencia o real do irreal (GEERTZ, 1983); é também um campo de batalhas entre agentes sociais que atuam nas construções sociais.

As decisões judiciais não estão diante apenas de princípios, mas também de leis que apontam para rearranjos territoriais. Estes tendem a ficar mercê das relações de força que se

articulam em torno da apropriação da terra, colocando o conflito direto como um fenômeno recorrente em torno da “luta pela terra”. E assim, as articulações políticas parlamentares; as mobilizações, atos e estratégias de luta; etc.. Formam um conjunto de condicionantes que remete a questão para os contextos e os atores envolvidos.

Acontece que os fatos ao longo da história têm demonstrado, quando se tratam de embates entre partes antagônicas, o lado mais fraco – socialmente falando - tende a ter menos êxito nos litígios. Que se digam os números supracitados acerca dos processos de regularização fundiária quilombola no Brasil.

Existe, por exemplo, uma garantia maior de apropriação de terras quando um dos lados corresponde os interesses de órgãos estatais, como no caso da desapropriação de posseiros pela CODEVASF na região aqui em pauta, conforme citado acima. O caso serve para ilustrar e indicar a ocorrência de medidas que atendem supostamente a fins públicos em detrimento a permanência da posse da terra pelos trabalhadores rurais.

Na esteira da expropriação oriunda da ação estatal, posso retomar os casos anteriormente mencionados em que o Estado (Marinha e Aeronáutica, Rio de Janeiro e Maranhão, respectivamente) é uma parte interessada no território pleiteado por grupos de quilombolas. A luta pela terra assim ganha contornos que demonstram a complexidade da distribuição de terras no país e o tamanho do desafio enfrentado por essas populações. Mediante sua condição de desfavorecimento para enfrentar a luta, tais grupos normalmente estabelecem relações com agentes mediadores que atuam por meio de alianças na busca por forças que garantam o direito à terra.

Destaca-se no rol dos segmentos de apoio a causa do trabalhador rural mediante a “luta pela terra” a participação da igreja e de entidades correlatas. Em Sergipe e mais especificamente no Baixo São Francisco, o papel de agentes eclesiásticos se confunde com a história dessa mobilização na região. A figura do padre Isaias no caso da CQ do Brejão dos Negros é marcante. É possível considerar que se trata da continuidade de um legado deixado por Dom José Brandão de Castro, conhecido como “O profeta do Povo de Deus do Baixo São Francisco”⁶¹ que nas décadas de 60, 70 e 80 atuou firmemente junto às populações de trabalhadores rurais, na busca de garantia do acesso à terra na região do baixo São Francisco⁶².

⁶¹ Retirado do título da dissertação de mestrado do padre Isaias.

⁶² Uma alusão de reconhecimento da importância deste eclesiástico na região é a Rodovia Estadual 101 que liga os municípios de Ilha das Flores e Neópolis.

O padre Isaias em sua dissertação de mestrado em Ciências da Religião⁶³ discorre pela trajetória do Dom Brandão a frente da Diocese de Propriá, aonde chega em 1960. Neste estudo é possível perceber parte da construção do padre Isaias enquanto um defensor do direito ao acesso a terra por parte das populações desfavorecidas. É nesta obra onde apresenta seu entendimento acerca do que viria a classificar de “sem terra”. Para ele os camponeses que nunca tiveram direito a terra ou foram expropriado de suas terras constituem esse segmento pelo qual Dom Brandão irá atuar firmemente.

Nas palavras que compõe o trabalho o autor (padre Isaias) deixa claro que a “luta pela terra” é o ponto central de suas análises, tomando partido dos trabalhadores rurais. O teor de suas afirmações e convicções fica apresentado na seguinte passagem, abordando o latifúndio:

A propriedade da terra era, e continua sendo, a base do poder econômico e político da região. O latifúndio predominava: no alto sertão o gado ocupava as grandes fazendas; no agreste, a cana, e na região da praia, o arroz e a pescaria. As lagoas naturais que existiam ao longo do rio, desde Canindé do São Francisco, no alto sertão, limítrofe com a Bahia e Alagoas, até Brejo Grande na foz, eram de propriedades dos fazendeiros que, além de criar gado nas terras firmes plantavam também o arroz. A sina dos pobres era a de submeter à situação excludente e opressora ou emigrar (NASCIMENTO, 2012, p. 09).

Mediante esse quadro a chegada do Dom Brandão marca a ruptura de uma postura tradicional da igreja que se ligava a legitimar o latifúndio e apresentava fortes relações com a camada política da região, no sentido de manter uma ordem social favorável a continuidade desse sistema. Apresenta uma passagem de um discurso de Dom Brandão que declara a nova postura deste segmento o que acaba sendo, além de uma defesa da “justiça social”, e uma declaração de apoio a “luta pela terra”, é uma demonstração de mediação do conflito junto ao Estado:

Quando se fundou a CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Regional Nordeste III, ao qual pertence o estado de Sergipe, juntamente com o Estado da Bahia, em 1975, eu fui escolhido para fazer parte da primeira diretoria, pelo fato de entre nós ter surgido o caso do Betume, com a CODEVASF expulsando sem mais nem menos os moradores. Desde então, juntamente com alguns sacerdotes, algumas religiosas e alguns leigos da Diocese começamos a agir, como melhor nos pareceu, no sentido de ajudar as pessoas envolvidas com esse novo problema a encontrar uma saída condizente e justa.

Em pouco tempo, a questão da terra aflorou como a questão número 1 da região sertaneja. É claro que já o era, mas, devido a muitas causas

⁶³ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/UFPE, 2012.

circunstanciais a consciência dos lavradores do sertão despertou. Não há dúvida que as secas concorreram também para isso. As secas e a gritante exploração do trabalho dos flagelados.

As reflexões feitas pelos lavradores ao analisarem a questão da terra, constituíram por certo a causa do impulso inicial. Inegavelmente, a situação fundiária de Sergipe, que ainda continua desafiadora, constituiu e a constitui um impulso à consciência cristã aos sergipanos. Deve-se reconhecer que, durante o seu Governo, o ex-Governador João Alves Filho se mostrou sensível a esse problema e, atendendo aos apelos dos agricultores sem terra, se movimentou para solucionar os casos que apareceram. Não se pode esquecer a situação do INCRA, sob a direção a direção do Dr. Manoel Hora, que juntamente com sua equipe entrou decididamente em ação. Santana dos Frades, Mundéu da Onça, Barra da Onça, Borda da Mata, Ilha do Ouro, e Ilha de São Pedro são os casos já solucionados, pelo menos em parte. Dizemos “em parte” porque a Ilha de São Pedro ainda tem o direito à terra Caiçara, que sempre foi terra dos índios, conforme declaração da FUNAI, baseada em documentos imemoriais. Nos outros casos citados em cima, o INCRA está providenciando a devida implantação. (NASCIMENTO, 2012, p. 13).⁶⁴

A posição da igreja por este intermédio é posta ao lado da causa dos grupos sociais que são vitimados pela situação de desfavorecimento do acesso à terra. Tendência encontrada na Igreja espalhada pela América Latina, o sacerdote se configura em um agente da libertação dos “pobres” das amarras do poder lutando pela defesa da melhoria de vida destas populações.

O padre Isaias, ou poderia chamar Nascimento (2012), em suas expressões enfáticas vai apresentando no texto sua posição política sobre o assunto. Quando trata da formação de tais agrupamentos ao longo do baixo São Francisco procura ser contundente, sem pormenores diante do espaço (acadêmico) onde se expressava. A exemplo da passagem abaixo:

Todos, negros, índios e mestiços formavam um povo “*sem eira e nem beira*”, conforme o dito popular, vítima da exclusão da terra, legitimada pela oligarquia que detentora do poder, composta dos maiores proprietários e políticos, os de antes (monarquia e império) e os de agora (república). A população considerada pelos brancos dominantes como portadora de costumes bárbaros e ferozes, estava excluída do processo de colonização do país, aberta aos imigrantes europeus em meados do século XIX (NASCIMENTO, 2012, p.08).

O eclesiástico na formação de suas frases não esconde em entrelinhas sua ideia sobre a realidade que perdura na região, o que pressupõe a necessidade da constituição da “luta pela terra”. Para ele esse cenário precisa ser alterado e para tanto, a participação da igreja é fundamental. Sua disponibilidade e condição de articular e mobilizar precisa estar a serviço da

⁶⁴ Trecho de Entrevista com Dom José Brandão de Castro: Profecia e compromisso com os pobres. In: A defesa, 1ª parte – março 1987, p. 4.

causa dos trabalhadores rurais. Deste modo, aborda ações de reforma agrária no estado, como resultado de conflitos onde a igreja desempenhou um papel de mediação por meio de agentes eclesiais.

Voltando-se especificamente para as populações do baixo São Francisco, acerca do que Dom Brandão encontrou na Diocese, faz declarações identificadas com seus discursos e sermões no caso do Brejão dos Negros...

Em síntese, Dom José Brandão de Castro, ao assumir Propriá, recebeu sob seus cuidados um povo simples e religioso, porém vítima de um país construído sobre os alicerces da injustiça social. Um povo sem terra, vivendo em condições de semi-escravidão, na região do baixo São Francisco, abandonado à própria sorte... (NASCIMENTO, 2012, p.52).

Como uma consequência inevitável, e mesmo diante do regime militar, o “messias”, como, segundo Nascimento, era tratado pelas populações da região, o sacerdote, se coloca na defesa da Reforma Agrária, logo, contra o poder econômico (latifundiários) e político operante ao longo do “Velho Chico”. E assim, para declarar a todos e a todas, divulga “Cartas Pastorais em defesa da luta pela terra dos camponeses do Betume.” (NASCIMENTO, 2012, p.67). Reunindo um grupo de agentes pastorais na região se mobiliza e organiza o movimento dos trabalhadores rurais que irá consistir na força de contestação ao latifúndio e opressão dessa população.

As reações foram imediatas, reunindo, além dos fazendeiros e políticos, representantes do regime militar, formando um grupo contrário as ações do bispo. Seguiu-se assim, uma perseguição gerando um clima de tensão na relação da igreja com o Estado, e também no universo sacerdotal do estado.

O que poderia ser uma circunstância que o faria recuar em suas ações, Dom Brandão intensifica a contenda e assina um documento muito polêmico denominado de “*Eu ouvi os clamores do meu povo. (Êxodo 3,7)*”, que, segundo Nascimento, tinha apoio declarado de Dom Helder Câmara, uma referência na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Mesmo com perseguições dentro e fora da igreja, uma série de ações de agentes eclesiais foi realizada na região. O discurso da “justiça social” embasou esse movimento que esteve inspirado no “Documento de Medellín” (NASCIMENTO, 2012). A aproximação dos pobres e suas realidades foi uma prerrogativa do movimento, destinando esforços na defesa de suas causas, tendo a terra como o carro chefe dos atos. Comunistas, assim foram estigmatizados os defensores pontifícios dos trabalhadores rurais.

Destaque para a formação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e em especial o de Ilha das Flores e de Brejo Grande, fundado em 1973. O conflito em torno da terra estava perspectivando momentos de embates e confrontos diretos, e assim ocorreu em Betume (Neópolis, já descrito acima).

Então, em 1975 deflagra o primeiro embate caracterizado pelo uso da força bruta, apresentado no circular informativo da época organizado pela Diocese: “A Defesa” e citado por Nascimento:

Estoura o primeiro conflito na fazenda Betume, no município de Neópolis (SE). A CODEVASF comprou a fazenda e o proprietário não indenizou os trabalhadores posseiros e agregados da terra. Muitos sítios e plantações de mandioca, macaxeira, casas sendo derrubadas pelos tratores. Informados dessa situação vexatória, Dom José Brandão, Padre [Nestor] Mathieu, Frei Enoque Salvador de Melo e eu fomos até lá. Debaixo de uma grande mangueira nos reunimos com muitos trabalhadores e trabalhadoras, num ambiente de revolta e de tensão... Desta audiência dos clamores fomos com nosso bispo ao escritório da CODEVASF, a fim de chamar a atenção do dirigente da empresa para as injustiças praticadas contra aquela população, exigindo providências. A Diocese colocou assessoria jurídica da CPT a serviço dos trabalhadores... Foram anos de muita tensão, de muita entrega aos pobres de Deus, de percorrer de lugar em lugar toda aquela região, enfrentando os técnicos da empresa que enganavam a população. (OLIVEIRA, apud, NASCIMENTO, 2012, p.88).

A atuação eclesial da Diocese no caso é emblemática de sua participação na “luta pela terra” no baixo São Francisco. Chamo atenção para a assistência jurídica destinada aos trabalhadores rurais. No caso aqui estudado (Brejo dos Negros) o grupo que reivindica a constituição e acesso ao território pleiteado recebe uma assessoria jurídica que partiu da articulação que o padre Isaias mantém com agentes sociais da sociedade civil organizada.

Na ocasião descrita acima alguns outros segmentos da sociedade apresentam seu apoio a causa dos trabalhadores rurais. Sindicatos rurais, entidades, estudantes e partidos de esquerda. O Partido dos Trabalhadores pode ser considerado uma representação do campo político partidário na defesa dessas bandeiras. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra tem aproximações estreitas com o partido, que também irá transitar na causa da questão quilombola.

Mesmo não tendo o resultado esperado, essa tônica se alonga nos anos seguintes. Assim a Diocese se constitui numa referência na defesa da justiça social para com essa população, que tem na reforma agrária, garantida pelo Estatuto da Terra (1964) um direito garantido reivindicado que sustenta sua luta. Nesse embate se destina os esforços e

forças em pauta. Porém, as forças contrárias partem de setores majoritários que pressionam Dom Brandão de tal maneira que em 1987 renuncia a Diocese de Propriá. Um duro golpe. O que proporciona uma pausa na postura da Diocese que assume, em seu novo bispo, a perspectiva da “grande disciplina”, ou seja, a concentração dos trabalhos na formação eclesial e procedimentos estritamente religiosos.

No entanto, a luta seguiu com a CPT por meio de alguns eclesial e eclesial. A teologia da libertação perdurou nas ações da igreja o que resultou no fechamento da CPT. O movimento da luta passa um período de enfraquecimento. Foi como se uma vitória dos latifundiários contra aqueles que ameaçavam sua condição de privilégios no que tange o acesso à terra.

Deslocado da igreja para o MST o movimento da “luta pela terra” continua na região com suas caracterizações específicas, pois, como menciona Nascimento (2012):

Aqui se encerrava a atuação de uma entidade que no processo de luta pela terra no baixo São Francisco, foi sinal solidário da Diocese de Propriá junto aos excluídos da terra, e que contribuiu eficazmente na formação de várias lideranças, homens e mulheres, jovens, inclusive crianças, que nos dias atuais são expoentes: animadores de várias comunidades eclesiais; dirigentes de associações, sindicatos, partidos políticos, polo sindical, MMC, Comitê Quilombola. O Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda, e o seu atual Vice, Jackson Barreto, são frutos do movimento estudantil que contribuiu nas lutas do povo da região naquela época. (NASCIMENTO, 2012, p. 114).

Algumas lutas deram continuidade como a defesa de permanência dos posseiros em Santana dos Frades em Pacatuba, iniciada em 1982 – na região aqui abordada. Da parte da Diocese, a não mais presente figura de Dom José Brandão, ao passo que serve como abrindo aos gestores do sistema fundiário na região, estabelece uma lacuna na representação da “luta pela terra” por parte da igreja. Porém, numa citação, ao final de seu texto, Nascimento (2012), aponta para o que pode ser considerada a continuidade do legado messiânico:

[...] o que resta da estrutura diocese a serviço do povo é quase nada. São raros os padres que dedicam o apoio às lutas populares e lamentavelmente o povo se sente como ovelha sem pastor. O que realmente há na atualidade de ação voltada para a realidade dos pobres é o que vem sendo desenvolvido pela CÁRITAS DIOCESANA, sob a coordenação do **Padre Isaías**, que apesar de alguns equívocos, não há dúvida que é uma estratégia de trabalho comprometida com a causa dos pobres. Que digam os Quilombolas! Para o conjunto da Diocese, talvez, o trabalho da CÁRITAS, sirva de descarrego de consciência. Vemos que através da CÁRITAS diversos grupos são acompanhados e apoiados em sua organização, luta e no fortalecimento da fé no Deus Libertador. Sem terra, quilombola, sem teto, etc. são com certeza a

opção e a destinação do trabalho da CÁRITAS, porém não é de forma alguma, a prioridade do trabalho do conjunto da diocese de Propriá na atualidade. (GÓIS, apud, NASCIMENTO, 2012, p.121, grifo nosso).

Este protagonismo da era de Dom Brandão proporcionou um rearranjo na disposição territorial da região do baixo São Francisco que foi resultado da luta que uma série de agentes travou, na manutenção ou na possibilidade de mudança de uma realidade fundiária. Diferentes contextos sociais foram marcados com as ações eclesiais desse movimento que reuniu forças de vários setores da sociedade, forças que de certa forma negociaram a disposição das fronteiras, que como bem salienta Bourdieu:

A *régio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fies*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. (BOURDIEU, 2005, p.114)

Seria um tanto ligeiro se acreditar que tal definição se constitui como resultado apenas de uma força, de uma autoridade – certamente o sentido empregado é impessoal –, ou de um domínio central de onde forças contrárias não conseguem avançar na sua direção. Neste sentido, vislumbro a ideia de que existe uma espécie de negociação, o que implica em que a prevalência do quadro é aparente, ele está sempre em deslocamentos. Afinal, são momentos, agentes, governos e contextos diferentes, mundos sociais que se constroem e são construídos, são “representações” e “vontades” (BOURDIEU, 2005), que se coadunam em particularidades, formando os dispositivos que conferem uma descontinuidade no arranjo espacial atual.

O emprego da representação da igreja na sociedade é uma munição que vem sendo recorrido para legitimar – e assim o poder da igreja pode atuar em qualquer direção – um direito, o direito a terra. E foi com essa munição que a “luta pela terra” foi travada contra, não só o latifúndio, mas interesses que divergem da presença do trabalhador rural no campo, o transformando em “sem terra”.

O latifúndio continua a ser predominante na região, no entanto, alguns pontos de apropriação territorial apresentam as ações do movimento dos trabalhadores rurais. Em Santana dos Frades, Pacatuba, os posseiros resistem e se organizam para estabelecer o acesso a terra e assim sua presença no cenário fundiário; os “meieiros” plantadores de arroz que mediado o conflito com a CODEVASF, a igreja da Diocese de Propriá finca as estacas de suas fronteiras; os índios Xocós, na Ilha de São Pedro, estendendo seu território em meio a

fazendas e barreiras históricas; em Mocambo, também em Porto da Folha , os quilombolas para alcançarem a titulação das terras, tem na igreja uma força de articulação, mobilização e formação...

E, o que aqui posso considerar, é a continuidade da presença sacerdotal física, moral, política e espiritualmente na defesa do direito, das políticas públicas, e da perspectiva de mudança de uma realidade que se apresenta no caso da CQ Brejão dos Negros. Falo do padre Isaias citado acima como seguidor dos princípios cristãos e sociais deixados pelo “profeta do povo de Deus”, sua atuação na questão quilombola aponta para isso.

Justamente no 3º menor IDH de Sergipe que o caso vai se desenrolar no século XXI, ambiente propício para as pregações e ações de um diocesano ávido por justiça social. Onde o alcance do Estado é lento e o tempo parece ser aliado do espaço, passa lentamente, dando o ritmo da mobilidade das cercas.

Em uma época de direitos para grupos minoritários, de reconhecimentos, das políticas da diferença, de um cenário mundial cada vez mais aberto aos “gritos” de grupos invisibilizados por décadas, se assenta na efervescência da nova Carta Magna brasileira com suas aspirações e desafios. E assim, continua a presença da igreja dentro da “luta pela terra” na conformação do território da região do baixo São Francisco.

As identidades são colocadas em pauta para balizar as ações, estratégias e perspectivas. Dois processos identitários, ou um processo identitário que demonstra a híbrides resultante de uma mobilização para lutar por acesso a terra? O fato é que o território irá apresentar os efeitos das identificações em seus limites. Cabe, portanto, identificar os pontos que marca cada um destes dois, ou este fenômeno social. Para tanto, é pertinente perscrutarmos o processo como se dois, e assim, analisar a presença dos agentes sociais e suas atuações em cena.

3 PROCESSOS IDENTITÁRIOS EM TORNO DA “LUTA PELA TERRA”.

Entre o interno e o externo, o geral e o específico existem diversos elementos que se relacionam para formar processos de identificações que na sociedade atual encontra-se ainda mais “provisório, variável e problemático.” (HALL, 2002, p. 12). De fato, as circunstâncias em que se emolduram as relações sociais que interferem na definição – provisória – de uma identificação, depende de vários fatores, dentre eles as demandas apresentadas pelos grupos. Aqui tratando de Identidade, procuro ver como essas construções vão desenhando as formas de composição do grupo e da rede de agentes envolvidos na questão, o que irá implicar na ocupação do espaço, e assim definindo a apropriação territorial.

Na problemática em pauta essa dinâmica atua diretamente no objeto destinado ao cumprimento da lei, ou seja, não se trata apenas da construção de uma identidade, a questão quilombola é também um tema fortuito para perceber como tais processos corroboram na conformação do território.

Sendo então um conjunto de elementos que se interagem para impulsionar uma identificação, é possível afirmar que para a efetivação do acesso a terra não apenas a ação do Estado, ou mesmo a mobilização dos grupos que reivindicam seus direitos, são os determinantes, tem-se que considerar também outros fatores que proporcionam os avanços ou recuos na efetivação da lei.

A diversidade de agentes externos envolvidos é outro aspecto atuante na matéria já que se trata de outro condicionante na direção da efetivação do direito, o que estabelece contornos específicos caso a caso. Mas em comum está o direito garantido por lei, que se torna uma bandeira de luta envolvendo setores diferentes da sociedade. A “luta pela terra” se alicerça agora não apenas em argumentos de tradicionalidade ou de proteção cultural. A condição de sujeitos de direito atribuído aos grupos historicamente desfavorecidos representa uma prerrogativa legal que acrescenta outro dispositivo na problemática distribuição de terras no Brasil. Sua complexidade é evidente tendo em vista que estabelece uma ruptura na lógica da disposição histórica do território brasileiro.

Certamente, os contextos históricos interferem sobremaneira na adoção de uma identificação social (e étnica). Ao longo do tempo Identidade e Território estabelecem uma interação que objetivamente determina também as forças movidas na direção da garantia do acesso à terra, ao passo que em diferentes contextos impulsionam um auto-reconhecimento. Essa ligação é transitória e pode ser entendida a partir de vários pontos de vista.

No caso em foco, a lei é um elemento fundamental para a condução das forças atuantes. A CF trouxe uma realidade inédita na história da questão agrária no Brasil. O acesso a terra por grupos minoritários – como indígenas, quilombolas, e outras comunidades tradicionais⁶⁵ - legalmente garantidos é um avanço na direção de uma justiça social. No entanto, do direito legal ao direito real se tem um caminho longo, e apesar de mudanças significativas na realidade de vários grupos ainda são gritantes as disparidades.

Ao longo dos anos a estratificação social tem demonstrado a continuidade da concentração de terras e esse aspecto está ligado diretamente às condições de vida que enfrentam os grupos desprovidos de seu acesso. Por essa razão a “luta pela terra” é uma busca, mesmo quando esse bem está garantido por lei. Dessa forma, para se chegar à conformação de um território, existe a possibilidade das identidades irem aflorando em sabor das circunstâncias, o que torna o tema instigante.

Ideia que aqui se pretende desenvolver seguindo o trânsito das identificações que se apresentam como resultado da “luta pela terra” na região do grupo em evidência.

Da colonização com a escravidão, até a exploração do trabalho “livre”, cada contexto estabeleceu seu conjunto de fatores e dinâmicas na construção de identidades. O que não representa uma sucessão de momentos históricos. Mas devo chamar atenção para aspectos fundamentais que se perpetuam na corrente da manutenção do poder, ou de uma ordem que historicamente se estabeleceu mudando apenas suas formas.

Nesta seção a princípio pretendo analisar como nos processos de construção das identidades a influência de agentes externos decorre de seu status social, o que estabelece uma apropriação de sentidos e valores, moldando assim identificações (HALL, 2002); é um caminho provável para se entender, além das situações circunstanciais em torno dos grupos sociais, a adoção de diferentes identidades e suas implicações no amoldamento do território, como ocorre com a comunidade quilombola Brejão dos Negros. Nesta composição, ou definição do espaço a ser apropriado, se faz pertinente considerar a construção da identidade quilombola como um campo onde se identifica a atuação e influência de diferentes forças, e que estas atuam na delimitação do território, acrescentando-se aos condicionantes oriundo diferentemente daquilo que afirma Latour, para o qual “Não basta prever para todos os excluídos um lugar reservado, por mais confortável que seja: é necessário que os excluídos próprios tenham desenhado esse lugar, segundo suas próprias categorias.” (LATOUR, 2004, p. 341-342).

⁶⁵ Ver Alfredo Wagner (2004)

No entanto, o território quilombola por mais que as indicações procedimentais apontem para essa direção, a conformação do território atende ou reflete os condicionantes do processo, tanto do ponto de vista interno, como externo. Seria simplificar a constituição do território atribuindo apenas ao exercício antropológico de levantar e interpretar as categorias “nativas” ou acadêmicas. Seria desconsiderar a complexidade do pleito mediante o hibridismo das identidades em pauta e outros dispositivos presentes na definição do território.

No tocante às identidades, neste caso encontram-se em evidência duas identificações que se sucederam, mas que têm em comum o mesmo pressuposto: a terra. Entendê-las consiste em perscrutar o conjunto de relações e interesses que permeiam as motivações dos grupos. Grupos que constituindo uma comunidade, como bem ressalta Max Weber (1991), pressupõem uma formação política voltada para alcançar um objetivo em comum. No entanto, esse caminho seguido vem sendo percebido diferentemente entre os componentes desta comunidade política, pois, cada grupo tem suas nuances específicas, interesses diferentes, posições políticas partidárias divergentes, que de alguma forma são relacionadas gerando um campo de forças que explicam as posições tomadas ao longo do processo.

Ainda na superfície é possível afirmar que não só forças hegemônicas e governamentais – ou outras quaisquer mais gerais - conspiram para a dinâmica que o processo apresenta. As relações internas no desenrolar das identificações também contribuem para a dinâmica do processo, seja conspirando para seu avanço ou, proporcionando recuos que dependendo das circunstâncias pode ser negativo ou positivo seu resultado. Uma determinada decisão entendida como favorável para um grupo, para outro pode não ser.

Existindo grupos diferentes na formação desta comunidade, é passível de se encontrar essas interações. Ocorre que, de certa forma, esta constatação nos permite indicar que se trata de um aspecto atuante na força que a reivindicação geral dispõe. E por outro lado o enfraquecimento interno favorece o avanço da outra parte envolvida, fortalecendo-a face à pretensão de continuidade da situação agrária na região. Tal situação se caracteriza pela expansão das propriedades estabelecidas, na direção dos pequenos posseiros e moradores que de uma forma ou de outra se valia de um pedaço de chão para ajudar na sua subsistência. De certo ponto de vista oprimidas, as pessoas procuraram o artifício da coletividade para enfrentar a querela, erguendo uma frente que reabre a composição dos coletivos, que tencionam, e como afirma Latour (2004, p. 151): “se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende a superioridade, que incomoda a dominação”.

A existência do latifúndio entendida como um pressuposto de conflito, indica que na conformação da ocupação do espaço o poder das famílias tradicionais nas expropriações é um

fator de destaque como impulsionador da formação coletiva para se contrapor aos mandos e desmandos de seus representantes diretos ou indiretos. E assim, como já dito, foi se fortalecendo na região um sentimento que move as famílias a se inserir na “luta pela terra”. O fato de não ter acesso a terra, ou mesmo perder o que se tem, estando diante da legitimação dos latifúndios, é uma ferramenta de unificação, pois, são várias famílias tendo em comum, esse sentimento.

Em atuação⁶⁶ preliminar ao início desse doutoramento, percebi que alguns moradores do Brejão, apesar de não se manifestarem, questionavam a concentração de terras e a exploração do trabalho por meio dos “contratos” que os classificavam como “meieiros”⁶⁷. Desse modo algo estava latente, adormecido no manto da aparente acomodação, que prefiro entender como receio.

Com esse quadro de opressão tomando maiores proporções, algumas pessoas/moradores/trabalhadores/ perceberam a necessidade de se mobilizarem. Porém, como famílias que viveram ao longo dos tempos sendo colocadas em posições subalternas, de dominação e exploração, com pouco ou nenhum conhecimento de seus direitos, pôde se organizar e passar a consistir em uma força? Pois bem, como salienta Stuart Hall:

Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do “alto” período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo essas relações estão *resumidas* (grifo do autor) em uma nova configuração. No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas e fontes de desestabilização *no interior* da sociedade descolonizada. (HALL, 2009, p. 55).

Por “desestabilização” estou entendendo a ruptura da reprodução de exploração típica do período colonial. Tendo em vista que na República a representação de tal sistema consiste nas relações entre populações e proprietários que se encontram na região. Logo, a manutenção do poder que garante essa situação já se configura numa lógica própria de funcionamento na redondeza.

Sendo assim, se de um lado a organização entre forças locais dominadoras estava consolidada, se apresentando (fazendeiros, políticos, força policial, etc.) e alcançando o avanço em seus interesses – a saber, a permanência do tradicional sistema de apropriação das

⁶⁶ Em 2008 algumas vezes acompanhei o trabalho de campo de um orientando do Curso de Especialização em Ensino de História: Novas abordagens, da Faculdade São Luis (2008).

⁶⁷ Como apontado anteriormente na seção 2.3.

terras. Do outro, apontava-se uma organização que ainda estava por se principiar, começava a dar sinais de pulsante, como algo latente a ocorrer. Faltava o eixo de mobilização, o ponto de convergência entre pessoas de localidades diferentes, pois, a condição era semelhante entre as localidades que, além de geograficamente próximas, estabelecem relações de parentesco, trabalho, etc.. Qual poderia ser o elo entre os agrupamentos envolvidos na formação dessa força?

Em se tratando de um município com baixa densidade demográfica, onde tradicionalmente o papel da Igreja sempre esteve presente em sua dinâmica social, a chegada à Paroquia de Nossa Senhora da Conceição – Padroeira de Brejo Grande – do Padre Isaías de Nascimento em 2003 foi um marco nesta luta. De inspiração nos ensinamentos da Teologia da Libertação que inseriu a Igreja Católica na “luta pela terra” no Brasil a partir da década de 1960 (BALDEZ, 2003), o padre vem de um processo de luta por regularização fundiária na CQ Mocambo (mencionada acima) que em 2003 teve o decreto de desapropriação do território pleiteado publicado, e sua titulação parcial em 2012.

Esta figura emblemática no assunto se depara com uma população que apresenta sérias dificuldades socioeconômicas de sobrevivência, estando numa região de tantas potencialidades naturais, e assim, deixava claro em seus sermões que propunha a tal população, a necessidade de um levante, de um despertar para a luta contra o latifúndio. Para tanto, além do espaço da Igreja (missas, novenas, etc.) passou a realizar reuniões nas localidades, como abaixo é descrito por um integrante do grupo:

[...] ele dizia que essa é uma região muito rica mais o povo não tem direito de produzir nada, o pobre não tem um pedaço de terra pra mode plantar nada, ai pra o sertão todo muito tem seu lote pra plantar... ai ele começou fez reunião lá em Brejo Grande, com o pessoal do sindicato, no Brejão também com a Associação Santa Cruz, depois fez reunião aqui na Resina, ai o pessoal falou das coisas... na segunda reunião eu já tava, veio gente do Brejão, veio gente do Saramem [...] (informação verbal)⁶⁸.

Faz-se pertinente frisar que quando meu interlocutor menciona seu entendimento acerca da questão da terra em torno do termo “sertão” parece indicar uma ideia de Reforma Agrária. Fica clara que a direção que vem se apontando é a identificação com os trabalhadores “sem terra”, e assim é o início desta organização política. E esta ideia se associa com outros fatores que já definiam as relações que as pessoas estabeleceram.

⁶⁸ Depoimento cedido em 19 de outubro de 2014.

Estruturada com inspiração no “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” (MST), essa mobilização em torno da figura eclesástica, torna-o o principal alvo do grupo contrário. O Padre passa a estabelecer uma posição antagônica perante o grupo dos fazendeiros, o que o coloca de frente com a liderança da outra vertente. A que tudo indica - como adiante ficará mais claro – à frente da defesa de continuidade da propriedade e garantia do direito individual das terras, encontra-se um agente interno, integrante da família Machado, que além de moradora do povoado Brejão, é da magistratura estadual na região do baixo São Francisco.

Perante esse cenário de construção da disputa, de deflagração das estratégias e articulações, as ações efetivas de reivindicação começam a ser pensadas e em reunião realizada na sede do município (outubro de 2003) decidem montar um acampamento nas proximidades do “conjunto” (aglomerado casas de antigos moradores do Cabeço, que em 2000 se transfere por conta da invasão do mar na referida localidade). Na ocasião tal organização política que se mobiliza, se forma com a afluência de grupos de pessoas onde se faziam representar o povoado Resina, o Saramem (enquanto “conjunto” e porto) e Brejo Grande. Montam barracos e o desenrolar da ação vai ser narrada por um dos integrantes que vem sendo meu principal interlocutor:

Depois Isaias marcou outra (reunião) pra nós ir todo mundo pra Brejo Grande, ai ficou de fazer barraco no conjunto, muitos ficaram com medo né... o pessoal de Brejo grande veio ai agente foi e fizemo os barracos, Carapitanga não teve ninguém não... tanto barraco fizeram até gente do Saramem, com duas semanas passou o Duda... ai começou a falar que os Sem Terra vão tomar a terra... ai um dia passou um policial tirando foto e o povo ficando com medo... depois Duda mandou fazer a cerca, ali na frente do Barão dizendo que tinha vendido pra NORCON... Isaias disse pra não ficar com medo, vamo lutar, mas teve gente do Saramem que saiu, pensando né que o cara tem pistoleiro, costumado a matar o povo, eu sei é que passemos ainda uns dois meses ali... o prefeito Carlinho era do lado deles também, ai disse que agente tinha que tirar os barracos, inventou que ia fazer uma praça ali... agente foi parar no Fórum de Ilha das Flores, o juiz mandou intimar o padre Isaias, que tudo era o padre Isaias que tava organizando o povo... ai sai o caminhão cheio de gente, chegou ali na Aroeira o caminhão deixou todo mundo pra ir a pé, em carreata, de bandeira, de enxada, de foice, pra Ilha... foi todo mundo caminhando certinho né, sem atrapalhar a pista... chegamo lá no Forum todo mundo sentou, o juiz chamou o promotor e mandou o padre Isaias entrar, ai ele já saiu alegre e saimo a caminhar de novo até cá na Aroeira... ai tiremo os barraco daí, ai padre Isaias disse: “vocês que moram aqui na Resina vocês fica aqui mesmo”... agora o pessoal do Saramem foi lá pra o Cajuipe junto com uns de Brejo Grande, ai botaram o acampamento lá... na beira da pista perto da entrada de Aroeira, quase todo mundo do Saramem tinha barraco, fizeram a ficha... do Brejão não tinha

ninguém não, aí depois o Zeca começou a se afastar, a Ceíça mesmo quando chegou esse negócio dessa Norcon se afastou também (informação verbal)⁶⁹.

A ideia de associação a uma identificação enquanto “trabalhador rural sem terra”, fica expressa pela assunção de sinais como instrumentos de trabalho, pelo fato de assim estarem sendo reconhecidos pelo outro grupo, e pela adoção do modo de operar as ações, etc.. Assim, passam a ser classificados como “sem terra”, o que promove um abalo grande na estrutura de tais localidades. Posição pouco conhecida entre aquelas pessoas. Poucos já tiveram alguma experiência efetiva com este movimento. É um processo de aprendizagem, o grupo foi tendo lições de como organizar seu movimento, tendo como referências o movimento social dos Trabalhadores Sem Terra. No entanto, as famílias não estavam totalmente envolvidas. Alguns integrantes estavam no grupo contrariando a opinião de parentes, o que gerou conflitos dentro das famílias, e de certa forma coloca em cheque a segurança do movimento. Alguns integrantes são impelidos a não continuar tanto pela família como por vizinhos e outros moradores das localidades que de certa forma atribuem legitimidade à propriedade privada, às fazendas.

Logo, cabe visualizar as idas e vindas das pessoas nos espaços comuns. Os acampamentos são formações que exigem mudanças significativas no cotidiano das famílias. De certa forma é uma prova, uma avaliação, um teste de resistência. E aí se encontra um ponto de onde o grupo foi sendo alvejado. Os esforços e sacrifícios que carecem de resultados rápidos tendem a perder força, quando estes não se apontam em curto prazo. É oportuno frisar que com esta posição, se define também que sua reivindicação é a Reforma Agrária, o que vem a ser percebida na narrativa acima, quando se refere ao “lote”. Essa ideia é uma configuração presente no imaginário das pessoas quando se fala em distribuição de terras para os pequenos agricultores. O que vai ser um elemento contrastante à noção do território quilombola enquanto propriedade coletiva.

Nesta ocasião, ainda em 2003, quando a empresa de construção civil, NORCON se envolve no conflito agrário em pauta, promove novos contornos na contenda na região. A empresa, antes de qualquer coisa adquiriu uma parte das terras da Fazenda Capivara com pretensões de construir um Resort nas margens do rio, como apontado acima. Essa possibilidade chega a dividir a comunidade, alguns moradores acreditaram que seria um benefício para a região, tendo em vista os possíveis empregos que a presença desse estabelecimento poderia proporcionar na localidade. Fica em pauta a noção de

⁶⁹ Ibidem.

desenvolvimento que acompanha o avanço destes empreendimentos na direção dos territórios tradicionais ribeirinhas. Mais um aspecto no quadro de conflitos envolvendo o litígio e que deve ser considerado na conformação da apropriação territorial.

Por outro lado, alguns moradores não consideraram favorável essa implantação, tendo em vista que parte da beira do rio seria privatizada impossibilitando o acesso dos pescadores, o que levaria os mesmos a ter que procurar outros portos de partida para a pesca, o que é na atualidade sua principal, e em na maioria dos casos, a única fonte de renda. Além da representação da “luta” que se instaurara, a aceitação da proposta iria de encontro ao que vinha sendo construído. Porém, o assunto não afeta diretamente os grupos de Brejo Grande e Carapitanga, uma vez que a investida empreendedora desenvolvimentista se concentra as margens do rio. O grupo da Resina e do Saramem são atingidos diretamente pela sedução dos benefícios que a ação poderia proporcionar. Ora, seria difícil acreditar que tal adesão não ocorreria mediante à situação de dificuldades sociais enfrentadas pelos moradores das referidas localidades.

A meio este conflito que se instaura em torno de sua presença – intenções -, a NORCON consegue o apoio do governo municipal que cede uma área nas proximidades do conjunto do Saramem, e constrói casas voltadas para as famílias da Resina que se interessaram em deixar suas casas originais na localidade para a instalação do referido empreendimento. É uma verdadeira sedução, a empresa lança mão de uma suposta moradia mais estruturada, já que as casas na Resina são na maioria de taipa⁷⁰, passariam às casas de alvenaria, além de, como dito, um pretenso desenvolvimento socioeconômico na região. A ideia de ter acesso ao fornecimento regular de água encanada, energia elétrica e a facilidade de locomoção em virtude da localização do conjunto, são atrativos vislumbrados por grande parte da população há décadas.

E assim alguns moradores da Resina aceitam as casas e realizam a mudança. No entanto, dentre as poucas famílias que se deslocaram, não havia integrantes efetivos do movimento “sem terra” que se instaurara. Com isso, se mantém o acampamento nas proximidades do conjunto. Estabeleceram um sistema de revezamento de permanência no local, tendo em vista a necessidade de trabalhar e cuidar de suas residências que se encontravam muito próximas, exigindo um pequeno deslocamento entre o espaço da casa e do acampamento. O que poderia ser uma vantagem para o grupo, acabou sendo um complicador, tendo em vista os preconceitos e comentários os quais passaram a conviver diariamente. Os

⁷⁰ Construções de habitações tradicionais feitas de madeira, barro e palhas de coqueiro.

olhares, as visitas de pessoas de outras localidades e o trânsito de fazendeiros e seus empregados (seguranças) passam a fazer parte da dinâmica do acampamento.

Mesmo que de forma não muito clara para os integrantes do grupo, o referido acampamento emite algumas mensagens destinadas a diferentes esferas. Essa estratégia de reivindicação está voltada para a busca de um reconhecimento dos membros do movimento enquanto sujeitos de direito, legitimando o indivíduo dentro do grupo perante as partes envolvidas e outros agentes. Lygia Sigaud (2004) sintetiza esse vocabulário de significações em torno do acampamento da seguinte forma:

[...] ao promover uma ocupação e um acampamento o movimento diz ao INCRA que deseja a desapropriação das terras, aos proprietários que quer suas terras e aos movimentos que aquela ocupação tem dono. Essa linguagem é bem compreendida por todos: o INCRA entende, que há um pedido de desapropriação e desencadeia o processo, o proprietário percebe que pode vir a ficar sem suas terras e age na defesa de seus interesses solicitando a reintegração de posse, e os outros movimentos respeitam aquela bandeira e não ocupam aquela terra. Ao montar sua barraca o trabalhador diz que quer terra. Esta afirmação está dirigida ao INCRA, que no momento de selecionar os futuros beneficiários irá contabilizar os que encontraram debaixo da lona preta; ao movimento que incluirá em suas listas a serem apresentadas ao INCRA; e aos demais que se encontram no acampamento que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão a pegar a terra; é a prova do interesse em ser contemplado pela redistribuição das terras. (SIGAUD, 2004, p.19).

Tais mensagens de fato foram recebidas aos destinos. Porém, no caso, além do INCRA, dos proprietários e da comunicação interna, outros moradores também perceberam o que estava posto. No entanto, essa percepção não foi aquela que possivelmente os acampados gostariam de afirmar aos seus conhecidos. Afinal, esse tipo de organização não é comum na área, e ademais já existe uma noção antecipada do movimento sem terra, e essa não lhe é favorável, pois, foram acusados de “ladrões de terra”, ideia essa que pode ser considerada um sinal negativo que acompanha esse movimento, é como um estigma na direção do que sugere Erving Gofman, (1980).

Mesmo que essa distorção tenha sido forjada nos conflitos por Reforma Agrária, o significado de tal estigma se faz valer. Carrega assim, valores atribuídos a tal identificação que passa a fazer parte das formas de identificá-los na região, pois, a vida fora do acampamento continua quase normalizada. Significação que atinge as normativas constitucionais supracitadas sendo atribuídas enquanto políticas de “tirar” as terras dos fazendeiros para “dar” aos “sem terra”. Esse temor causado aos proprietários, da possível

implementação de Reforma Agrária na região, levou tal movimento a parar no poder judiciário local, o que promoveu um redimensionamento nas ações.

O movimento foi acusado de invasores de propriedade privada. No entanto, o indiciado na ação, tido como a liderança e articulador – motivador – da suposta atuação litigiosa seria o Padre Isaias. Sendo realizada uma audiência no Fórum de Ilha das Flores, em virtude de ação movida pelo proprietário da Fazenda Capivara, que ao que tudo indica, estava impulsionado pela empresa que na ocasião percebe o movimento como uma ameaça a seus planos.

Essa ação na justiça local movida pelo grupo dos proprietários causou certo temor aos integrantes do movimento, ao mesmo tempo em que repensaram as estratégias de reivindicação e se viram na eminência de alterar o local de concentração, afastando-se das proximidades da área de maior densidade demográfica. E assim, o grupo, no retorno da audiência, foi desmontando o acampamento e remontando-o nas proximidades da rodovia SE 100, levando o movimento para as terras da propriedade mais antiga e importante da região: o Cajuipe.

É fevereiro de 2005, quando o acampamento estando diretamente na coordenação da Cáritas, é batizado de D. José Brandão de Castro. Na ocasião, apesar da localização do centro da mobilização estar às margens da rodovia, algumas propriedades que são contestadas a serem desapropriadas se encontram no que seria futuramente o território pleiteado pela CQ. Mas esse ainda não era um assunto amplamente divulgado no agrupamento. Seja como for, o INCRA inicia o atendimento do pleito e abre o processo de desapropriação de um imóvel com 465 hectares. O procedimento de vistoria é iniciado na Fazenda Batateiras, uma das propriedades ligadas ao desmembramento da Fazenda Capivara (São Francisco).

Porém, de certa forma os acontecimentos que afetaram diretamente o cotidiano das pessoas causaram abalos na composição do grupo. Algumas pessoas, principalmente com temor aos “poderosos” decidem sair do grupo, e outras por acreditarem que o discurso de desenvolvimento estabelecido pela NORCON seria uma opção oportuna e adequada naquele momento, se afastam do movimento.

A organização do movimento é uma novidade para a maioria das pessoas. De certa forma, como também a própria perspectiva de se poder produzir e sobreviver na e da terra. Cabe ressaltar que grande parte desta população é constituída de pescadores, pois, fazem parte de uma geração que não teve acesso à terra para plantar, mesmo que nas condições de exploração do trabalho como anteriormente se constatou. Logo, a caracterização de

trabalhador rural representa algo, relativamente novo. O que remete ao processo de aprendizagem vivido pelo grupo.

Se existe algo que pode ser estável, é a pesca, dentro do mundo simbólico da maioria dos integrantes deste grupo. E daí a investigação começa a direcionar a atenção para outra possibilidade, ou seja, será de fato a terra o objetivo comum que os uni e que os fazem construir toda uma mobilização política reivindicatória? Será que de fato os trabalhadores da pesca se voltam para a terra como uma alternativa de sobrevivência, ou mesmo, opção de fonte de renda?

Mesmo que existam aqueles que de uma forma ou de outra, no presente ou no passado, possuam uma atividade laboral com a terra – e consequentemente de identidade – como fazendo parte de suas atividades de remuneração ou de sobrevivência (e de seu mundo simbólico); é possível indicar que no caso em questão, essa transição poderia ser uma espécie de transitoriedade de identidades. Sendo assim, procede afirmar que tal mudança estaria influenciando na aproximação ou afastamento das pessoas ao grupo? Acredito que sim, tendo em vista que a identificação com o grupo perpassa pela individualidade, as realidades que se relacionam não representam uma única subjetividade.

Um caminho para tal investigação é a partir da relação do social com o simbólico. E assim, o que a terra representa para o grupo pode ser algo que ainda se encontra em construção. Talvez alguns participantes do movimento não percebam a “luta pela terra” como uma disputa por terra, e sim por melhores condições de vida, o acesso à políticas públicas, por exemplo.

Em suma trata-se de perceber as interligações hierárquicas no campo do social e do simbólico, que elaboram e reelaboram arcabouços culturais que se relacionam e definem posições. Nessa direção seguem as reflexões de Marcelo Ennes e Frank Marcon (2014), que para os autores:

Tendo em vista o caráter movediço e ambivalente das identidades, quando se trata de uma definição conceitual do fenômeno, o desafio é como apreender e explicar os processos relacionais envolvidos no que tem sido a ênfase à diferença entre os grupos, e por consequência, estão implicados em assimetrias de poder diante do caráter não palpável da identidade. (ENNES; MARCON, 2014, p.293-294).

O que sugere afirmar que a questão de identidade é relacional e depende da situação para ser acionada, o que torna mais procedente e prudente se atentar para o processo e suas

nuances. E assim, ainda segundo os autores, alguns pontos servem como referências analíticas:

- a) aos atores sociais e como ocorrem as demarcações da diferença entre eles;
- b) ao que está em disputa quando se ressalta a identidade e a diferença; c) as normas e os princípios sociais que fundamentam e regulam sua existência; e
- d) os contextos históricos e sociais, já que entendemos os processos identitários como relacionais e situacionais (ENNES; MARCON, 2014, p.294).

Tais pontos estão imbricados nas relações que o grupo estabeleceu, e vêm estabelecendo atuando diretamente na construção de suas identificações. O que demonstra que o atuar como “trabalhador rural sem terra” foi uma estratégia motivada por agentes (“atores sociais”) que visavam alcançar um determinado objetivo. Sendo assim, em finais de 2004, no quando do acampamento “Bela Vitória” (situado nas proximidades do conjunto do Saramem), ocorria uma transformação nas referências acionadas por estas pessoas. Elas estavam vivenciando e aprendendo o “Ser” sem terra, adotando marcas simbólicas que até então lhes eram alheias, tendo a experiência como um processo de construção.

Tarefa que não foi fácil para esse grupo. Muitos não tinham conhecimento de movimento organizado, não se tinha ideia do que é ficar acampado, por vezes, longe da família, e reivindicando um bem que até então, pouco representava em seu mundo simbólico no sentido de propriedade. Deste modo, cabe pensar em como o grupo percebe sua pretensão de ter direito a terra, tendo em vista que se trata de um direito que corrobora na representação de um território, com todas suas significações.

Este novo acampamento promove um deslocamento significativo das pessoas de suas residências de origem. Antes o agrupamento estava praticamente do lado de casa, agora é preciso andar, ou pedalar cerca de 15km até o acampamento. O que leva o grupo a distribuir-se em subgrupos para a manutenção e operacionalização das atividades diárias no local. Passam-se alguns meses e pouco se construiu de perspectivas e conquistas. Por outro lado, as cobranças, tanto deles mesmo, como das famílias e da comunidade como um todo, começam a ecoar mais forte na disposição dos integrantes do movimento.

Seja como for, face às dificuldades e o desânimo que essa tática proporcionou, aliada ao fato de pouco avanço na direção do acesso à terra, uma nova possibilidade, ou estratégia para a continuidade da “luta pela terra” se desponta. Por intermédio do Padre Isaias outros agentes externos estabelecem alianças com o movimento. São articulações com parlamentares

ligados ao Partido do Trabalhador – PT, representantes do Movimento Negro Unificado – MNU, além da Cáritas Diocesana (entidade ligada à Igreja e coordenada pelo Padre Isaias).

Passados dois anos do início da organização, e com a notoriedade que os mecanismos jurídicos em torno da questão quilombola suscitam, a possibilidade de mudança na frente de batalha amadurece. O grupo realiza uma reunião em que foi apresentada a Política Quilombola promulgada pelo Governo Federal em 2003, o que facilitou as certificações das comunidades quilombolas pelo país. Para tanto, foram convidados servidores do INCRA com o intuito de apresentar e discutir a possibilidade da auto-definição enquanto “quilombolas”. Assim relatado:

[...] a primeira proposta foi ser Sem Terra, depois com uns 2, 3 anos foi que entrou essa proposta que essa região aqui não é de Sem Terra é de quilombola, teve uma reunião lá em Brejo Grande, veio Gonzaga do Incra, Fontenelle, num sei se Oliveira tava, ai diz que nos estudo dele diz que essa região é de quilombo pela história que o pessoal já tinha contado, que aqui tinha engenho [...].

Continua:

Brejo Grande que começou, ai depois que Bomfim tomou conta mesmo, foi quilombola ai pronto, foi que o Brejão apareceu mesmo, antes disso o Brejão ainda tava meio recuado ainda, agente que tava mesmo com esse negocio de Sem Terra pra o governo desapropriar a fazenda né... com essa proposta de quilombola foi que no Brejão essa Juiza pintou mesmo viu, ela dizia que “ninguém aqui era quilombola, que aqui não existia engenho, esse negocio ai é invenção desse padre Isaias...”, o padre numa missa passou uns vídeos de quilombos... o Bomfim foi que ficou a frente, ai marcaram uma reunião na igreja, pra mode explicar o povo o que era esse negocio de quilombola... (informação verbal)⁷¹.

Destrinchando a narrativa acima, a primeira reunião foi para discutir a aprovação da mudança de estratégia de luta. Os representantes do INCRA estavam presentes para explicar o que é o Programa Brasil Quilombola, política social que estabelece um conjunto de direitos às comunidades que se auto-definem enquanto “remanescentes das comunidades de quilombos”, conforme o artigo 68, e sua regulamentação pelo decreto 4.887/03. Deve-se salientar que tal política não se resume no acesso a terra. Mas existem outros procedimentos administrativos ligados a órgãos do Governo Federal que estabelecem ações em tais comunidades⁷².

⁷¹ Depoimento cedido em 19 de outubro de 2014.

⁷² Cf. o Art. 19 do decreto: “Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos...”.

Houvera também o apoio de alguns representantes do legislativo estadual (PT e PMDB) que se fizeram presentes para reforçar a nova investida. E assim, com a motivação estabelecida na maioria, a construção da identidade quilombola passa a ser conduzida pela formação de uma comunidade (nos termos weberianos), composta por quatro grupos: Brejão, Carapitanga, Resina e Brejo Grande. Sai de cena o Saramem, que em virtude da mudança e dos efeitos do desgaste – e certamente fatores pessoais –, os integrantes desta localidade desistem enquanto grupo ficando algumas pessoas inseridas no agrupamento da Resina.

Decidida, a nova estratégia, a organização desloca seu núcleo interno. Se enquanto “sem terra” a Resina e o grupo de Brejo Grande eram as maiores representações – principalmente esse segundo agrupamento –, com a causa quilombola o Brejão passa a ter uma posição de destaque e de representatividade, pois, uma vez regularizada a formação da Associação Santa Cruz em 2005 (Anexo A), que fica sediada no povoado Brejão, é esta entidade que envia (em 27 de outubro de 2005) o requerimento à Fundação Cultural Palmares solicitando, a certificação, o reconhecimento jurídico (Anexo B).

O deslocamento de liderança pode ser interpretado como uma tentativa de ganhar legitimidade na nova identificação. Afinal o Brejão já dispunha de uma alusão enquanto formação de uma população de descendentes de ex-escravos na região. A ideia de que a localidade formada majoritariamente por negros e negras é entendida como uma prova da ligação com esse passado fica clara. A “marca” da identidade afirmada se caracteriza pela cor de pele escura predominante que se faz presente nesta população. Aspecto reconhecido na redondeza é também algo que pode representar um atributo negativo, tendo em vista a carga simbólica pejorativa que acompanha tal ligação. Mas, seja como for, esse sinal com a vigência de tal política de Estado, também pode ser válido na busca por direitos.

Mas não só essa caracterização fenotípica estabeleceu o grupo do Brejão como o mote para buscar o reconhecimento. A proximidade que o padre estabelecia com algumas pessoas do povoado também foi decisiva para o intento. E mais... Sendo o maior e mais importante distrito do município, a força de mobilização da população poderia ganhar maiores proporções, tanto qualitativa como quantitativamente.

A ocorrência da reunião foi de conhecimento da população em geral. Pessoas de diferentes setores do município participaram. Além do grupo que esteve acampado na perspectiva de trabalhadores “sem terra”, se fizeram presentes representantes de Sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores e outras organizações. Logo, a pauta do encontro foi pública e possivelmente anunciada em diferentes espaços. As discussões e encaminhamentos também foram divulgados, e assim a proposta ganha notoriedade na região.

Agora a notícia de formação do grupo quilombola se consolida e promove novos contornos na questão da “luta pela terra”. Trabalhadores de diferentes localidades com características diversas se juntam e adotam uma identidade, o que corrobora com a explanação de Alfredo Wagner:

O pertencimento ao grupo não emana, por exemplo, de laços de consangüinidade, não existe a preocupação com uma origem comum, tampouco o parentesco constitui uma precondição de pertencer. O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos. Trata-se de investigar etnograficamente as circunstâncias em que o grupo social determinado acatou uma categoria, acionando-a ao interagir com o outro (ALMEIDA, 2002, p.74-75).

Nesta direção interpretativa destaco que este sentimento de pertencimento foi se fortalecendo nas lagoas de arroz, nos mangues, no leito do rio, nas roças, enfim, naquilo que tradicionalmente os ligavam, mas também nos espaços criados a partir da organização do movimento. O que, até certo ponto, torna criteriosa a inserção no grupo. A percepção deste envolvimento se deflagra a partir da interação com o outro, que aciona, que faz sentir a necessidade e a oportunidade de mudanças permitidas pelas circunstâncias.

E assim, os efeitos desse movimento foram tomando grandes proporções. O avanço causou uma reação por parte do grupo contrário. A estratégia de confundir, deslegitimar e denigrir a imagem do levante foi em forma de informações desencontradas que passaram a ser veiculadas, o que acabou formando uma atmosfera propícia a um quadro de conflito cada vez mais tenso.

A articulação e construção da identidade quilombola foi algo colocada a público. Esse conhecimento generalizado proporcionou que o assunto fosse alvo de distorções, gerando uma aversão considerável de boa parte dos moradores do povoado Brejão, no que tange a aceitar o processo. Por que estou me concentrando nesta localidade? Entre os agrupamentos o Brejão pode ser considerado o elemento legitimador da reivindicação enquanto “quilombo”. Sua relação com as populações que na região aportaram como escravo é reconhecida até certo ponto, mesmo pelos moradores. No entanto, essa ligação com a escravidão foi a deixa que promoveu a circulação de informações falaciosas em torno desta política. Por enquanto, é suficiente afirmar que a depreciação identitária foi o motor da contestação local em torno da estratégia do grupo.

Essa negação de ligação histórica é algo recorrente na localidade. Ao que se foi possível constatar, houve uma alteração na denominação do povoado – não se tem uma data exata para isso -, que de “Brejão dos Negros” passa a ser tratado apenas como “Brejão”. Segundo alguns moradores mais antigos, o povoado sempre foi conhecido como Brejão dos Negros. E a explicação para essa referência era a ideia de que na localidade só moravam pessoas negras, como dito, e isso também é notório. Essa alteração pode ser considerada fruto do afastamento e negação do pertencimento a esse passado que marca tal população perante os outros. É uma espécie de mecanismo do “não reconhecimento”, como mencionou Taylor (1998).

Um episódio vivido e contado por uma senhora - antiga moradora - que apesar de residir na sede do município na ocasião desse trabalho de campo, viveu durante muitos anos com sua família na localidade, se mudando quando se casou na década de 1960; sua fala ilustra o vínculo desta população com a identidade negra – e consequentemente sua ancestralidade ligada ao período escravocrata. Diz ela:

[...] até teve uma vez que eu tava na feira de Ilha das Flores e um rapaz se aproximou de mim... num sei com que interesse (risos)... e me perguntou da onde eu era. Ai eu disse que era do Brejão dos Negros... ah! Quem disse que ele acreditou? Só porque eu era branca, e ele pensava que no Brejão só tinha preto... quando não, pensavam que agente (ela e as irmãs eram todas com pele brancas) era do Brejão de Itioca⁷³ (informação verbal)⁷⁴.

Não se pode negar que essa referência é passível de gerar na pessoa um sentimento de rejeição deste pertencimento, tendo em vista toda carga simbólica pejorativa em torno dessa associação. O professor Kangele Munanga sintetiza o sentido daquilo que se pretende esquecer ou se afastar:

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinal, transparente, congelado em idéias, à primeira vista quase sem paixão. Além da teoria existe a prática, pois o colonialista é um homem de ação que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente. Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos desde a primeira infância, valorizado pela educação, incorporou-se o racismo colonial tão naturalmente aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que ele parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista (MUNANGA, 1988, p. 20-21).

⁷³ Brejão de Itioca é um povoado do município de Pacatuba, antiga Missão Indígena do século XVIII.

⁷⁴ Depoimento cedido em 15 de fevereiro de 2015.

As indicações do autor, no que se refere à continuidade dessa perversão colonialista, é uma constatação permanente na sociedade brasileira contemporânea, e que não vem ao caso nos adentrarmos agora. Apenas é pertinente salientar que a emergência étnica é uma realidade que vai de encontro à realidade histórica.

Essa “auto-desvalorização” fica ainda mais acirrada quando relaciona o “negro” a “quilombola”. Como afirma uma moradora: “Agente já é discriminado por ser negro, imagine ser quilombola.”⁷⁵. Por outro lado encontramos na localidade o discurso em defesa da identidade quilombola: “somos quilombolas sim, não podemos negar nossas raízes”⁷⁶. Tais noções se relacionam, formando assim uma dimensão ética na localidade.

Segundo Honneth (2003a), o reconhecimento está sustentado na natureza ética dos sujeitos, que pretendem afirmar seus direitos mediante a supressão dos particularismos e posições unilaterais que subsistem na relação das diferenças.

Nos conflitos multiculturais, as lutas por reconhecimento se caracterizam como um aspecto fundamental da coexistência positiva das diferenças. Honneth (2003a) entende que a lei, por ser constituída de maneira universalista sob condições modernas, tutela os direitos de forma igualitária, desvinculando o reconhecimento jurídico de qualquer espécie de *status* social.

Por outro lado, segundo Fraser (2002), o ressurgimento da política de estatuto (*status*) ao se instaurar, promove o declínio da política de classe. Em outras palavras: a luta passa a ser especialmente dedicada ao reconhecimento e não mais à redistribuição.

Contudo, acaba gerando uma nova forma de reivindicação política: a luta pelo reconhecimento. Para a autora trata-se de perspectivas que convivem de forma ambivalente. Por um lado, o reconhecimento representa uma ampliação da contestação política e um novo entendimento da justiça social, compreendendo questões de representação, identidade e diferença. Por outro lado, não é certo que as atuais lutas pelo reconhecimento irão contribuir para completar e aprofundar as lutas pela redistribuição, podendo resultar em um desenvolvimento combinado e desigual.

Considerando o pensamento de Fraser (2002), percebe-se que as demandas por justiça social dividem-se em dois tipos: de um lado as demandas redistributivas, que buscam uma distribuição mais justa de recursos e bens; de outro, a chamada política do reconhecimento das perspectivas diferenciadoras das minorias. Por conseguinte, uma das ameaças à justiça

⁷⁵ Depoimento cedido em 20/02/2008 por Maria de Lourdes dos Santos (58).

⁷⁶ Depoimento cedido em 24/06/2014 por Izaltina dos Santos (Presidente da Associação Quilombola Santa Cruz).

social na globalização é a consequência da transição/substituição das reivindicações por redistribuição para as reivindicações por reconhecimento.

Não se adentrando na esfera da economia, Honneth (2003a) considera que o reconhecimento dos direitos decorre de uma operação de entendimento puramente cognitiva, que atribui ao outro a imputabilidade moral que o torna autônomo em suas particularidades, porém igual aos demais na perspectiva da universalidade da lei.

O reconhecimento jurídico cumpre um papel importante na formação do auto-respeito na pessoa, consubstanciado pela possibilidade de se referir a si mesmo de modo positivo, como sujeito de direitos e como participante dos acordos discursivos de uma coletividade. Ao poder se realizar, expor suas propriedades e particularidades concretas, a pessoa individualizada é reconhecida socialmente pelas suas contribuições ao outro e à coletividade. Por certo que numa realidade multicultural, tomada de valores plurais em concorrência, os conflitos de natureza cultural conduzem ao fortalecimento das opções centradas no grupo e, conseqüentemente, fomentam a importância das variadas formas de percepção sobre o mundo.

Nesta perspectiva, o autor defende que inclusive as injustiças distributivas devem ser entendidas com a expressão institucional da falta de respeito social ou, melhor dizendo, de algumas relações injustificadas de reconhecimento.

Argumentando contra o posicionamento de Fraser, Honneth (2003b) alega que orientar o sentido normativo de uma teoria social crítica permite que as demandas publicamente percebidas dos movimentos sociais tem a consequência de não procurar reproduzir as exclusões sociais. De tal modo, o autor acredita que o pensamento de Fraser dá a impressão de que os grupos sociais estão lutando basicamente por recursos materiais ou pelo reconhecimento cultural, de modo que se surpreende que Fraser não encontre nenhuma expressão sistemática para a luta pela igualdade jurídica.

Essa configuração estrutural implica em se adentrar nas decorrências sociais e políticas em consequência do processo, principalmente em razão da legalidade de seu caráter coletivo. De certa forma relacionada com as transformações das sociedades modernas. O que não impede de considerar a presença de uma estrutura social tradicional, que por sua vez, não implica, necessariamente, em retroceder às formas do “dinamismo das sociedades tradicionais”, como bem discute Georges Balandier (1976). Mas sim, compreender como tradicional, uma elaboração histórica e específica que envolve particularidades e relações singulares locais que constroem uma nova estrutura e que procura se perpetuar. A finalidade no assunto é sintetizada por Eric Hobsbawn:

As redes são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas, permitindo sempre que exista a inércia, que qualquer costume adquirir com o tempo, e a resistência às inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume (1997:11).

Esse é um pré-requisito para a dinâmica da tradição. Tomada uma situação social como tradicional esta tende a se perpetuar mediante as defesas de sua continuidade. De certo modo, é o que parece ocorrer na comunidade Brejão dos Negros. Porém, as mudanças na sociedade mais geral atingem tal localidade. E a legitimidade das lideranças e hierarquias passam a ser questionadas. O questionamento alcança inevitavelmente o processo, quando se aciona diferentes aspectos para tanto.

Mesmo que o critério da cor da pele não se adeque às teorias da etnicidade – conforme discutido anteriormente -, a tonalidade epitelial é um sinal de identificação, pois aponta para a forma como os outros irão perceber os sujeitos, e no caso, sujeitos de direitos. Contudo, em se tratando de legalidade essa notoriedade contribuiu para que a legitimidade do grupo formado perante o direito reivindicado ganhasse eco em torno da busca por melhores condições de vida, e assim, se pudesse recorrer ao reconhecimento enquanto “remanescente das comunidades dos quilombos”, enviando à FCP o requerimento com a “auto-definição”.

Deste modo, percebe-se que uma marca ao passo que se torna uma caracterização preconceituosa também pode funcionar como um elemento importante nesse processo de construção. Mesmo que não seja um aspecto determinante para a auto-atribuição étnica, de alguma forma a distinção por essa via serviu como um sinal de vínculo.

Mas, para entender as motivações do grupo em fazer essa auto-atribuição, evidentemente que não se explica pela sua ligação supracitada, é preciso percorrer por outras relações que o grupo estabelece com um conjunto de agentes externos, que certamente encorajou alguns representantes locais ao auto-reconhecimento.

Mesmo que de forma pouco expressiva e contínua, as relações com alguns agentes do Movimento Negro já se desenrola desde a década de 1990, e neste início, à entidade CUPIM realizava uma aproximação com algumas comunidades da região do São Francisco como é o caso de Lagoa dos Campinhos⁷⁷ (município de Amparo de São Francisco), a qual se encontra (em 2016) com sua titulação do território em fase de finalização. Tal organização realiza suas

⁷⁷ Segunda comunidade titulada em Sergipe.

intervenções tendo como um dos objetivos a instrumentalização do grupo, onde colocavam em pauta as informações sobre o artigo 68 da CF/88.

Neste período – pós homologação da CF/88 - o MN intensifica suas ações em comunidades do estado que eram tratadas como “comunidades negras rurais”.⁷⁸, se apresentando como uma opção de orientação na luta contra o racismo e cidadania aos “afrodescendentes”. A reivindicação pela terra é uma bandeira levantada nos finais da década de 1990. Assim, a “luta pela terra” e demais reivindicações ditas da população negra, se colocam como uma ação em nome da reparação histórica.

De uma forma ou de outra, seja na perspectiva de conquistar benefícios em forma de políticas públicas ou a pretensa reivindicação cultural, o passo foi construção do auto-reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertencimento que os une ao passado e antepassados ligados à escravidão no Brasil.

Algumas entidades que representavam em Sergipe o MN realizavam intervenções em localidades que de alguma forma se apresentava no cenário estadual como lugares com forte concentração de afrodescendentes. Dentro desta perspectiva a Mussuca⁷⁹ é um caso emblemático. Práticas sociais da cultura local, conhecidas como “grupos folclóricos”, foram as referências da localidade para ser eleita como uma “África em Sergipe”, título atribuído pelo MN, a partir da década de 1990, porém, esta “herança” já vinha sendo enfatizada pelo “movimento folclórico” desde a década de 70 do século passado (BOMFIM, 2007).

Essa associação num processo de busca por reconhecimento de uma identificação acaba sendo um artifício para legitimar uma auto-declaração. Certamente não é o fundamento da identidade, mas nesse jogo de disputa, poderia servir como marca simbólica que garante a legitimidade do sujeito?

Mesmo que o pressuposto para certificação oficial não eleja tal indicação (perpetuação de práticas culturais ou cor da pele) para o referido atributo, a contradição se apresenta levantada por aqueles que são contrários ao processo.

Para reforçar sua vinculação ao direito de acesso a terra, entendendo que existe uma desigualdade em torno da posse deste bem, a CQ do Brejão dos Negros também recorreu a um aspecto tradicional de sua cultura, resgatando o grupo de Maracatú de Seu Adalto, que estava inativo acerca de uma década. Este ancião relata que...

⁷⁸Sobre o assunto ver ARRUTI, José Mauricio. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

⁷⁹ Comunidade Quilombola reconhecida em 2006, localizada no município de Laranjeiras/SE.

Era eu que tomava conta do maracatú, até hoje, parei porque como se diz o prefeito Carlinhos ganhou e apresentou Dona Lila... e esse maracatu está programado até em Brasília o meu... e hoje parei e só mim apresento quando o povo chama, quando o pessoal mim chama eu vou, agora pra mim andar assim pra aqui, pra acolá, eu não vou. (Depoimento cedido em 25 de maio de 2008).⁸⁰

O ato de retomar a referida manifestação cultural como sinal de pertencimento foi motivado neste contexto, como um reforço no fortalecimento contra o grupo contrário, tendo em vista que o referido prefeito ao privilegiar outro maracatu, atribui o poder de significação à sua representação. Daí como resposta a esta ação, o grupo dos quilombolas convence o retorno de Seu Adalto à frente desta prática social, até porque a Dona Lila faz parte do conjunto de médios proprietários na região. Deste modo, ficam assim, dois maracatús que expressam a disputa em questão.

O denominado “Maracatú do Brejão dos Negros”, chega a lançar um CD em 2016, tendo como título “Maracatú Raizes do Quilombo”. De certa forma, podemos interpretar essa expressão como uma alusão contextual que se faz acionar tais marcas que por sua ancestralidade se legitima enquanto sujeitos de direitos. Fica clara que o grupo emite uma mensagem ao outro, e que sua compreensão de identidade está vinculada à adoção de práticas e traços que remetam a uma ligação de ancestralidade.



Imagem 4 - Capa e contracapa do CD “Maracatú Raizes do Quilombo”– 2016.

Esses encaminhamentos voltados para aspectos culturais foram a estratégia encontrada por parte do MN para enaltecer a identidade negra com o intuito de se contrapor a ideia de uniformidade social que acabava ocultando não só essa população, como ignorava a situação

⁸⁰ Em material de dados produzidos para a elaboração de monografia supra citada de autoria de Clebson Monteiro dos Santos (2008).

de desigualdade que se encontravam os afrodescendentes. A tática elabora um modelo, uma referência de identidade não só do negro, como do grupo, como salienta Paulo Neves (2004):

Para tanto, o movimento negro buscou criar uma comunidade de interesses em torno da origem africana (ver Mendonça, 1996), retrabalhando os símbolos da cultura afro-brasileira, de forma a criar um protótipo do negro brasileiro com o qual toda a população de origem negra pudesse se identificar (NEVES, 2004, p. 87).

E assim, a busca por tais identificações foram se desenrolando, obtendo êxito em alguns casos e outros não. Em parte, se deve pelo fato de que esses processos no seio da sociedade dependem das relações de poder que estabelecem as diferenças e os limites das identificações. E o MN acaba exercendo certo poder na criação destas identidades. Normalmente se aproximam dos agrupamentos através de alguma força política local, ou liderança comunitária, se vestindo da denúncia de exclusão social que atinge tal parcela da população historicamente. E assim, recorrem ao fortalecimento da autoestima dos grupos. Contudo, acaba por se valer de uma política que segue na direção da “lógica classificatória dos dominantes” (idem), tendo em vista que os elementos identificatório próprios dos grupos não são considerados, ou mesmo, e na melhor das hipóteses, não são percebidos. E assim, a adoção de traços culturais, alheios ao conjunto de traços específicos, define que afrodescendência é adotada.

Essas ações seguem na corrente das políticas de reconhecimento que desde a década de 1960 impulsionam movimentos sociais, tanto na luta por direitos, como também nos processos de formação da identidade social (cultural e pessoal). É bom que se diga que neste contexto verbas públicas e recursos de agências financiadoras de projetos voltados para esse fim, garantem um conjunto de ações principalmente nos ditos países emergentes. E por aqui não foi diferente.

Brejão dos Negros, por sua vez é atraente ao MN quando do advento da ação de entidades que buscam no estado, espaços de aplicação de tais expedientes voltados para a construção ou fortalecimento da “negritude” e cidadania. Com isso, a ideia de quilombo já se vinha ventilando no imaginário do grupo. Ainda atribuído de vários tabus, o assunto é cogitado, porém, poucas informações são efetivamente tratadas na localidade.

Com a formação do movimento em torno da questão quilombola, o termo retoma o cenário local, agora acrescido de direitos e políticas públicas. Contudo, uma vez que se refere à possibilidade de desapropriações para regularização fundiária de território, o segmento dos proprietários de terra, o grupo majoritário de poder se mostra interessado movimentação. E

assim, vai se articulando com agentes do poder político municipal e estadual, para se voltar contra a ação que se desponha. Ação que pressupõe a certificação de um agrupamento enquanto sujeitos de direitos.

Portanto, para se chegar ao seu objetivo, o grupo de “trabalhadores sem terra” precisa passar pelo processo de identificação quilombola, e uma vez este conformado, se articular para buscar a garantia de aplicabilidade da lei que imputa tal direito.

É em torno dessa finalidade que se justifica a adoção de estratégias de convencimento para abarcar um contingente maior possível se identificando como quilombola. As reuniões da Associação, os encontros com o padre e outros agentes externos, foram dando corpo ao grupo envolvido na questão. Assim, o quadro foi sendo colocado com as posições e intencionalidades que em torno das ações consolidaram o processo indetentário.

No entanto, por outro lado, o contingente de pessoas que levadas por uma onda de rumores e falácias sobre a questão, se posiciona contra a certificação é significativo. Estando agora a frente da mobilização, o Brejão se vê em meio a um faccionalismo que se emoldura e chama a atenção para as inconsistências que podem ser emanadas desse procedimento. É possível que a ideia de coletividade expressa na lei esteja de braços dados com a ideia de harmonia social, ou, de um suposto equilíbrio social, caracterizado romanticamente nas abordagens das comunidades tradicionais, ou em modelos analíticos, como já destacava Edmund Leach (1994).

A parcela da população do Brejão que se coloca contrária a questão é maioria absoluta. Quando a proposta é tomada pelo conhecimento geral a reação adversa ocorre de forma muito contundente. Segundo um antigo conhecido, morador nascido na localidade, me resume o estado da atmosfera: “esse povo não sabe o que tá fazendo, se isso for pra frente vai ter uma guerra civil aqui no Brejão”.

Até certo ponto, não partiu da própria população a ideia de “não quilombola”, mas fora motivado por ações mesmo sistematizadas, com presunção de criação de outro movimento para se contrapor ao movimento quilombola. E assim, moradores que apresentam as mesmas linhas de história de vida daqueles que formam o outro grupo (minoritário), não só se colocam avessos ao processo, como muitos saíram em defesa dos proprietários. Suas principais motivações se encontram na defesa de suas convicções, que na maioria, foram implantadas por aqueles que formam a camada social dominante. Afinal, para os proprietários o que estava em jogo era a defesa de seus supostos bens, no caso, as propriedades, pois, em torno delas as relações sempre foram se costurando. Sua manutenção é fundamental, não só

economicamente, como também politicamente pelo valor simbólico em torno da posse da terra.

A terra não representa apenas um poder material ou físico, sua posse ou propriedade, significa um status social que na região se vincula também diretamente ao espaço público da política. Essa mobilização se contrapõe diretamente às estruturas tradicionais de garantias de privilégios. O que liga um sinal de ameaça na sua perpetuação e sua legitimidade.

Toda essa questão acaba desenhando a perspectiva de uma dinâmica social local, que vai de encontro às formas tradicionais das relações sociais históricas na localidade. A presença da compreensão paternalista de relações fica expressa, quando outro antigo conhecido local, morador do Brejão, relata uma reclamação ao então vice-prefeito que era morador do povoado:

[...] que político é esse meu irmão, que num faz um favor pra ninguém? Você chega na porta dele pedindo um carro pra ir pra um lugar o cara nem te dar atenção... quero ver se fosse o Veinho (*ex-prefeito, também morador do povoado*)... você podia chegar lá que hora fosse, ele ajudava [...] (informação verbal)⁸¹.

Partindo dessa passagem visualiza-se uma política dos favores, muito comum nas cidades pequenas pelo Brasil. Essa lógica é uma construção histórica que envolve as relações de trabalho, de onde se definem os proprietários e os “necessitados”. Por traz deste tipo de relação é possível identificar um jogo que tem uma regra básica: o favor. Na relação com o Político, o atendimento aos favores soma-se como um aspecto da garantia de futuros votos, ou seja, um voto por um favor.

Sabemos que o poder político e o poder econômico em países como o Brasil, de origem colonial, acabam sendo representados pelos mesmos personagens (MORAES, 2005), que se garantem na continuidade das conformações sociais. Para tanto, essa sensação de benevolência para com os trabalhadores rurais é consolidada de um jeito que é praticamente um absurdo para algumas pessoas, pensar em desapropriação, isso seria o mesmo que defender a expropriação – supostamente como veremos – dos proprietários/fazendeiros.

Dessa forma, podemos combinar os dois aspectos. Se por um lado o fazendeiro permite o uso da terra, ou oferta serviço aos moradores locais, por outro lado os que dependem destes “favores”, acabam tendo um compromisso moral com tal proprietário, e

⁸¹Depoimento cedido em 17 de novembro de 2007.

assim, retribuir o suposto favor em forma de votos. Essa lógica é muito presente e é algo que se quer se preservar.

É seguindo esse raciocínio que podemos entender parte da dificuldade em aceitar a questão quilombola. Acatar essa configuração é desestabilizar uma estrutura social sólida na região. É confrontar relações de poder. E entendendo estrutura social, como “... *tôda (sic) a rêde (sic) de relações sociais em que estão envolvidos os membros de uma comunidade em determinado espaço* (grifo dos autores) (WEBER e BEAUD, 1971, p. 89). Define, de um lado, as formas em que se agrupam as pessoas com fins sociais nessa sociedade e, de outro, os laços socialmente reconhecidos que se refletem no comportamento dos indivíduos entre si e em relação aos seus grupos sociais, o que acaba definindo posições e poder nas relações de força. Logo, defender a manutenção desse arranjo social acaba sendo uma perspectiva para a população local. Fica clara essa defesa na retomada da fala da saudosa moradora do Brejão que insiste em defender o proprietário:

[...] desde o pai dele que o povo aqui sempre trabalhou ali... agente deve é muito favor a ele... num quero esse negocio de carambola não. (*pausa*) Sabe de mais, se precisar eu vou é defender ele, é sim, nunca me fez mal... até hoje só ajudou as pessoas... agora vem esses aí querendo prejudicar o homem (informação verbal)⁸².

Quando fala “esses aí” está se referindo ao grupo à frente da Associação, orientado pelo Padre. E é essa pequena parcela da população local, por meio do processo quilombola que coloca em risco essa conformação social. A análise gramsciana nos apresenta um suporte interessante para reconhecer que o que estamos discutindo é algo criado no passado e que em relação aos resultados desta nova configuração apenas podemos levantar hipóteses. Para Gramsci, “A estrutura é justamente o passado real porque ela é o testemunho, o ‘documento’ incontestável do que foi feito e continua a subsistir como condição do presente e do futuro” (apud, PORTELLI, 2002, p. 53).

Aproveitando a convocação desta reflexão teórica, e continuando o olhar sobre as relações estruturais postas no Brejão dos Negros no advento desta contenda; fui levado a considerar que existe um “bloco histórico”, que permanece ditando as normas sociais no local. Mas então, eis que entra em cena outro bloco, se contrapondo e reforçado por representantes de entidades da sociedade civil, e uma representação da Igreja, o qual promove uma junção de forças, que se colocam como uma ameaça à ordem social vigente.

⁸² Depoimento cedido em 20 de novembro de 2007.

Um ponto, na efetivação deste direito fundiário, nos abre o caminho para supor uma mudança significativa nessa dinâmica social: a posse e uso coletivo das terras. Em certa medida este aspecto enfraquece as antigas relações de poder. A partir do momento que essa frente passar a garantir a autonomia nessa esfera ali implantada, os fazendeiros(as) terão enfraquecidos seus mandos, calcados na política dos favores⁸³.

Portanto, se percebe que a construção da identificação é um fenômeno que deverá seguir o grupo ao longo de sua trajetória. Uma vez implementada a identidade, é preciso mantê-la, fortalecê-la e perpetuá-la, até que outro fenômeno social venha demandar novas identificações.

Seja como for, a “luta pela terra” passa por esses caminhos. E, uma vez instituída os recursos, estratégias e mobilizações as partes vão desenhando a conformação do processo de regularização fundiária do território quilombola. Certamente a lei não é o único recurso a se lançar mão, mas se configura numa espécie de regulador do conflito. Se o latifúndio tem em sua natureza a marca da desigualdade, e encontra-se um arcabouço legal que aponta para a reparação de tal disparidade, porque não recorrer a ele? Para tanto, se vale os encaminhamentos de uma solicitação.

Logo, seguindo os procedimentos estabelecidos pelas medidas jurídicas que regulamentam o processo, uma vez enviado o requerimento à FCP, só resta aguardar o retorno – Certificação Oficial – para a continuidade das ações.

3.1 A identidade quilombola como pressuposto de direito: o conflito.

O reconhecimento jurídico é a prerrogativa legal para reinvidicação do direito à terra. Esse é um aspecto de muita relevância neste estudo, pois, para se chegar aos objetivos traçados, o grupo pressupõe que seus membros se auto-definam quilombola. Em outras palavras, que as pessoas adotem sua identidade étnica declarando sua ligação de ancestralidade no que tange a matéria – apesar de considerar que a demanda não se concentra neste aspecto. Para Taylor (1998), o reconhecimento deve ser visto como uma necessidade dos seres humanos na busca da auto-realização, na afirmação de sua identidade.

A identidade quilombola – étnica - pode ser considerada como uma construção histórica na sociedade brasileira. Porém, possivelmente, ainda pouco aspirada pelas populações a que

⁸³ Uma espécie de continuísmo do “bom senhor”!

se destina a legislação aqui referenciada. Seja como for, não se nega a importância desse processo, tendo em vista que, como lembra Taylor:

[...] nossa identidade é particularmente formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, ou ainda pela má impressão que os outros têm de nós: uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou a sociedade que o englobam remetem-lhe uma imagem limitada, aviltante ou desprezível dele mesmo. O não-reconhecimento ou o reconhecimento inadequado podem causar danos e constituir uma forma de opressão, que a alguns torna prisioneiros de uma maneira de ser falsa, deformada e reduzida (TAYLOR, 1998, p. 41-42).

Essa preocupação salientada acima é uma realidade no que tange o reconhecimento das comunidades quilombolas, a exemplo do caso do Brejão dos Negros. Com a deflagração do processo na localidade, instaurou-se um quadro de conflitos no grupo, promovendo um cenário onde se apresentam agentes de diferentes segmentos sociais. Estabelece-se uma rede de relações que na interpretação feita por Bourdieu (2002) se define como um mercado em que os agentes se comportam como jogadores:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, e ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). (BOURDIEU, 2002, p. 72).

Dessa forma, o “jogo” do reconhecimento quilombola em Brejão dos Negros, posto em campo, apresenta agentes em posições contrárias, defendendo interesses tanto materiais como simbólicos. Ao passo que estabelecem relações antagônicas, os agentes em diferentes espaços mantêm relações objetivas (observando, por exemplo, a divisão das classes). O que remete a certa transitoriedade, e dessa a necessidade de estabelecer elementos claros de pertencimento.

Em se tratando de um processo de reconhecimento de uma identidade étnica, podemos entender essa divisão social enquanto uma territorialidade simbólica, pois, como afirma Barth:

Quando as unidades étnicas são definidas como um grupo atributivo e exclusivo, a sua continuidade é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. As características culturais que assinalam as fronteiras podem

mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo. Mas o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não-membros nos permite especificar a natureza da continuidade e investigar forma e conteúdo culturais em mudança. (BARTH, 2000, p. 33).

Essa dinâmica relatada acima pelo autor serve como referência para se pensar as relações dentro de uma população que se divide mediante um processo indenitário ligado a outro tema controverso: a posse da terra. A categorização criada, classificando o embate interno entre “quilombolas” e “não quilombolas” consiste numa dicotomia construída em meio a narrativas em torno do processo. E é justamente o fato de haver essa cisão que permite desnudar a rede de forças que procura a manutenção de uma realidade, ao passo que aponta para elementos que condicionam as mudanças, as quais são sociais, políticas, econômicas e culturais.

Esse rearranjo social é fruto de um contexto onde a “diferença” é a mola precursora das mobilidades. E os ordenamentos jurídicos voltados para essas políticas indicam uma perspectiva de distribuição material que até pouco tempo era impensada. E pelo que se percebe ainda é algo longe do entendimento de muitas pessoas que vivem nas localidades envolvidas e adjacências.

O reconhecimento jurídico enquanto CQ é uma prerrogativa que condiciona os grupos sociais envolvidos na busca por direitos e políticas públicas, garantidas por lei. Para tanto, o primeiro procedimento consiste na “certificação” (atribuição da FCP). Condição que define o acesso a tais benefícios, enquadrando os grupos na condição de sujeitos coletivos de direitos. Dessa forma, é a demanda por direito garantido que aciona o reconhecimento dos grupos. Essa busca pelo direito estabelece uma relação jurídica que proporciona uma alteração na estrutura social, estabelecida nas antigas formas de relações sociais. A nova forma de organização social se estabelece em volta dos conflitos alavancados pela matéria, atingindo vários setores da vida pública.

Desse modo, tal medida normativa se aproxima dos princípios fundamentais de reconhecimento mútuo sugerido por Honneth (1997), a saber: o amor (no espaço privado das relações pessoais), a igualdade (nos espaço dos direitos instituídos) e a solidariedade (no espaço das relações sociais interdependentes). Estando inserido no espaço dos direitos instituídos, o reconhecimento jurídico de CQ se vincula às outras dimensões pelo fato do direito ter a possibilidade de atingir os domínios das relações pessoais e amorosas bem como a cooperação presente nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos.

A CQ Brejão dos Negros ao passo que assume uma identidade étnica o faz em busca de um direito comum que em tese estaria beneficiando todos os indivíduos que fazem parte deste agrupamento. E assim, a propriedade uma vez consumada deverá ser de acesso igual sem distinções nem privilégios, definido a partir da instância deliberativa que representa o grupo. Nesta lógica distributiva também segue o acesso as políticas públicas previstas nos mecanismos legais em torno da questão.

Uma vez que como pressuposto de classificação enquanto sujeito deste direito, se faz necessário o reconhecimento jurídico, o que representa uma certificação do grupo sendo a ele atribuído o “título” de “remanescente das comunidades de quilombos”; o processo de regularização fundiária quilombola é uma meta institucional, ou seja, é um procedimento que tem como impetrante uma entidade representativa. O que pressupõe, conseqüentemente, um auto-reconhecimento coletivo – ao mesmo tempo individual –, processo que vem se caracterizando pelo conflito.

A construção da “identidade quilombola” foi sendo fortalecida em meio uma tensão social marcada pela construção de estratégias para seguir na “luta pela terra”. As marcas da discriminação em torno do sentido de ser chamado “ladão de terra” já se faziam identificar os membros do grupo.

A princípio esse movimento de reivindicação por terra esteve compreendido no conjunto de pessoas integrantes do grupo que no primeiro momento se definiu como “sem terra”. Mesmo constituído por pessoas advindas de diferentes agrupamentos, seu contingente representava uma parcela pequena da população do município e mais especificamente da região. Com o incentivo e apoio do padre Isaías, algumas pessoas do Brejão passaram a se integrar de forma mais efetiva ao grupo. Com isso a possibilidade de ampliar o quantitativo e elaborar novas estratégias ficou mais evidente. E assim, as relações internas sofrem sérias transformações.

Na medida em que o termo “quilombo” passa a ganhar notoriedade, as atenções se voltam para o povoado Brejão, de onde a igreja passou a representar o núcleo em torno do qual a questão quilombola vinha sendo constituída na localidade. O Ser quilombola passou a pairar na atmosfera local como uma “nuvem escura” com indícios de turbulências.

Aceitar a ideia de “quilombo” proporcionou um quadro conflituoso que caracterizou (e caracteriza) o processo em todas as suas dimensões, levando a influenciar a própria conformação do território, como veremos adiante. Dessa forma chamo atenção para que se de um lado existiram coalisões, alianças e articulações, por outro, as contradições em torno da demanda se caracterizaram como um ingrediente importante na construção territorial.

O embate mais emblemático foi se formando envolvendo diferentes setores da população local, bem como agentes externos que se envolveram de alguma forma no caso. Tendo em vista que o assunto remete o imaginário coletivo a uma noção passadista de quilombo que traz consigo elementos característicos de inferioridade social e cultural, as inconsistências tomam conta do cenário.

“Ser quilombola” é uma expressão forte e de muita relevância na dinâmica social do grupo, pois, esta ligação significava associar-se ao passado escravo, subalterno, e pior, como “quilombola”, subversivo, fugitivo. É interessante frisar que tornar-se CQ, quer dizer estabelecer a adoção do termo Quilombo como marca de identificação. Desse modo, a carga simbólica que foi formada ao longo dos tempos passa a ser associada ao grupo e consequentemente seus integrantes. Esse aspecto, ao passo que não compromete a legitimidade, é algo que dificulta o alcance do movimento que busca garantir a efetividade de seus direitos, tendo em vista que compromete a adesão de outras pessoas ao grupo. Isso será um ponto importante quando tal identificação for colocada em suspeita.

Se perceber “quilombola”, relacionando reconhecimento e identidade, é, no entendimento de Taylor:

[...] a maneira como uma pessoa se define, como é que suas características fundamentais fazem dela um ser humano. A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento *incorreto* (grifo do autor) dos outros, podendo uma pessoas ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmo.” (TAYLOR, 1998, p. 45).

Sendo assim, o desafio de se perceber reconhecido como tal é difícil e necessita de uma contrapartida, de uma razão plausível e satisfatória, para convencer e motivar as pessoas. No caso, já que o assunto remete o grupo à possibilidade do acesso à terra, esse fator deveria ser um elemento de fortalecimento do grupo, afinal, quem não quer ser proprietário de terras?

No entanto, as coisas não transcorrem de forma tão consequente. A lei percorre um caminho muitas vezes longo para chegar ao seu destino. Nesse percurso ficam abertas às interpretações e distorções que se despontam em meio ao conjunto de relações e disputas que emolduram a dinâmica política dos lugares. E aqui não foi diferente. Mesmo diante dos benefícios, a resistência ao andamento do processo foi-se formando e tomando força.

Para se ter uma ideia como a coisa funcionava recorro a um relato contundente declarado por uma moradora que se definia “não quilombola”: “Esse negocio de terra

ninguém quer não, ninguém quer mais saber de trabalhar na terra... essas novas gerações não querem saber de ir pra roça, eles querem é outros tipos de trabalhos” (informação verbal)⁸⁴.

Deste modo, levando em consideração as mudanças culturais e o de fato pouco interesse nas formas de trabalho tradicional, é possível até se questionar se o acesso a terra seria a principal motivação que se define como a meta a ser alcançada pelo grupo em sua totalidade. Será que não haveria aquelas pessoas que buscam outros fins? O aditamento da distribuição de terra (em primeira instância) é o objeto em questão a que se destina todo esforço e o conjunto de ações tomadas. No entanto, os benefícios estabelecidos em forma de políticas públicas, funcionam como um elemento de convencimento perante, digamos, os efeitos negativos da certificação.

O fato de o reconhecimento jurídico estar associado à ideia e possibilidade de *redistribuição*, sugere que a demanda em torno da identidade ganha prioridade em relação às questões de justiça social. O que para Fraser (2002) a despeito de discordar dos caminhos dados a luta por reconhecimento, enfatizando a identidade, indica algumas consequências internas ao grupo, afirmando que:

Deste ponto de vista, o que requer reconhecimento é a identidade cultural específicas dos grupos. O falso reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pelo grupo dominante e no consequente dano infligido ao sentido do eu dos membros do grupo. A reparação deste envolvimento numa política de reconhecimento que visa rectificar a desestruturação interna através da contestação da imagem pejorativa do grupo projectada pela cultura dominante. Os membros desses grupos devem rejeitar tais imagens em favor de novas auto-representações por eles próprios construídas. Depois remodelar a sua identidade colectiva, devem exibi-la publicamente de forma a ganhar o respeito e a e a consideração da sociedade geral (FRASER, 2002, p. 15).

A influência da ideia negativa construída ao longo dos tempos no que tange uma “identidade negra” e “quilombola” consiste num desafio superar esse fato. Tendo em vista a necessidade de legitimar sua identificação o grupo se vale do reconhecimento quilombola como um mecanismo de embate às formas pejorativas a ele associadas. Desse modo, este tema apresenta como artifícios para tal superação, benefícios em forma de políticas públicas.

Além do direito de titulação e posse das terras, tais sujeitos são colocados como prioridades no atendimento de agências estatais, como se refere o artigo 20 do decreto 4.887/03:

⁸⁴ Depoimento cedido em 05 de fevereiro de 2008.

Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão competentes tratamentos **preferencial**, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados a realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura (BRASIL, 2003, grifo nosso).

A indicação acima remete às políticas públicas que são destinadas a estes grupos após a sua certificação, pautadas principalmente através do Programa Brasil Quilombola⁸⁵. A garantia desses benefícios é indicativa para a materialização das motivações que movem as comunidades quilombolas perante a “luta pela terra” e no reforço de sua identificação como estratégia de fortalecimento do grupo.

Porém, para agravar a dificuldade de convencimento de adesão, as informações em torno dos benefícios que vêm junto com a certificação, se por um lado não chegavam ao conhecimento das pessoas, por outro não estavam claras nem mesmo para os integrantes do grupo. Possivelmente, trata-se de um fator que naquele momento se de um lado dificultou a participação de algumas pessoas, do outro facilitou as investidas da parte contrária.

Mesmo diante de tal benefício o conflito interno infla a atmosfera de tensão entre os moradores da localidade, a tal ponto que cheguei a me surpreender, pois, a expectativa de quem acompanha o assunto, é que as pessoas se sintam motivados para implementação de tal direito. Mas o que se viu – e ainda se vê, apesar de uma adesão crescente ao movimento – foram pessoas relutantes acerca de tais direitos, e mais, se colocando contrário ao pleito, defendendo o direito à propriedade dos fazendeiros. Certamente existem interesses individuais que levam algumas pessoas a se colocarem a favor dos proprietários, mas essa não é uma regra geral.

A política de reconhecimento que Fraser (2002) defende se atenta para o fato de no reconhecimento pautado na política da identidade deflagra uma subordinação que não favorece à participação paritária dos membros. Por essa razão que o reconhecimento, para a autora, deve partir do *estatuto social*. Em outras palavras, é a possibilidade de que todos os atores sociais participem de forma nivelada da vida social. Cabe pensar nos entornos do processo identitário em construção como a participação dos membros se desenvolve mediante o enquadramento da lei.

⁸⁵ Lançado em 12 de março de 2004 tem como “objetivo consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas.”. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>> Acesso em: 12 de out. 2016.

Seja como for, uma vez afirmada por alguns a identidade quilombola, em torno da qual os grupos⁸⁶ se mobilizam, falta apenas a realização da Assembleia como rege a lei, para a composição do requerimento, tendo a ata da referida reunião como documento declarativo de auto-definição. Esse requerimento em questão é alvo de contestação da certificação, tendo em vista que apenas cinco pessoas assinam o documento. Deste modo, existem dois apontamentos: ata e requerimento (ANEXO A e ANEXO B respectivamente).

No requerimento de fato encontram-se cinco assinaturas, no entanto, conforme o conteúdo encontrado no texto da ata da referida assembleia (“Ata da 1ª Reunião da Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros”⁸⁷) que ocorreu no dia sete do mês de outubro de 2005, 26 (vinte seis) pessoas a assinam por extenso. E até aquele momento a FCP não havia estabelecido critérios quantitativos de recebimento e aceitação dos requerimentos.

No dia vinte oito de outubro do mesmo ano a documentação, é assinada pelo padre Isaías enquanto coordenador da Cáritas Diocesano de Propriá que assessorou os encaminhamentos da ação. Seguindo o protocolo o requerimento foi enviado e a certificação é homologada pela FCP em dezenove de junho de 2006.

Com a publicação da certificação, foram meses de relações inflamadas na localidade, o clima verdadeiramente tenebroso criava uma insegurança entre as pessoas, pois, a questão tomava proporções que poucos poderiam imaginar.

As pessoas que fazem parte dos “quilombolas”, bem como seus familiares mais próximos passaram a serem alvos constantes de agressões verbais e mesmo físicas. Segundo relatos, uma senhora foi acometida verbalmente sendo acusada de “ladrona de terras”, e ainda agredida fisicamente por um homem (supostamente funcionário da juíza), quando estavam na beira do rio, um dos mais importantes espaços de sociabilidade do povoado Brejão⁸⁸. O atendimento público nos postos de saúde, nas escolas e outros espaços públicos coletivos viraram palco de discriminações. Uma das lideranças do grupo dos “quilombolas” apresentou um depoimento que ilustra a situação: “Eu fui mal atendida lá no posto, a atendente me olhou como se tivesse incomodada comigo... até na escola nossos filhos estão sendo mal tratados... o povo tá vendo esse movimento como se fosse uma guerra” (informação verbal)⁸⁹.

⁸⁶ E é bom que se frise que não só o grupo do Brejão enfrenta conflitos internos na contestação da identidade quilombola, os outros agrupamentos apresentam pessoas que não se motivaram a fazer parte do movimento e seguem a linha contestatória.

⁸⁷ Ver anexo A.

⁸⁸ Fato divulgado no site da CONAQ em 29 de maio de 2011 Disponível em: quilombosconaq.blogspot.com.br/2011_05_01archive.html

⁸⁹ Depoimento registrado no dia 05 de outubro de 2009.

Essa circunstância levou os agentes envolvidos no assunto a procurar dar visibilidade ao que estava acontecendo, o que levou o caso da comunidade quilombola do Brejão dos Negros ter ganhado destaque nos noticiários e jornais impressos em Sergipe. Porém, essa estratégia já vinha sendo acionada pelo grupo opositor, e no dia 01 de junho de 2007 o Jornal Nacional da rede Globo publica uma matéria⁹⁰ colocando em suspeita a veracidade da condição de quilombo da comunidade.

Internamente esse quadro provoca uma série de mudanças na dinâmica das relações sociais. Algumas pessoas se envolveram de forma muito contundente na contenda. Principalmente alguns pequenos e médios proprietários que suspeitaram da possibilidade de perda de suas “propriedades” (posses). Estes constituíram o “pelotão” mais direto da contradição em pauta. Afinal, os grandes proprietários não mantêm vida cotidiana na comunidade, cabia então a estes, o enfrentamento diário, e muitos são comerciantes que dispõem dos locais de comércio na localidade.

Desse modo, é possível imaginar como ficaram os encontros na rua, nas praças, nos armazéns, nas padarias, na Igreja... enfim, o conflito posto coloca em emersão interesses que se vinculam a uma estrutura social local, onde as pequenas posses representam sinais de poder, e o tema antecipa mobilidades provocando reações diversas.

Entendendo que o conflito muda a relação com o outro e consigo mesmo, por meio de suas causas e consequências, percebe-se que os efeitos do processo ao passo que expõe o indivíduo mediante uma luta, aponta para a ruptura de uma lógica de apropriação do território herdada da fadada colonial distribuição de terras no Brasil. Sua reprodução, nesta região, com esse movimento, é colocada em risco, e assim, ameaçando um dos mecanismos de poder na região.

Se o ponto fundamental em situações conflituosas é a centralização do poder (SIMMEL, 1964), essa forma de organização corresponde à esfera de comando que direciona a ação de seus membros. De um lado encontram-se: os “quilombolas” que se concentram no conjunto de pessoas que gira em torno da Associação, tendo na figura do Padre sua maior representação de mobilização e luta pelo referido direito; e do outro lado, encontram-se personagens que integram a história das famílias tradicionais da região, e representam o poder político, econômico e social no município de Brejo Grande, sendo acrescido dos médios e pequenos proprietários que são moradores da localidade; sendo reforçado por grande parte da

⁹⁰<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL573709-10406,00-QUILOMBOS+REAIS+X+QUILOMBOS+SUSPEITOS.html>

população local que por sua vez, representam sentidos outros, podendo corresponder o conjunto que se desloca, seja para um lado ou outro.

Do ponto de vista dos interesses e motivações, pode-se afirmar que existem três fluxos seguindo em direções diferentes, por mais que em algum momento dois deles se fundam. Fica assim caracterizada uma tríade, o que para Simmel é o resultado do conflito dentro do grupo:

A tríade como tal me parece resultar em três tipos de formações típicas de grupo. Todos eles são impossíveis se houver dois elementos; E, por outro lado, se houver mais de três, eles são igualmente impossíveis ou apenas se expandem em quantidade, mas não mudam seu tipo formal. (SIMMEL, 1964, p. 154).

Com as intervenções ideológicas e políticas do Padre nas missas e reuniões, de um lado vinha se formando um sentimento de pertencimento ao histórico de exploração do trabalhador rural na região; de outro lado, foi-se gerando um murmúrio de alerta e antes mesmo do início da mobilização do movimento “sem terra” (consequentemente antes do envio da Certidão pela FCP), já se vinha sendo criado o grupo que se posicionou contrário a condução do eclesiástico; e ainda encontram-se aqueles que não estão na defesa do latifúndio, mas não quer se associar à ideia de “quilombola”.

Principalmente em virtude de sua tendência revolucionária que em suas declarações ficava clara a tomada de posição, contra os que ele próprio denominou, de “donos” do povoado, o cenário foi-se formando. Seu alvo principal eram os latifundiários. Mas, mesmo sem perceber (possivelmente), também atingia uma parcela da população que considerava inadequada para um Clérigo as suas falas.

Como se sabe, essa postura é reflexo do trabalho que o Padre já vinha desenvolvendo junto aos movimentos sociais ligados a terra, levantando a bandeira dos “sem terra”, e dos oprimidos. E assim, algumas pessoas, fazendeiros ou não, descontentes com essa postura do Padre começam a se afastar da Igreja, formando um clima de rejeição ao principal representante da Igreja Católica no município. A frequente realização de encontros com o intuito de politização e mobilização despertou a atenção, pois, se tratava de uma dinâmica desconhecida inclusive daqueles que faziam parte diretamente do grupo.

Uma dessas reuniões ficou marcada como a deliberação da causa “quilombola”. Realizada na localidade conhecida como Parauna – pertencente ao distrito do Brejão - a questão é deflagrada abertamente no povoado. E assim se confirmam para o grupo opositor os interesses em jogo pelos quais se pretende levar o povoado à condição de comunidade quilombola. E é a partir daí que o clima, que já estava quente, alcança proporções dantescas.

Uma série de boatos começa a ser disseminado pintando o cenário de medos e incertezas. Foi uma avalanche de distorções das informações em torno do tema. Coisas do tipo: “vai voltar o tempo da escravidão”; “vai ter senzala no Brejão”; “vamos ser escravos”, “os quilombolas irão tomar suas casas”, etc..

É seguindo esta tonalidade que os rumores passam a tomar ares de verdades na localidade. E o grupo contrário começa a ganhar força. O número de partidários aumenta do dia para a noite. Afinal, quem quer voltar a ser escravo? O curioso é que as pessoas acreditaram nestas declarações, mesmo em pleno século XXI, onde a ideia de liberdade (individual ou coletiva) se faz presente, e as lutas por igualdade ganham visibilidade em diferentes canais. O que nos leva a indagar sobre o poder de convencimento destas narrativas.

Existem indicações de que por trás de tais declarações está a liderança do grupo contrário. Seus “mensageiros” funcionaram como alto-falantes declarando, nos diferentes espaços de sociabilidade da localidade, tais (des)informações. Tal liderança trata-se de uma magistrada da região, a Juíza da Comarca de Neópolis (antiga Vila Nova), moradora do povoado (de onde sua família historicamente tem a posse de grande parte das terras da região), é a figura central das suspeitas de construção dessas narrativas. Mediante essa constatação podemos entender como os rumores – sem exagero nenhum, absurdos – puderam ganhar atributos de verdade, pois, como bem salienta Bourdieu (1998, p. 15), a construção do mundo social depende, também, da “[...] crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia [...]”.

As declarações em público da Juíza apresentavam uma ideia de suposta preocupação com a comunidade. Nas audiências que se seguiram (conforme será abordado adiante) após a deflagração do processo, bem como em entrevistas para meios de comunicação estadual, a referida magistrada se colocava como moradora da comunidade e como tal se encontrava apreensiva acerca do “bem estar dessa população”.

O fato é que da mesma forma que o movimento favorável a questão quilombola se articulou e se mobilizou, e em torno de uma figura central; assim se fez na elaboração do movimento oposicionista à questão quilombola na localidade. Em torno desta liderança grande parte da população local se inseriu no processo, passando a se denominar os “não quilombolas”, seguidores dos discursos e posicionamentos dos médios e pequenos posseiros/proprietários, fazendeiros, representantes do poder governamental municipal, e da Juíza. Seus interesses? Poderíamos voltar na história, mas apenas precisamos dizer que fazendo parte da família dos Machado, se constitui em uma das maiores heranças dos

latifúndios do município. E mais, a terra, acrescida de seu valor simbólico, constitui-se na garantia do *status quo* social não apenas de poder econômico, mais também político.

O poder de convencimento e persuasão do grupo opositor é evidente na contestação assumida pela população local. Barrar o andamento do processo passou a ser a meta. Todos os procedimentos uma vez cumpridos representava uma vitória aos “quilombolas”, e na ocasião o primeiro procedimento oficial e legal já tinha sido tomado: a certificação.

3.2 Do reconhecimento jurídico ao andamento do processo

O processo realmente tem seu dispositivo acionado do quando a comunidade é certificada (“Certidão de Auto-Reconhecimento” abaixo). Esse documento é uma espécie de atestado que confirma a classificação de “remanescente das comunidades dos quilombos”. Procedimento que inseri essas coletividades no rol dos sujeitos coletivos de direito e como tais já podem ser atendidos por meio de benefícios que estão garantidos em diferentes setores e agências estatais.

Enquanto política de governo a regularização fundiária dos territórios quilombolas foi tomada de símbolos, sendo criado um verdadeiro apogeu ritualístico em torno da entrega deste documento aos seus sujeitos. Dessa forma, como vinha sendo realizada pela FCP, houve uma solenidade de entrega da certidão, e em torno desta um sentido de conquista desafiava o poder dos contrários. E assim, a realização desta cerimônia se seguiu conforme o protocolo, que segundo o então superintendente do INCRA na ocasião Antônio Fontenelle, ocorreu sem nenhum transtorno:

o que teve foi o pedido de certificação da comunidade, e a FCP emitiu a certidão e foi feita a entrega, eu não sei se esse episódio que vc tá se referindo, porque teve dois episódios,, um que foi o da entrega, que veio um representante da palmares, nós fomos lá na igreja, entregamos foi tudo bem (*evento “oficial”*), teve outro que foi aquele episódio que foi a população lá, organizada pelo outro lado, que foi inclusive hostilizando algumas pessoas...

Esta solenidade que se segue, após a entrega “oficial” da certidão que se configura como o ápice da tensão, algo quase cinematográfico, descrito com certa retidão pelo interlocutor, agente representante do Estado:

E o outro episódio que eu estava programado pra ir mas não fui, quem foi foi o Ouvidor Agrário do Incra na época, que é Júlio... que foi um grupo de pessoas que tava contestando que começou a fazer a manifestação contra o

padre, contra não sei o que... que ficou um clima muito ruim, o pessoal teve que sair de lá pra poder tirar o Iran, na época, teve que sair com ele (*escolta*), porque o pessoal tava num clima muito ruim, esse segundo eu não estava (informação verbal)⁹¹.

“O Iran” ao qual se reportou acima se trata do então deputado federal pelo PT Iran Barbosa. Sua presença em tal ocasião representou um dos apoios parlamentares articulados na “luta pela terra”. No entanto, sua presença, bem como de outras autoridades não impediram o cenário que se segue nas palavras de um “quilombola”:

[...] rapaz não prestou não, quando terminou a missa, quando o padre Isaias foi falar, rapaz ai invadiram mesmo pra pegar o padre... já tudo combinado né com o prefeito, a Juiza, os fazendeiros tudo, porque dizia que esse negocio de quilombo era pra tomar as casas do pessoal, antes disso a Juiza já tinha feito uns envelope pra botar nas frente das casas do povo, dizendo que não era pra aceitar esse negocio de quilombo... ai pronto só ficou aquele pouco de gente mesmo que já sabia como era né, mas a maioria das pessoa pobre, foi quase tudo do lado dela... era tanta gente nesse mundo pra pegar o padre, ai foi que um cara do Incra pegou o padre Isaias e botou dentro do carro... tinha um pessoal de Brasília, veio entregar umas coisas, uma cestas básicas também, sei que o nêgo Bomfim quase apanhava, quando ele falou ficou o povo a gritarem... tiraram ele botaram no carro também, era Isaias em Brejo Grande e ele ai, foi a pêga aquele nêgo (informação verbal)⁹².

A proporção do conflito fica exposta neste momento (02 de setembro de 2007) quando ocorre este segundo encontro. Era pra ser uma homenagem ao inicio do processo e uma forma de mostrar para aqueles que essa política é algo sério e que traria benefícios para a população. E assim, novas adesões poderiam se constituir. Era também uma nova solenidade, como um complemento da outra, trazendo agora um caráter mais simbólico de comemoração.

Foi realizada uma missa solene seguida de reverências à Certidão (ANEXO C) de Reconhecimento Quilombola. O documento foi passado às mãos da senhora mais idosa presente na igreja, e após vieram as considerações dos representantes do INCRA, FCP, Bispo da Diocese em Sergipe, órgãos estaduais como Coordenação de Promoção das Políticas de Igualdade Racial, Secretaria de Inclusão Social, e parlamentares. Segundo alguns depoimentos, até então o clima estava em suspense, porém, com um prenúncio de “briga”.

Seguindo as intervenções, quando passa a fala ao então Presidente da Associação Santa Cruz, o senhor Antônio Bomfim Barreto Santos, inicia-se um tumulto dentro da igreja. As pessoas não queriam deixá-lo falar, pois, não reconheciam sua representatividade, questionavam a legitimidade de seu cargo e função.

⁹¹ Depoimento cedido em 04 de abril de 2016.

⁹² Depoimento cedido em 19 de novembro de 2014.



Foto 2 – Igreja do povoado Brejão, palco da solenidade em 2007 (Jayne Ferreira - 2016).

Certamente é possível que existisse um conjunto de outras razões que iam além do posto de “liderança comunitária”. A reação inicial foi por parte de pessoas que estavam no interior da igreja. Porém, no lado de fora se formava um grupo de pessoas, se aglomerando aos arredores do local, que ao perceber o tumulto que se formara no interior do “templo sagrado”, invadem o local declarando palavras de ordem como: “fora esse Padre”, “não queremos ser quilombola”, etc. O principal alvo, no entanto foi o Padre, como indica um comentário feito por uma das lideranças do movimento: “... o irmão da Juíza... todo mundo metendo o cacete, o Padre foi esculachado... eu acho que se o Bispo e outras autoridades não tivessem, iam lixar o Padre” (informação verbal)⁹³.

A atmosfera era de guerra, pessoas com paus e facões nas mãos, demonstrando uma disposição muito grande para o confronto. Homens e mulheres num ato de muita convicção ao que queriam, e ficou muito claro que a intenção era atingir aqueles que estavam à frente do processo, bem como seus apoiadores.

Curiosamente as pessoas estavam defendendo o direito à propriedade (individual) privada. Pessoas que se encontram com grandes dificuldades de sobrevivência, mas que não percebiam no movimento um semblante representativo. A condição de “quilombola” e

⁹³ Depoimento cedido em abril de 2008.

“ladrão de terras” parece despertar um sentimento de justiça na população que leva a defesa daqueles que supostamente estão sendo ameaçados, os proprietários.

Realmente, é um desafio explicar essa bravura perante o caso, pois, esse processo social apresenta os elementos da realidade brasileira. Como de fato se construiu esse imaginário coletivo? As atitudes apresentadas na referida ocasião e seus desdobramentos servem como ponto de partida para buscar a compreensão do problema.

Contudo, voltando ao desenrolar da arena criada, a situação passa a ser caso de polícia, pois foi preciso uma proteção policial para que o Padre e os demais saíssem do povoado. Sem contar com as ameaças de morte declaradas abertamente e sofridas pelo presidente da Associação. O saldo depois da cena foi de certa comemoração por parte dos atores e seus diretores. Assim me relatou um dos “não quilombolas”:

[...] eu sei é que ele saiu correndo daqui... o padre e a turma toda dele. Rapaz ficaram num medo que só Deus (*risos*), também agente mostrou que esse negócio de quilombola agente não quer não, que negócio de tomar as terras dos outros... quer dizer que a pessoa vai ter sua terra pra vim um bando de aproveitadores pra tomar, ah isso não... depois que foram embora o pessoal foi pra casa do major tomar uma (*risos*) (informação verbal)⁹⁴.

Mediante a situação as ações voltadas para garantia de continuidade do processo ultrapassam as esferas administrativas no âmbito do INCRA. Neste momento a Cáritas articula-se com o Ministério Público Federal e Estadual, a Polícia Federal e a Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe, para garantir não só a proteção das pessoas envolvidas, mas também a continuidade do processo.

Diante dos acontecimentos a notoriedade do caso ganha o âmbito midiático no estado. Grande parte dos meios de comunicação apresentam conteúdos jornalísticos apontando para algumas interpretações da questão quilombola. De forma parcial por vezes, alguns meios expressam a defesa do processo, outros questionam sua legitimidade, em face de a maioria da população local não aceitar o pleito. Entre acusações de interesses, as distorções das informações continuam.

O então presidente da Associação em entrevista cedida a um destes canais de comunicação comenta sobre o episódio, o qual é muito significativo para o andamento dos procedimentos administrativos aos que se refere a questão. Assim esclarece o representante da comunidade: “O momento iria funcionar como uma espécie de assembleia, moradores teriam direito a fala e seriam distribuídas 300 cestas básicas para as famílias cadastradas pelo Incra”.

⁹⁴ Depoimento cedido em setembro de 2008.

Apesar de as cestas básicas serem resultado das políticas públicas a que as comunidades quilombolas no Brasil têm direito, é um mote usado pelo grupo contrário para deslegitimar o movimento quilombola, como veremos mais a frente. No entanto, o sentido que foi dado ao encontro estampa o título da referida entrevista: “SERGIPE: Autoridades usam mentiras para manter quilombolas sob domínio”⁹⁵.

Muito forte e clara a acusação. Mostra a força contrária no caso atuando na construção de uma imagem “oportunista” por parte de parlamentares e outras autoridades presentes na ocasião. Tais “mentiras” será objeto de debate em audiências que se seguiram depois do acontecido. Porém, a defesa do processo também ganha espaço na mídia de forma a demonstrar a busca por articulações políticas. No dia 10 de setembro seguinte, o padre Isaias se dirige à Assembleia Legislativa⁹⁶, para solicitar o apoio do então presidente, o deputado Ulices Andrade do PDT. Na ocasião o eclesiástico, ameaçado (além de outras pessoas integrantes da Cáritas), recebe o apoio de outro deputado estadual, também do PT, Francisco Gualberto. Ambos parlamentares apontam para uma suposta pacificação, ou seja, “buscar o diálogo entre as partes”. Mediante tal cenário, seria possível um diálogo? Seja como for, o bispo de Propriá, dom Mario Rino Sivieri encaminhou ao Ministério Público Federal um relatório descrevendo os acontecimentos na referida missa/assembleia/solenidade. Segundo o conteúdo publicado nesta edição da agência de notícias da ALESE, o presbítero fez a seguinte avaliação:

Percebe-se claramente a desinformação de vários componentes da comunidade e a contrainformação, bem orquestrada por parte de um grupo, que espalhou informações erradas, que assustaria qualquer um, como o fato de já estarem suas casas hipotecadas e que seriam tiradas deles para serem entregues a outros de fora.

Na mesma matéria se apresenta um relato do advogado Rodrigo Machado que representou a OAB no referido encontro, e quando aponta para as lideranças do “pelotão”, destaca que “[...] essas pessoas se denominam proprietárias de terras da região e estavam incitando a violência”.

Tendo em vista que as ameaças tiveram como alvos tanto agentes externos de diferentes setores, como também um agente interno mais diretamente – o presidente da Associação, o fato de ser morador da localidade representou mais riscos à sua integridade física e moral. Desse modo foi feita uma queixa-crime onde teve como principal réu um dos

⁹⁵ <http://www.brasildefato.com.br/v01impresso/anteriores/jornal>. Em: 18/10/2007

⁹⁶ http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?_page=interna&tmp Em: 11/12/2007

integrantes do grupo agressor, também morador do Brejão, sob a acusação de ameaça de morte.

E assim, aberto o inquérito e levado a juízo no Fórum da aludida jurisprudência local, ocorreu uma audiência de conciliação. O resultado da medida judicial pode elucidar uma série de aspectos, conforme a matéria cujo título está supracitado. Nesta, fica clara a articulação entre as lideranças do grupo contrário à questão quilombola, além de se perceber a construção de uma sensação de empoderamento:

EM FRENTE à biblioteca, na sede do município, o prefeito está parado. De modo festivo, fala com moradores e representantes de setores do poder público local. Com empolgação acena a passageiros de um ônibus que cruza a rua e em clara demonstração de alegria, indicando sinal de vitória, cumprimenta todos, em especial um homem que retribui com ar de satisfação aquela saudação.

A cena descrita seria mais uma entre tantas, caso não se tratasse do prefeito da cidade de Brejo Grande (SE), Carlos Augusto Ferreira (PL), o Carlinhos, e o passageiro não fosse Erasmo Tavares Ferreira, o morador que minutos antes, respondia em juízo por ameaças de morte a Antônio Bomfim, de 26 anos. Acusação que negou, mas que não o deixou escapar de uma advertência e de ser obrigado ao pedido formal de desculpas.

Enquanto Erasmo depunha, nove homens esperavam sentados por ele, na frente do Fórum. Na praça central, um grupo maior acompanhava a movimentação à distância, reforçado por dois irmãos e um sobrinho da juíza Rosivan Machado, de Néopolis, outro município da região do baixo São Francisco⁹⁷.

Descrevendo uma clara ação de comemoração, o relato acima demonstra também a que impressão de impunidade reforça os ânimos dos que atacam os “quilombolas”, e muito provavelmente, se sentindo seguros tendo como lideranças, além da juíza, o então prefeito que também é integrante de família proprietária de terras na região.

A segurança em que se pautam aqueles que atacaram representantes de setores importantes da sociedade pode ser interpretada na convicção do poder e da influência externa que as forças em comando podem exercer. Afinal o grupo dos “quilombolas”, principalmente, em torno do padre Isaías, desde o início do processo demonstrava suas relações com forças externas, mobilizando e articulando-se com alguns órgãos.

Essa capacidade de poder exercida pelas partes que promovem os contornos da divisão em pauta é para Bourdieu: [...] contrabalanceada em diferentes graus pelo fato de o desfecho

⁹⁷ Disponível em: <http://www.agenciaalese.se.gov.br/agenciaalese/interna.wsp?_page=interna&tmp> Acesso em: 11 dez. 2007.

das lutas internas depender da força que os agentes e instituições envolvidos nessa luta podem mobilizar fora do campo [...]. (Bourdieu, 2005, p.183).

E neste sentido, encontram-se elementos suficientes para que tais forças sejam reconhecidas por um grupo mais numeroso, considerando a posição social ocupada pelas lideranças.

Porém, aparentemente, as ameaças mais abertas diminuíram quando o caso tomou uma maior notoriedade, o que não impediu as formas truculentas de tratamento no interior da localidade. No entanto, como medida preventiva, o integrante quilombola, vítima das ameaças de morte, se viu obrigado a se deslocar de sua residência, ficando hospedado temporariamente na capital do estado.

Do ponto de vista regional as forças contrárias demonstravam um poder de adesão, cumplicidade e atitude, muito grande na população. O que leva o grupo defensor da política a expandir suas articulações com agentes externos.

Em dezembro de 2005 o INCRA forma a equipe técnica que irá dar andamento ao processo⁹⁸, na perspectiva de agilizar os procedimentos e atender o anseio da CQ que se vê diante de um turbilhão de ataques. O ordenamento era para que no prazo de 180 (cento e oitenta) dias o RTID estivesse pronto. No papel foi esse o encaminhamento que circulou na autarquia, o que mostra que a dimensão da problemática ainda não estava sendo considerada.

Diante da complexidade real do caso o INCRA decide interromper os trabalhos, até que os ânimos se acalmassem, ou pelo menos dentro de uma condição favorável. Enquanto isso, tanto um lado como o outro, buscam cooptar forças. O grupo antagônico ao movimento (“os contra”), liderados pela magistrada, através de suas alianças internas consegue uma grande adesão, mobilizando e ganhando o apoio da população local. Mas quero chamar atenção é que as autoridades públicas do município são arrebatadas a apoiar a oposição posta.

Mesmo a prefeitura se colocando publicamente de forma “imparcial”, nas entre linhas fica clara sua posição contra os “quilombolas”. Os termos de audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Brejo Grande é uma vitrine da conjuração que se formou para deslegitimar o movimento em pauta. Vários aspectos são questionados, o que possibilita a interpretação das noções justiça e propriedade, e a percepção da lei em torno do processo.

É recorrente essa mobilização em favor da continuidade do quadro de desigualdade na distribuição de terras no Brasil. Darcy Ribeiro (1979) tratando do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) já anunciava a dificuldade de implementação dos encaminhamentos legais,

⁹⁸ ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-23QSEQNº 107 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007.

oriundos de normatizações federais, quando estes se deparam com uma contenda envolvendo grupos desfavorecidos e a posse da terra. Nestes casos as forças locais, representantes dos latifundiários (posseiros, grileiros, etc.) apresentam a tendência em ignorar as prerrogativas legais, o que ocorre, muitas vezes com o apoio das instâncias do poder público – normalmente estadual e municipal.

Deste modo, sigo a rota do processo analisando o caminho da judicialização do caso, que ocorre a partir das denúncias de ameaças, do acirramento do conflito, das acusações de fraudes e ações ilícitas em torno do andamento dos procedimentos da referida regularização fundiária. O ano de 2007 é marcado por audiências e dá início a uma batalha judicial que irá envolver novos agentes e instâncias do judiciário.

4 A JUDICIALIZAÇÃO DO CASO

O reconhecimento de uma sociedade multiétnica sugere que o modelo de Estado e de sua base jurídica seja também pluralista, para que de fato se possa vislumbrar uma “justiça social”. Porém, essa correspondência ainda não é factível ao campo judicial brasileiro. Com esse novo quadro dos direitos sociais (BOBBIO, 1992) fica em evidência um confronto entre a suposta norma jurídica neutra e universal e a necessidade de uma cultura jurídica plurinormativa. Essa constatação se agrava perante a questão quilombola pelo fato de que a regulamentação que fundamenta todo processo é também um mecanismo de homogeneização, uma vez que as diferentes realidades acabam sendo normatizadas por um mesmo arcabouço jurídico.

Essa linearidade na atuação do ordenamento jurídico pode ser entendida como mais um fator que afeta diretamente na constituição de um território, tendo em vista que alguns mecanismos são objetivados a partir das decisões judiciais, as quais se valem de interpretações da lei. Considerando aquilo o sentido de justiça que Clifford Geertz (1997) denomina de “sensibilidade jurídica”, como uma implicação do “relacionamento entre fatos e lei” (GEERTZ, 1997, p.253), estamos diante de uma realidade nas decisões judiciais. Ora, os fatos são construções sociais, e os elementos jurídicos também, sendo assim o campo jurídico, não é simplesmente...

Um conjunto de normas, regulamentos, princípios, e valores limitados, que gera tudo que tem haver com o direito, desde decisões do júri, até eventos destilados, e sim parte de uma maneira específica de imaginar a realidade. Trata-se, basicamente, não do que aconteceu, e sim do que acontece aos olhos do direito; e se o direito difere, de um lugar a outro, de uma época a outra, então o que os seus olhos vêem também se modifica (CHAMADA DE CITAÇÃO)

Por conseguinte, a simplificação dos fatos é um problema que pode resultar em decisões diferenciadas. Principalmente quando envolve casos com tanta complexidade como o aqui investigado. E assim, as decisões são expressões (linguagens) que representam uma ideia de justiça.

A judicialização é um caminho recorrente nos processos de regularização fundiária quilombola, tendo em vista que quase sempre se tratam de casos que apresentam conflitos marcados por acusações, ameaças e até mesmo atentados à vida humana, e o embate entre interesses. De tal modo que esta abordagem se torna consequente ao contexto do campo

empírico que envolve o direito a grupos minoritários. Como ressalta José Mauricio Arruti e André Figueiredo (2005, p.75):

Boa parte das pesquisas recentes no campo da sociologia jurídica do direito tem partido do pressuposto de que os processos de resolução de conflitos nas sociedades democráticas contemporâneas devem ser pensados a partir do conceito de judicialização da política, entendida como o domínio das instituições jurídicas sobre os processos de produção de políticas públicas e de resolução de conflitos (FIGUEIREDO, 2005, p. 75)

No entanto, é possível indagar, se mediante as características da tipologia dos litígios – e um aspecto fundamental e novo é o acionamento das instâncias jurídicas por parte dos grupos que se confrontam com os agentes de expropriação –, o aparato jurídico brasileiro, formado na esteira do direito positivado, se encontra apto para tratar de tais contendas? Seria possível afirmar que apesar da CF/88 apontar para uma “justiça social” o conteúdo prerrogado pela carta magna apresenta uma diacronia incompatível com a subjetividade dos agentes do direito e do judiciário?

Com base nestas indagações pretendo discorrer uma análise acerca da atuação das instâncias judiciais que se apresentam no cenário do quando da inserção do caso aqui abordado no âmbito do judiciário e dos demais corpos judiciais. Para tanto, me valho de um material empírico composto por dados oriundos de audiências, sessões e reuniões. Devo antecipar que aqui não esgoto a completude dos fatos jurídicos, e sim, me debruço naquilo que me foi possível ter acesso. Existiram alguns acontecimentos aos quais não tive acesso aos registros, por essa razão não serão mencionados. Contudo, considero que para o objetivo aqui proposto se fez suficiente o material analisado.

Sendo assim, irei seguir uma ordem cronológica para que o entendimento dos acontecimentos possa ser facilitado. E por “judicialização” irei entender a atuação do judiciário na aplicabilidade de uma norma constitucional que pressupõe um direito garantido em lei e que fica a cargo do juiz (da juíza) decidir (MAGALHÃES, 2011). Esse trânsito é um fenômeno que tem caracterizado o acesso aos direitos sociais depois da CF/88.

[...] uma espécie de transferência do poder político (na aplicação de políticas públicas, por exemplo) para o poder judiciário que tem como uma possível causa: o processo de redemocratização brasileira que ampliou o acesso à justiça, em especial com a CF/88, a qual distribui em seu texto um elenco significativo de garantias sociais⁹⁹.

⁹⁹ Em: “A judicialização dos direitos sociais como consequência da falta de efetividade das políticas públicas apresentadas pelos poderes legislativo e executivo” Autora: Daniela Santos Magalhães.

A definição acima tem inspiração nos estudos de Boaventura Souza Santos (2003)¹⁰⁰ quando atribui que existe uma “politização da justiça” o que coloca o judiciário em questionamento, pois, tanto sua funcionalidade como sua credibilidade são afetadas, pois, de alguma forma este terá que julgar e tomar uma decisão naquilo que anteriormente era atribuição predominante do executivo. Existe uma ação política na aplicabilidade da lei, e quando a efetivação de políticas públicas é atribuída aos braços judiciosos, este se depara com mais frequência frente a suas funções atípicas.

Um formato visualizado na inserção dos agentes e operadores de direito no caso da CQ Brejão dos Negros, foi a convocação de uma série de órgãos dos governos federal, estadual e municipal – o executivo – para que sejam acionados na perspectiva de garantir o encaminhamento do processo administrativo, mediando, para tanto, o conflito, assim considerando os fatos e as leis. E mesmo assim, o que se viu, foi a protelação dos encaminhamentos.

Ao que parece, a regulamentação dos procedimentos voltados para os direitos quilombolas é um setor flexível às manobras políticas dos setores contrários às demarcações, passando a influenciar nos limites da aplicação do artigo constitucional e do decreto presidencial.

No entanto, com essa tramitação as forças que operam em torno desta contenda ficam mais claras, vem a tona os interesse, mas também as compreensões e noções de justiça que sustentam as posições das partes.

4.1 1º Ato: acusações e defesas.

E assim, tendo em vista a solicitação emitida ao MPF pelo bispo de Propriá, ocorre na cidade de Brejo Grande, no dia 21 de junho de 2007 uma audiência pública impetrada pelo Ministério Público do Estado de Sergipe e Procuradoria Geral de Justiça, através da Curadoria dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial & Conflitos Agrários. Presidida pelo ouvidor agrário nacional e desembargador Gercino José da Silva Filho, o litígio foi classificado como “conflito agrário”. Na ocasião estavam presentes 39 (trinta e nove)

http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=12526 Sítio acessado no dia 23/10/2016.

¹⁰⁰ <http://www.ces.uc.pt/opinioao/bss/078.php> Sítio acessado no dia 03/02/2017.

representantes de diferentes instâncias do judiciário e governamental (federal, estadual e municipal), além de representantes de movimentos sociais e das comunidades¹⁰¹.

A pauta da audiência traz os seguintes pontos em destaque: “a) Regularização fundiária; b) Grilagem de terras da União; c) Ameaças de fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra que ocupam áreas da União... além de alguns pontos referentes a prestação de serviços públicos na comunidade voltados para os quilombolas e problemas com destruição do meio ambiente.

Mediante a pauta o debate se desenrola tendo a primeira intervenção do padre Isaias que ressalta a condição de “[...] sobrevivência para as comunidades RESINA, BREJÃO DOS NEGROS, CARAPITANGA, SARAMEM e outros [...]”¹⁰². Destaca o eclesiástico, em sua fala, que existe acerca de 90 dias o impedimento de acesso a vias públicas tradicionais, o que motivou a fala de duas representações locais quilombolas, acusando um dos fazendeiros por ações coercitivas perante pequenos posseiros e trabalhadores rurais. Seguem, em sequência, dois depoimentos transcritos do termo:

O Senhor FRANCISCO DA CRUZ disse que teve sua casa destruída por uma m´quina agrícola, a mando de um fazendeiro conhecido como DUDA, isto há oito meses. Que criava um gado e recebeu um recado do Senhor DUDA que teria que pagar o aluguel do pasto. Como não podia fazê-lo, teve que vender o gado, isto a quinze dias.

Fez uso da palavra a Senhora IRANEIDE MACHADO DOS SANTOS, representando os posseiros da Fazenda Resina, esta noticiou sua história de perseguições e humilhações, especialmente pelo latifundiário conhecido como DUDA, ilustrando a situação com uma ação do Policial DIONÍSIO NICOLAU. Apelou pela demarcação das áreas da União para que o povo possa sobreviver e que ‘as autoridades tomem conta do caso pois a escravidão já acabou’¹⁰³.

A figura do referido proprietário já foi mencionado acima, remetendo os depoimentos ao processo de “expropriação” sofrido pelas famílias oriundas dos agrupamentos envolvidos na questão. Estando assim apontado o sistema de grilagem uma vez que se tratam de “áreas da União”, como citado no depoimento. Aqueles que estão sendo retirados destes espaços se valem da terra como habitação e sobrevivência, constituindo-se em “posseiros” que ocupam áreas específicas do território pleiteado.

Será que não seria possível definir a realização da demarcação das “terras devolutas”? O que poderia contribuir no sentido de uma resolução da contenda de expropriação na área da

¹⁰¹ Cf. Ata da Audiência (ANEXO D).

¹⁰² Trecho da cópia do termo da audiência em análise (ANEXO E).

¹⁰³ Texto na íntegra.

Resina, afinal, a ameaça sofrida envolve também interesse de grandes empreendimentos turísticos. Uma vez realizada a demarcação solicitada este agrupamento ficaria com certa garantia do acesso à terra. Possibilidade que envolve os serviços em parceria do INCRA e da SPU. À SPU compete a determinação das linhas de preamar – o que delimita o “bem da União” às margens do oceano e rios federais-, e ao INCRA a demarcação da área. O próprio representante do órgão presente na audiência aponta para essa finalidade: “Expôs que as terras de oceano e rio são tidas como terras da União e que podem estas terras ser arrecadadas e passadas para o INCRA.”¹⁰⁴, que se encarrega de destinar o cumprimento da “função social da propriedade”.

No entanto, nos encaminhamentos da audiência não foi incluída essa recomendação, neste momento, talvez porque a ênfase no tocante a definição territorial se concentrava na questão quilombola. Como indica o item dos encaminhamentos referente ao ponto fundiário: “k) a comissão nacional de violência no campo solicitará agilização do incra na regularização das áreas quilombolas na região de brejo grande”¹⁰⁵.

A recomendação solicita agilidade ao que cabe às prerrogativas da lei, o que indica que havia morosidade no andamento do processo no que tange o cumprimento das atribuições do INCRA – o que voltarei adiante, analisando a atuação do órgão. Em face desse encaminhamento é interessante frisar que quando ocorreu tal audiência, já havia um processo de desapropriação em curso. Com a mobilização anterior que adotou a dinâmica dos trabalhadores sem terra visando a reforma agrária, o órgão impetrou o processo 5430.001357/2005-49 que destinaria a Fazenda Batateiras (456 hectares) para este fim. Porém, essa informação não consta nos autos da audiência. A vistoria da propriedade foi o primeiro passo para o acesso a terra, e assim no andamento de constituição do território. Na transitoriedade de identidades desenrolou esse primeiro passo rumo a apropriação territorial, a qual segue rumo às outras duas localidades.

Em outra passagem dos autos da audiência o representante da SPU destaca que a Cáritas, por meio de ofício, emitira questionamentos sobre a conformidade das áreas da “Fazenda Resina e Povoado Carapitanga, e, em função deste encaminhamento foi aberto o processo administrativo nº 04906.001097/2007-18”; mas, salienta que existem dificuldades com relação aos serviços envolvendo a conformação dos territórios quilombolas. Cabe indagar sobre a natureza de tais dificuldades, onde se localizam as razões dessas barreiras? Essa tendência é uma exceção ou uma constância na atuação e cumprimento das demandas e

¹⁰⁴ Cf. as leis 9760/46 e 6383/76, respectivamente.

¹⁰⁵ Cf. Ata da Audiência.

serviços do órgão? Perguntas soltas que colocam a teia das forças políticas e das relações institucionais sob a atuação deste agente diretamente envolvido na definição do território.

A SPU – em parceria com o INCRA - efetivamente está descumprindo o que imputa o Art. 10 do decreto 4.887/03, onde:

Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título (BRASIL, 2003).

Na perspectiva de atendimento do texto acima o referido processo administrativo encontra-se em tramitação, alocado na esfera do Tribunal de Justiça Federal em Sergipe desde 2012. Esse encadeamento será tratado quando for analisar a definição do território quilombola. Mas, ainda nesta audiência, essa passagem foi retomada pelo advogado da Cáritas, cobrando “... que o Serviço de Patrimônio da União demarque a área para que o que já é de fato seja reconhecida por todos, especialmente os fazendeiros desta região”. Passagem ainda na direção da demarcação das terras devolutas, o que na prática seria um serviço técnico para resolver o problema.

Tendo em vista ser um espaço público, a presença de proprietários também foi notificada. O registro da fala de um fazendeiro indica persistência da ideia de que se faz necessário que “... se afira se a comunidade Brejão dos Negros efetivamente é quilombola”. Esse questionamento é muito recorrente na tentativa de deslegitimar o movimento. Tudo indica que a ideia de “quilombo” no imaginário coletivo é aquela tratada como “palmarina”, e assim, o critério do isolamento e afastamento são acionados para se contrapor a veracidade da certificação. Como poderá ser notado, o que ocorre em outros momentos, inclusive de alto foro judicial.

A audiência foi noticiada na mídia, e uma das matérias apresenta uma fala da então titular da pasta da Secretaria de Estado de Inclusão Social, a Deputada Estadual Ana Lúcia do PT que demonstra a aliança entre INCRA e o governo estadual. Abaixo faço a transcrição da nota:

Ao final da audiência, foram entregues as cestas básicas aos quilombolas. “Este é um direito garantido da comunidade pelo governo federal. Como o Incra está tendo dificuldades no atendimento, a Secretaria de Inclusão Social fechou uma parceria com o instituto para garantir a distribuição até tudo ser normalizado”, explicou Ana Lúcia. “Como a audiência foi extremamente

esclarecedora, foram distribuídas mais de 160 cestas básicas, o que significa que 160 famílias se reconhecem como quilombolas”, finalizou Ana.¹⁰⁶

Efetivamente o acontecimento no que tange seus encaminhamentos, pouco foi efetivado, principalmente no que se refere ao processo de regularização fundiária. O processo ainda teria muito que transitar pelas esferas do judiciário, dos executivos e dos legislativos. Mas é um sinal de poder de articulação e mobilização junto aos governos federal e estadual. A esfera do municipal foi se constituindo e se posicionando ao toque das forças locais. Uma situação clássica na dificuldade de aplicabilidade das leis no Brasil, as leis federais em contradição a interesses de forças locais (SHIRLEY, 1979).

Nessa direção a Câmara Municipal convoca uma Audiência Pública, que acontece no dia 15 de agosto de 2007, e a ser realizada no povoado Brejão¹⁰⁷. Apesar de ser uma ação do poder legislativo, recorro a este material tendo em vista que foi claramente uma resposta ao evento acima. A discussão registrada remete às normativas legais da questão, e evidencia a atuação das forças do grupo opositor, sendo representado diretamente por fazendeiros e a própria Juíza que declaram suas posições perante o caso.

Sendo assim, indo ao conteúdo da ata da audiência, presidida pelo então vereador Adriano Feitosa, destaco a principio a intervenção de um dos fazendeiros presentes, que é descendente de dois ramos de famílias tradicionais dos antigos engenhos da região, resultado da união entre estas, ainda nos finais do século XIX. Ele, assim se pronunciou como consta:

Usou a palavra o Senhor Manfredo Goes Martins agradecendo a todos Vereadores... Quilombolas eram escravos que fugiam e se escondiam em Quilombos; Quilombolas iriam morar a 15, 20km de um engenho, então fica difícil de entender porque Brejão é chamado de Brejão dos Negros, disse que ontem MST, hoje são Quilombolas onde vamos parar?¹⁰⁸

Quero chamar atenção para o uso da noção passadista de quilombo, ainda usada como argumento para não reconhecer a classificação quilombola em questão. O questionamento colocado com base no fato de no primeiro momento esse grupo ter se apresentado como integrantes do movimento dos “sem terra” e depois se denominar como atores do movimento quilombola, deixa clara a intenção de levantar dúvidas e desconfianças em torno de tais sujeitos. É como se estivesse associando o fato ao sentido pejorativo atribuído ao movimento, ou seja, “ladrões de terras”. O que pelo que se percebe essa ligação discriminatória é uma

¹⁰⁶ Informe Sergipe de 22/10/2007. Em: <http://www.informesergipe.com.br> Site acessado em 11/12/2007.

¹⁰⁷ A sessão foi realizada na Escola Rural Municipal Jordânia no povoado Brejão (ANEXO F).

¹⁰⁸ Cf. Ata da Audiência.

marca posta aos membros do movimento. Dessa forma, o estigma foi estabelecido através de uma suposta informação que se atribuiu de verdade. Para Goffman (1980, p.51): “A questão que se coloca não é o da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação...”. Certamente, no caso, tanto a tensão como a informação fazem parte da mesma coisa, e uma está diretamente ligada a outra, como poderemos perceber na continuidade.

Ainda na vez dos fazendeiros presentes, outro representante das famílias senhoris se faz pronunciar:

Usou a palavra o Senhor Francisco Machado Farias dizendo que o povoado sempre houve liberdade, sempre houve paz, hoje o mesmo antever o grande conflito social, estão arquitetando jogar pessoas daqui contra pessoas daqui; no Decreto do Governo Federal diz que reconhecida um área como Quilombo existindo pessoas que não são Quilombolas tem que sair serão desintrusadas da área Quilombola, o Decreto vai trazer conflito, 299 famílias são cadastradas aqui no Povoado como Quilombolas e os demais são intrusos numa comunidade que tem mais 700 famílias, então é bom que todos observe os detalhes da Lei, para que vamos criar conflitos numa comunidade que nunca houve conflitos?¹⁰⁹

Emblemática essa intervenção. Antes de tudo se faz pertinente salientar que este estudo entende a existência do conflito na ocorrência do latifúndio, mesmo que não fique posto para a população. Além disso, o referido fazendeiro, curiosamente faz um uso oportunista de um dos pontos mais delicados do processo, a desintrusão. Conforme o Art. 14 do decreto:

Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando houver¹¹⁰.

Portanto, verifica-se o uso das informações de forma manipulada, possivelmente para criar um entendimento específico na subjetividade coletiva. O conflito entre os “quilombolas” e “não quilombolas” não têm como fundamento a lei, mas sim os interesses em jogo.

Por certo que tal passagem no texto do referido Art. acima não ficou muito claro para os leigos em vocabulário jurídico. O que permite que as distorções existam e contribuam para a (des)informação de que “os quilombolas irão tomar as terras e casas das pessoas”, por

¹⁰⁹ Cf. Ata da Audiência

¹¹⁰ Art. 14 do decreto. BRASIL, 2003.

exemplo. Como se percebe não se poderia esperar outra coisa, a revolta para com o processo foi tomando grandes proporções. Defender a questão na localidade era um risco.

Nos autos do documento tem registro de um depoimento referindo-se a uma suposta intimidação por parte das pessoas do movimento para com os outros moradores. A senhora que declarou esse receio também levantou alguns aspectos já tratados neste estudo:

Usou a palavra Dona Nilza revoltada com que estão fazendo com a família Martins, disse que os mesmo não merece isso não e perguntou qual a família do Brejão que nunca precisou da Fazenda Capivaras para sobreviver? Até mesmo pessoas de Brejo Grande, disse que tem medo desses Quilombolas e que essa lei nunca vai entrar no Brejão¹¹¹

A defesa da propriedade mantida em posse dos Martins configura-se na materialização de uma noção de justiça ligada ao direito privado, individual. Essa ideia foi legitimada nas relações tradicionais de produção, onde os trabalhadores em situação de necessidade entendem como favores as formas de exploração do trabalho pelas quais passaram. Essa significância atingiu a compreensão de mundo das pessoas que agora perante a questão quilombola foi mais uma vez acionada¹¹² na perspectiva de manutenção da conformação do território em pauta construído ao longo dos tempos.

A audiência a essa altura deveria estar bem agitada. E depois de enaltecido o clima de contestação, entra em cena a liderança do grupo contrário à demanda. Na intervenção da Juíza percebe-se a tentativa de descredibilizar as ações (conforme Ata da Audiência) realizadas, principalmente, pela liderança do outro grupo, o padre. Enaltece e declara:

[...] com respeito a Democracia... existe uma Legislação Federal para proteger Índios e Negros, porque foram pessoas discriminadas no passado, o que estar errado nos movimentos sociais é que eles começam com mentiras, falou sobre perda de valores, sobre o Padre Izaías que mentiu para o Povo do Brejão com relação a esse movimento dos Quilombolas, falou com relação a Lei Federal, sobre os Quilombolas quer saber como foi que se discutiu, qual foi a forma de convite a população, onde, como foi a escolha de Bonfim para representar a comunidade, porque se o Padre Izaías e o Bonfim são representantes e porque não estão aqui esta noite, disse que assusta quando ver o Padre mentindo, uma vergonha...¹¹³

Refere-se à acusação de que a lista elaborada para o requerimento foi falaciosa no sentido de supostamente não se ter esclarecido às pessoas o objetivo do documento. O que se

¹¹¹ Cf. Ata da Audiência.

¹¹² Como analisado anteriormente, a política dos “favores” ou a figura do “bom senhor” era acionada nos pleitos eleitorais. As pessoas se sentiam na obrigação de votar nos candidatos do fazendeiro.

¹¹³ Ata de Audiência Pública da Câmara Municipal de Brejo Grande do Estado de Sergipe.

alega é que fora informado às pessoas que estariam se inscrevendo para receber cestas básicas, mas que na verdade era o cadastramento voltado para o INCRA referente ao processo em questão.

Segundo o referido presidente da Associação, se defendendo posteriormente, me relata que as missas e reuniões estavam ocorrendo na direção de expor e explicar as informações, mas, lamenta que as pessoas não participavam. Informa que havia convites para esses encontros, e diz desconhecer a razão do não comparecimento de um número significativo de moradores. Não me foi possível ter acesso às formas de comunicação dos referidos encontros (cartazes, folhetos, informativos, etc.). O que se sabe é que nas missas o tema era abordado e assim se avisava sobre as reuniões. Seja como for, mediante a complexidade que o assunto já indicava, seria procedente que houvesse tal comprovação para se atestar na defesa do processo.

Não havendo como demonstrar a divulgação do assunto, este fato acabou servindo de artifício para sustentar as acusações. Ainda no que registrado no documento do quando da intervenção da Juíza, a declaração de informações falaciosas por parte do padre para com a população e sua ausência, teriam relação com essas “mentiras”.

No entanto, em se tratando de informações distorcidas, uma das lideranças quilombolas daquele momento que estava presente na audiência, me apresentou alguns apontamentos sobre esta audiência, que, no entanto, não constam na referida ata. Segundo ela a Juíza, declarou diretamente para as pessoas que elas iriam “perder suas casas”, pois, os “quilombolas irão tomar”. De fato encontra-se este boato na localidade de maneira muito sólida, como se uma notícia retirada de uma fonte segura. Mesmo com muito argumento, na tentativa de esclarecer, as pessoas continuavam acreditando que perderiam suas casas se o processo fosse a frente. Chegando a um acontecimento lamentável, quando um senhor (não consta seu nome) de idade avançada, veio a falecer, em virtude de contrariedade perante essa suposta possibilidade, segundo relatos no povoado. Não é difícil se tratar de um fato verídico, afinal, no registro da audiência a referida magistrada apresenta narrativas de acusação de forma muito clara.

Esta representação ao que parece foi restrita, mas teve registrada sua participação com fala, onde ressalta: “[...] que a comunidade que se declara Quilombola as verbas do município aumentam 50% [...]”. A passagem vincula-se à tentativa de convencimento da importância do reconhecimento jurídico da CQ, não só para os quilombolas, mas para o município de forma geral. Porém, essa direção foi alterada, pois, a Juíza se pronuncia logo em seguida e como visto não deu continuidade no que foi informado pela quilombola.

Com as incriminações deflagradas e a menção descrita exige-se outra Audiência para que sejam convocados o Padre Isaías e o Bomfim, com o intuito formal de esclarecimento.

Por conseguinte, do que foi exposto, uma semana depois do primeiro ocorre um segundo encontro, para discutir a questão. Realizada no dia 22 de agosto, no mesmo local e horário da anterior, nesta audiência, a Juíza é convidada formalmente pelo presidente da sessão, para fazer parte da mesa diretora, juntamente com o prefeito, o delegado e um ex-Deputado Estadual (irmão da Juíza). Para frustração dos presentes os convocados em especial, não comparecem. Segundo a assistente social da Cáritas Diocesana na ocasião, a OAB teria orientado Bomfim para não comparecer, bem como o padre. E, certamente, foi uma estratégia defensiva bem acertada. Pois, até o INCRA, nesta fita foi posto como correligionário das “mentiras”.

Não comparecendo o padre explica suas razões através de ofício¹¹⁴ da Cáritas Diocesana de Propriá direcionado ao Presidente da Câmara de Vereadores, onde também informa que se antecipou “[...] diante da gravidade dos fatos relacionados por Vossa Senhoria, enviando cópia do referido ofício ao Ministério Público Federal e às Ouvidorias Agrárias Regional e Nacional para que possam contribuir na elucidação dos fatos.”

O presidente da Associação, por sua vez, segue o mesmo procedimento do padre, por meio de ofício, assim discorre:

Apresentamos aqui nosso agradecimento pelo convite enviado por esta Casa Legislativa por intermédio da Excelentíssima Juíza de Direito, **Dra. Rosivan Machado da Silva**, e aproveitamos a oportunidade para estabelecer que não recebemos qualquer tipo de denúncia acerca de possíveis irregularidades cometidas no processo de auto-definição e certificação da comunidade Quilombola “Brejão dos Negros”. Tudo isso, por si só, dispensa a nossa participação na aludida sessão (OFÍCIO, grifo do autor)¹¹⁵.

O teor do ofício segue na direção da defesa do processo descaracterizando as denúncias até então deflagradas. E assim, sem a presença destes atores sociais na audiência, o rito segue seu encadeamento com a leitura dos expedientes recebidos. Os ofícios foram lidos, além do “[...] ofício nº 989, datado de 22/08/2007, encaminhado a esta casa pelo superintendente Regional do INCRA/SE, senhor Carlos Antônio de Siqueira Fontenele.”.

O que se seguiu, conforme registro da ata, não foi nada diferente da audiência anterior. Moradores defendendo a integridade da fazenda Capivaras, atribuindo até uma expressão interessante: “mãe desta terra”. A benevolência do proprietário é um aspecto por deveras

¹¹⁴ Ofício de 21 de agosto de 2007 (ANEXO G).

¹¹⁵ Cf. Ofício de 21 de agosto de 2007.

citado, até mesmo uma avó do presidente da Associação foi e corroborou com a defesa mencionada.

E as acusações não deixariam de se fazer registradas, desta vez denunciadas por médios e pequenos proprietários, além de moradores. Nos autos da ata apresenta-se a fala de uma senhora residente da Carapitanga que defere uma denuncia grave ao padre: “[...] o padre em uma das suas celebrações no nosso povoado mandou a gente invadir os viveiros de peixe e camarões alheios”. Segue: “[...] as ações do padre são de roubar a paz de todos que convive nesta terra, juntamente com nossa fartura que é a fazenda capivaras.” E assim seguem as denúncias e ataques ao padre e as defesas das ações dos fazendeiros em episódios já descritos aqui.

Sendo franqueada a palavra à Juíza, esta apresenta um conjunto de ações, que chamou de “reinvindicações” tendo como os representantes e demais agentes envolvidos na questão quilombola como alvo. Foi no final de sua longa intervenção:

Continuando, pediu para que ficasse consignado em ata as seguintes reinvindicações: 1 – comunicação à nunciatura apostólica, em Brasília, que a **comunidade do Povoado Brejão exige** que o Padre Isaías Carlos Nascimento seja afastado imediatamente da Paróquia, por haver perdido a força moral, **face às irregularidades e fraudes denunciadas pela população praticadas com a participação do Pároco**. 2 – Apresentação de notícia crime contra o Padre Isaías Carlos Nascimento, Antônio Bomfim Barreto e **Servidores do INCRA**, no caso envolvendo fraude do Processo de Certificação da área “Quilombola” do Povoado Brejão, através do Drº. Fábio José Lobo Nunes e do Drº. Luiz Vieira dos Santos. 3 – **Formação de Comissão composta por membros da Câmara Municipal, Poder Executivo, Fazendeiros e Comunidade**, para mediação de eventuais conflitos da Fazenda Capivara (povoado Resina e Saramém), **como membro voluntário da Comissão: Rosivan Machado da Silva**. Deverão ser informados, INCRA, ouvidoria Agrária Nacional e Ministério Público Federal e Estadual, sobre as providências (ATA DE AUDIÊNCIA, grifo nosso)¹¹⁶.

Quero salientar que os grifos que destacam algumas passagens na descrição acima, são pontos que merecem atenção. Na primeira medida a Juíza fala em nome da população, declarando que a mesma “exige” que o padre seja relocado de suas funções na paróquia, sem que tenha havido uma consulta pública – por exemplo – para constatar se essa seria a posição da população. Percebe-se que a indicação é uma atitude que irá atingir o núcleo de poder do movimento, o que poderia enfraquecer as ações deste. Sem contar que seria atender denúncias sem apuração dos fatos, sem uma investigação ou qualquer tipo de averiguação dos fatos. É

¹¹⁶ Cf. Ata da Audiência.

uma verdadeira condenação do eclesiástico, sem direito de defesa e se antepondo à justiça. A participação de servidores do INCRA no suposto esquema de fraude é colocada abertamente, pondo sob suspeita a certificação em pauta. Diante disso, é o mesmo argumento que põe em suspeição a veracidade da identidade quilombola em questão. Para Cindia Brustolin (2009):

O processo de desconfiança em torno da afirmação da identidade quilombola – presente no contínuo questionamento às normas que tratam da regularização fundiária dos territórios e na acusação do embasamento das ações estatais em critérios subjetivos, bem como, em todo processo de questionamento veiculado na mídia acerca das fraudes e da seriedade da política de trabalhos executados pelo INCRA e pela FCP – reforçam a desconstituição dos grupos negros e suas demandas territoriais enquanto sujeitos de direitos. (BRUSTOLIN, 2009, p. 197)

A autora ressalta que o pleito por direitos dos referidos grupos sociais são normalmente classificados ou reduzidos a problema, perigo ou fraude. Com isso continua em sua análise destacando a suposta necessidade de provas – como mencionado anteriormente:

É como se a possibilidade de requisitar direitos territoriais com base na identidade quilombola tivesse atrelada a necessidade de justificar e fundamentar incessantemente a reivindicação, de acionar sempre mais provas de veracidade, documentos, instrumentos jurídicos. (BRUSTOLIN, 2009, p. 208).

Ocorre que a dúvida é levantada acerca da existência de um “quilombo” na região, acionando critérios como o isolamento, o que demonstra a persistência do desconhecimento acerca dos fundamentos da “auto-definição”. Aqueles que atacam a identidade quilombola não parte de uma auto-afirmação, mas sim de comprovações materiais e subjetivas, que possam justificar o pleito. De qualquer forma causa um impacto, uma reação que é vivida, e as anunciações teóricas ou legalistas demoram a serem assimiladas pelas pessoas, causando suas inseguranças.

Tal incerteza colabora para a ocorrência de conflitos, e possibilita as acusações deflagradas, algo que gerou muita atenção das autoridades, pois, afetou a dinâmica social das localidades envolvidas na questão. Na direção da mediação de conflitos a proposta de criação de uma comissão sugere uma difícil “ponderação de interesses”¹¹⁷, tendo em vista sua formação. Está claro que o poder municipal (executivo e legislativo) se posiciona contra o processo, fazendeiros defendem seus interesses e os moradores seguem o que tem sido

¹¹⁷ Noção requerida no mundo do direito, principalmente por procuradores, quando se posicionam na defesa dos direitos das minorias étnicas para solucionar situações conflituosas (BRUSTOLIN, 2009).

encenado. Tal mecanismo de mediação de conflito seria composto apenas por defensores de um dos lados, pois, não se apresenta a indicação de vaga para representante dos quilombolas, o que deixa clara a intenção do sugerido.

A parcialidade gritante da ação foi tamanha que o delegado, mediante o conteúdo do registro de sua intervenção presente na ata da referida audiência, na qual integrou a mesa diretora, envia ao presidente da Câmara um ofício requerendo retratação:

Considerando o documento subscrito por vossa senhoria em 23 de agosto de 2007¹¹⁸, dirigido a várias autoridades, no qual houve o uso não autorizado, distorcido e tendencioso das declarações por mim emitidas na sessão itinerante da câmara de vereadores, **ocorrida no Povoado Brejão dos Negros**, no dia 22 de agosto do corrente ano, **com a finalidade de defender um dos lados envolvidos no conflito agrário** ocorrente no município de Brejo Grande, venho por meio deste exigir que seja expedido documento de retratação, no qual deverá manifestar suas desculpas e ser explicado (OFÍCIO, grifo nosso)¹¹⁹.

O ofício é simbólico e alusivo à contenda quando em seu conteúdo apresenta a forma como o delegado denominou a comunidade: “Brejão dos Negros”. Ligação a qual o seu sentido representa o avanço do processo, o que está claramente sendo combatido. E mais, atina o objetivo da sessão, ou seja, o uso do espaço do poder legislativo para além de atacar o movimento, fazer a defesa do grupo contrário a este, dando ares de tempos aristocráticos nessa instância que se justifica enquanto democrática.

Como um dos produtos de tal ritual e uma tentativa de denunciar a suposta ardil ação do padre e companhia, o presidente da Câmara envia à FCP um ofício (N.º 058/07)¹²⁰ onde indica “indícios de irregularidades”. A resposta da FCP segue confirmando a certificação, com referendada na base legal que ampara tais procedimentos, logo, legitimando o envio do requerimento, que seguiu de provas e anexos a que se exige os trâmites ordenados. Provavelmente essa resposta sinaliza a posição do órgão.

Ainda como efeito das audiências que em última análise poderiam parecer ter sido positivas para os fins a que se destinaram, o poder local (sua formação garante essa denominação) se viu na necessidade de fortalecer o ataque ao movimento, uma vez que seu ator principal não atendeu ao “convite”. O método adotado para isso foi o apelo discursivo e retórico utilizando uma suposta ideia do princípio democrático.

¹¹⁸ Ofício nº 70/2007 de 23 de agosto de 2007, assina Adriano Feitosa, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Brejo Grande. (ANEXO I)

¹¹⁹ Cf. Ofício 03 setembro de 2007.

¹²⁰ Cf. documento (Ofício N.º 579/PRES/GAB/FCP/MinC/2007.) (ANEXO J).

Para fora e dentro do povoado o termo “democracia” é acionado na tentativa de justificar as medidas tomadas, expressas em cartazes¹²¹ que foram distribuídos pela comunidade e afixados nas paredes das casas. Seu conteúdo levanta uma série de bandeiras de luta: “Liberdade de Escolha”, “A Comunidade Não Quer Ser Quilombola”; “Respeitem a Democracia”, etc., e se intitula como “*Movimento em Defesa do Progresso, do Patrimônio e da Propriedade Individual do Povoado Brejão*”. Com apenas um pouco de atenção, esse título explica os interesses da Juíza e dos fazendeiros “revoltosos”, ou seja, é a garantia de manutenção de suas posses, alicerçada no direito à propriedade individual frente a propriedade coletiva.

Por certo que tudo isso contribuiu no andamento dos procedimentos em campo, o que foi uma medida de segurança frente todo enredo formado. Seria um risco muito grande a presença de algum profissional que representasse a presença do INCRA ou de qualquer setor de apoio da questão. Neste momento não foi possível minha presença no local, não pela mesma razão acima, afinal meu grau de parentesco na localidade me permitia um trânsito livre na comunidade. De maneira que não acompanhei os desdobramentos das audiências no povoado. Mas é possível imaginar a situação dos “quilombolas” – e dos “não quilombolas” – para dar continuidade às suas tarefas diárias e cotidianas.

Em face deste quadro e do avanço das barreiras ao processo, o movimento dos quilombolas, articulado com o INCRA, solicita outra Audiência Pública por via do Ministério Público do Estado de Sergipe e Procuradoria Geral de Justiça do Estado, através da Curadoria dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial & Conflitos Agrários. O que acontece em 23 de outubro de 2007¹²². Agora com a participação do Procurador da República Ramiro Rockenbach da Silva, além das presenças anteriores (na Audiência anterior convocada por esta instância). A audiência seria uma espécie de prestação de contas acerca dos encaminhamentos da audiência anterior.

Em destaque algumas autoridades: “ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES – SECRETARIA DE ESTADO DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA E DESNVOLVIMENTO SOCIAL; ROSIVAN MACHADO DA SILVA – JUÍZA DE DIREITO”. Coloco em relevo tais autoridades por conta de que a audiência marca definitivamente a adesão ao grupo defensor do processo da Deputada Ana Lúcia. Na ocasião a liderança do grupo contrário ao pleito esteve presente, o que a coloca frente a frente com os seus principais adversários: o padre Isaías e o Bomfim, presidente da Associação.

¹²¹ ANEXO L

¹²² ANEXO M

Ocorrida na Escola Estadual Dr. Juiz Garcia, na sede do município de Brejo Grande, foi coordenada pelo Desembargador Gercino José da Silva filho. Estando aberta a sessão foram apresentados todos os encaminhamentos deliberados na reunião anterior, tendo como objetivo geral, “[...] tentar solucionar conflitos agrários e urbanos.”. A ata traz no início as falas dos integrantes da mesa de trabalho. E assim se seguiu a prestação de contas...

Deste modo quero levar essa análise para as intervenções que estavam ligadas diretamente com o processo de regularização fundiária. O representante da GRPU (Gerência de Patrimônio da União) salienta as dificuldades que o órgão enfrenta para realizar os “[...] procedimentos demarcatórios das áreas objetos das desapropriações, fazendas carapitangas e resina.”, e atribui a falta de recursos como sendo o motivo do não cumprimento das tarefas, mas que se compromete em agilizar os procedimentos, independente da GRPU local.”. Essa colocação estabelece certo questionamento, pois, se existe a Superintendência da SPU em Sergipe, o que iria diferenciar no tocante aos serviços se acaso fosse realizado por servidores da Direção Nacional? Haveria alguma suspeita em torno da competência ou imparcialidade do resultado dos trabalhos elaborados pela GRPU local?

O representante do INCRA, por sua vez, acerca da ênfase aqui adotada, informa que:

Quanto ao conflito da comunidade Brejão dos Negros, vai deslocar um antropólogo de outro estado para que em conjunto de uma equipe interdisciplinar possa realizar o trabalho técnico científico, com a meta de se elaborar um relatório junto à comunidade.¹²³

Esse encaminhamento foi efetivado no ano seguinte. Porém, mediante o quadro, foi solicitado junto à direção nacional do órgão o deslocamento de um servidor de Brasília, com experiência e respaldo para desenvolver os trabalhos. Na ocasião (janeiro de 2008) fui convidado pela antropóloga destinada para o serviço a ser coautor tendo em vista meu conhecimento do caso e minha inserção no povoado junto aos moradores, seja do lado dos “quilombolas”, ou do lado dos “não quilombolas”. O que retornarei quando tratar da efetivação do território.

Contudo, agora quero chegar até o final do registro da fala do representante do INCRA na audiência, onde aponta para a intenção de ouvir as partes interessadas, inclusive os proprietários de terra. Pretensão que teoricamente não faz sentido, pois, as atribuições da autarquia estão definidas no decreto e neste não compete ao INCRA solucionar ou mesmo mediar conflitos. Ouvir os fazendeiros seria antecipar as contestações que são imputadas no

¹²³ Em: Ata da Audiência.

Art. 9º, no qual consta que: “Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificação a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes”.

O fato abriu o diálogo mais estreito entre o órgão e os fazendeiros, sendo recorrente a consulta ao processo diretamente na Divisão de Ordenamento de Estrutura Fundiária, fato que causa certo desconforto para alguns servidores que se sentiram pressionados, interferindo sutilmente nos trabalhos de campo realizados na região. Se a situação já estava um tanto cuidadosa, pois, para se ter uma ideia as idas dos servidores à localidade, em alguns momentos, foram acompanhadas por diligências da Polícia Federal.

Na sequência, depois de algumas outras intervenções de parlamentares (todos do PT) que declaram apoio ao processo, chega fala da Juíza. Diferentemente das audiências realizadas na câmara de vereadores de Brejo Grande, a tonalidade de suas palavras foi diferente, sequer foi citado o nome do padre, muito menos não houve alguma acusação direta a este, mas de forma indireta fica a subentender em alguns trechos: “Que a certificação ocorreu por via de poucas pessoas em uma missa solene. Que é necessário que haja um esclarecimento à comunidade.”. Neste momento a ata registra que houve “intensa manifestação dos presentes”; e segue a magistrada: “O povo do Brejão não aceita a pressa do encaminhamento da questão.”. E mais uma vez “Nova intervenção da plateia.”.

Certamente estas manifestações ocorrem por conta da composição da plenária, onde estavam pessoas favoráveis ao andamento do processo – contrárias também. Na continuidade em sua fala a juíza, sem citar o nome, diz: “Não se pode manipular informações para induzir a erros Órgãos Públicos”. Claramente, tal manipulação tem relação com a atuação do padre perante o caso, sendo este o mentor da circulação das informações sobre esta matéria. E assim, a certificação seria um equívoco provocado pelas “mentiras” (termo usado pela juíza nas audiências no legislativo municipal), pois, a FCP estaria certificando uma comunidade a partir de “fraudes” (termo usado pela juíza nas audiências no legislativo municipal) e o INCRA seguindo na esteira do erro plantado (de forma cúmplice).

Os interesses em pauta são evidentes e a falta de conhecimento do texto da lei também. Essa ignorância é comum para aquele contexto em todos os segmentos envolvidos. Constatação que foi base para discursos retóricos, como no final da intervenção da juíza: “É necessário que sejam feitos esclarecimentos a todos, inclusive aos posseiros, pois a posse é coletiva.”. De fato, a posse de um território quilombola é coletiva, mas ela se refere à fazenda Batateiras onde existem alguns posseiros que se declaram partidários do grupo contrário. Tenta fazer a defesa da manutenção da referida propriedade tendo em vista os procedimentos

para desapropriação homologados posteriormente. Quero lembrar que a fazenda batateiras foi objeto relacionado à reforma agrária, processo acionado (2005) por conta da mobilização – “sem terra” - ocorrida anteriormente ao processo de regularização fundiária quilombola.

Na esfera ambiental, criminal e civil algumas ações foram tomadas, mas no que tange ao setor fundiário poucas medidas objetivas foram tomadas até então. Ficando a “Recomendação” impetrada pelo Ministério Público Federal em 13 de novembro de 2007, através do Procurador Geral Dr. Ramiro Rockenbach da Silva, a qual teve como objeto: “assegurar, às comunidades quilombolas de Sergipe, a realização de trabalhos técnicos de identificação e delimitação de suas terras e implantação de políticas públicas.”. E recomenda ao Superintendente do INCRA que:

Seja realizada programação específica, com a participação das comunidades de quilombo em Sergipe, para efetivação dos trabalhos técnicos de identificação e delimitação dos territórios quilombolas;

Sejam efetuados os estudos técnicos, inclusive laudos antropológicos, por servidores da Autarquia Federal ou, em caso de ausência ou insuficiência de pessoal, mediante a celebração de convênios e/ou contratações que observem as normas de proteção às relações jurídicas de caráter público¹²⁴.

E estabelece um prazo de trinta dias para que o INCRA apresente o que adotado como medidas para atender tais recomendações, “sob pena da adoção imediata das medidas judiciais cabíveis.”. Mediante essa iminência o órgão destina mais esforços, servidores e recursos para esta nova sua atribuição.

Contudo, os serviços de elaboração do RTID da CQ Brejão dos Negros dependeram da vinda da antropóloga Alba Figueroa, que integra a nova equipe. Em março de 2008 o INCRA cria outra “Comissão Técnica Multidisciplinar”¹²⁵, para, mais uma vez, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias apresentar o RTID.

Contudo, a Antropóloga, dentre outros fatores se retira do caso, menos de dois meses do início dos trabalhos, não concordando com meu afastamento, proposto pelo INCRA, que entendeu ser problemática para o processo, minha relação de parentesco na comunidade, alegando que poderia ser um álibi usado pelo grupo contrário a questão na futura contestação do relatório. O que de fato hoje reconheço a procedência desta alegação.

Mesmo assim pude fazer algumas visitas no povoado, ainda no início de 2008 (meses depois, mediante o contrato assinado com a UFS – em atendimento à recomendação do MPF - para elaboração de Relatórios Antropológicos, fui desenvolver os trabalhos na comunidade

¹²⁴ cf. Recomendação do MPF de 13 de novembro de 2007.

¹²⁵ ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-23/Nº 34 DE 11 DE MARÇO DE 2008.

quilombola Luziense, no município de Sant Luzia do Itanhy), onde foi possível constatar que nas aparências o clima estava tenso, porém, não explosivo. As conversas da praça e de outros espaços giravam em torno da atuação da juíza, que saiu, até então, como vitoriosa tendo em vista que aparentemente os trabalhos tinham sido interrompidos.

De fato, a vida na comunidade volta a uma aparente normalidade. Era abril de 2008, o clima estava acalentado. Os ares de cidade de interior escondiam o episódio de outrora. As lembranças do conflito ainda estavam fortes, bastava ser retomado o assunto, o que para alguns, era motivo de exaltação, para outros de dúvida. Um velho conhecido assim me relata: “[...] será mesmo que esse negócio de quilombola ia tomar as casas do povo? Rapaz, é tanta autoridade dizendo que vai trazer benefício que não sei não.”. Os efeitos das audiências provocaram uma confusão nas pessoas, o que demonstra que o litígio estaria longe de um seguimento regular.

Seguindo outra frente, ao mesmo tempo atendendo recomendação do Procurador da República Bruno Calabrich do MPF onde corre um procedimento administrativo para a formação de um Grupo de Trabalho que teve como objetivo a identificação: a) das áreas, na região, que sejam públicas, de propriedade da União ou do Estado de Sergipe; b) das áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária; c) das áreas que demandam especial proteção ambiental.¹²⁶

O INCRA, conseguinte, forma um grupo de trabalho, composto por servidores deste órgão, do IBAMA, ADEMA, EMDAGRO e SPU, com o intuito de “identificar as Terras Públicas da União e de Preservação ambiental localizadas no município de Brejo Grande”¹²⁷. Ficando estabelecido um prazo de 1 (um) mês para conclusão dos trabalhos.

O que poderia parecer um caminho para resolução, a entrada de esferas do poder judiciário torna o caso ainda mais complexo, pois, estando os operadores do direito envolvidos no pleito o processo fica na outorga das decisões judiciais e assim remete ao que Boaventura de Souza Santos (2006) aponta para um desequilíbrio das competências dos poderes, abrindo a margem para o judiciário atuar na seara do legislativo, bem como na do executivo. Os andamentos dos processos que afetam direitos sociais garantidos em lei, ficam na dependência das decisões judiciais. E assim, pode haver um desvio de função que compromete a imagem do campo jurídico.

¹²⁶ Cf. “Ata de Reunião” do dia 04 de março de 2008 acerca do Procedimento Administrativo número 1.35.000.0000827/2007-27, Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

¹²⁷ ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-23/SE/Nº 40 DE 27 DE MARÇO DE 2008.

Seja como for, essa judicialização demonstra que o avanço ou recuo dos limites territoriais, seja de quilombolas ou de fazendeiros, ou mesmo da União, vai transcorrer à mercê das forças que atuam nessa seara. Porém, já é possível perceber os primeiros traços de apropriação territorial quilombola. As fazendas Batateiras e Capivara representam, neste primeiro ato, os principais objetos de disputa voltados para a conquista do acesso a terra ou a manutenção da propriedade. Os grupos do Brejão e da Resina, respectivamente, sentem seus pleitos mais próximos, mas ainda tem muito a ser transcorrido para que o território seja, pelo menos, definido nas peças necessárias para andamento do processo.

Porém, devo salientar que a CQ é formada também por um agrupamento de Brejo Grande e outro da Carapitanga, que pouco foram mencionados até então. Em parte, isso se deve ao fato de que os conflitos acirrados se concentram no Brejão e na Resina. No entanto, se é por meio do conflito que também se constrói o território, pelas autoridades que circulam nos arredores da contenda, como estaria sendo definida a integração destes outros agrupamentos na conformação do território? No transcorrer desta investigação, veremos que essa “invisibilidade” faz parte da própria consumação territorial. Mas, seguindo os tramites dos dados, passemos ao segundo ato.

4.2 2º Ato: Encontros e a entrada da ADIN do Dem em cena.

Nos interstícios das audiências algumas reuniões estavam sendo realizadas para debater o assunto junto à comunidade. Ambos os lados procuravam legitimar suas versões, ao passo que buscavam adesão de mais autoridades e políticos parlamentares. Um grupo representando os “não quilombolas” solicitou um encontro para esclarecimentos, a parlamentares da esfera pública estadual. E assim, no dia 18 de dezembro de 2007, ocorre uma reunião, onde o INCRA foi convidado pelos deputados e deputadas acionados para dirimir as dúvidas. Então, seguem em comitiva para o povoado Brejão, e na Escola Municipal Jordânia, mas um rito se desenrola.



Foto 3 - Escola Municipal no Povoado Brejão (Jayne Ferreira – 2016)

Desta vez seria um evento em duas partes, conforme me relatam lideranças da Associação Santa Cruz, sendo pela manhã com os “contra”, e a tarde com os “quilombolas”. A parte da manhã foi bastante tumultuada, as pessoas estavam agitadas provocando certo tumultuo e ensaiando coros contra o processo. O objetivo de esclarecimento ao público não obteve sucesso, pois, os presentes continuavam a demonstrar contrariedade com o intento. Certamente, não seria em uma ocasião que as informações seriam esclarecidas. Mediante todos os acontecimentos, o imaginário coletivo permeado com as construções já estabelecidas fazia mover reações, até certo ponto compreensíveis.

A parte da tarde não foi possível ser realizada tendo em vista que o combinado seria de que nesta só as pessoas “a favor” estariam presentes, e a juíza, não aceitou e reivindicou sua presença. Sendo assim, a magistrada foi impedida de entrar na escola estadual do povoado, o que causou reboliço no grupo de seus seguidores, gerando tumultuo, não permitindo a realização da reunião.

Diante da visível articulação política local contra o movimento, mobilizações políticas com autoridades a nível estadual são realizadas em seguida para tentar garantir a continuidade do processo. Estava muito claro que havia, de fato, a necessidade de esclarecimento acerca dos caminhos que seguem essa regularização fundiária e as políticas públicas envolvidas no assunto.

A participação de figuras do legislativo estadual defendendo a questão – na maioria do PT – fica marcante, de modo que decidem realizar também, uma reunião na localidade. Esse

desencontro das informações pode ter sido a grande abertura para a força contrária disseminada nos moradores das localidades.

Lembrando que um dos pontos de contestação do caso foi a presença diminuída das pessoas no requerimento enviado à FCP, o que salienta uma pequena participação na construção da demanda. Devemos lembrar que o reconhecimento jurídico enquanto CQ, voltado para o direito de acesso a terra, foi desembocado a partir da “luta pela terra” que se inicia com um contingente específico, que fez parte do grupo dos “sem terra” e que a presença de pessoas do povoado Brejão era inexpressível.

Em matéria de reconhecimento é preciso salientar a convicção de que todos que fazem parte de uma comunidade política têm o direito de participar do processo de construção das pautas de reivindicação. E isso deveria anteceder a própria mobilização política. A formação cultural e a segurança econômica são pré-requisitos para essa condição (HONNETH, 2003). O nível de discernimento é evidentemente baixo na região em vários campos dos direitos sociais, bem como a situação de sobrevivência da população não favorece o que Honneth (2003) entende pela necessária “autonomia do sujeito jurídico”. E o que esperar de uma população que vive historicamente em situação de exploração e alvo da desigualdade social, econômica e racial?

Aqui já foi indicada que haveria uma desvalorização dos indivíduos associados ao passado da presença negra no país, o que se agrava com a ligação escravista e mais ainda com a quilombola/subversiva. Honneth se valendo de ensaios mentais de Joel Feinberg (1980) defende a correlação entre o “reconhecimento jurídico” e o “autorrespeito”. Esse autorrespeito é uma realidade quando

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a se mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito”. (HONNETH, 2003, p. 197).

É possível que as políticas públicas em volta do direito quilombola sejam atraentes aos indivíduos. Porém, como ser beneficiado sem vestir a camisa quilombola? Weber (1976) chamava atenção para a validade da “honra” quando envolve relações políticas. Para o autor, “a honra estamental encontra sua expressão normalmente na imposição de uma conduta de vida específica a qualquer um que queira pertencer ao círculo” (WEBER, 1976, p. 535). O jogo em voga coloca a posição “a favor” ou “contra” como adesões que definem

comportamentos validados pelas coletividades presentes. Para alterar essa “eticidade” o valor social do pertencimento se depara na luta entre as partes. O que para Honneth (2003) estará atrelado à conquista do respaldo público:

Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizando apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios de força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social. (NOHHETH, 2003, p. 207).

Essa valorização pode ser considerada a meta dos grupos. Acionar a imprensa, políticos parlamentares, movimentos sociais, etc. foram estratégias tomadas pelas partes.

Deste modo, a presença dos agentes e operadores do direito deu um semblante diferenciado para o caso. É interessante salientar que o MPF é o principal ambiente com jurisprudência para julgar matérias envolvendo comunidades quilombolas. As demais são movidas por graus de envolvimento e acionamentos medidos pela atenção destinados a esta política pública. O que sugere também maiores influências da ação política.

Na esfera do MPF o caso é seguido de cobranças ao INCRA para o andamento dos processos, este reconhece a ausência de antropólogos no quadro de servidores do órgão, mas não aceita este intento como justificativa. E assim recomenda – por meio da “*Recomendação*” impetrada pelo Procurador Ramiro Rockenbach – a agilidade na resolução da demanda, podendo recorrer a convênio e/ou contratos para tal finalidade.

Sendo que ainda em 2007, especificamente no dia 12 de outubro, foi realizado o I Fórum das Comunidades Quilombolas de Sergipe, organizado pelo NEAB/UFS¹²⁸. O encontro teve como objetivo discutir o tema e instrumentalizar representantes das CQ do estado no tocante aos procedimentos para regularização dos territórios. Ao passo que pretendíamos aproximar as CQ para unificar forças para a viabilidade e andamentos dos processos.

A partir dessa unificação algumas ações foram coletivizadas, tendo em vista que o problema da inoperância, principalmente, do INCRA, afetava todas as 17 comunidades reconhecidas naquele momento.

¹²⁸ Na ocasião estava como professor substituto na UFS, integrando o Conselho Deliberativo do NEAB/UFS, fazendo parte da organização do encontro.

E em meio a estas medidas judiciais, pressão e mobilização dos quilombolas, o INCRA assina o referido convênio com a UFS para atender a elaboração de dois relatórios antropológicos, o que me levou para o sul do estado.

Por outro lado, no povoado Brejão e redondeza é divulgada a notícia de que a juíza tinha conseguido “barrar o processo em Brasília”. Isso, na localidade, deu respaldo para o grupo contrário, mesmo que a suspensão dos procedimentos não tenha sido algo ligado diretamente às ações realizadas, e mais, sim, pela dificuldade operacional do órgão responsável, como será debatido mais à frente.

Ocorre é que houve uma sensação de êxito aos opositores do pleito, mantendo o clima de discriminação e perseguição aos integrantes do movimento. Com isso, por exemplo, o conflito na área da fazenda Capivara adquirida pela NORCON para exploração do turismo nas proximidades da Resina tomou maiores proporções, pois, os “funcionários” da fazenda passaram a sabotar e violar cercas e plantios dos moradores. Isso levou a ocorrência de uma “audiência” (reunião) no INCRA para tratar da questão.

Este encontro, realizado em abril de 2008, reuniu vários servidores do INCRA, com toda equipe do grupo de trabalho acima formado. Foi apresentado algum resultado acerca das áreas de propriedade da União, onde:

Em análise preliminar das ortofotocartas do município de Brejo Grande, a GRPU identificou uma vasta área a União, constituída de áreas de manguezais e apicuns. Além das áreas acima conceituadas com acréscimo de marinha, há terrenos de marinha, que seria uma faixa de 33 (trinta e três) metros de terras em frente aos manguezais e adentrando no continente. De acordo com a Legislação pertinente e vigente, o início desses terrenos seria atualmente o definido pela curva de nível 2,5 metros, vinculada aos níveis oficiais da rede IBGE

A definição precisa da área da União depende de trabalho topográfico em campo, para que seja feito o lançamento da curva de nível acima mencionada em base cartográfica.¹²⁹

Essa definição precisa em cartografia não foi realizada, mas foi possível arregimentar indícios de terras devolutas, o que já poderia servir de argumento para uma mudança na forma de apropriação do espaço em pauta, por parte daqueles que reivindicam ter acesso a terra.

Mediante tal celeuma e havendo a manifestação de interesse da área, por parte da NORCON, a qual defendia ser proprietária, tanto das propriedades ligadas à fazenda Batateiras, como da fazenda Resina, o Procurador encaminha solicitação de apresentação de declaração de posse das referidas propriedades. Deste modo, em atendimento ao “Ofício nº

¹²⁹ Cf. Ata de Reunião do dia 18 de abril de 2008, em acervo da instituição (INCRA).

017/2008-BC, datado de 23 de abril de 2008” a empresa encaminha cópias de documentos que comprovariam a veracidade de sua aquisição. Foram arrolados documentos de Escrituras Públicas de Compras e Vendas de 2 (duas) fazendas, Contratos Particulares de Promessas de Compras e Vendas de outras 3 (três) fazendas, bem como cópias de comprovantes de pagamentos ao então proprietário, o senhor Ângelo Leonardo Santos Martins. Trata-se de propriedades que foram desmembradas da fazenda São Francisco (Capivara) atribuídas a herdeiros do antigo proprietário. No total foram 5 (cinco) propriedades que alega ser proprietária a NORCON¹³⁰.

Em posse de tal conjunto probatório a empresa passa a ser aludida em envolvimento nas ações de expropriação e perseguição aos moradores da localidade da Resina, por estar essa nas proximidades de onde se pretendia ser realizado o empreendimento, foco dos investimentos na região da referida empresa. Sendo o INCRA interpelado pela comunidade, realiza uma reunião para tratar especificamente do assunto. Tendo a ouvidoria e a procuradoria do órgão como parte da mesa de trabalho e a direção da DOEF/INCRA como coordenadora do encontro, estavam também presentes o prefeito de Brejo Grande, além de representantes da empresa e dos quilombolas. Na plateia estavam pessoas envolvidas na contenda, quilombolas da localidade.

Então, no dia 11 de junho de 2008, o tema é colocado em discussão com vistas a saber das pretensões da empresa e do comprometimento da prefeitura perante os fatos ocorridos. O então procurador da autarquia abre a sessão apresentando os tramites jurídicos e administrativos em torno do processo, e salienta que “uma vez estabelecido o território não haverá a presença de ilhas”. Por “ilhas” entende-se a ocorrência de parcelas de espaços inseridos no perímetro do território quilombola, mas que não pertença a comunidade.

Feitas as considerações iniciais o quadro de conflito foi abordado. E solicitado pelo representante dos quilombolas que seja resolvido, pois, como disse: “as pessoas estão sofrendo muito com todas essas ameaças, agressões e tudo que passa lá na comunidade.”¹³¹.

O representante da empresa é convidado a se pronunciar e sua intervenção segue na direção de que estavam cientes do processo em andamento e que estão dispostos a contribuir para resolver o problema. Deixa indicado que a NORCON já encaminhou ao MPF as devidas comprovações de propriedades, mas que em face o quadro, se coloca na condição de desejosa pela solução do litígio, e que ficará a disposição para tecer qualquer esclarecimento.

¹³⁰ Cf. Ofício nº 03/2008 GJU de 09 de maio de 2008, emitido pela empresa ao Procurador da República.

¹³¹ Registro da reunião em Diário de Campo. A autarquia não consolidou Ata, tendo em vista que seria momento de esclarecimentos.

Na intervenção do prefeito de Brejo Grande foi levantada a necessidade de esclarecer a comunidade – ponto retomado pelo grupo contrário em várias ocasiões - no que tange as implicações da regularização fundiária em voga, o que por sua vez pode ser entendida como uma tentativa de não legitimar o movimento que até então vem sendo desenrolado, pois, esse argumento tem sido abordado, claramente, como um artifício para criar uma sensação de suspeita em torno do processo.

Como foi posto acima, em vários momentos foram registradas estas mesmas indagações por parte da juíza, de fazendeiros, vereadores e do próprio prefeito. Este, por sua vez, se diz, diante dos presentes que o município reconhece a importância do pleito e que estará na expectativa para o andamento pacífico da questão. Cita ele, como exemplo da falta de esclarecimento, a revolta da população. Neste momento, tendo em vista que era possível indagar as falas, questionei como poderia ser diferente já que as informações distorcidas que geraram as reações adversas têm na juíza a possível declarante? Perante essa indicação ele se coloca desentendido, afirmando que houveram reuniões, mas que não foram suficientes para deixar as pessoas cientes do assunto, e que caberia uma mobilização maior na comunidade.

Essa reunião foi um passo importante na destinação da propriedade para compor o território quilombola. A realização da demarcação das áreas devolutas ou terras da União, serviço atribuído à SPU, nas redondezas da fazenda seria um avanço na direção do acesso a terra.

Essa morosidade favorecia o grupo contrário neste caso, e em boa parte dos casos pelo Brasil, tendo em vista que essa regulamentação corre em passos curtos, por uma série de fatores que são comuns à matéria e por razões específicas características das particularidades dos processos. E a judicialização, ao mesmo tempo em que consiste num caminho inevitável, é também um encadeamento que acaba por contribuir para tal dinâmica.

Com a lentidão de execução dos procedimentos administrativos a esperança de fazendeiros e demais contrários ao pleito se concentrava na possibilidade de revogação do decreto 4.887/03 que estava sendo questionada sua constitucionalidade por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 3239 do DEM (antigo PFL), ajuizada por pedido de liminar em 25 de junho de 2004 junto ao Supremo Tribunal Federal, tendo como relator o ministro Cezar Peluso.

Tendo em vista que uma vez acionada a esfera judicial, seguem-se tramites próprio desta seara, o pedido de inconstitucionalidade entra na regra da casa que destaca pontos para ir a pauta com base na interpretação da urgência das matérias. Sendo assim, quase um ano depois de protocolada a ação, ainda não tinha sido posta na pauta de julgamentos do tribunal.

Deste modo, segue então uma comissão de parlamentares do então PFL para solicitar a entrada de ADIs e Mandatos de Segurança impetrados pelo partido junto ao STF. “A solicitação foi realizada pelo presidente do PFL, senador Jorge Bonhausen (SC), e pelos líderes do partido na câmara, Rodrigo Maia (RJ), e no senado, Agripino Maia (RN).”¹³². Mas, como poderá ser percebido, o efeito da solicitação não foi positivo para essa parte.

Essa presença parlamentar pode ser interpretada como uma tentativa de interferência na dinâmica do STF, afetando sua funcionalidade. Por outro lado, mostra a pretensão de agilizar os procedimentos do julgamento pela parte interessada diretamente, na tentativa de barrar os processos. Portanto, a necessidade de celeridade nas decisões judiciais, pelo requerente, demonstra a preocupação com o pleito, tendo em vista que com o decreto o número de comunidades certificadas deu um pulo significativo. E a extensão territorial que estava sendo destinada enquanto propriedade quilombola já representava um número muito acima do que se poderia esperar. Para se ter uma ideia, até 2003 (antes da homologação do decreto), apenas 17 comunidades tinham sido tituladas, mas isso representava, em hectares de terra, principalmente no norte e nordeste do país, uma área correspondente a mais de 60.000ha.

E se depois do decreto protestado as certificações aumentaram, a perspectiva de expansão territorial quilombola pode ser considerada uma preocupação aos que tem interesse na manutenção do sistema fundiário brasileiro.

Se por um lado a preocupação era com o crescimento dos territórios quilombolas, por outro era a de se ter deferido o pedido da ADI, o que poderia representar um duro golpe nas pretensões de centenas de comunidades. Deste modo, entidades, parlamentares, estudiosos e outros setores da sociedade acabam por transitar no STF no sentido de solicitar audiências que possam tratar da matéria no plenário do tribunal. No dia 04 de junho de 2009 – se passaram 5 anos da tramitação da ADI -, uma comitiva composta por representantes de movimentos sociais ligados aos Direitos Humanos, e o professor Boaventura Souza Santos da Universidade de Coimbra – Portugal, se reúnem com a ministra Carmem Lúcia solicitando tais audiências. A lista abaixo enumera outros requerentes:

Nos últimos meses, a senadora, Serys Slhessarenko (PT-MS), assim como entidades como a Comissão Pastoral da Terra (Regional 2 Nordeste - Estado da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas) e a Dignitatis - Assessoria Técnica Popular; a Associação Comunitária Kilombo da Família

¹³² Em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=64333&caixaBusca=N> Sítio visitado em 10/02/2017.

Silva; a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP); Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR); o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE); o Instituto Pro Bono, Conectas Direitos Humanos e Sociedade Brasileira de Direito Público; o Centro de Cultura Negra do Maranhão; a Associação dos Servidores da Reforma Agrária (ASSERA); a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); e outros interessados, têm requerido a convocação de audiência pública para se debater melhor o tema da posse de terras por comunidades quilombolas.¹³³

Mesmo diante das solicitações de tratar da matéria, a ADI 3239 só é cogitada de entrar na pauta de julgamento do STF como um dos temas de grande repercussão social, no início dos trabalhos da casa em 2010. Entra o segundo semestre e o tema não circula no plenário para julgamento. O que indica que as forças políticas em volta do assunto não representam um fator de intervenção no andamento dos trabalhos do STF. Desse modo, a politização da judicialização é uma realidade relativa, e que caberia uma atenção voltada para essa relação, o que não é o caso agora.

Enquanto isso por aqui, em 18 de fevereiro de 2009, ocorre outra audiência pública no povoado Brejão (dia 18 de fevereiro), onde contou com a presença da então Procuradora da Fundação Cultural Palmares, o Ouvidor do INCRA, dentre outros representantes do órgão, além do padre Isaías, e, por via dos fatos anteriores, agentes da Polícia Federal estiveram acompanhando o encontro. Tendo sido divulgada a realização da mesma na localidade, a juíza se fez presente com o intuito de ter direito à fala, o que foi questionado pelos quilombolas, tendo em vista sua clara posição contrária ao pleito.

A escola estadual na comunidade estava lotada de famílias quilombolas (os eventos favoráveis aos quilombolas têm este espaço como sede, enquanto que o grupo opositor se vale da escola municipal). As pessoas sentadas assistiram à discussão acerca da liberação ou não da participação da Juíza. Até que uma comissão, composta pela Procuradora, o ouvidor e o representante do INCRA, o padre e o presidente da Associação; decidiram permitir a intervenção da magistrada.

O encontro também teve o objetivo de cadastramento de mais famílias se auto-reconhecendo enquanto quilombolas. Esse aparato de presença é significativo para o gesto da assinatura na lista de integrantes da comunidade quilombola. Simbolicamente esse ato é, na perspectiva do Taylor (recorrendo a Rousseau), uma ação moral:

¹³³ Ibidem.

Rousseau apresenta frequentemente a questão da moralidade como tratando-se de uma voz da natureza dentro de nós e por nós seguida. Essa voz é, muitas vezes, abafada pelas nossas paixões suscitadas pela nossa dependência dos outros, das quais se destaca o *amour propre*, ou orgulho. A nossa salvação moral está na recuperação do contacto moral autentico conosco mesmo. (TAYLOR, 1994, p.49).

O quadro pintado por pressões que as famílias sofreram para não aceitar fazer parte desse movimento mostra o uso da dependência histórica que essa população se mantém perante o poder na região a pelo menos um século. Se desvincular dessas amarras representa o enfraquecimento daquilo que os depoimentos de defesa dos proprietários tradicionais indicavam, ou seja, um apelo moral, um reconhecimento dos “favores” que tais senhores latifundiários destinaram a essas pessoas e seus antepassados.

Atrevo-me a afirmar que a presença da juíza - e sua intervenção foi categórica para isso - teve como objetivo, estabelecer um desconforto para com aqueles que desejassem se cadastrar. Certamente que o cadastramento esteve divulgado antes da audiência. Um trecho da fala da juíza (registrado em manuscrito de campo, pois, não fora elaborada ata da audiência) é categórico na direção da moralidade: “Enquanto moradora e membro desta comunidade estou aqui para defender o bem estar dessa população... o que quero é ver a população de meu povoado com uma vida digna, é isso que minha família sempre fez para todos daqui...”.

Poderia se esperar que diante de todos, a Juíza declarasse a acusação de fraude e “mentiras” que o padre Isaias e os servidores do INCRA – e aqueles a que possivelmente a magistrada se referia enquanto supostamente colaboradores das acusações, estavam presentes -, afinal era sua chance de denunciá-los na presença dos acusados. Mas assim não o fez. O que indica que os espaços de luta são diferenciados e suas narrativas ou discursos seguem os tramites de cada ocasião. Devo ressaltar que a magistrada é herdeira de propriedade, a qual teoricamente estaria na lista dos imóveis destinados a desapropriação, caso o processo siga os tramites definidos em lei. Portanto, amarrar os procedimentos administrativos seria um ganho para os fazendeiros do grupo. E para tanto, quanto mais moradores negando sua participação, mais haveria uma possibilidade de dificultar o andamento. O que não impediria a implementação das políticas públicas, que além de benefícios também servem como mecanismo de legitimação e de adesão.

Então, como em outras ocasiões algumas informações sobre as políticas públicas em decorrência da questão quilombola foram destacadas. O Programa Brasil Quilombola foi ressaltado pela Procuradora como uma conquista das populações afrodescendentes no Brasil, seguindo na direção do “etnodesenvolvimento” como uma prerrogativa do decreto 4.887 que

no seu Art. 19 imputa que: “Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodessenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado...” (BRASIL, 2003).

Segue uma lista dos ministérios integrados ao corpo ministerial do então governo federal e uma série de outros órgãos que deveriam estabelecer tais grupos, uma vez certificados e de posse do título de reconhecimento jurídico, como sujeitos coletivos de direito aos serviços de tais setores. Quer dizer que mesmo antes da definição, posse ou titulação do território quilombola, estes benefícios deveriam atender as comunidades, e assim seriam com o Brejão dos Negros. Ocorre que o referido comitê, na prática, não foi estabelecido e houve a necessidade da assunção do INCRA ao cargo de encaminhamento das cestas básicas, e moradias, possibilidade muito bem vista pela população local, que em grande parte apresenta domicílios com um contingente alto e em situação de precária estrutura.

Por certo, essa audiência foi um ato simbólico que tentou mostrar que a magistrada não teria o poder sobre assuntos de ordem federal como se pronunciou e exaltou na localidade. Pelo que foi possível perceber sua participação teve um efeito negativo aos seus propósitos. Uma quilombola que também foi uma das representantes no requerimento inicial me compartilhou sua sensação depois da audiência:

Tá vendo, quando ela viu a policia federal e a comitiva soube ser educada... achei foi pouco, onde tava os capanga dela? ah! agora eu quero ver quem disse que ela é tão poderosa, diga que os “quilombola” tá fraco... agente vai conseguir nossas terras pra gente plantar e viver nossa vida, vamo ter uma casinha decente (risos) (informação verbal)¹³⁴.

De fato, não visualizei aqueles que são acusados de realizar as ações denunciadas pelos quilombolas. Os partidários do grupo também não se manifestaram como outrora. O cenário parece indicar nova dinâmica na querela.

¹³⁴ Depoimento registrado no dia 18 de fevereiro de 2009.



Foto 4 - Parte externa da escola e veículos da comitiva. (Acervo do pesquisador – 2009).



Foto 5 - Parte interna da escola, com a juíza a frente da plenária se pronunciando (Acervo do pesquisador – 2009).

Uma constatação é certa, esses encontros são representações simbólicas muito marcantes nessa disputa. Fica visível que as esperanças se fortalecem e se renovam do quando

os dias que se seguem. Mas as relações cotidianas são delicadas, pois, o conflito decretou uma cisão na estrutura social local. Existe uma tendência na região de bipartidarismo que coloca essas populações em lados opostos quando se está em jogo o poder municipal. E as representações do antagonismo correspondem a famílias latifundiárias. Normalmente a população se divide, nas eleições, não por partidos, mas por atores integrantes das famílias proprietárias das terras na região. Dessa forma, o que está em ênfase é o acesso a terra, seu sentido de dominação e controle, e tudo o que implica o direito quilombola.

A continuidade dos procedimentos, portanto, também se vestiu de sentidos de poder e justiça, tendo em vista que as forças adversas atuavam na direção do impedimento de andamento do processo. Dessa forma, esta última audiência no povoado ocorreu um dia após ter havido outra audiência pública na sede da superintendência do INCRA, onde agentes envolvidos na contenda se fizeram presentes para preparar o comunicado de retomada dos trabalhos de elaboração do RTID, com a vinda de uma Antropóloga, atendimento concedido pela Direção da autarquia em Brasília, por meio da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. O item 8 (oito) do documento/relatório informa o disposto:

8. Diante disto, como providência para atender a referida demanda e dar celeridade aos procedimentos do processo em tela, considerando o acima exposto, esta Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, providenciará o deslocamento da servidora Ana Lídia Nauar Pantoja, antropóloga, lotada na Superintendência Regional do INCRA em Belém-SR01, na primeira semana de maio de 2009, para a confecção do relatório antropológico da comunidade Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande¹³⁵;

E assim a superintendência comunica a todos os envolvidos e divulga inclusive na mídia tal medida. Um dos meios de comunicação de circulação no estado (e via net) expõe a seguinte chamada: “*INCRA/SE e MPF/SE retomam trabalhos na comunidade quilombola*”¹³⁶. Interessante salientar a atribuição da ação também ao MPF/SE, indicando o protagonismo dos dois setores, administrativo e judiciário, respectivamente. Deste modo, na matéria seus representantes declaram, respectivamente:

Nós iniciamos este trabalho em Brejo Grande com a certeza de que ele ajudará a combater as desigualdades, fomentando mais justiça social na região.

¹³⁵ MEMO/INCRA/DF/DFQ/Nº 173/2009 (acervo do órgão).

¹³⁶ <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=82849> Sitio consultado em 12/01/2017.

É uma missão constitucional do MP assegurar a defesa das comunidades tradicionais. Este trabalho, antes de ser uma mera obrigação, é uma questão de justiça social e de política pública. (ATA DE AUDIÊNCIA)¹³⁷.

O discurso da “justiça social” está presente nos dois lados e serve como um apelo de legitimidade para os interesses em cena. No entanto, o mesmo discurso não significa a mesma abordagem de justiça, se por um lado se fala do justo sendo o melhor para o coletivo, por outro, o justo se encontra no direito individual tendo sua primazia perante o “bem”. Para Michael Sandel (2005) a perspectiva liberalista enfatiza o direito individual, como se fosse possível pensar justiça como um “bem” que não está intrinsicamente ligado ao melhor para o coletivo social. Seguindo uma perspectiva “comunitarista” o autor critica o liberalismo, se inspirando em Hegel, defendendo que uma comunidade se baseia na ética fundamental da vida social.

Esse “bem” como o melhor para o coletivo social está associado a uma forma específica de uma “vida boa” para a coletividade. No caso, o acesso a terra coletivamente corresponde e anuncia essa batalha de noções de justiça no campo das relações políticas.

E a peleja segue, sendo criada mais uma “Comissão Técnica Multidisciplinar - tendo em vista que já tinha sido garantida a vinda da antropóloga -, agora com um prazo de 1 (um) ano para apresentar o RTID¹³⁸.

As dificuldades de continuidade do processo apresentam diferentes naturezas. As idas e vindas da antropóloga seguiram um ritmo não muito favorável para o andamento do estudo. Afinal, como realizar uma investida em campo, o qual se encontra no estado de melindre como se percebe, para se aproximar dos moradores, ouvir suas narrativas, seguir aos locais de referência para delimitação, realização de pesquisa documental, e tantos outros recursos de produção de dados, tendo o pesquisador que prestar serviço em duas realidades diferentes e distantes?

O INCRA garantiu sua presença, mas não sua permanência no estado. No mesmo período estava em fase de finalização do RTID da CQ Luziense, e acabara de perceber que a etnografia clássica da antropologia não se aplica nestes trabalhos, pois, eu por exemplo, só visitava o campo nos finais de semana, por ter que dar conta da atuação enquanto professor na UFS. Essa condição dificulta o alcance do entendimento de algumas “categorias nativas”, tais como as relacionadas a religiosidade. Buscando indícios dos cultos religiosos de matriz africana, não tinha me dado conta de que a pessoas que me recebia em sua casa era a fonte de

¹³⁷ Cf. Ata da Audiência.

¹³⁸ Cf. “ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-23/SE/Nº67 DE 04 DE MAIO DE 2009” (Acervo do órgão).

tais informações. Porém, na ocasião fazia parte da religião evangélica predominante na localidade (Rua da Palha), e, sob indicação do pastor, procurava ocultar esse passado. Interpretei a situação como uma falta de confiança, de conquista, o que só é possível com a permanência em campo.

E justamente por conta dessa condição, o relatório antropológico não foi concluído dentro do prazo. Problemas específicos gerados pelas circunstâncias impediram a continuidade do estudo, e o prazo expirou, mas nada de RTID.

Contudo, imagino que já se interprete que a “luta pela terra”, mesmo tendo um grupo vigente, não está condicionada à identidade, ou mesmo, a demarcação de um território. O acesso a terra sim, então a luta se concentra na desapropriação da fazenda Batateiras e da fazenda São Francisco (Capivara).

Deste modo, com ou sem RTID concluído, o que importa é garantir a apropriação territorial. A consumação da propriedade se torna algo secundário, afinal, se entende que ter a posse não depende da escritura. E assim, as atenções se voltam para os processos administrativos 5430.001357/2005-49 (Fazenda Batateiras) e 1.35.000.000827/2007-27 (Fazenda São Francisco). Com o processo de desapropriação já adiantado a fazenda Batateiras se encaminhava em 2009 para o agrupamento do Brejão, mesmo sob contestação como exposto acima. Por outro lado, com um quadro de conflito acirrado, o agrupamento da Resina (Saramem) segue na mesma direção e concentra suas energias na demarcação das terras da União, o que acarretaria na desapropriação da fazenda Capivara e o consequente acesso a esta propriedade.

O próprio INCRA e o MPF apontam para reforçar essa frente. Deste modo, segue-se uma série de encontros, reuniões e audiências, tendo como pauta esse processo. Já se tinha deliberado que a GRPU/SPU faria o trabalho de demarcação para tal fim, no entanto, até meados de 2009 o referido mapeamento não tinha sido efetivado. Com isso, representantes do agrupamento da Resina, a Cáritas Diocesana de Propriá (na figura do padre Isaias), INCRA e MPF realizam uma primeira reunião no MPF onde foi apresentada e discutida a situação e solicitada alguma medida de benefício para tal grupo. A intervenção do padre Isaias resume a demanda:

Inicialmente pelo Pe. Isaias foi dito que o pessoal da Comunidade Resina está aguardando uma resposta da GRPU, no entanto pelo tempo decorrido vem solicitar que seja permitido o uso das lagoas pelo pessoal da comunidade, bem como a permissão para a instalação da energia elétrica.

Informou que a empresa de energia elétrica foi impedida de entrar na área...¹³⁹

Ainda ficou deliberado que seriam encaminhados ofícios a GRPU e NORCON para comparecerem a outra reunião. Pelo que se pode ver o acesso às lagoas é uma forma de a comunidade demarcar sua conquista. Estavam em jogo as ações que os funcionários da fazenda, supostamente para beneficiar os interesses da empresa, cometiam contra os quilombolas da Resina, - impedindo a instalação da energia elétrica que daria melhores condições de habitação na área para os moradores - os afastando da propriedade, até mesmo com expulsão literalmente, como já foi aqui colocado; e o avanço da pauta de construção territorial quilombola, além de benefícios voltados para o grupo.

Na reunião seguinte estavam presentes os representantes da GRPU e da NORCON, atendendo ao ofício emitido pela Procuradora Regional da República. A representação da GRPU iniciou as falas informando que “o processo de demarcação da área foi concluído pelo INCRA...”, mas seguiu apresentando uma série de trâmites burocrática que demonstra que o pleito não seria atendido a contento do ponto de vista de sua urgência.

Mas, por outro lado, um alento foi declarado pela representação do IBAMA, no tocante o acesso as lagoas:

Pelo IBAMA foi dito que não há dúvida que as lagoas pertencem a União; que no referido órgão existe um procedimento de retomada das lagoas; que o IBAMA pode retirar as cercas que foram colocadas para barrar o acesso as mesmas; que o IBAMA irá orientar a comunidade sobre como poderão explorar as mesmas¹⁴⁰.

Mediante as colocações acima, ficou deliberada a realização de uma reunião na própria comunidade, para o dia 22 de setembro de 2009, na ocasião será comunicado a permissão do acesso as referidas lagoas. No órgão não se encontra registro da reunião mencionada, mas houve o andamento do que ficou encaminhado. Os integrantes do agrupamento passaram a ter acesso às lagoas iniciando plantações de arroz, cultivo tradicional na região. Esse avanço foi um prelúdio da apropriação territorial, que passou a depender da conclusão da demarcação, mais especificamente, a parte administrativa atribuída à GRPU, para o que tange a definição das áreas da União.

¹³⁹ Cf. ata de “vinte e quatro do mês de agosto do ano dois mil e nove, com a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão” (acervo do órgão).

¹⁴⁰ Cf. “ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-23/SE/Nº67 DE 04 DE MAIO DE 2009” (Acervo do órgão).

Tendo em vista a demora em tal procedimento, o MPF aciona, já em janeiro de 2010, os agentes envolvidos, mais uma vez, para que “... sejam definidas as próximas medidas a serem tomadas para a resolução do impasse com referência à região.”¹⁴¹

Como uma medida de resolução do problema, e atendendo a expectativa de acesso a terra, por parte do grupo quilombola da Resina, o INCRA emite um ofício para o Advogado-Chefe da Procuradoria da União em Sergipe, onde contextualiza o processo de regularização fundiária da CQ Brejão dos Negros e comunica o caso específico da Resina, destacando o acirramento do conflito perante o impedimento de acesso a tais lagoas, localizadas em área já comprovada como pertencente à União.

Para que se possa ter uma ideia da dimensão do caso para o órgão, a sua intenção de resolução de conflito, ou de garantia de acesso a terra, ou ainda de cumprimento às cobranças que o órgão vinha sofrendo, é que no texto do referido documento apresenta-se uma passagem onde o uso dos argumentos falha com o real quadro do processo. No item 4 (quatro) afirma:

Ademais, urge também anotar que a dita área desta Comunidade encontra-se **contida no perímetro do Território Quilombola da Comunidade Brejão dos Negros** (*grifos meus*), cujo processo administrativo/INCRA n.º 54.370.000.952.2006-48 se encontra na fase de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, com prazo de encerramento para o 1º. Semestre de 2010.¹⁴²

Pois bem, na ocasião não existia um “perímetro do Território Quilombola”, o que veio a ser conhecido apenas em 2013, quando o Relatório Antropológico foi concluído, e posteriormente publicado (como veremos abaixo). O que havia era uma suposição. Ora, será que essa contradição não seria percebida na continuidade dos autos do processo, correndo na justiça?

O documento é “batizado” de “Subsídios para Ajuizamento de Ação de Retomada das Áreas Públicas”, logo, pretende apresentar elementos para justificar a ação da justiça. No seu último parágrafo, o superintendente da autarquia conclui:

Ante o exposto, solicitamos a Vossa Senhoria, adotar as medidas necessárias para que a população tradicional do Povoado Resina tenha *acesso* [grifo no original] e *uso* [grifo no original] **provisório** de uma área de 172, 1396 há nos limites da faixa de LMEO, até que seja concluído o procedimento administrativo de reconhecimento da Gerência Regional do Patrimônio da

¹⁴¹ Fala do Procurador da República Pablo Coutinho, Cf. ata da reunião ocorrida “Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e dez...”. (acervo do INCRA).

¹⁴² Ofício/INCRA/SE/G/F/n.º 69/2010. (arquivo do INCRA).

União em Sergipe – GRPU, para plantio de culturas de subsistência e evitar o acirramento do conflito entre os nativos e fazendeiros da região (informação verbal, grifo nosso)¹⁴³.

Fiz o destaque no termo “provisório” pelo fato de se ter encaminhado uma medida que não estabelece a garantia da posse, nem mesmo do uso contínuo, pois, sem tal procedimento administrativo efetivado, o que garante a permanência da comunidade com o direito de acesso e uso da referida área? Trata-se de uma medida que pressupõe uma decisão judicial para que seja aplicada. Assim sendo, os trâmites de jurisprudência podem requerer tempo, até que se esgotem todos os recursos cabíveis nesse tipo de querela jurídica, muitas coisas podem acontecer. Com os ânimos acirrados o ambiente se torna um fator de resistência interna. Consequentemente o enfraquecimento do movimento passa a ser uma possibilidade. Esses ganhos e perdas são característicos dessa dinâmica que promove os avanços e recuos das linhas demarcatórias. Os limites oscilam demonstrando que a configuração de um território é também, provisória.

Seja como for, tal encaminhamento soa com forte apelo simbólico perante a “luta pela terra”. Não se pode negar que mesmo que de forma provisória, ter o acesso a esta área, a esta propriedade é um marco na história da conformação territorial da região. Sem precedentes haver um grupo social, coletivo, formado por pessoas oriundas de famílias simples, ser pretensos proprietários de grandes glebas de terra. E de terras que têm um significado marcante nas relações sociais desta população atrelado aos papéis sociais, que ao longo dos tempos vêm definindo a posição das pessoas. Sistema que agora, de certa forma, encontra-se ameaçado.

Se a terra é como se um alicerce, uma base dessa estrutura social, sua importância explica os esforços dos lados envolvidos na disputa. Os grupos continuam buscando forças para enfrentar o andamento do processo. A luta segue interna e externamente, mobilizando novos agentes e novas articulações políticas para se inserirem no caso.

Até então o avanço eminente do movimento no sentido da apropriação territorial sinaliza perspectivas positivas para o acesso a terra. As forças dos operadores do direito que foram acionadas apontam para a formação de dois núcleos distribuídos dentro da área que compreende a propriedade mais tradicional da região. A fazenda Batateiras que já fez parte da fazenda São Francisco (Capivara/Resina), são ligadas às famílias mais tradicionais do município, sua posse é importante para o sucesso dos esforços dos dois lados.

¹⁴³ Ibidem.

O terceiro ato trará o desenrolar dessa contenda – e por que não chamar de negociação? -, ao passo que analisa os primeiros rumos da “demarcação” do território pleiteado. A elaboração do RTID continua em suspensão, uns lutam pela sua continuidade, outros para impedi-la. Vejamos como no acender das luzes as disposições irão conduzir essa peleja.

4.3 3º Ato: Novos agentes sociais em palco e a identidade quilombola sob suspeita.

Interessante observar que nos anos de 2008, 2009 e 2010 nenhuma CQ foi reconhecida no estado. Mas certamente o período foi bastante agitado em termos de encontros institucionais nos âmbitos administrativo e judicial. No que tange ao processo de regularização fundiária do território quilombola, os novos prazos estipulados para a elaboração do RTID foram expirados, mas não foram concluídos os trabalhos.

Portanto, com o travamento do andamento dos estudos para construção do RTID e a necessidade de agilizar os tramites jurídicos, os grupos em torno da causa quilombola se lançam em busca de novas forças, articulações e estratégias para garantir o acesso a terra. Deste modo, e deste lado, entram em cena o Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH - e o Instituto Braços - IB.

Com a notoriedade que o caso ganhou, sendo veiculadas em rede nacional matérias sobre o referido processo, a iniciativa mais prudente de se adentrar nesta celeuma, segundo o fundador do IB que também é integrante do MNHD/SE, foi realizar uma audiência pública com todos os órgãos que estão de alguma forma ligados ao assunto. A referida audiência ocorreu no dia 29 de abril de 2011, no auditório do Sindicato dos Bancários em Aracaju (capital do estado), e questionado se era a primeira ação voltada para a questão quilombola, responde:

Foi, marcou a entrada do IB na questão... teve a procura do padre Isaias que veio conversar com agente né. Ai vinha a ponte com o gabinete de Ana... com a Deputada Ana Lúcia, ai passava pra cá a pressão pra gente dá uma maior atenção. Então agente decidiu ouvir os órgãos... agente teve lá em reunião logo depois daquela tentativa de linchar o padre... teve a situação no Fórum da cidade, teve a audiência... então agente foi ver se constrói o mínimo de convergência entre a atuação de cada um, pra partir daqui agente saber como caminhar. Foi quando realizamos em contato com os órgãos federais a audiência onde agente reuniu as comunidades ali do baixo São Francisco, mas também houve outras comunidades, até porque **já havia a eminência do conflito, ele se propagar em outras comunidades**. Isso marcou a nossa entrada, a partir daí foi se estreitando cada vez mais a

relação com as comunidades do baixo São Francisco, notadamente o território do Brejão. Então o que eu consigo lembrar (informação verbal, grifo nosso)¹⁴⁴.

Sua fala retrata que foram acionados pelo padre Isaías. De fato, sua articulação com entidades da sociedade civil é notória, mas também suas relações com políticos parlamentares ligados ao PT. É daí que se apresenta a referência da deputada estadual Ana Lúcia como uma figura presente e acionadas nas reivindicações quilombolas.

Enquanto integrante do MNDH/SE¹⁴⁵ me fiz presente acompanhando as intervenções e fazendo registro do debate. É importante frisar que não se tratava de uma ação voltada especificamente para a CQ Brejão dos Negros, como também havia a iminência do conflito em outras comunidades, a solenidade reuniu integrantes de dezessete CQs, que puderam relatar as dificuldades que cada uma vem enfrentando na “luta pela terra”, consequentemente na construção dos seus territórios quilombolas.

Foi, portanto, uma espécie de “ouvida” das comunidades. Compondo a mesa estava presente um conjunto significativo de autoridades que atuaram como tais no período em voga. Fizeram-se presentes: Carlos Alberto Júnior, ouvidor da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) da Presidência da República; Bruno Teixeira, ouvidor nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Deputado Federal Domingos Dutra (PT/MA), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Carlos Augusto Monteiro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe (OAB/SE); Jorge Tadeu Correia, superintendente em Sergipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); a deputada estadual Ana Lúcia Menezes (PT) e o secretário de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Iran Barbosa, que na ocasião também representou o governador Marcelo Déda.

Participaram também da audiência Maria Normélia de Melo, representante do Comitê Gestor das Comunidades Quilombolas de Sergipe; Paulo Mary, coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas de Sergipe (Conaq-SE); Carlos Fontenele, do Incra/SE; e Robson Anselmo representando o Instituto Braços; além de Lídia Anjos articuladora do MNDH em Sergipe.

Iniciou-se ouvindo os representantes quilombolas. Foram muitas falas, de modo que elenco abaixo as várias demandas apontadas pelas CQs de Sergipe como reivindicações:

¹⁴⁴ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

¹⁴⁵ Onde representava a Associação Abaô de Arte-Educação e Cultura Negra, entidade voltada para a luta contra o racismo e a defesa dos direitos da população afro-brasileira.

regularização urgente de suas terras; com contratação de antropólogos pelo Incra para os estudos técnicos de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo; construção de escolas e contratação de professores quilombolas; programas de saúde para as comunidades, assim como o combate à discriminação no atendimento nas unidades do SUS; estudo técnico para combate à desnutrição infantil; acesso a recursos hídricos; construção de casas populares; projetos de fomento e fortalecimento da cultura quilombola; financiamentos e projetos de desenvolvimento para as comunidades, combate à discriminação e à violência contra os quilombolas; segurança às lideranças ameaçadas de morte, entre outras reivindicações.

Como se percebe foi um leque extenso de exigências que envolvem não só a questão territorial – onde pretendo me concentrar no relato -, mas também as políticas públicas em volta do Programa Brasil Quilombola. A falta de antropólogo no INCRA foi bastante enfatizada, fator operacional em deficiência dos procedimentos que o órgão vem enfrentando.

O ouvidor da SEPPIR, Carlos Alberto Júnior, reconhece que existe uma dívida grande de sua secretaria para com as comunidades quilombolas de Sergipe e que o Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, deveria está sendo efetivado no Estado. Declara que ser inadmissível que das 17 comunidades já reconhecidas, nenhuma tenha sido ainda titulada. Titulação que é representa a posse, pretensamente, definitiva da terra.

O ouvidor da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos menciona que uma equipe da secretaria já esteve em Sergipe e coletou várias denúncias de ameaças a quilombolas e lideranças locais na região do Baixo São Francisco. O que pressupõe a implantação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, para coibir as ações contra os quilombolas.

Ao que parece as notícias de agressões e ameaças na CQ Brejão dos Negros fizeram eco na mesa. Esse fato, fica entendido que colabora na cobrança de realização dos procedimentos administrativos para efetivação da posse da terra. A cada intervenção a posição do INCRA fica cada vez mais evidente, é um dos principais alvos.

Na fala do presidente da seccional Sergipe da OAB, Carlos Augusto Monteiro, fica colocada a Ordem à disposição da luta quilombola em Sergipe. No que tange o caso aqui estudado esse acompanhamento não se consolidou, ao que venho testemunhando, em poucos espaços do âmbito judicial houve representação presente da OAB. Talvez pela natureza da matéria.

Carlos Fontenele, do Incra, ressalta a necessidade de garantir o quanto antes, a certificação das CQs, pois, a titulação pode representar um alento e assim melhorar as

condições de vida dessas populações. Salienta que as comunidades saibam da existência de agentes que atuam na defesa da garantia do direito a terra. Ao que parece o MPF seria a sua indicação.

Sobre a “luta pela terra” a deputada Ana Lúcia considera ser a mais difícil, tendo em vista que o movimento quilombola se depara com proprietários que muitas vezes usam da violência para afugentar as investidas das comunidades. Como ela já vem acompanhando o caso especificamente, considera que a coragem destes homens e mulheres de enfrentar os fazendeiros é que proporcionou a organização desta audiência. E que por todo Brasil estão sendo mobilizadas forças para defender os direitos quilombolas.

Outro a enfatizar o aspecto fundiário foi o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, deputado Domingos Dutra (PT-MA), defende que os quilombolas têm direitos assegurados pela Constituição e que como tais precisam ser efetivados. E o direito a um território, que frisa ser diferente de terra, como em passagem declarada “Nós queremos um território, que nos garanta o direito de mantermos nossa vida e nossa cultura, preservando as nossas raízes e as nossas crenças”. Essa ideia que vincula território a preservação cultural é muito presente na fala de parlamentares defensores da bandeira, mas ao mesmo tempo remete a uma identidade substancializada. Como se a identidade fosse o que move a “luta pela terra”, mas estamos entendendo que a “luta pela terra” é que direciona construção das identificações.

Por outro lado a fala do parlamentar federal trouxe aspectos importantes para esta pesquisa. Destaca que a conquista dos direitos quilombolas, entre eles o direito a terra, será assegurado com a conquista do apoio da sociedade, dos políticos, dos governos e do judiciário, o que ele considera o mais difícil. E lembra que o momento é oportuno para o avanço nas conquistas, e em especial para Sergipe, pois, a nível federal como estadual são governos democráticos, e ter o executivo a favor é um fator favorável.

Ideia seguida pelo então secretário dos Direitos Humanos, Iran Barbosa, que coloca a secretaria à disposição para articulação e mediação perante outras secretarias, para que a estrutura do estado contribua com a luta desses grupos.

Este acontecimento teve uma grande repercussão dando maior visibilidade do assunto perante a sociedade, fortalecendo o movimento interno de luta. No entanto, várias autoridades acionadas, mobilizadas, articuladas; parlamentares do âmbito federal e estadual; órgãos do executivo federal e estadual; instâncias do poder judiciário; entidades ligadas a defesa dos Direitos Humanos... teoricamente somando forças para agilizar o andamento dos procedimentos regulatórios do território quilombola – além, é claro, de uma vasta lista de

demandas das CQs de Sergipe, mas, como ficou claro nas intervenções, nos encaminhamentos, o caso do Brejão dos Negros era o foco, a razão de acontecer tal audiência foi o quadro de conflito que colocou em suspeita a capacidade de cumprimento das atribuições legais. Levanta a ideia de que esse direito consiste em uma medida textual, presente no direito legal, mas distante do direito real.

Essa realidade contatada permite questionar quais seriam de fato as causas, a sustentação dessas barreiras que dificultam a aplicabilidade deste ordenamento jurídico? Até mesmo o MPF é posto em dúvida acerca de sua funcionalidade, por outro lado, como ressalta o coordenador do IB:

Uma coisa que agente se apegou muito, foi sempre o papel do MPF, que pra nós sempre mostrou uma posição mesmo constitucional, da defesa das causas quilombolas, pelo menos ali naquele território, não sei dizer que é uma prática comum em todos os territórios, ou que todo MPF tenha essa postura, mas pelo menos nesse momento que agente acompanha a questão do território do Brejão, com os procuradores que agente dialogou até então, esses conseguiram uma perspectiva, uma atenção, e criou na comunidade uma confiança no MPF como instrumento de defesa, e o nosso papel basicamente na assistência jurídica, foi fazer essa ponte: comunidade – MPF... pra comunidade era difícil estabelecer essa ponte, agente fazia, agente tinha maior facilidade, o nosso trabalho ele canalizou nessa perspectiva de canalizar essa relação, e dá subsídios que o MP pudesse estar atuando com maior eficácia, eu diria assim, junto a comunidade, porque é o órgão constitucionalmente definido para fazer a defesa, então não cabia a nós fazer isso né? No máximo agente acompanhou algumas audiências, mas sempre o titular de qualquer questão, de qualquer querela, foi o MPF... (informação verbal)¹⁴⁶.

Este caso tem demonstrado que os encaminhamentos do MPF cobrando o desempenho do papel dos setores públicos responsáveis pelos procedimentos não implica efetivação dos mesmos. Bem nos termos da lei a atribuição de defesa judicial dos sujeitos coletivos deste direito, está prevista no transcorrer do processo ao INCRA, conforme o Art. 15 do decreto: “Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.”. E uma vez titulada fica a cargo da FCP essa defesa¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Depoimento cedido em 11 de fevereiro de 2017.

¹⁴⁷ Cf. Art. 16 do decreto: “Após expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.”

Em que pese as atribuições administrativas o INCRA demonstra suas limitações, na área jurídica então as CQs ficam desamparadas. No entanto, a entrada do IB no caso Brejão dos Negros veio na direção de preencher essa lacuna também. O instituto passa a prestar uma assistência jurídica à comunidade destinando uma advogada para acompanhar o processo. Esta por sua vez tem um entendimento muito oportuno e interessante sobre a matéria:

Agente já tem bastantes leis, o que falta realmente é efetivar, eu inclusive sou contra a edição de novas leis, na maioria dos casos. O que eu acho é que em relação aos procedimentos de demarcação de territórios quilombolas, há falhas enormes, em relação aos prazos, que não há. A vagueza de vários termos que é até bastante comum no direito. Se você compara com a questão da reforma agrária, é muito grande a diferença. Na Reforma Agrária há um cuidado maior no estabelecimento dos prazos pra dar resposta, e quando você não dá resposta nos prazos pra julgar recursos, isso pode durar 10 anos, que é o que acontece, isso é inadmissível. Mas com relação a questão quilombola há um respaldo jurídico pra que isso aconteça. E no decreto, a falta de uma lei... por exemplo, essa Ação Direta não é de hoje, é de 2009 ou 2010, que ela foi dada entrada. Nesse tempo – agente já tá em 2015 – nenhuma lei foi editada. Então se esse decreto for declarado inconstitucional, acabou! E não há nada pra substituir, pra evitar... porque a questão toda é que o poder executivo tá agindo além do que ele pode. Uma das grandes questões é essa. O poder executivo está atuando sobre processo civil que não pode, sobre uma série de searas que fogem do poder executivo, e uma lei supriria isso. Não há uma movimentação pra que haja a substituição desse decreto por uma lei que fortaleceria muito mais. Então, nesse sentido eu acho que há um problema muito grande. Por mais que existam outros dispositivos que agente poderia usar na Constituição que poderia suprir isso, só que não deixaria tão claro (informação verbal)¹⁴⁸.

A avaliação acima é categórica no que tange sua pontualidade no aspecto dos prazos. Este ponto é um recurso que acaba sendo contado por parte daqueles que são contrários ao pleito. Em interpretação aligeirada poderia indicar que é resultado das forças antagônicas atuando para a lentidão do processo, mas o estudo já demonstrou que são vários fatores, diferentes contextos estipulam condicionantes específicos. Deste modo, se assim o for será necessária uma relativização dos espaços judiciais e administrativos, tendo em vista, por exemplo, como já foi dito o quanto a ADI 3239 perdura em trânsito no STF. Isso comprova que o peso do fardo da demora é sentido dos dois lados. De fato, em algumas instâncias as decisões são tomadas com mais agilidade a depender da matéria, dos interesses, das mobilizações políticas. Como bem salientado pelo interlocutor militante do MNDH e IB, “... não dá pra ficar apostando somente no jurídico, a intervenção política é fundamental.”

¹⁴⁸ Depoimento cedido em 20 de setembro de 2015.

De qualquer modo, lento ou “quase parando” existe uma expectativa real da continuidade do processo, demonstrando que os procedimentos iniciais foram legitimados e legalizados, ou seja, que fica descartada a ideia de fraude defendida pelo grupo da juíza nestas instâncias. Sendo assim, esta aliança decide se concentrar na deslegitimação da identidade quilombola, questionando se haveria no passado a existência de algum “quilombo” na região, chegando a colocar em dúvida se houve escravos um dia trabalhando nas terras em questão. E até deixar clara a ênfase nessa frente, outros vieses foram recorridos, como se levantando novas suspeitas.

Um documento protocolado no INCRA em 16/04/2009, enviado ao superintendente da autarquia, supostamente dos posseiros que estavam alocados na área da fazenda Batateiras, que segundo estes, a propriedade tinha sido cedida pelo proprietário para que algumas famílias tivessem acesso às terras com o intuito de produzir. Tal notificação datada de 02 de abril de 2009, foi assinada por 17 pessoas que solicitam ao órgão que o procedimento de cadastramento seja realizado pela prefeitura por conta da possibilidade de se fazer a real “JUSTIÇA SOCIAL”, entendem que existem oportunistas no grupo que move a ação, e apontam para acusações comuns aos integrantes de grupos de sem terra, ao passo que declaram ter sido um erro do INCRA o cadastramento:

... nossa terra vendida pelo proprietário para nos beneficiar, e que poderá ser entregue a invasores que nem da região são, ou a pessoas que não trabalham no campo, como é o caso de alguns acampados, prejudicando os verdadeiros donos da terra, aqueles que nela trabalham e dali tiram o seu sustento¹⁴⁹.

A estratégia de deslegitimação do movimento de “luta pela terra” sugere a ideia de permanência, ou seja, aponta para o entendimento de que o direito só seria legítimo para aqueles que se encontram produzindo na terra. De certa forma é um aspecto pautado pela ADI 3239, a qual entra em cena no plenário do STF em 25 de março de 2015. No texto do julgamento se ler as alegações de inconstitucionalidade apresentada pelo autor da ação (DEM). Destaco dois pontos que se relacionam com a disposição do território pleiteado, questionando, em entre linhas, a dimensão das extensões de terras que são deferidas em nome das CQs.

(i) em seu art. 13, ao prever desapropriação a ser levada a efeito pelo INCRA “*caso as terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas localizem-se em área de domínio particular*”, quando, na dicção

¹⁴⁹ Documento de acervo do INCRA.

do
 art. 68 do ADCT, “*é reconhecida a propriedade definitiva*”. Assim, se “*as terras são, desde logo, por força da própria Lei Maior, dos remanescentes das comunidades quilombolas que lá fixam residência desde 5 de outubro de 1988*”, não haveria falar “*em propriedade alheia a ser desapropriada para ser transferida aos remanescentes de quilombos, muito menos em promover despesas públicas para fazer frente a futuras indenizações*”. O papel do Estado, acentua, “*limita-se, segundo o art. 68 do ADCT, a meramente emitir os respectivos títulos*”.

E mais:

(iii) nos §§ 2º e 3º do mesmo art. 2º pela “*excessiva amplitude e sujeição aos indicativos fornecidos pelos respectivos interessados*” a que condiciona a “*caracterização das áreas a serem reconhecidas aos remanescentes das comunidades quilombolas*” diante. Pontua que “*a área cuja propriedade deve ser reconhecida constitui apenas e tão-somente o território em que comprovadamente, durante a fase imperial da história do Brasil, os quilombos se formaram*”.¹⁵⁰

No primeiro item a tentativa de isentar as propriedades privadas sujeitadas ao processo de desapropriação segue na direção de defender o direito ao bem individual, que como se entende aqui, se contradiz com o sentido de propriedade coletiva fruto da noção de justiça que adota o “bem comum” como princípio fundamental. Esse suplanta até mesmo o ato de desapropriar uma propriedade que não apresenta a modalidade de usucapião por parte dos requerentes, como também se atende a função social da terra? Sim, e por essa razão as indenizações são as contrapartidas diretamente pautadas na compensação do espólio. No caso Brejão dos Negros as indenizações aos supostos proprietários poderão ser significativamente diminuídas, tendo em vista que não se indenizam a “posse” de terras da União, e sim apenas as benfeitorias. Ou seja, além de ficar desprovido do bem material terra, o fazendeiro receberá uma contrapartida que pode não ser a contento.

Aspecto que deixa o tema ainda mais instigante. É um elemento que acirra e motiva a contradição em cena, pois, certamente os valores que a empresa (NORCON) pagou às terras compradas na região não levaram esse critério em conta.

¹⁵⁰ Disponível em www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiasNoticiasStf/anexo/ADI3239RW.pdf Sítio consultado em 03/02/2017.

No segundo item, acima citado, o autor recorre a um critério desencontrado das discussões acerca da etnicidade e o entendimento sobre uma de noção atualizada (não passadista) de quilombo - o que foi discutido na introdução deste trabalho – o que restringiria o tal direito às comunidades formadas até o Brasil Império. A expectativa neste tocante continua a mesma, ou seja, a de diminuição da extensão das áreas, dos territórios.

A possibilidade de deferimento ao pedido de inconstitucionalidade é latente. Se a judicialização é um fenômeno interligado a politização dos direitos sociais, a mudança de governo se configura em esperança de sucesso à ADI. Possivelmente essa expectativa esteve presente nas reflexões e sistematizações das ações dos grupos. A cobrança por agilidade, e assim, se valendo de um governo federal favorável aos processos, se confronta com a morosidade que pode levar a matéria para a pauta de um governo não simpático à consumação dos territórios quilombolas.

Deste modo, as esferas judicial e parlamentar são espaços acionados pelas partes em torno da questão quilombola. Afinal, terra é o centro de boa parte do sistema econômico – agroexportador - no Brasil, o que faz com que os representantes legislativos defendam seus correligionários. Deste modo, a juíza recorre, também, à Brasília e aciona o Senador Ronaldo Caiado do DEM, o qual faz parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e é solicitada¹⁵¹ uma ouvida para apurar as supostas fraudes em torno do processo.

Na audiência pública solicitada, a juíza tenta mostrar os indícios da suposta fraude de elaboração do requerimento, isso tendo como alvo o padre... o outro acusado foi o INCRA de supostamente declarar para a população que seria cadastramento para recebimento de cestas básicas, mas se tratava de cadastramento quilombola, como auto-definição. Na sua intervenção a juíza segue elencando passagens onde supostamente o padre e a então presidente da Associação se valeram de “mentiras” perante os moradores do povoado. E que, em acordo com o INCRA, é encaminhada a desapropriação da fazenda Batateiras como uma tentativa de fortalecer o movimento.

Até então nada de novo, mas outro elemento na contestação da magistrada chama atenção. É posto em suspeita a identidade quilombola, que teria sido legitimada por tendência ideológica da antropóloga que elaborou tal peça do RTID. Assim declara: “Ora, como um juiz, que não conhece a região, diante de um quadro pintado pela antropóloga que diz que

¹⁵¹ Requerimento N° 64 de 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/08/comissao-quer-esclarecer-denuncia-de-fraude-em-delimitacao-de-area-quilombola>. Acesso em: 21 set. 2016.

realizou um estudo e identificou que ali há uma comunidade quilombola, vai dizer que não é? É claro que ele vai dizer”¹⁵².

Ser ou não ser quilombola não atende a uma interpretação do pesquisador, essa era uma prerrogativa dos laudos periciais, o que se apresenta nestes processos são “relatórios” de demarcação e delimitação. Uma vez certificada o papel do antropólogo é puramente estabelecer por meio de um estudo os marcos limítrofes do território quilombola. Certamente, seguindo o que defendo aqui, a definição de um território não obedecem apenas os tramites de uma análise antropológica das “categorias nativas”, mas isso não quer dizer que se trataria de uma comprovação, de um documento legitimador da identidade quilombola. Os laudos periciais depois da CF/88 foi o mecanismo de prova que se atentou para dois aspectos, conforme explica Lúcia Andrade (1994, p. 90):

O laudo antropológico em preparação deverá responder duas ordens de questões. Em primeiro lugar, deverá comprovar a ascendência destas comunidades, uma vez que o direito à terra advém da condição de “remanescente de quilombo”. E em segundo lugar, o laudo deverá determinar a área de ocupação dessas comunidades, ou seja, aquelas terras que deverão ser tituladas pela União.

Sendo suplantado pelo critério da auto-atribuição presente no decreto 4.887, o laudo perde a primeira prerrogativa acima listada. Cabendo a este o que autora apresentou como a definição da “área de ocupação”, o que entendemos como “território”. Levantar a possibilidade de uma identificação forjada demonstra que pode haver limites no alcance de entendimento do assunto. Mas, o que está em jogo talvez não seja o alcance do entendimento, mas sim as possíveis perdas materiais e simbólicas de poder.

Na fala da procuradora Livia Tinoco é retomada a questão da indenização dando medidas e percentagens referentes ao território, que na ocasião já se sabia sua dimensão e foi apresentada:

Estima-se que a área pública, quando completamente identificada por meio da LPM, porque a SPU terá que fazer esse trabalho lá antes que o Incra comece a fase de indenização... Estima-se que a área pública, quando a LPM for traçada, chegue a 3,7 mil hectares desse território, que é solicitado pela comunidade Brejão dos Negros. Isso abrange 45% da área, ou seja, estima-se que 45% da área que essa comunidade pleiteia hoje será de área pública, quando estiver delimitada a LPM.

¹⁵² Ata da 43ª reunião (extraordinária) da comissão de agricultura e reforma agrária, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 55ª legislatura, realizada dia 5 de novembro de 2015.

Hoje, 85% dessa área em que há propriedades registradas pertencem a três famílias: família Machado, família Góes e família Martins. Essas áreas serão indenizadas, e não será pago, obviamente, o valor da terra nua, porque é assim a legislação estabelecida pelo próprio Congresso Nacional. Elas não serão indenizadas pela terra nua, mas apenas pelas benfeitorias de boa-fé, porque se trata de terra da União. É esse o motivo de todo o conflito¹⁵³.

Considerando a assertiva da procuradora o descontentamento dos proprietários gira em torno dos valores que alcançariam, ou alcançarão as indenizações. Porém, não posso negar os valores simbólicos que tenho enfatizado. As famílias citadas permanecem na manutenção da disposição deste território na região como uma garantia de sua posição perante a estrutura social implantada desde o século XIX. Essa destituição não atinge apenas cifras financeiras, alcança também uma moralidade em torno da terra que sustenta o quadro político do município, influenciando o acesso ao poder público. Seria uma derrota, um enfraquecimento, ao passo que se abriram as portas para o surgimento de novas referências. Realmente as implicações explicam o apelo e as posturas dos personagens atuantes no caso diretamente.

A contragosto dessas famílias esse território pleiteado, construído, negociado, brigado vem tomando forma ao longo dos embates. Nas idas e vindas das decisões judiciais, na potência das forças políticas que faz mover cercas e nas relações internas que definem a configuração do acesso e uso do território; dispositivos que atuam na consumação da apropriação territorial, definindo o desenho do perímetro territorial desta comunidade.

¹⁵³ Ata da 43ª reunião (extraordinária) da comissão de agricultura e reforma agrária, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 55ª legislatura, realizada dia 5 de novembro de 2015.

5 A “TERRITORIALIZAÇÃO” E SUAS NUANCES RELACIONAIS.

Uma vez que a questão quilombola além de promover visibilidade social de tais grupos, estabelece transformações na estrutura fundiária brasileira, se faz pertinente se atentar para uma noção de território. Neste tocante, uma vez que estou abordando o território como um processo de construção, corroboro com a proposta de João Pacheco de Oliveira (1999, p.25-26) quando entende por *territorialização*:

É uma intervenção da esfera política que associa - de forma prescritiva e insofismável - um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse ato político constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica (OLIVEIRA, 1999, p. 25-26)

Mas o autor ainda entende que existe por traz dessa criação um *processo de territorialização* que consiste na outorga de um objeto político-administrativo que estabelece uma organização coletiva dotada de mecanismos de identificação e decisão. Cria-se uma representação que se pretenda vincular-se a traços culturais específicos. Desse modo, como ressalta Alfredo Wagner acerca de tais processos, baseado na assertiva legal das “terras tradicionalmente ocupadas”; diferentes territorialidades, na atualidade, vêm sendo formadas com características específicas, tendo a perspectiva de um direito baseado no “pluralismo jurídico” que se faz presente na CF/88, à medida que reconhece a diferença como prerrogativa dos direitos de grupos minoritários.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa de direitos e força política. Tais fatores seguem na construção de territórios, que não são apenas porções de terras e paisagem ou relevos, como se aborda nos mapas cartográficos; mas sim são expressões identitárias que traduzem um sentimento de pertencimento.

A conformação de um território ou, a constituição territorial no que tange às “comunidades remanescentes dos quilombos” se insere na esteira das territorialidades de comunidades tradicionais. No caso quilombola atribui-se ao processo uma “fisionomia étnica” que reflete uma mobilização política, ao passo que traz à tona os sujeitos da ação e suas formas de organização.

Estou inclinado em considerar que mesmo os territórios quilombolas titulados, são processos que não se estabilizam. As contradições em torno da distribuição de terra no Brasil proliferam um ar de incerteza, pois, as forças que atuam na apropriação de terras são

permanentes e uma vez propício, o contexto, as investidas ao domínio territorial podem ocorrer e obter êxito.

Isso, por sua vez, não impede que o acesso a terra signifique uma conquista neste processo de “luta pela terra” – até quando não se tem garantia cartorial. Qualquer que seja o tamanho da área o fato de ser beneficiado propicia uma sensação de vitória importantíssima para um movimento que encontra tanta dificuldade para alcançar seus objetivos.

Neste sentido, o processo de desapropriação da fazenda Batateiras foi uma ação objetiva de beneficiar os esforços do grupo, mas também foi uma forma de empoderamento, pois, contraria a vontade dos tradicionais detentores do poder. Se adentrar em tal propriedade representa mais que um ato de efetivação de um direito, é um ato moral, é para além de uma “ação instrumental”, é “... uma luta por reconhecimento que, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano.” (HONNETH, 2003, p.227).

Em outro viés poderia afirmar que se trata de conciliar o reconhecimento com a redistribuição, como defende Nancy Fraser (2006, p.19): “ni la redistribucion ni el reconocimiento, por separado, bastan para superar la injusticia em nuestros días; por tanto, hay que conciliarlas y combinarlas de alguna manera”. Uma vez que a efetivação da justiça social é confirmada mediante o pleno exercício do direito, de fato, justificam-se, assim, estratégias para alcançá-la. Em torno da desapropriação da fazenda Batateiras percebem-se medidas que buscam, de alguma maneira, garantir o acesso a terra para os quilombolas.

5.1 Início da apropriação territorial: Batateiras e Capivara

Anunciada ainda em 2007 na ocasião de uma das audiências promovidas pela Ouvidoria Agrária Nacional, pelo representante do INCRA: “Quanto ao processo da fazenda Batateiras foi encaminhada à presidência da república para decreto de desapropriação e a fazenda capivara, está sendo dado o mesmo encaminhamento.”. A desapropriação só é de fato efetivada em março de 2011. Foram 4 anos de muitas ações para se ter esse primeiro avanço na direção do território. Dois aspectos quero salientar em torno deste acontecimento.

469 ha que estavam sendo destinados para a Reforma Agrária foram cedidos às famílias do agrupamento do Brejão, ou seja, vinculou a questão quilombola. Para entender esse remanejamento se faz pertinente se atentar para a presunção do território quilombola que estava sendo construído, e no qual não se podem haver “ilhas”. Isso quer dizer que se uma vez

estabelecido o perímetro territorial quilombola, a existência de um assentamento iria demandar “reassentamento” conforme Art. 14 do decreto.

Na audiência no Senado a procuradora Lívia Tinoco foi interpelada acerca dessa reconfiguração como sendo uma possível medida para beneficiar os quilombolas em detrimento dos posseiros que requeriam a manutenção da propriedade. Declara então, a representante do MPF:

A legislação que trata das terras da União traz um artigo específico. Não estou com ele aqui, mas sei de cabeça, porque nós trabalhamos muito com essa lei. Ela dá preferência à entrega de terras da União a comunidades quilombolas, a comunidades tradicionais, a comunidades indígenas. Então, se há um processo de ocupação de terras públicas e coexistem comunidades quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e comunidades que não fazem parte desses grupos – a comunidade branca envolvente, vamos chamar assim –, existe uma preferência legal para a ocupação dessas terras, que está relacionada à ocupação das terras da União¹⁵⁴.

Independentemente da situação dos posseiros que foram impedidos de ter acesso à área, essa disposição não atendeu a expectativa do agrupamento de Brejo Grande que esperava ser também contemplado. Afinal, tal medida foi resultado da vistoria técnica da propriedade acerca do cumprimento de sua função social, procedimento administrativo em processos de reforma agrária. Deste modo, foi uma ação concebida pelos esforços do início da “luta pela terra” que caracterizou como trabalhadores rurais sem terra. E, neste momento, as principais lideranças do movimento estavam no agrupamento de Brejo Grande. Pois bem, se a CQ é formada por grupos de 4 (quatro) localidades, e o agrupamento de Brejo Grande faz parte, por que não tiveram famílias contempladas?

A princípio, as explicações desse arranjo territorial são de ordem legalista e técnica. Por se tratar de terras públicas – depois da desapropriação –, imputa a lei que devem ser repassadas para os quilombolas, conforme anunciou a procuradora do MPF em Sergipe, referendada no Art. 14 supracitado. Mas, ainda não explica ter sido concentrado a posse ao referido grupo, o que aponta para questões das relações internas que tratarei a seguir.

Com o acesso a terra garantido para o agrupamento do Brejão, as Batateiras se torna o símbolo da luta, é o núcleo representativo da questão quilombola na região. A área passa por uma espécie de distribuição que remete a dinâmica de assentamento, mesmo que sem demarcações, como explica a atual diretora da Divisão de Ordenamento Fundiário do INCRA:

¹⁵⁴ Cf. “ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2015.”

“... dentro das Batateiras agente vê que eles trabalham sem cerca, mais cada um tem o seu bocado...”¹⁵⁵. É bom frisar que a posse coletiva não pressupõe trabalho coletivo. No entanto, a quantidade de membros da Associação Quilombola Santa Cruz faz crer que seria possível, mesmo em 469 há, um número maior de beneficiados. Segundo a diretora, aquelas pessoas beneficiadas com espaços para cultivo (e mais tarde moradia na área) foram escolhidas pelo critério de “mais tempo na luta”, segundo ela, conforme lhe foi relatado.

Seja como for, algumas políticas públicas passam a se materializar de forma efetiva na localidade, que passou a ser conhecida de “os quilombolas”. Localizado às margens da estrada que liga o povoado Brejão ao porto do Saramem (ponto de embarque para a foz do rio São Francisco), foi criado um conjunto habitacional em 2013 pelo Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal (50 unidades), onde famílias quilombolas do Brejão estão morando, ficando na outra margem as “roças” de mandioca – prioritariamente – para fins de produção de farinha.

A construção dessas casas representa a fixação da bandeira do movimento. Do mesmo modo que o acampamento seria uma linguagem, este complexo residencial também afirma o avanço sobre as terras em litígio e declara sua capacidade de organização.



Foto 6 – Conjunto de casas que formam a sede da CQ, denominada de Santa Cruz (Fonte: Jayne Ferreira - 2016).

¹⁵⁵ Depoimento cedido em 25 de outubro de 2016.



Foto 7 – Espaço entre ruas da localidade Santa Cruz (Fonte: Jayne Ferreira – 2016).

Dentre outras considerações a aquisição dessa área serviu como um fortalecimento do movimento, e também como um encorajamento por parte de famílias que se sentiam impelidas a se manterem afastadas dessa causa, apesar de se encontrar na mesma condição socioeconômica. Para se ter uma ideia o número de 299 famílias em 2013 cadastradas no INCRA, esse número pula para 486 em 2014, totalizando aproximadamente 1.500 pessoas. Este aumento foi significativo, mas não afirma ter sido vencida a parte adversa no processo. Esta continua suas incursões na tentativa de desmobilizar e barrar o crescimento do território quilombola na estrutura fundiária da região.

A preocupação seria procedente tendo em vista que havia um processo de pretensões de ocupação da fazenda São Francisco defendido pelo grupo da Resina. Como exposto anteriormente houvera a alegação de consistir em terras da União, e que caberia ao INCRA e a SPU os procedimentos para tal demarcação. Entre idas e vindas, e sem ser realizados os procedimentos da GRPU, o INCRA, que como apresentando acima, tinha encaminhado ao MPF o pedido de “acesso e uso provisório” da área da União que compreende parte da fazenda Capivara; tem em 2012, o deferimento da ação concedido pela Justiça Federal em Sergipe sob o processo de nº 0000746-48.2010.4.05.8500, que confere a tutela antecipada do objeto da causa, a saber, que determinou a desocupação da área considerada pertencente a União, ou seja, 172 há.

A decisão do juiz Ronivon Aragão é mais um duro golpe no grupo dos fazendeiros, pois, segue a sentença:

Ante todo o exposto, julgo procedentes os pedidos autorais para assegurar que a comunidade quilombola “Brejão dos Negros”, situada no Povoado Resina, retire seu sustento da área de 172,1396 hectares, situada à margem direita do rio Paraúna com margem direita do rio São Francisco, determinando, ainda, que o Instituto Nacional de Reforma Agrária cerque as terras objeto do provimento judicial, de forma a evitar conflitos que digam respeito à localização da área para efeito de cumprimento da decisão (**grifos no original**), atingiu indevidamente seu direito, na qualidade de proprietária do imóvel rural incluindo a área em litígio, tendo em vista o fato de não ter sido chamada ao feito referido¹⁵⁶.

E assim, o agrupamento da Resina se adentra na fazenda Capivara. A propriedade São Francisco se estendia por grande parte do território do município de Brejo Grande alcançando a parte sul do município vizinho de Pacatuba. Como foi já discutida, sua importância na vida e sobrevivência das pessoas da região é marcante, porém, as formas de trabalho que dispunha para essas famílias as colocavam na situação de extrema pobreza como já mencionado. Seu valor simbólico é imenso, seus herdeiros se colocam como verdadeiros senhores de terra, possuidores de força política e econômica no município.

Ter a sede ocupada por quilombolas foi um ato de extrema significância. Era visível o otimismo no semblante das pessoas. Lá estavam fazendo reuniões. Organizaram-se em sistema de rodizio para manter a sede ocupada, pois, o receio de represálias era constante, não só nas áreas de plantio ou nas lagoas. Bastava uma caminhada de 15 minutos para se chegar ao local, percorrendo algumas lagoas e pastos, além de uma vegetação arbustiva que servia de fonte de lenha e extrativismo de frutas típicas.

Na ocasião a produção de arroz abrangeu 9 (nove) lagoas que estão dentro da propriedade, voltadas como fonte de renda para os integrantes do grupo da Resina, acrescido de um representante do agrupamento de Brejo Grande, que se torna presidente da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Resina, tendo sido indicado pelo padre Isaías.

¹⁵⁶ Processo 0000746-48.2010.4.05.8500



Foto 8 – Imagem frontal da localidade Resina (Acervo do pesquisador - 2016).



Foto 9 – Espaço central da localidade Resina (Acervo do pesquisador – 2016).

Pessoas simples, em sua maioria pescadores artesanais que moram às margens do rio São Francisco inseridas numa paisagem natural de imensa exuberância, morando em casas de taipa de frente para as águas do velho Chico, chegam a uma condição que poucos poderiam

acreditar. Afinal, eram as terras do poderoso “Zé Martins”, sua casa, suas instalações, tudo estava de posse do movimento.

Porém, o grupo antagônico não se deu por vencido e passou a investir em ações depredatórias e de caráter infracional. Como pude acompanhar, as cercas que foram levantadas pelo INCRA atendendo a ordem judicial, foram por várias vezes cortadas; animais eram colocados dentro das áreas de plantio de arroz e roças; e os animais dos quilombolas apareciam feridos. Essas ações geraram uma Medida Cautelar contra Josan Goés Martins proprietário de uma das fazendas de desmembramento da fazenda Capivara. Acusado de mandante e às vezes autor direto dos atos ilícitos – supostamente em defesa da NORCON – deveria se manter distante da área pertencente à CQ.

A empresa foi declarada proprietária deste imóvel rural pelo INCRA para os operadores do direito que estavam atuando na questão. Por essa razão que esta foi acusada de controlar as ações dos supostos “jagunços” que ameaçavam os moradores da localidade, posta como autora mandatária do impedimento das pessoas aos locais de onde tiravam seu sustento.

Chegou-se a ser impetrada uma Ação Inibitória¹⁵⁷ intimando a empresa cessar com tais ações, alegando esta ser proprietária da área em litígio.

Um fato inusitado vem à tona. Acontece que legalmente a proprietária da fazenda São Francisco seria uma herdeira da família dos Martins, Ana Catarina Santos Martins que em 22 de outubro de 2012 entra com Ação Declaratória de Nulidade de Ato Judicial, alegando ter sido desapropriada sua propriedade sem que a verdadeira proprietária tenha sido citada no processo.

E assim, o mesmo juiz decide, em 26 de março de 2013, mesmo com as alegações da advogada do IB, do procurador do INCRA e do MPF para manutenção da decisão outrora outorgada, sentencia que:

Ante todo exposto, DEFIRO, incidentalmente, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela requerida para determinar à parte requerida que se limite ao cumprimento da sentença e tutela deferida na demanda originária (Processo nº 0000746-48.2010.4.05.8500) nos termos e na dimensão em que foram proferidos e, em consequência, **devolver a posse e uso das terras da Fazenda São Francisco na parte da posse estritamente pertencente à autora**, desocupando a sede, as casas de lavradores, curral e outros bens produtivos, devolvendo-os à demandante, bem como tolerando o uso e utilização das pastagens e lagoas pela autora para fins agropecuários que ali

¹⁵⁷ Processo Judicial Eletrônico:

http://pje.jfse.jus.br/pje/painel_usuario/documentoHTML.seam?idBin=2148&idPr sítio acessado em 26 de outubro de 2016.

desenvolvia e retirava seu sustento, (nos restritos limites da sua posse), até o julgamento final deste feito¹⁵⁸.

A utilização do pasto para fins de agropecuária, ao que pude perceber em minhas visitas ao local, são desenvolvidas por ex-funcionários da fazenda que também arrendam os pastos para outros criadores. Bem como as lagoas não estavam sendo utilizadas desde a década de 1990, como salientou um de meus interlocutores acima. Ao que indicam as interpretações, houve uma série de meandros que resultaram nesta decisão. A advogada do IB nos traz uma, longa, explanação, porém, esclarecedora que incide para o subjetivismo jurídico, do qual não escapam as decisões judiciais, por mais exequível que seja o princípio da parcialidade:

... então é uma ação assim inexplicável pra mim, essa especificamente que a audiência vai ser dia 09 de abril. A que corre com doutor Ronivon que é querela anulitatis, de Ana Catarina, é um problema processual. Houve um problema processual, que se acreditava que toda área era da NORCON, porque a doação que o pai dela tinha feito, pra Ana Catarina, tinha sido anulada por falha na execução, porque ele respondia por um processo trabalhista e na mesma época ele doou as terras pra filha. Lá em Tocantins, onde o processo corria, lá os trabalhadores que estavam processando ele provou que ele tinha feito essa doação e conseguiram anular. Só que posteriormente essa anulação foi revertida, então foi considerada válida, eu não sei o que aconteceu... com ela retornando o título de terra nela, ela conseguiu provar judicialmente que ela não foi citada naquele processo de 2008, e isso é um problema processual, ela provou isso, e Ronivon viu que realmente tinha indícios de que ela não foi citada, e suspendeu em relação a parte de título de terra que ela tinha, a posse e o uso pelos quilombolas. Só que pelo alto estágio de plantação, como estava evoluindo a plantação, foi pedido pela AGU (Advocacia Geral da União) que desse um tempo pra que essa decisão fosse cumprida, para que os quilombolas pudessem colher e tal. Isso foi em junho de 2013. Quando foi no ano passado, em abril de 2014, essa decisão não tinha ainda sido cumprida, ela me parece que não tinha demonstrado muito interesse, que estava tudo meio que em stand by, acho que já tinha desistido. Quando Ronivon lembrou dessa decisão, com os conflitos que começaram a ter na audiência, ele lembrou e fez: “e essa decisão, como é que ficou, a senhora já não foi...” Ela falou: “não foi...”. Então houve um problema pessoal com o Juiz, porque ele fez: “a minha decisão não foi cumprida”. Ai foi pra o lado pessoal, saiu do Jurídico e foi pra o lado pessoal, tipo: “como assim a minha decisão não foi cumprida?” E ai ele se sentiu realmente desafiado pelos quilombolas, eu entendo que houve um pouco disso. E ai houve toda uma mudança de cenário, em que ele passou a negar todas as nossas ações, nossos recursos... e assim, de uma certa forma ele queria que agente se habilitasse enquanto assistentes do processo, só que agente iria pegar o processo do jeito que estava, já em estágio bem evoluído, sem a terra e tal. Não entendíamos que essa seria a

¹⁵⁸ ANEXO N

melhor estratégia, mas pedimos em ação cautelar que fossem ouvidos, que os quilombolas fossem ouvidos, já que todo processo estava correndo a sua revelia, tendo em vista que quem estava representando eles era a União e o MPF, porque desde 2008 quem entrou com a ação foi a União, aí Ronivon falou: “não, todo tempo quem estava falando por eles era a União, agora vocês querem falar, não...” Ai negou tudo, tudo com ele não tinha conversa. Hoje a situação é essa. E Ronivon é uma pessoa sensível, é um Juiz que vem de uma origem humilde, vem de uma região do baixo São Francisco, conhece tudo isso, então não é uma pessoa alheia, tanto é que ele se dispôs a fazer vistoria, e na audiência do dia 26 de março vai ser marcada a vistoria e tal... mas pra mim houve esse problema de comunicação e aí vem a questão de um pouco da vaidade, talvez, não sei... que influenciou muito no posicionamento atual dele, com a Ana Catarina, só que isso empoderou muito os fazendeiros, porque algo que estava perdido, que essa ação era de 2010, a que concedia a área, conseguiu ser retomada, devolvida e ela reassumiu os 70 hectares. E ela tem tanta certeza que ela vai ter isso em caráter definitivo que ela está investindo lá em alta, a casa grande está sendo reformada... e acredito que essa ação da NORCON, seja resultado direto disso, assim, “já que ela conseguiu né, vai que eu consigo”... então, que foi em julho de 2014, logo depois que eles saíram da área...¹⁵⁹

Tendo em vista que o IB prestava assistência jurídica aos quilombolas, sua advogada, na tentativa de arrolar subsídios, solicita ao INCRA, em maio de 2014, documentos que comprovem que possivelmente a área em litígio é historicamente utilizada pela “comunidade quilombola, tendo em vista, os estudos antropológicos e topográficos realizados por esta instituição que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território Brejão dos Negros.”¹⁶⁰. Acrescente-se indicativo da SPU quanto ao pertencimento da área à União. Esta solicitação foi com vistas a emitir petição ao juiz Ronivon Aragão com pretensão de reverter a decisão de reintegração de posse.

Essa medida foi formalizada como “mandato de segurança coletivo” de n.º 0802019-76.2014.4.05.0000¹⁶¹. Foi assim acionado o MPF, por via da procuradora Livia Tinoco para que angariasse força junto à Justiça Federal em Sergipe na tentativa de obter êxito ao pedido. Como dito acima pela advogada, a decisão judicial foi mantida.

Como demarcação da reintegração foi encaminhada o refazimento das cercas, supostamente, voltando-se ao local de origem. Seria um recuo do território em litígio que significava perda aos quilombolas. Os limites agora, na prática tiveram deslocamentos diferenciados. De um lado alega-se um avanço para além do que foi decidido, por outro lado, atesta-se o cumprimento da decisão judicial.

¹⁵⁹ Depoimento cedido em 20 de outubro de 2015.

¹⁶⁰ Cf. Ofício 025/2014 “Ao Superintendente do INCRA”. (Acervo do IB).

¹⁶¹ Cf. Ofício 024/2014 “À Excelentíssima Procuradora da República”. (Acervo do IB).

Certamente o movimento também realizou suas ações para marcar território. A primeira foi de montar acampamento na área que ainda lhes couberam, nas margens da estrada vicinal de acesso à sede da fazenda. Nesta ocasião, foi retomada a dinâmica inicial do movimento perante a “luta pela terra”. Foram erguidos barracos de madeira, palha e materiais outros, lembrando o começo da reivindicação.

As divergências em torno dos limites das cercas geraram outra celeuma que o INCRA, CQ, AGU e proprietária se viram em novo litígio. Para dirimir esta nova contenda os quilombolas decidiram recuar no tocante a exigência de cumprimento, segundo o grupo, de refazimento das cercas para seu devido limite, mas que a proprietária não impedisse a passagem pela “estrada real”, que havia sido bloqueada.

Em determinação da AGU o acesso aos barracos do acampamento foi retomado, bem como o alcance às lagoas que ainda se mantinham de posse do grupo e suas roças.

Como se percebe muitas idas e vindas no desenho dessa parte do território marcaram um período de extremo desgaste ocasionado pela luta. O cansaço, o desânimo e o enfraquecimento da força, causada por problemas de relações internas; preocupava a todos. O fato é que enquanto o agrupamento do Brejão, garantido pela desapropriação da fazenda Batateiras, fortalecia sua fixação na terra, conformando traços territoriais; o agrupamento da Resina se via diante uma batalha cansativa e desgastante.

No final das contas era o acesso a terra que estava em jogo, e o reconhecimento da identidade quilombola... bom, acredito que às vezes lembravam! Portanto, existia uma possibilidade plausível de garantia da posse da terra. O processo de demarcação das terras da União poderia solucionar o drama - como os meandros da Reforma Agrária o fez.

Na audiência no Senado o conflito na Resina foi abordado, tanto pelo padre como pela presidenta da Associação. Mediante a possibilidade de resolução pela SPU, a procuradora Livia Tinoco sugere o encaminhamento abaixo para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: “Então, se esta Comissão pudesse encaminhar uma solicitação para a SPU nacional, a fim de que ela movesse a SPU local para a identificação das áreas da União naquele Município, acho que isso seria um fator de tranquilização”.

Essa força política não foi efetivada ficando a continuidade dos procedimentos de elaboração do RTID como outra alternativa de se conseguir o acesso à terra. Mas então, será que a elaboração desta peça de demarcação e delimitação representaria, enfim, a apropriação do território pleiteado? Sigo nessa direção para abordar outros elementos que atuam na disposição e definição do território quilombola.

5.2 O “território negociado”: dos acordos ao relatório antropológico

Um território quilombola consiste numa nova forma de apropriação territorial que resulta de um direito constitucional. As prerrogativas para sua constituição estão definidas na Instrução Normativa Nº 57 de 20 de outubro de 2009. Esta por sua vez indica como definição de um território quilombola, conforme o Art. 4º: “Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.”.

A noção de “terras ocupadas tradicionalmente”, segundo, Alfredo Wagner (2002) é um dispositivo utilizado para definir territorialidades destinadas a diferentes grupos sociais. Amparados por mecanismos legais tais grupos, também denominados de “comunidades tradicionais”, consolidam em movimentos sociais a luta pela efetivação do direito a terra. Já que cada categoria coexiste em realidades diferentes, os processos de conformação dos territórios também obedecem a fatores diversos. Logo, não apenas no que se apresenta em lei, no que tange as prerrogativas de procedimentos que visam tal construção, mas também fora dela, existem dispositivos que atuam na instituição dos territórios.

Nesta diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária. Considerando que a emergência e o acatamento formal de novos dispositivos jurídicos refletem disputas entre diferentes forças sociais, pode-se adiantar que o significado da expressão “terras tradicionalmente ocupadas” tem revelado uma tendência de se tornar mais abrangente e complexo em razão das mobilizações étnicas... (ALMEIDA, 2004, p. 12)

E dentro da mesma categoria, como a questão quilombola, as forças sociais atuam de maneiras diversas. Considero que a lei é uma dessas forças, é a força legal que instituiu o direito, é como se a força inicial – se bem que para sua existência forças foram acionadas -, partindo dela um conjunto de dispositivos se relacionam.

Desse modo, a definição do perímetro territorial quilombola não é um resultado apenas das “categorias nativas”, como indica o Art. 9º da IN:

A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos,

inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sócio-cultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes (BRASIL, 2009).

No âmbito externo, como também internamente, fatores conspiram neste encadeamento de procedimentos. Ao longo da jornada de demarcação muitas negociações se formam para a conformação do território. A exemplo do caso aqui estudado.

A desapropriação da fazenda Batateiras traz um acordo, segundo uma das lideranças do movimento, onde haveria a reivindicação da desapropriação de outra propriedade para beneficiar os quilombolas residentes na sede do município. Isso poderia ampliar a extensão do território, caso tivesse sido efetivado.

Trata-se de uma fazenda que tem uma história semelhante a da fazenda Capivara para o Brejão e Resina. “É porque sempre foi aquela fazenda ali que empregou o pessoal daqui... era de roça, de arroz, de coco, de gado, era de tudo... a gente tinha esperança de conquistar essas terras.” Essa indagação representa o desanimo de alguns integrantes do movimento oriundos do agrupamento de Brejo Grande. Uma de suas maiores lideranças que acompanhou o processo de “luta pela terra” desde o início de sua construção (meados de 2003) relata seu desapontamento:

[...] hoje eu sinto que as pessoas do movimento aqui de Brejo Grande acham que eu tenho minha parte, na verdade eu tenho porque fiz parte da coordenação fazendo parte desse acordo achando que a coisa, assim no início, parecia ser fácil... assim porque “chega saiu ali uma terra”, com um acordo, nós vamos providenciar outra terra também que tá abandonada que era a Onça... vivia abandonada, as lagoas, tudo, mas que nada, o grupo aqui ficou sem terra (risos), depois das Batateiras, como foi lá, por que não foi aqui na Onça?¹⁶²

O acordo se refere ao fato de que uma vez desapropriada a fazenda Batateiras, o que ocorreu por via da Reforma Agrária, o grupo de Brejo Grande considerava que teria direito a uma parte. No entanto, tendo em vista que se tratava de uma pequena área, relativamente. Então, foi-se ventilada a proposta de desapropriação da fazenda Onça, que fica nas proximidades da sede do município, para beneficiar aquele agrupamento.

Segundo o superintendente do INCRA na época, não existiu esse acordo com a autarquia: “Antes de 2003 não tinha decreto, o que tinha era a reforma agrária, então vai

¹⁶² Depoimento cedido em 03 de agosto de 2016.

reivindicar a reforma agrária... sabendo que ali é para atender a todos, foi pra comunidade quilombola! Ou seja, ao que parece indicar, o fato de ter voltado à propriedade para beneficiar só um grupo, foi decisão do movimento.

Como uma vez adotada a estratégia da questão quilombola como meio de se garantir o acesso a terra, se desvinculando em identificação da categoria de trabalhadores rurais sem terra, foi também alterada a estrutura hierárquica do movimento de “luta pela terra”. O grupo acima reclamante perdeu o protagonismo perante o grupo do Brejão. A Associação representativa foi fundada no Brejão, por moradores do povoado, sendo sediada, até a aquisição e deslocamento para a área da fazenda Batateiras nesta localidade. O que levanta uma questão que envolve o perímetro proposto pelo relatório antropológico, a saber, por que a área do povoado não se encontra inserida nos contornos do território proposto?

Para perscrutar por essa indagação se faz pertinente salientar que o RTID da CQ Brejão dos Negros foi apresentado e aprovado no INCRA em 13 de junho de 2013, tendo sua publicação no DOU em 04 de maio de 2015 e no DOE em 05 de maio de 2015. Para que tal publicação se efetivasse o grupo realizou entre os dias 13 e 14 de abril do mesmo ano, uma ocupação na sede do INCRA/SE. Essa ação foi em conjunto com a Coordenação das Comunidades Quilombolas de Sergipe que reivindicava o andamento dos processos das outras 23 comunidades reconhecidas e certificadas, mas que o INCRA ainda não tinham sido iniciados seus procedimentos administrativos.

Os primeiros momentos da ocupação. Em destaque o Padre Isaías, dentre outras lideranças e representantes de movimentos sociais.



Foto 10 – Realização de assembleia na ocupação da sede do INCRA (Fonte: Rute Ribeiro – 2015).

A pauta principal acabou sendo a publicação do RTID da CQ do Brejão dos Negros. Daí o protagonismo do Padre Isaías ficou muito evidente. Sempre a frente dos discursos e das reuniões representando, principalmente a CQ aqui estudada.



Foto 11 – O Padre Isaías se pronunciando na assembleia de ocupação (Fonte: Rute Ribeiro – 2015).

Seguidas algumas reuniões com a superintendência do órgão, MPF e até mesmo o vice-governador do estado; o movimento consegue um documento atestando o compromisso de uma audiência em Brasília – aqui já mencionada.

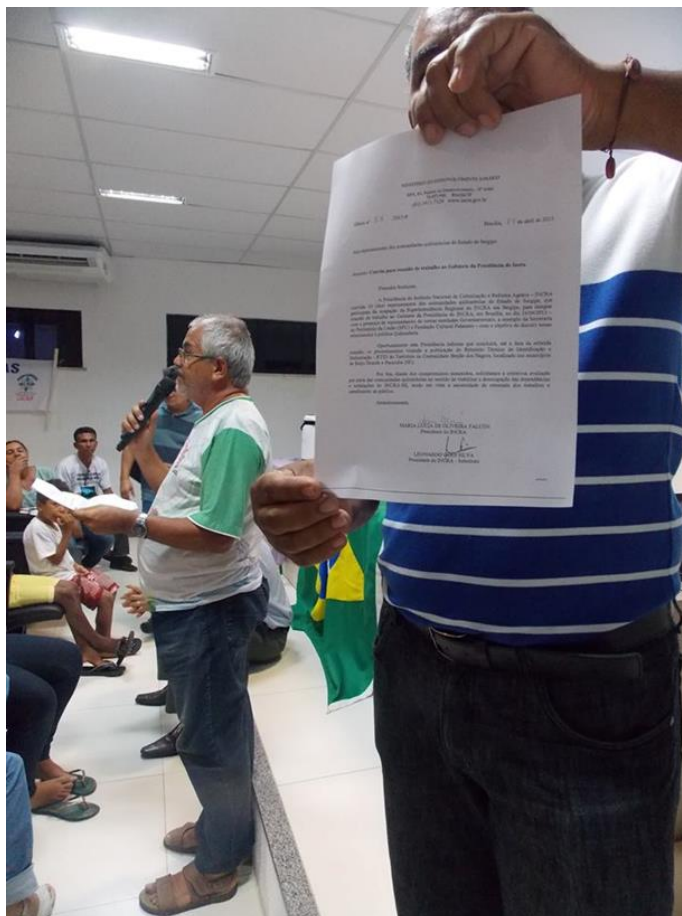


Foto 12 – Documento assinado como garantias concedidas ao movimento (Fonte: Rute Ribeiro – 2015).

Como dito, a comitiva obteve sucesso e o RTID foi publicado. Sua publicação trouxe a tona o perímetro elaborado a partir do RA, no qual se apresentam pontos que serviram de referências para sua formatação.

Segue abaixo a descrição do perímetro com algumas propriedades e respectivos proprietários que se limita, além de referências físicas, conforme consta:

A comunidade é composta de 486 (quatrocentos e oitenta e seis) famílias e o território identificado e delimitado possui área líquida de 8.125,5558 ha (oito mil, cento e vinte e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e cinquenta e oito hectares), perímetro de 56.659,49 m (cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove metros e quarenta e nove centímetros), com os seguintes limites e confrontações e demais especificações: NORTE:

Rodovia Estadual SE-204, Estrada vicinal, Terras de Dr. Antônio, Espólio de Juarez, Estrada da Petrobrás, Sr. San, Dr. Carlos, áreas alagáveis, Riacho Parauna, Riacho da Onça, Riacho Palmeira, Área de Brejo, Amintas Tojal, João Filho, José Cláudio do Nascimento, Sr. Vieira, Espólio de Helena, Pedro Guilherme, Genésio Ferreira Gonçalves, Valder Ferreira, Gonçalves, João Ferreira, Gonçalves, Sr. Moacir, Espólio de Edson Andrade, Negro do Brejão, Sr. Edgar, José Gonçalves Neto, Sr. Hercules, Gerson Ferreira Gonçalves, Sr. Gilvan, Sr. Lourival, Espólio de Manoel Santos da Silva, Benedito Silvino de Andrade, Enildo Ferreira, Rodovia Estadual SE-430, Terras de Damião Ferreira; LESTE: Rio São Francisco e Oceano Atlântico; SUL: Oceano Atlântico e Manguezal e OESTE: Área de manguezal de Randy Ferreira, Rodovia Estadual SE-100, Terras de Damião Ferreira...¹⁶³.

E o perímetro definido no RTID:

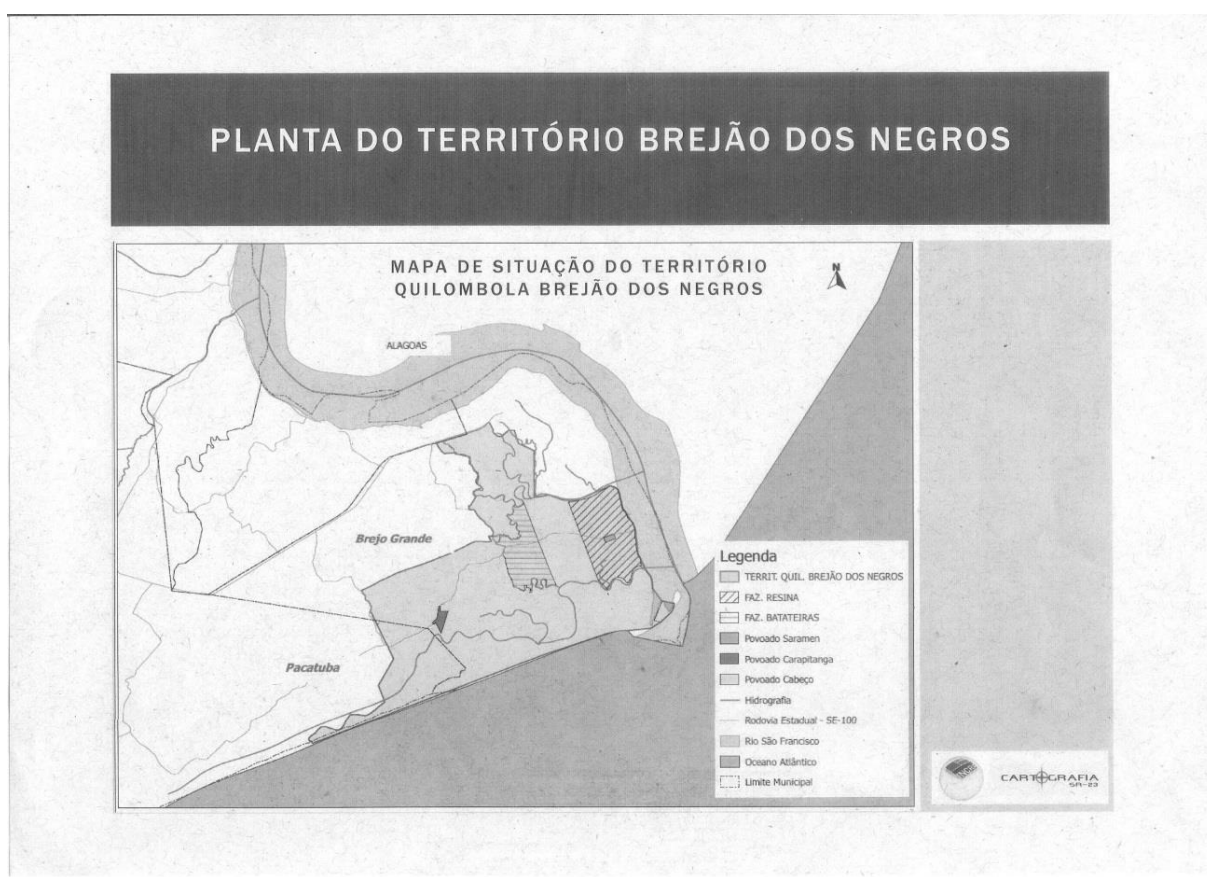


Figura 5 – Croqui ilustrativo da referida demarcação (Fonte: INCRA).

¹⁶³ DOU de 04 de maio de 2015 (Consulta na net: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/90922113/dou-secao-3-04-05-2015-pg-136> Em: 15 de janeiro de 2017) ; DOE de 05 de maio de 2015. (Consulta na net: https://sistemas.mpse.mp.br/2.0/PublicDoc/PublicacaoDocumento/AbrirDocumento.aspx?cd_documento=37861 Em: 15 de janeiro de 2017).

Quero chamar atenção que nas indicações dos referidos proprietários, se destacam, com muitas repetições, os sobrenomes de Machado, Góes e Martins¹⁶⁴. Esta observação remete à ideia de desmembramento de propriedades que se fundaram no século XIX, e que como dito, pelas relações de parentescos estabelecidas entre estas famílias foram surgindo novas e menores propriedades.

Do ponto de vista da localização com base nos pontos cardeais (norte, sul, leste e oeste) o perímetro não cruza a área do povoado. É possível entender que mediante todo o quadro turbulento de conflitos que marca esse caso, foi prudência deixar o povoado fora do perímetro. Afinal, uma vez seguida a titulação, a desintrusão iria corresponder aquilo que foi colocada como contra informação, de que “os quilombolas iriam tomar as casas das pessoas”. Essa negociação foi necessária.

Por outro lado, o perímetro chega nas proximidades da sede, se vale do riacho Onça como limite físico, chegando muito próximo da referida fazenda Onça, mas não a abrange.

Na descrição encontrada no RA os lugares de pesca, catação, extração, etc. são apontados como referências para estabelecer os limites do perímetro. A autora se valeu da narrativa de mulheres moradoras do povoado Brejão, não se percebeu se outras pessoas das outras localidades (Resina, Carapitanga e Brejo Grande) participaram desse momento de desenho territorial. A categoria trabalho foi a principal adotada, não se valendo de práticas religiosas, ou de lazer, como argumento para a definição dos contornos.

Desconfio que serei - mais uma vez - um tanto quanto alongado, mas a longa citação abaixo se faz necessária para perceber que mesmo as indicações da comunidade, se concentrando em um dos grupos representantes se sujeita a contestações, como a de um integrante do movimento que é residente do Saramem, mas, como acompanha a luta desde o tempo de “sem terra”, se coloca no grupo da Resina. Perguntei sobre o que ele achou do perímetro apresentado e aprovado na comunidade (em 13 de junho de 2013): “... rapaz, eu fiquei sem entender porque as terras de Fernandinho e uma parte das terras da juíza ficou de fora...”. Ao que me parece, para ele, o território deveria compreender o que foi posto, mas começando desde a entrada do Brejão na rodovia estadual 100. Seria nas proximidades de onde o segundo acampamento se fez em 2004.

Vamos ao que consta no relatório que incide nas referências para a delimitação do perímetro territorial quilombola:

¹⁶⁴ Cf. ANEXO O.

[...] no mangue, nestas ilhas, aqui é considerado dentro da fazenda Capivara. Eles consideram que é deles esse manguezal. [**Pesquisadora:** Quantas famílias tiram caranguejo nessa área?] Acho que a metade das famílias d'aqui. Porque é a única renda que as famílias têm agora é o mangue: é a pesca e a cata do caranguejo. Também nesse rio aqui (Parapuca); as pessoas que pescam marisco vão nessa área aqui: camarão, ostra, sururu, unha-de-velho, tudo é nessa área aqui. Tem também a área desse riacho, que é o rio Paraúna. Também as pessoas têm acesso a ele. Quando vão no caminho que continua o bairro da Praúna chega-se na Carapitanga. Outro caminho é pela fazenda São Francisco, fazenda Capivara e chega no Saramem. Outra zona é o riacho do Brejão que vem do rio Praúna, que é uma perna do rio São Francisco. Tem uma perna que vai para Brejo Grande e outra que vem para o Brejão. Aqui nesta área também pesca. Na zona da Carapitanga tem roças e é feita a cata de caranguejo, que se estende pelas Ilhas da Cacimba, Ilha da Faísca. Tudo isto aqui o pessoal daqui tem acesso de pesca. E por todo este rio do Parapuca, por todas as suas pernas, até a foz, eles usam. Os coqueirais ficam nas fazendas. Na ilha do Arambipe a única atividade é a plantio de coco. No antigo Cabeço tem um pessoal que ainda mora lá. Tem ainda uma igreja. A maioria foi para o Saramem. Na fazenda Arambipe tem uma área de 78 mangue, mas o dono não quer que o pessoal entre. Inclusive teve pessoas do Cabeço que tinha barracas de pesca na beira do mar e foram queimadas. O dono lá é Josan Tenório. Essa fazenda era de um médico de Aracaju, Dr. Hugo. Mas acho que ele já faleceu e ele é o herdeiro, porque é casado com a filha desse Dr. Hugo. A fazenda Resina fica na beirada do rio São Francisco, ao norte do Saramem. O pessoal de lá também tira caranguejo do mangue da área do Arambipe (e onde diz fazenda Regina). 1:14:46 O pessoal antigamente plantava arroz na zona dos Dois Irmãos, e na área da Fazenda Canto Escuro, que fica perto da Ilha do Algodão, perto do rio Praúna. Na Ilha do algodão tem muro feito de barro. Para chegar lá tem que atravessar de canoa. O caminho é feito por uma estradinha que há na estrada de acesso ao Brejão (Entre a válvula da Petrobrás e o povoado de Brejão). Há uma entrada que vai para a fazenda Saco. Onde tem uma lagoa. Do lado de lá é a Ilha do algodão. Do lado de cá é o Saco. Tem a lagoa antes do riacho, tem um espaço onde a gente atravessa para ir para o outro lado, onde também tem as lagoas. Esta parte aqui é a Ilha do Algodão. Porque tudo isto aqui era Lagoa. Vinha gente de Brejo Grande trabalhar junto aqui com a gente. Tem também a Ilha da Palmeira. Na Ilha do Algodão agora só tem pesca, no riacho. Outras zonas exploradas pelas pessoas do Brejão são o Pau da Gamela e uma ilha próxima do mangue chamada Maria Rosa. Tem também, pertinho, a Terra da Lua, beirando o riacho. Os freqüentadores de Pau da Gamela são o seu Ié, Isaltina, Pastora, seu Nenê da Silva, Suilson, Suéligton. O vice Davi usa a estrada do Pau da Gamela para chegar no porto, pegar o barco e ir para a Terra da Lua e a Maria Rosa. Maria Rosa é quase junto, antes de chegar no Pau da Gamela, tem uma entradazinha que a gente vai. Os freqüentadores são seu Barri, Ananias e o Davi (Vice) e o Chicão. Os freqüentadores da Terra da Lua são o Davi, o Aguinaldo, o Suéligton e Suilson. Todos usam a estrada do Pau da Gamela. Perto da Carapitanga tem um lugar chamado Pendanga, onde muitas pessoas aqui têm coqueiros, onde eram roças que eles plantaram 79 coqueiros. É bem pertinho, antes de chegar na Carapitanga, saindo do Brejão. Tem uma estradinha que leva, do lado direito. Perto das roças. Tem a Piaus, que fica para o lado de lá, indo para Garatuba. E se aqui é a Carapitanga, ela fica deste lado, Piauí (fazenda que é do Prefeito de Brejo Grande) fica do outro lado, mais para abaixo. Fica na margem direita de quem vem do Brejão e vai para Guaratuba. Fica depois de Carapitanga. Mais para abaixo. Este pedaço aqui deve ser da área da

Pendanga. Aí tem as roças e vai seguindo para frente. A gente vai da Carapitanga, subindo, até no Pau da Gamela, onde tem essa área da Pendanga. Não tem caminho certo. A gente anda por dentro da capoeira. Lá tem coqueiros das pessoas de aqui. Tem seu Raimundo, tem o Pingüim, tem Zé do Caiçara que vai para lá¹⁶⁵

As famílias que se valem da catação de caranguejo são residentes do Brejão e Carapitanga. Resina e Brejo Grande, tendo em vista que seus mangues são formações de alagadiços fluviais do rio, não dispõem da espécie em suas proximidades. Desse modo, tem o rio São Francisco como seu principal espaço de pesca. O rio não é citado como tal, pois, a parte litorânea é a mais frequentada por tais famílias. Imagino que outros elementos iriam se apresentar como pontos referenciais se o perímetro fosse pensado com mais participação. Para quem conhece a região percebe que o descrito abrange uma área que fica do lado direito da estrada que segue do Brejão ao Saramem. Possivelmente, a margem esquerda seria mencionada caso pessoas de Brejo Grande e da Resina estivessem no momento da descrição.

Isso mostra que os limites não foram demarcados se restringindo ao conteúdo do RA. As investidas em campo da equipe como um todo foi fundamental para se chegar na proposta que foi definida. Ainda assim, a área corresponde a aproximadamente 60% do território do município de Brejo Grande, se estendendo uma pequena parcela para o município de Pacatuba.

5.3 Desafios da manutenção do perímetro e a posse coletiva.

Nesta seção que anuncia o fechamento deste estudo quero destacar que ao longo destes 13 (treze) anos (de 2004 a 2017) da “luta pela terra” foram ocorridas uma série extensa de ações, de eventos, reuniões, mobilizações, medidas judiciais, intervenções políticas, etc. que dotam esse caso de uma complexidade dantesca. E, certamente, aqui não seria possível citar, analisar e interpretar tudo que aconteceu. Mas, o que não se pode negar é que a comunidade tem alguns desafios pela frente, e mediante o que se pôde encontrar, um desafio é o de manutenção dos limites das áreas que se tem de posse (fazenda Batateiras e Resina – terras da União).

Mesmo que a titulação venha a ocorrer e ao que tudo indica essa possibilidade é remota, a permanência da extensão do território continuará ameaçada, pois, como me informa um servidor do INCRA:

¹⁶⁵ Relatório Antropológico – Território Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe – MDA/INCRA-SE/DOEF/SRTQ, Autora: Ana Lidia Nauar, 2013.

A estratégia é pra ir minando a política, a minha expectativa é de decretos a serem revogados... não foi ainda porque foi judicializada a questão... daí eles vão segurando, não mandando recursos... agora eles têm que se juntarem e lutar, pautar, bota o MP na jogada e pautar o INCRA pra coisa avançar... vc tem um RTID que não vai acontecer. Algumas áreas vieram pra serem diminuídas... Luziense já tá no processo de diminuição... (informação verbal)¹⁶⁶.

Denúncia, esse é o sentido da mensagem acima. Essa interpretação é consequência da nova disposição parlamentar federal que no Brasil se formou e que ocasionou impeachment do governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 31 de agosto de 2016. Depois do impedimento da presidenta o governo Michel Temer assume e toma medidas que assinalam as restrições em torno das políticas que garantem direitos a grupos minoritários. Porém, segundo meu interlocutor acima, aparentemente está existindo certo receio de barrar de forma brusca essa política:

Incrível é o seguinte, já se tem uma discussão de redução de territórios... no STF tem dois votos contra, Peluso alegando que o direito trata de 1988 pra cá e só o espaço que está ocupando... Já Rosa Weber defende a territorialidade referenciando o conceito da ABA... o que me parece é que está tendo um engessamento moderado, tipo indo pelas beiradas, pra segurar a política... “não digo não, não tenho coragem de dizer que não é desse jeito... eu tenho tudo na mão, tenho o PSDB, tenho o DEM, tenho o senador Ronaldo Caiado que tá na comissão... tenho tudo a favor, por que eu não digo que isso vai mudar e acabou?” Então, o governo Temer tem medo... então, o próprio movimento quilombola não sabe a força que tem (informação verbal)¹⁶⁷.

A redução de recursos para a autarquia e a estagnação dos processos são sinais desse novo contexto, que como indica acima, irá demandar novas mobilizações. Em outras palavras a luta continua. No entanto, a organização do movimento para enfrentar essa batalha é um tanto problemática tendo em vista que seu protagonismo – no que se refere a CQ Brejão dos Negros, especificamente – normalmente não está no domínio da Associação Quilombola Santa Cruz. A figura do padre, e as entidades da sociedade civil e eclesiástica como se pôde notar, detêm a centralização das decisões. Os integrantes, quilombolas normalmente se valem da condução desses agentes para definir suas ações. Essa realidade é comentada pela atual diretora da DOEF/INCRA:

¹⁶⁶ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

¹⁶⁷ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

Eu, sinceramente não consigo vislumbrar nada sabe, tudo depende da organização, da forma como se pleiteia, da forma como se reivindica... Desde o governo Dilma que as coisas não estavam andando muito bem, natural... e a força que estão vindo aí é uma força mais conservadora, que não vai atender da forma como vinha sendo atendido as reivindicações, e vai ter que ser revista, vão perder muita coisa, inclusive teve hoje uma reunião da questão quilombola em Brasília, e aí você já viu assim que os movimentos não tem assim uma clareza, não tem uma contundência exatamente do que eles querem, como querem, é como se eles tivesse a muito tempo sobre as asas do próprio Estado, aguardando que eles que definam, que eles que conduzam, eu não vejo eles como protagonista, como alguém que tem uma formação política firme. Dá impressão que é tudo pra chegar bonito, falando bonito, falando o que é melhor pra eles e eles vão acreditar... isso me deixa triste porque a impressão que me deixa é que é muito fácil mentir, tanto pra o bem como pra o mal, enquanto for bem intencionada (informação verbal)¹⁶⁸.

Essa falta de “formação política” é resultado de uma espécie de tutela que os agentes supracitados e de agentes do Estado desenvolvem em torno dessa política. O que agrava a posição do grupo perante essa nova perspectiva do desafio de permanência da extensão dos territórios. A possibilidade de diminuição destes já é uma realidade que transita no STF. Essa constatação pode ser interpretada como uma estratégia de se garantir o mínimo possível, no mais curto espaço de tempo possível. O próprio MPF sinaliza para esse artifício. É possível que se entre em negociação a titulação das terras desde que o território seja subtraído de algumas áreas. Porém, essa possibilidade abre brechas para interesses múltiplos, e as forças que estiverem mais pujantes exerceram interferências dessa natureza. E assim, abrem-se precedentes, criando uma sensação de instabilidade.

Está bem claro que as investidas para que essa negociação ocorra são latentes. Afinal, como se foi colocado, algumas áreas deveriam compor o perímetro territorial, se considerarmos que o RA é a peça que vai definir sua dimensão. O que comprova que não são apenas as “categorias nativas” que servem de referência, a plausibilidade, a ponderação são chaves que abrem as coxias dessa conformação.

Do ponto de vista político parlamentar o apoio a essa causa oscila em contextos. Meu interlocutor, servidor do INCRA que demonstra uma leitura crítica do tema, apresenta uma interpretação interessante acerca do papel do governo federal – gestão PT -, e afirma que falta uma identificação por parte de algum agente do executivo ou do legislativo estadual, assim discorre:

¹⁶⁸ Depoimento cedido em 25 de outubro de 2016.

Dentro do governo do PT, do governo Lula, essa questão, mesmo que de forma atabalhoada nos procedimentos, ela avançou, porque não se tinha territórios não se tinha nada. Claro que em cada região foi diferente, em Sergipe, do ponto de vista político, nenhum grupo abarcou pra si essa comunidade, o que você encontra é dentro da comunidade disputas localizadas regionais... especificamente no local, onde acontece o território. De forma geral, quem abraçou a questão foi o governo PT, foi nesse governo que se materializou os territórios. Eu acho ele ainda órfão... eu diria assim, ter um pai que pudesse tá lutando por eles. Quem são os políticos que lutam pela questão quilombola no estado de Sergipe? Você tem Ana Lúcia, você tem aqui ou lá um João Daniel, mas você não ver uma luta efetiva...

Por falta dessa identidade, de ter uma pessoa que a política de desenvolvimento quilombola ela não avançou, não tem ninguém pleiteando o etnodesenvolvimento, você tem por terra... eu sempre estimulo que eles tem que ocupar esses espaços de decisão (informação verbal)¹⁶⁹.

Essa declaração se contrapõe a do ex-diretor do DOEF/INCRA, que alardeia o desempenho do órgão perante a questão quilombola:

Estou no programa desde 2003, sou um dos servidores mais antigos na política no Brasil... o cenário nosso não é ruim, poderia ser melhor, todavia frente das dificuldades que todas instituições enfrentam, o próprio programa é difícil de executar, face primeiro uma legislação difícil de trabalhar, segundo quando se trata de implementar políticas sociais, é regra que tem sempre um grande número de pessoas que são contra e o programa quilombola não é diferente dos demais, é um programa que agente vem atuando com algumas dificuldades, mas o estado de Sergipe, eu posso lhe afirmar que dentro desta política é um dos estados que tem mais atuado, não é atoa que vez por outra nós somos sempre citado no cenário nacional como exemplo de boa execução da política quilombola que prese precisar melhorar muito (informação verbal)¹⁷⁰.

Estamos diante do embate ideológico e político que movimenta e interfere na atuação da autarquia. São dois blocos que abordam o assunto de formas diferentes. O primeiro bloco que estava à frente da política no início dos processos tem uma posição, como foi anunciada nas entre linhas acima, de controle dos grupos, como o fez com o grupo da CQ Brejão dos Negros, o segundo, à frente da política internamente a partir de 2016, entende a necessidade de empoderamento dos quilombolas.

O que está sendo pautado aqui, da diminuição dos territórios, foi visualizado já em 2015 quando uma comissão formada depois de uma ocupação da sede do INCRA em Aracaju vai à Brasília.

¹⁶⁹ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

¹⁷⁰ Depoimento cedido em 15 de dezembro de 2014.

Essa iniciativa foi ocasionada por conta desta manifestação realizada em conjunto com outras representatividades do movimento quilombola em Sergipe. Na pauta de reivindicações estava a exigência de andamento dos procedimentos para elaboração do RTID de várias CQ que se encontram em face de certificação, sem perspectivas de garantia do direito de acesso a terra. Seguidos dois dias de ocupação, com reuniões entre lideranças do movimento quilombolas, tendo o padre Isaías como um “porta voz” dos “quilombados” – porém, no que tange àqueles grupos do baixo São Francisco, pois, a Coordenação das Comunidades Quilombolas de Sergipe se encontrava representada, defendendo os interesses de outra parte das comunidades -, audiências com o procurador da República, representado o MPF, até com o vice-governador do estado estiveram na tentativa de agilizar as reivindicações.

Porém, quantitativamente falando o Brejão dos Negros estava em maior número, o que acabou concentrado as negociações na ocasião. Mediante a sua relevância que pautava a publicação do RTID parado em Brasília, representantes do movimento são recepcionados pela Presidenta do INCRA que foi gestora no estado enquanto secretária da Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, e já conhecia a situação que lhe foi apresentada. Com isso, a comitiva consegue a publicação supracitada em solenidade no dia 28 de abril de 2015.



Imagem 5 – Comitiva em Brasília com a Presidente do INCRA nacional.¹⁷¹

¹⁷¹ Fonte: Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/quilombola-incra-encaminha-rtid-de-brejao-dos-negros-se-para-publicacao>>. Acessado em 15 jan. 2017.

Diante dessa comitiva foi apresentada uma proposta de subtração de algumas áreas do perímetro em diligenciado. Conforme abaixo, em resumo, os quilombolas se veem diante dessa possibilidade, mesmo que rejeitada, se mantêm viva. Segue meu interlocutor:

[...] o que eu sei da NORCON é mais recente, foi da última ocupação deles aqui, tinham pedido pra falar com Jackson e subiu, quando chegou lá em Brasília, certa parte tinha sido excluída do território, foi quando a liderança Izaltina ela questionou... foi uma tentativa de tirar certas áreas lá em Brasília... tinha uma proposta na frente da Dr.^a Lúvia, na frente de Procurador, de Ana Lúcia, todo mundo, uma diminuição do território, foi quando Lúcia, a mascara caiu do atual presidente, ele não comunicou à comunidade, quando chegou lá... mas Izaltina já tinha sido empoderada aqui... então o que eu sei é isso, era um grupo da Bielorrússia com a intenção de instalar lá um resort, mas não teve nada de construção com a comunidade, mas Lúcia não acatou e permaneceu o território...

O que eu falei do MP é que tá se vendendo a ideia de que tem que se fazer a regularização do território, até o MP já está simpático com a ideia de diminuição do território pra viabilizar a política como um todo... é uma luta que se deve ser travada...

A estratégia é pra ir minando a política, a minha expectativa é de decretos a serem revogados... não foi ainda porque foi judicializada a questão... daí eles vão segurando, não mandando recursos (informação verbal)¹⁷².

O ex-superintendente do INCRA/SE ocupando um cargo na direção em Brasília tem defendido essa proposta, não só o perímetro da CQ Brejão dos Negros, mas também outros que no estado estão sendo alvo dessa manobra.¹⁷³

Em torno dessa manobra é interessante frisar que existem duas motivações. O MPF, seguindo as indicações do STF, tem demonstrado atenção à proposta considerando, diante das dificuldades e do desgaste para todos os agentes envolvidos, como uma possibilidade ponderável. Por outro lado, se colocam em jogo interesses específicos e representativos dos proprietários. Portanto, o que está por traz dessa manobra? Como agentes do Estado (INCRA) que atuou na questão quilombola viabilizando a territorialização, agora se coloca por traz dessa jogada?

Para entender essa demanda, recorro a essa conversa fortuita que deflagra o que estava embaixo de lençóis, camuflado em ações correligionárias. Estávamos abordando a influência da política, quando ele declara as engrenagens das articulações:

Eu diria que é a contradição da contradição, porque a politização é importante, ao mesmo tempo ela pode atrapalhar porque o avanço dessa

¹⁷² Depoimento cedido em 17 de fevereiro de 2017.

¹⁷³ Ao que tudo indica o território da CQ Luziense, que também tem uma área de aproximadamente 8 mil há, está sendo ameaçada com a diminuição.

política fica dependendo de quem está no controle... digamos aqui, teve um grupo que avançou às áreas de território, esse mesmo grupo que está no controle que avança no sentido de diminuição das áreas dos territórios. Então a politização é importante, você não tem pra onde correr, é na decisão de liberação de um recurso, ou de orçamento... mas também é prejudicial, você tem que estar sempre vigilante, é por isso que é importante ter gente nesses espaços pra dar o contraponto, pra dar o freio... pra chamar atenção, se não tem ninguém lá fica difícil. Então, ela é importante, mas se ficar só nela, com esses grupos dominando defendendo interesses classistas...

A questão da política eles não tem coragem de fazer a ruptura, mas tentando engessar com falta de recursos, e as pessoas que estavam tocando, hoje estão lá no INCRA em Brasília engessando, vendendo pra manutenção do espaço, do poder... “eu vendo a solução de como diminuir, eu sei porque fui eu que criei eu diminuo”. Então agente tá se deparando o seguinte, Luziense por exemplo: aprovou, tá lá em cima agora pra diminuir (informação verbal)¹⁷⁴.

O movimento se encontra de frente de uma ameaça real, pois, sem titulação – ou mesmo com esta – a fragilidade da permanência do território é grande. Mas, há de salientar que no tocante ao acesso a terra, no que se têm até o momento deste estudo, a CQ Brejão dos Negros não se pauta na regularização fundiária quilombola, apesar de ser, o que posso confirmar como estratégia para esse fim. Afinal a fazenda Batateiras foi desapropriada para atendimento à reforma agrária e parte da fazenda Capivara (São Francisco) foi desapropriada por conta de terras da União.

Portanto, estão colocadas duas questões: 1. Continuar reivindicando a titulação do território (com ou sem diminuição), e para isso depreender a necessidade de esforços, organização, tempo, etc.; 2. Se preocupar em manter o que já foi conquistado, e para isso se fortalecer para defesa, ao passo que desenvolver a produção de bens na terra a que se tem acesso. Como se pode notar a “luta pela terra” será contínua, fatores que possam enfraquecer o movimento precisarão ser identificados e buscadas as devidas resoluções.

Afinal de contas o contraponto está logo ali do lado, convivendo do outro lado da cerca. Se fortalecendo, se articulando e na espreita de momentos oportunos para as investidas no território, seja por via da politização, da judicialização ou das ações diretas nas relações sociais. NORCON, juíza, fazendeiros, lideranças políticas locais e até mesmo integrantes da população “não quilombola”; representam ameaças constantes. E assim cabe se indagar se em tempos de individualismo é possível contar com a força do coletivo. Será que a coletividade, que se encontra em torno da noção de propriedade coletiva – “uso comum” – é uma realidade que se perpetua no cotidiano dos grupos (Brejão, Resina, Batateiras e Brejo Grande)?

¹⁷⁴ Depoimento cedido em 17 de fevereiro de 2017.

No tocante ao agrupamento de Brejo Grande pode-se indicar que se encontra desmobilizado, pois, com os acontecimentos que, na interpretação de uma de suas lideranças, privilegiou o grupo do Brejão, as famílias que continuam cadastradas, parecem ter desestimulado da luta. O que já pode ser considerado um fator de enfraquecimento do movimento. Essa possível debandada é justificada basicamente por uma razão específica apresentada no relato abaixo:

[...] na verdade aconteceu essa injustiça... do grupo de Brejo Grande hoje tem 108 famílias, na época tinha 98... e agente ficou justamente sem nada, entre acordos e acordos... ai ficou de ir ali pra Resina, ai foi diminuindo, diminuindo, e ficou no final só 4 (informação verbal)¹⁷⁵.

A reivindicação deste grupo estava direcionada para a fazenda Onça, e por essa razão que formaram o movimento de trabalhadores rurais, que, da mesma forma que na fazenda Capivara, foram impedidos de trabalhar nesta referida propriedade que fica aos arredores da sede. Como já dito, esses dois agrupamentos ficaram à frente no início desta fase da “luta pela terra” na região (2004). Esse grupo esteve na luta desde 1985, ou seja, ainda na presença de Dom Brandão de Castro. Ele relata que seu pai estava na época fazendo parte do movimento, e cita algumas pessoas mais idosas que retomaram o movimento nesta fase que estamos aqui enfatizando.

Para agravar sua contestação acerca do privilégio do grupo do Brejão, afirma que lideranças do Brejão foram convidadas, mas não se integraram ao movimento naquele momento. Relata que no quando do acampamento as margens da rodovia, a mobilização e a força do grupo era coeso, mas que com a questão quilombola foi-se perdendo o espírito coletivo da luta.

Quando houve esse movimento dentro do movimento e o povo voltou pra suas casas... foi ai que agente temia que o povo se desorganizasse que era de tá junto... era bem organizado, agente temia que o povo de Brejo Grande ia ter uma decadência... porque ia todo mundo pra suas casas, e ia se acomodasse... até hoje eu acho que teve uma queda mesmo, lá quando agente dizia “boca de forno”, todo mundo tava atento, fosse pra fazer uma procissão, pra fazer uma caminhada... 5 anos depois que agente saiu de lá, se você chamar... foi murchando, as pessoas foram se acomodando em suas casas e não sai mais (informação verbal)¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Depoimento cedido no dia 03 de agosto de 2016.

¹⁷⁶ Depoimento cedido em 04 de agosto de 2016.

Essa transitoriedade de identidades causou variabilidade na estrutura social do grupo, e isso causou algumas instabilidades. Uma consequência desta variação de posição foi o afastamento de algumas pessoas das atividades de mobilização do grupo. E, ao que parece, será difícil o arregimento deste grupo para reforçar a luta em defesa do que se conquistou – o que não será diferente com relação ao agrupamento da Carapitanga. Não foi possível uma aproximação com essa localidade, mas em um encontro alusivo ao “20 de novembro” (consciência negra) ocorrido no povoado Brejão (em 2015), onde a Associação realizou uma série de atividades, tendo o IB como organizador do evento, tive a oportunidade de conversar com a liderança da Carapitanga, o qual relata um possível isolamento deste agrupamento perante o grupo geral: “[...] a gente fica um pouco longe das coisas... é difícil pra eu participar de tudo, aí fica dependendo dos outros... os benefícios também às vezes não chega lá...” (informação verbal)¹⁷⁷.

O grupo de Brejo Grande também aparentemente está um tanto insatisfeito com os rumos tomados. Parece está havendo também um certo isolamento, conforme declara sua liderança, pois, segundo ele ao indagar às lideranças do grupo do Brejão acerca da possibilidade de existir alguma perspectiva de acesso a terra, ouviu o seguinte: “[...] vocês têm que lutar pra conseguir alguma coisa pra vocês [...]”. Essa declaração parte de uma liderança do grupo do Brejão que não concorda que o grupo de Brejo Grande faça parte das famílias beneficiadas dos 800 há referentes ao processo de demarcação das terras da União da SPU. A nova diretora do DOEF/INCRA declara sua preocupação:

O processo foi deferido lá em Brasília dessa área da SPU... a SPU disse que está em fase de notificação e que foi comprovada que é área da SPU e que a SPU ia tá passando lá pra Associação Santa Cruz. E aí, é outra coisa que se precisa discutir... tem em Brejão dos Negros, tem em Luziense, são territórios com várias concessões, com várias representações... (informação verbal)¹⁷⁸.

Essa perspectiva de liberação de acesso às terras da União tem promovido alguns debates entre as lideranças dos grupos. Negociações internas marcam as discussões dentro do movimento, pois, o grupo de Brejo Grande ainda se percebe na iminência de ser beneficiado, e isso tem causado arestas conturbadoras. Reforça-se assim, a preocupação no tocante a junção das forças internas perante as ameaças externas.

¹⁷⁷ Depoimento cedido em 19 de novembro de 2015.

¹⁷⁸ Depoimento cedido em 25 de outubro de 2016.

As articulações e mobilizações internas estão se concentrando nos dois grupos beneficiados com o acesso a terra. O que pode ser interpretado como um enfraquecimento do movimento no que tange à participação coletiva. Há de se saber se internamente a estes grupos as relações corroboram para compor uma força que aponte para uma coalisão.

Que não existe estabilidade e harmonia nas relações sociais internas aos grupos sociais já foi mencionado anteriormente quando recorri a Leach (1995). Cabe agora retomar, ligeiramente, este autor para pensar na transição do sistema social pautado no processo de identificação enquanto “sem terra” e posteriormente enquanto “quilombolas”, e daí como isso afetou as relações intergrupais. Ora, para Leach:

[...] o sistema de variação, tal como observamos atualmente, **não** tem nenhuma estabilidade no tempo. O que se pode observar hoje é apenas uma configuração momentânea de uma totalidade existente num estado de fluxo. (LEACH, 1995, p.125, grifo do autor).

No fundo as inter-relações estruturais entre os tipos de organização social não funcionam da mesma forma na variabilidade de um sistema a outro. Tentar entender a situação de posição política baseada numa pretensa permanência de relações estruturais dificulta a interpretação do “faccionarismo” que tende a fazer parte da dinâmica dos grupos. A cisão existente desde o início da luta que configura o modo como as relações foram se desenrolando – entre “sem terra” e “não sem terra”, ou entre “quilombolas” e “não quilombolas” –, suscita outro elemento que faz parte da base do pensamento e do imaginário coletivo na sociedade moderna. Sendo assim, defendo que o individualismo é um desafio presente na difícil tarefa de manutenção da força do grupo.

Desde o princípio foi percebido que a população local não estava blindada para esse fenômeno social. O *individualismo moderno* como entendemos hoje é uma categoria de análise que nos ajuda a interpretar as ações sócias e suas nuances em qualquer tipo de sociedade, sendo que essa antecede os indivíduos, e não ao contrário como se pôde visualizar em algumas abordagens sociológicas, pois, como já demonstrou Louis Dumont (1985)¹⁷⁹ se faz preciso inserir o indivíduo na sociedade para entender suas ações. E mais, evitar o

¹⁷⁹ “Na outra espécie de sociologia, parte-se do fato de que o homem é um ser social e, portanto, considera-se irredutível a toda e qualquer composição o ato global da sociedade – não de ‘a sociedade’ em abstrato, mas de tal ou tal sociedade concreta, com as instituições e representações específicas. Já que, para o primeiro caso, falou-se de individualismo metodológico, seria lícito falar de holismo metodológico neste último. Na verdade esse enfoque impõe-se, na prática, toda vez que nos encontramos diante de uma sociedade estrangeira... não existe fato sociológico independente da referência à sociedade global em questão.” (DUMONT, 1985, p. 12-13).

romantismo de uma lógica própria de pensamento como se os sujeitos estivessem alheios aos condicionantes do mundo exterior.

Recorro, então, a outro empreendimento reflexivo que elaborei no tocante a uma análise do caso em questão¹⁸⁰. No referido artigo convoquei uma moradora do povoado (partidária do lado “não quilombola”) que me apresentou uma fala muito oportuna para entender esse outro desafio que se coloca perante o movimento internamente.

a gente quer terra pra quê? Eu não quero esse futuro para os meus filhos não. Trabalhar na terra ninguém quer mais, quer ter um trabalho digno...e do que adianta ter a posse da terra se não poder vender depois se quiser... **se dois se juntar pra fazer uma sociedade já tem problema, imagine com esse coletivo... num dá certo não** (informação verbal, grifo nosso)¹⁸¹.

Minha interlocutora levanta pontos que perpassam pelo imaginário da população no que tange uma perspectiva de “mundo moderno”, onde o trabalho na terra fica desagregado de valor moral, já que economicamente é notória sua desvalorização. É a relação do rural com o urbano, e neste sentido o urbano é a representação da modernidade, lógica que afeta principalmente as novas gerações.

É como se a zona rural estivesse fadada a permanecer em atraso social, cultural e econômico. Assim, o que as pessoas passam a acreditar é no desenvolvimento como um processo urbanístico, e consigo suas formas de trabalho. Nesta direção, se afastando do tipo de sociedade tradicional, onde mesmo existindo, como na modernidade, uma heteronomia¹⁸², o sujeito busca sua autonomia e rompe com os laços tradicionais. O aspecto de tradicionalidade que remeto aqui tem a ver com as práticas produtivas que caracterizaram o trabalho na terra, onde se percebia traços de “uso comum” em porções do território onde não se haviam reivindicação de propriedade por parte dos fazendeiros. Coisa que para se pensar em sobrevivência do grupo como justificativa do caráter “*pró indiviso*”¹⁸³ da propriedade deixa uma dúvida no que tange sua resistência de manutenção do território a longo prazo.

¹⁸⁰ BOMFIM, Wellington de J. *Conflitos, alianças e organização social: implicações do reconhecimento quilombola no povoado brejão dos negros (se)*. p. 45-68. Em: NEVES, P. S. da Costa; DOMINGUES, P. (Org.). *A Diáspora Negra em Questão: Identidades e Diversidades Etnico-Raciais*. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. v. 1. 302p.

¹⁸¹ Depoimento cedido em 15 de novembro de 2007.

¹⁸² Categoria desenvolvida por Kant que entende ser a sujeição do indivíduo à terceiros ou perante uma coletividade. Em: “Fundamentação da metafísica dos costumes” (2005).

¹⁸³ O Art. 17 do decreto assim prerroga: “A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o artigo 2º, *caput*, desta norma, com obrigatoria inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.”.

Se retomarmos o depoimento, veremos a crença de que quando se trata de questões de coletividade, existe na verdade uma descrença no coletivo, logo, uma noção de individualização se coloca no cenário da territorialização. É possível compreendermos essa exegese se considerarmos o individualismo como resultado não só da modernidade, mas também como elemento da própria democracia – e nossa CF/88 está pautada em princípios democráticos. E assim, posso pensar em um “individualismo democrático”. O que nos indica essa reflexão filosófica do sujeito? Sinaliza para

... o surgimento de uma figura monadária¹⁸⁴ do ser humano, para o qual a ação recíproca com o próximo, que define o pertencer a uma comunidade, tende a se tornar rigorosamente estranha a sua auto-afirmação. Contudo, é precisamente em função desse possível deslize, interno à dinâmica do individualismo democrático, que se ver surgir o problema que tal dinâmica corre o risco de causar à cultura das sociedades em que se manifesta. (TOCQUEVILLE, apud RENAUT, 1998:35).

Uma vez implantada essa noção de individualismo nesta cultura, e diagnosticado, de fato, este “deslize” democrático, considerar a necessidade de se pensar em formas cabíveis de implementação de mecanismos para mediar, de um lado a lógica que se estabeleceu na sociedade moderna, de outro lado, essa nova direção nas relações sociais que se instaurou na comunidade via essa política, ou seja, a perspectiva coletiva e associativista proposta por esta medida legislativa; e que aparentemente considera essas populações um modelo de comunidade um tanto deslocada da sociedade geral.

O critério de coletividade em torno da propriedade está pautado na norma no que tange sua titulação, mas, tendo em vista a ideia do território como uma perpetuação do “uso comum”, ao que se percebe no uso dos 174 há da fazenda Batateiras existe uma aproximação com a reforma agrária, onde cada integrante tem seu lote e nele destina sua força de trabalho. Mesmo não havendo demarcações, cada pedaço tem seus limites identificados entre eles. Será que o trabalho individualizado não seria um desencontro com aquilo que justifica a propriedade coletiva? Essa individualização do trabalho seguindo ao longo dos tempos não seria um risco a integridade do território? Questões que foram levantadas perante a diretora do DOEF/INCRA, que assim me responde:

Agente tem lá no serviço nacional quilombola uma ideia de que existem vários tipos de trabalho coletivo... no nordeste é mais comum que as pessoas eram empregadas, não tem essa coisa do empreendedor nem do coletivo, é

¹⁸⁴“Segundo Leibniz, substancia simples, isto é, sem partes, que, agregada a outras substancias, constitui as coisas de que a natureza se compõe.” Fonte: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

do individualismo mesmo... por mais que seja uma comunidade remanescente que tenha essa resistência toda ao longo desses anos, não pode obrigar que eles trabalhem de forma coletiva, até porque eles não estão isolados, eles ainda tem o convívio, estão juntos... não tem como culturalmente você obrigar que eles trabalhem coletivamente... a ideia de coletivo é que o espaço é coletivo... e dessa forma agente vem tentando implementar nos projetos de assentamentos, estimular essa questão da coletividade... dentro das Batateiras agente ver que eles trabalham sem cerca, mais cada um tem o seu bocado... (informação verbal)¹⁸⁵.

Realmente não se tem nenhuma normatização no sentido de obrigação do trabalho coletivo – apenas, como mencionei, é uma argumentação intrínseca a caracterização da lei -, porém, essa separação pode dificultar a união, pois, não é prudente negar que as pessoas podem promover disputas internas enfraquecendo o coletivo necessário para a defesa do território.

Continua:

[...] o que vc não pode dentro de um território quilombola é definir espaços, definir posses individuais, porque dá a ideia de que aquilo vai ficar pra os seus e vai ser dividido. Então assim, eles definem a utilização do espaço, cada um vai usar o seu... mas quando sair dali não tem nada de ninguém... eu colhi tudo que eu plantei, não tenho mais nada ali (informação verbal)¹⁸⁶.

A consumação da propriedade que uma vez atribuída, a desigualdade se instaura. De alguma forma, um ou outro, terá melhores condições de desenvolver seu trabalho, gozando de maiores retornos financeiros, o que também pode gerar inconsistências.

E mais, como se poderá não definir posses individuais, tendo cada um o seu “bocado”? Possivelmente será criado um conjunto de normas que garantirá o uso do espaço individualizado e o sinal disso é afirmar que o espaço é pequeno para um número grande de famílias e assim permanece aqueles que foram predeterminados para ocupar esse ou aquele espaço. Logo, a posse é individualizada. Entre posse e propriedade existe uma linha tênue na prática, apesar de que teoricamente quem detêm a posse não é dono, o dono é quem detêm a propriedade. Mas, como estamos tratando de pessoas físicas para a posse e pessoa jurídica para a propriedade essa diferença parece ser maleável, uma vez que o trabalho na terra garante minha permanência nela. Portanto, o que garante que essa legitimidade não será herdada?

¹⁸⁵ Depoimento cedido em 25 de outubro de 2016.

¹⁸⁶ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

É realmente um desafio lhe dá com essa complexa relação de posse/propriedade/trabalho. Estimular a coletividade seria, ao que vislumbro, uma estratégia para evitar brechas no desenho da situação.

Por outro lado, o trabalho coletivo nas lagoas de arroz executado pelo grupo da Resina tem demonstrado as dificuldades de lhe dá com a coletividade. Nestes espaços foram distribuídos subgrupos que desenvolvem um sistema de rodizio para rizicultura nas terras da União cedidas para o uso dos quilombolas. O primeiro aspecto que me chamou atenção foi o fato de que são utilizados os mesmos meios de produção que uma produção convencional, onde o manejo de insumos faz parte do processo. Ocorre que algumas substâncias utilizadas agredem o meio ambiente o que seria uma contradição ao apelo que garantiu o acesso a terra, pois, sua sustentabilidade envolve a preservação ambiental. Certo que não se trata de um território quilombola legalmente, e sim uma concessão de uso cedida pela União (SPU e INCRA), porém, como visto, essa condição só foi possível usando-se como justificativa a questão quilombola.

Essa constatação é apenas uma ilustração para se levantar a forma como os quilombolas atuam seguindo as formas convencionais de produção. Ao mesmo tempo em que procuram realizar um trabalho coletivo. Essa relação, ao que parece, estabelece um descompasso não só na produtividade, como também nas relações internas. Ora, o produtor – fazendeiro – se vali da força de trabalho de trabalhadores rurais que são remunerados para desenvolver a produção, o que não ocorre na comunidade. Lá, todos trabalham para si, e cada subgrupo formado por 5 ou mais pessoas são trabalhadores que exercem sua mão-de-obra com vistas a sua própria remuneração.

E aí é onde inicia outra problemática, pois, um depende do outro para o sucesso da produção, alguém que não cumpra com sua parte pode prejudicar a todos. Esse fator de dependência deixa a situação melindrosa, uma vez que existem aqueles que vacilam na execução das tarefas, o resultado disso? São lidas que afetam as relações para além das lagoas. As reuniões que acompanhei do grupo da Resina para tratar da produção do arroz, deixou claro que a dificuldade de desenvolver esse trabalho coletivo parece estar na perspectiva de garantir que todos cumpram com suas partes. E assim, alguns acabam ficando sobrecarregados, como me relata meu interlocutor acerca do processo de expropriação debatido algumas seções acima:

[...] eu vou desistir desse negocio de arroz no próximo ano, não dá mais não... é uma trabalhada da pêga e ainda tem que fazer o serviço dobrado

porque tem gente que se quer aparece rapaz... agora mesmo marcamos com o grupo pra concertar o muro da lagoa e só foi eu, o Patinho e o Mauricio, ou outros nem disse nada... só querem falar na reunião, mas na hora de trabalhar nem aparece... (informação verbal)¹⁸⁷.

O desânimo é visível com relação a esse tipo de trabalho, o que está se agravando com a salinização das águas do rio. Ocorre que mediante o desânimo provocado pela falta de cumprimento das obrigações, as discussões acabam gerando um afastamento de alguns. Subgrupos já foram desarticulados e seus componentes se afastando da questão. Há alguns anos quando se convocava as pessoas deste agrupamento para realizar um trabalho coletivo, como foi o cercamento da área cedida pela SPU, um número considerável de pessoas se faziam presentes. Atualmente, como foi dito acima, a mobilização ficou um tanto mais dificultada.

Algumas ações em forma de projetos estão sendo viabilizadas para beneficiar esse grupo. A representante do INCRA apresentou uma proposta de desenvolver uma produção de beneficiamento do coco na região, e mediante o quadro que se encontrava a Resina ficou decidida a destinação do benefício para este agrupamento. Pelo que parece houve um sinal de ponderação ao grupo que seria beneficiado, segundo ela: “[...] a gente fez uma reunião com as quatro... massa todo mundo cedeu pra Resina... a gente deixou eles decidirem (informação verbal)¹⁸⁸”.

Realmente houve um incentivo para a continuidade do movimento, o que demonstra a necessidade de retornos para a adesão e assim, o fortalecimento do grupo. O que não implica em afirmar que as dificuldades não circundam nas redondezas. Seja na terra ou nas lagoas fica claro que se faz pertinente um trabalho de preparação para lidar com essa realidade. E assim, já chegando na reta final destas considerações, retomo minha interlocutora que avalia a existência de uma demanda que afeta diretamente a pretensa e a atual apropriação territorial: “Se o Estado se ausenta, vão surgir os novos concentradores... tá todo mundo pisando em ovos. É importante a noção de gestão territorial [...]” (informação verbal)¹⁸⁹.

Três aspectos são destacáveis. Em primeiro lugar a ideia da permanência do Estado no acompanhamento do desenrolar das formas de posse e uso das terras, e das lagoas. Essa questão remete a necessidade, não de está à frente do grupo, mas de capacitá-los na direção de uma autonomia, pois, o protagonismo de agentes externos cria uma dependência e dificulta o fortalecimento do grupo. Por outro lado, isso gera um problema para o agente do Estado, no

¹⁸⁷ Depoimento cedido em 29 de dezembro de 2016.

¹⁸⁸ Depoimento cedido em 25 de outubro de 2016.

¹⁸⁹ Ibidem.

caso o INCRA, uma vez que suas atribuições administrativas são preponderantes e estaria o órgão exercendo um papel que segundo o decreto se encontra pautado no “Comitê Gestor”¹⁹⁰.

Em segundo lugar, o prenúncio de aparecer mesmo que internamente, pessoas que como dito acima, podem acabar concentrando “bocados” de terras pelo fato de ter tido melhores condições de trabalho e assim maior concentração de renda. E isso é algo indesejado para essa política que se pretenda enaltecer a coletividade. E em terceiro, a necessidade de uma capacitação no que tange a administração do território enquanto não só um conjunto de espaços, mas também como meio de produção. Fica claro que os grupos envolvidos, mesmo os dois que estão adiantados no uso do bem, não apresentam recursos para desenvolver uma utilização que atenda aos vários critérios que cercam a questão.

Esse terceiro aspecto considero fundamental para a manutenção do acesso a terra, pois, uma vez produzindo, de forma coletiva, os critérios básicos para um fortalecimento da legitimidade enquanto propriedade estarão atendidos proporcionando uma perspectiva de permanência e até de novas conquistas, ao que o futuro poderá oferecer.

¹⁹⁰ Segundo Art. 19 do decreto (ver nota de rodapé n.º44).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A problemática em torno da apropriação territorial, como foi visto no capítulo inicial, envolve o Estado, leis, agentes, conflitos, e muitos outros fatores determinados pelos contextos gerais das disputas por terra. A questão quilombola acrescenta-se como mais um item nesse enredo, mas de forma bem particular.

Contudo, algumas generalizações podem ser atribuídas, afinal, a expansão das grandes propriedades marca a persistência do sistema agrário tradicional no Brasil, por outro lado também, não se deixa de registrar um avanço por parte de novos grupos sociais, novas atuações na conformação territorial brasileira. A política quilombola se insere nessa problemática marcando seus espaços. Entre ganhos e perdas, empréstimos e trocas vão se construindo linhas que não são apenas limites físicos, mas tem em suas entre linhas os sentidos de sua construção, da lei, dos interesses e das negociações.

A região na qual se insere o caso aqui tratado é marcada por uma concentração de terras que foi naturalizada e consumada social, política e culturalmente. Muitas famílias deixaram de ter acesso a terra por ação dos fazendeiros, essa pesquisa fica limitada perante o processo de expropriação ocorrido. No entanto, isso serve como um elemento motivador na formação do movimento. Movimento que, como visto, não se restringe ao contexto aqui estudado, se estende ao longo de décadas onde agentes sociais marcaram suas trajetórias.

As marcas de tais agentes podem ser sentidas nas ações e atitudes do Padre Isaías. Sua participação nessa querela pode ser entendida em dois pontos: 1. Representa uma força contundente ao lado dessas populações de trabalhadores rurais (“sem terra” e/ou “quilombolas”); e 2. Seu protagonismo representa um limite na atuação dos sujeitos. Esses pontos coloca em relevo a ideia de negociação, pois, considerando que não existe um isolamento e nem uma garantia do acesso a terra, essa coletividade, do ponto de vista externo, precisará obter instrumentos que possam ser apresentados perante as investidas de espoliação de suas conquistas. Afinal, imaginar que viverão sem ameaças seria um tanto romântico. Logo, cabe pensar numa formação política aos integrantes dos grupos para dialogarem com os interesses ao seu redor.

Alguns pontos da pesquisa chamam atenção para essa assertiva. Com relação ao RTID, e do ponto de vista das relações internas, as fronteiras se moveram regidas pelas aproximações entre moradores e equipe técnica. E em se tratando de uma CQ formada por quatro localidades, tais relações apresentam certa variabilidade, como bem ressalta Leach (1996). Estas variações escapam ao investimento realizado para tal definição. Por exemplo,

haveria a necessidade de reunir narrativas representativas do grupo, ou seja, que todos os agrupamentos participassem de forma paritária da delimitação do território. E aí, nesse sentido, sendo ouvidos os integrantes a demarcação poderia seguir outro rumo, direcionando os limites à sede do município, ao que parece, é o que esperava o agrupamento de Brejo Grande.

Pois bem, se como foi visto no primeiro capítulo que a produtividade mantém relação direta com a ocupação territorial, e o trabalho é pré-requisito para a posse; os relatos de locais de trabalho levariam os limites para mais direções. Como foi dito, em 2008 cheguei a iniciar um trabalho de campo para fins de elaboração do RA da comunidade. Na ocasião registrei a fala do avô do então presidente da Associação, que me disse: “... agente trabalhou tudo isso aqui, eu mesmo e meus pais trabalhou muito ali no Raposo...”¹⁹¹. Algumas outras pessoas relatam o trabalho nesta propriedade e em outras, mas se for considerarmos que da economia açucareira, aos arrozais, nas lagoas, mangues ou nos coqueiros, essa população sempre trabalhou em tais áreas – fazendas e/ou engenhos -, poucos espaços ficariam de fora deste território. O que atesta para as negociações em torno de sua construção.

Portanto, o território pleiteado ainda em negociação corresponde a uma área onde existem espaços comuns (“terras de hereu”) onde algumas famílias deram continuidade ao seu trabalho na terra, mas que a expansão das propriedades foi ameaçando e expulsando essas pessoas de seus lugares, onde plantavam e criavam poucos animais. O conflito faz parte intrinsecamente a essa dinâmica.

Então, mediante tal enredo, um dia “sem terra”, tentaram em dois momentos, para chegar o contexto do reconhecimento dos direitos de descendentes dos primeiros que ali trabalharam, mas que sua “presença” reverberou na contemporaneidade, garantindo aos seus descendentes – aqueles que recorrem – o benefício de acesso e posse da terra.

Esse estudo mostrou que a complexidade que caracteriza tal processo não condiz com o encadeamento das descrições destes parágrafos anteriores contidos nestas considerações finais. Foi visto que a CQ do Brejão dos Negros, certificada em junho de 2006, encontra-se em fevereiro de 2017, do ponto de vista dos procedimentos, com o RTID publicado, e em fase de contestações, ou seja, uma vez notificadas às partes requerentes envolvidas (CQ e proprietários) tem 90 dias para entrar com as alterações. Seguida a judicialização que irá emitir os vereditos para dar-se continuidade visando à desapropriação, e o poder judiciário

¹⁹¹ Registro de entrevista manuscrita de 26 de outubro de 2008. Tal propriedade é citada no documento que define os limites da Fazenda São Francisco.

sendo cada vez mais acionado, torna-se alvo das investidas da politização que visa um mapa, uma demarcação textual, mas não de fato.

Um documento que atesta um limite, uma fronteira que não existe, mas, que sua consumação foi fruto menos de um investimento técnico, e mais de um conjunto de relações entre agentes de diversas naturezas, de relações de interesses internos, e de um movimento conflitante que ditou o ritmo e a cadência das cercas.

Mas, por outro lado, em nome da referida identificação, da defendida identidade, do reconhecimento, algumas famílias puderam ter a possibilidade de trabalhar nestas terras, agora em outra condição, são beneficiadas por políticas de Estado (reforma agrária e “terras da União”) que na prática não fecham o ciclo, pois, com os 465 há de um lado, somados aos 172 há de outro, as políticas públicas não atendem as necessárias etapas de produção: investimento, assistência técnica e capacitação; para produzir. Mas seja como for, só o fato de estarem lá, de deslocarem herdeiros tradicionais, já representa um grande avanço. Como os quilombolas poderão suprir essas referidas etapas? É um grande desafio. Portanto, cabe perscrutar um pouco nos corredores do caso, revisitando alguns agentes fundamentais para se tentar visualizar a lógica do “território negociado”.

Um perímetro territorial é em outros termos um mapa, e como tal, apresenta “... construções que empregam um conjunto de signos convencionais.” (HARLEY, apud, GIRARDI, 2009) . Em outras palavras o mapa é como um texto em que conhecimentos são postos frente a intencionalidades que se relacionam nesta construção. Desse modo, todos os elementos abordados nesta pesquisa são fatores dessa formação, mesmo as contradições.

É evidente que o processo de regularização de territórios quilombolas é uma realidade desagradável para muitos setores da sociedade, principalmente aqueles que se valem da apropriação territorial como uma de suas estratégias para garantir poder e interesses econômicos. No entanto, estou inclinado em afirmar que outro elemento move as forças que dificulta o andamento do pleito.

Na minha última entrevista com um representante do INCRA, já nos acréscimos do segundo tempo da prorrogação – me permitam essa analogia jocosa -, me foi possível perceber que dentre as razões que levaram o processo a se arrastar por mais de 10 anos e ainda não ter tido um desfecho – e muito provavelmente não terá, naquilo que prever o processo em sua etapa final, ou seja, a titulação e posse definitiva da propriedade -, está a subjetividade humana que responde pelos atos dos atores sociais.

Uma passagem da referida entrevista aponta para o porquê, também¹⁹², do INCRA não conseguir agilidade nos procedimentos administrativos:

[...] só que na hora de implementar você encontra ranços dentro do INCRA contra a questão quilombola, o INCRA teve que aturar aquilo ali, ele queria que aquilo fosse uma passagem rápida, que viesse desse a terra e fosse embora, eu inserindo esse público no crédito de instalação, traria um público que eles não queriam... ia gerar precedentes como o superintendente hoje fala, pra os outros pedirem. Não sei se é um racismo institucional contra o negro, mas eu vejo uma resistência muito grande e desproporcional... porque eu não dou os créditos, já que eu dou pra prefeitura, atingidos por barragens que não tem nada haver comigo, porque eu não posso reconhecer o grupo que eu estou trabalhando? Então, existe uma resistência, pra que eles passem pelo INCRA e vá embora... Então, naquele momento, quando foi pra implantar o PDDF não foi encontrado eco, nem pela deputada Ana Lúcia e nem por João Daniel, infelizmente... eu pessoalmente tentei, eu levei nos gabinetes. (informação verbal)¹⁹³

Uma vez que o órgão continuamente estará relacionado com esses grupos, havendo essa “resistência” as dificuldades para o gerenciamento da posse das terras conquistadas ficarão latentes. Essa instabilidade interfere na consolidação deste direito, uma vez que a comunidade se encontra na dependência da instituição para desenvolver ações produtivas. Esse não protagonismo coloca em risco até mesmo os limites das cercas, pois, nada garante, como já foi dito, que o grupo dos fazendeiros volte a cometer atos como o corte dos arames, ou o deslocamento destes.

O fato de encontrar dificuldades de manter a área produtiva pode servir como argumento para tais investidas, mesmo no plano administrativo e judicial, afinal o perímetro se encontra definido, mas não implementado. E mesmo implementado ficará ligado ao INCRA. A atual diretora do DOEF/INCRA elabora uma avaliação contundente nessa direção, seguindo para outro aspecto do pós acesso a terra:

os títulos que são emitidos que não são títulos concretos... o título ainda é do Incra, qualquer coisa que tiver quem responde é o Incra. Assim, não se pensou em política de desenvolvimento para as CQs... se não tivesse o decreto, hoje seria um projeto de assentamento, aí eles teriam acesso ao PRONAF, a instalação... os quilombolas do Mocambo e Lagoa dos Campinhos por exemplo, estão tendo que arrendar os pastos, porque não tem dinheiro... então como é que vc quer que eles consigam esse

¹⁹² A falta de servidores técnicos da área da Antropologia; desconhecimento da política quilombola; e até as greves que o órgão enfrentou, como disse o ex-superintendente: “Que em virtude da greve dos servidores do INCRA, ocorreram atrasos nestas tarefas” (Em: Ata de Audiência Pública do vinte e três de outubro de 2007); foram fatores que dificultaram o atendimento dos procedimentos administrativos atribuídos ao INCRA.

¹⁹³ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

desenvolvimento?... tá diferente de todas as políticas do Brasil, principalmente as de inclusão social, políticas públicas básicas... muita coisa precisa ser revista. (informação verbal)¹⁹⁴.

Portanto, a tipificação da titulação remete à tutela da FUNAI para com as reservas indígenas, uma semelhança. Essa dependência sinaliza uma contradição inerente a este caso. Ora, como disse acima minha interlocutora, o deslocamento das “identidades” acabou colocando o grupo numa posição menos favorável, afinal, as políticas de financiamentos e assistências técnicas para a Reforma Agrária são reais, o que ainda falta na política quilombola, e os exemplos demonstram que a ausência desse preenchimento está levando quilombolas a ir de encontro a lei, pois, como diz no Art. 17 do decreto, citado acima, são critérios da posse da terra: “inalienabilidade”, “imprescritibilidade” e “impenhorabilidade”. Fica imprescindível que ordenamentos legais possam direcionar o desenvolvimento e uso produtivo desses territórios, isso pode fortalecer sua fixação no transcorrer do tempo.

Como foi dito a dinâmica dos contextos proporciona momentos propícios para a intensificação de forças. Neste momento vivemos uma perspectiva de dias difíceis para a política quilombola. Recursos foram e estão sendo minimizados, e o governo atual – pós-impeachment – apresenta uma inclinação para beneficiar os interesses daquele sistema fundiário monopolista dependente e exportador, que se diga o Programa “AgroMais” e o corte de 50% no orçamento para titulação de terras quilombolas.¹⁹⁵

Esse dado corrobora com a tese do “território negociado” uma vez que a instabilidade enfraquece o movimento deixando aflorada a necessidade de dialogar com agentes que possam garantir a manutenção da posse da terra. Diante de um quadro desfavorável quem garante que o próprio movimento não aceitará diminuir a dimensão do território para tê-lo efetivado, ou garantir sua permanência naquilo que se tem?

Além disso, se se pretende pensar na sobrevivência por meio do uso da terra, se precisa elaborar estratégias para convencer as novas gerações da importância da participação na luta. Essa participação é fundamental para a continuidade da legitimidade deste direito. A falta de politização percebida nos integrantes do movimento deixa a preocupação em suspensão. O poder de convencimento concorre com expectativas que distanciam os mais jovens do pleito.

¹⁹⁴ Depoimento cedido em 13 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁵ Cf. matéria na Folha de São Paulo de 28 de fevereiro de 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1833844-menos-de-1-em-10-terras-quilombolas-no-brasil-recebeu-titulo-de-posse.shtml> Sítio acessado em 28 de fevereiro de 2017.

Como então se pode pensar em posse definitiva ou mesmo propriedade coletiva para a sobrevivência física, social e cultural desse grupo, sendo que as perspectivas não seguem na direção do desenvolvimento? Certamente se o referido “etnodesenvolvimento” fosse uma realidade se poderia vislumbrar um instrumento na conservação do direito alcançado. Claro que essas conclusões são provisórias, pois, partem da percepção do investimento destinado na questão. Mas, seja como for, a estabilidade não é uma situação absoluta, a necessidade de negociações, seja interna, ou externamente, é uma realidade. O diálogo com as políticas públicas que destinam recursos deve existir, para tanto se faz necessária uma integração dos grupos, uma aproximação mais coerente e participativa.

A validade deste direito se encontra na sua viabilidade de materialização, o que pressupõe como já defendia Habermas (2003, p. 63), que “... o direito extrai sua força integradora, em última instância, de fontes da solidariedade social”.

Por conseguinte, a política de regularização fundiária quilombola ainda é um assunto que merece atenção por parte de todos os setores que atuam nesta seara. Essa solidariedade precisa transitar entre os integrantes do grupo, pois, o reconhecimento jurídico quilombola foi posto com a participação de quatro agrupamentos, e como foi dito, existem aspectos que comprometem a estabilidade entre as partes integrantes. O conjunto de tais relações corresponde a um fator interno na demarcação do território. A negociação posta anteriormente que envolveu o deslocamento das “identidades” deixou uma parte desfavorecida, sua integração, além de fortalecer o movimento, iria determinar outra conformação ao perímetro territorial.

As linhas definidas nos documentos administrativos são sentidos que representam um determinado contexto. Talvez ressurgindo outro movimento reivindicatório de trabalhadores rurais, os deslocamentos das cercas poderiam deslocar-se na direção da sede do município, colocando suas fronteiras às vistas de uma grande parcela da população, e os efeitos disso... Bom, não saberíamos agora afirmar, mas, iria representar uma significativa configuração territorial, ou seja, poder!

Ora, a estrutura fundiária brasileira é uma espécie de mapa em constante alteração, seja na direção do aumento dos números de propriedades, seja nos registros de posses espalhados pelo país. Forma-se um mosaico de situações que desafia a padronização normativa dos procedimentos administrativos que regem, com base em leis, o desenho da distribuição de terras. Tamanho o arranjo de relações que em torno deste bem material se forma que a lei se torna mais um dispositivo em cena nos contextos dos conflitos pelo acesso

a terra, mas não o determinante. E assim, cada caso terá suas particularidades, seus agentes, suas alianças e articulações políticas. Cabe aos pesquisadores perscrutar esses universos.

Esse mergulho no universo do processo de regularização fundiária da CQ Brejão dos Negros permitiu lê os limites do território pleiteado, e das áreas conquistadas, foi possível perceber as negociações ao ritmo da intensidade do conflito, da construção de identidades, do reconhecimento jurídico e da judicialização; demarcou um espaço que diz como as relações internas e externas se moveram. O relativo afastamento do limite das proximidades com o povoado Brejão (onde a maior parte da população habita que é diferente do espaço da CQ Brejão dos Negros, mesmo que os quilombolas estejam em ambas); a disposição distanciada da sede do município; a inclusão do povoado Cabeço; o fato do conjunto do Saramem se encontrar dentro do território, sendo que a questão quilombola não faz parte do repertório social do agrupamento... Para citar alguns pontos que confirmam o território como uma construção humana, e uma vez envolvendo coletividades, a negociação faz parte do processo.

A “luta pela terra” é um fenômeno social presente em diferentes dimensões, mas pelo que foi visto, é um caleidoscópio que se altera na medida das circunstâncias. Seja nas relações externas ou nas relações internas essas mudanças são reais, e é exatamente aí que o ponto de entendimento da questão deve se encontrar.

Portanto, encerro este empreendimento convicto de que a questão quilombola é um acontecimento que marca sinais da estrutura fundiária brasileira e coloca a tona um sistema de apropriação territorial que reflete a desigualdade social no país. Na região que pesquisei esse assunto trouxe mudanças significativas na dinâmica social, não só dos grupos envolvidos, mas de todas as redondezas.

O grupo quilombola se move na direção de garantir suas conquistas, mas certamente, do outro lado, as forças contestatórias não se darão por vencidas e tentarão dificultar a consumação do território ligado ao direito a terra que imputa a legislação aqui tratada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas - processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Vol. 6, Nº 1, maio. 2004.

_____. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. In: O'DWYER, Eliane C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2008.

_____. de. Apresentação. In: MARIN, Rosa Elizabete Azevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização de conflitos**. Manaus: UEA Edições, 2012.

ALMEIDA, M^a da Glória S. **Fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Lúcia. O papel da perícia antropológica no reconhecimento das terras de ocupação tradicional: o caso das comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas (Pará). In: SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; VIEIRA, Cecília Maria (org.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1994.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício; FIGUEREDO, André. Processos Cruzados: configurações da questão quilombola e campo jurídico no Rio de Janeiro. In: **Boletim Informativo NUER**. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, v.2, n. 2. Florianópolis, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (1994). Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. São Paulo. Disponível em: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html+quilombola+conceito&hl=pt-BR>. Acesso em: 25 de nov. 2016.

BALANDIER, Georges. **As Dinâmicas Sociais: sentido e poder**. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A questão agrária: a cerca jurídica da terra como negação da justiça**. Discursos sediciosos Ano 2, n.º 3, , Rio de Janeiro, 1997.

BANDEIRA, M^a de Lourdes. **Território Negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BEAUD Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a Pesquisa de Campo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Locke e o direito natural**. Brasília: UNB, 1998.

BOMFIM, Wellington de J. **Identidade, Memória e Narrativas na dança de São Gonçalo do povoado Mussuca (SE)** (2007). Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. **Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**, Oieiras: Celta Editora, 2002.

_____. **O poder simbólico**. 8 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.

BRASIL. Decreto Federal 4. 887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o processo de titulação das terras de quilombo. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Lei Federal 10. 639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: Senado Federal.

BRUSTOLIN, Cindia. **Reconhecimento e Desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita**. Porto Alegre, RS: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRG, 2009.

COHEN, Abner. **Custom and politics in Urban Africa**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. Edusp: São Paulo, 1992.

DANTAS, Orlando Vieira. **A Vida Patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DARCELINO, Severo. **Contribuição do Negro na Cultura Sergipana**. Casa de Cultura de Sergipe, 1997.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1983.

ENNES, Marcelo; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **SciELO** 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a10v16n35.pdf>>. Acessado em: 24 jan. 2017.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII**. Editora Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Modernidade no Campo e a Luta dos Sem Terra. **Revista De Cultura Vozes**, número 1, ano 90. Editora Vozes. Petrópolis, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.

FIGUEREDO, Ariosvaldo. **O Negro e a Violência do Branco: o negro em Sergipe**. Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recongnition? A Political-Philosophical Exchange**. London . New York, 2003.

FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. Tereza Tavares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Nº 63, out. 2002.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Un debate políticofilosófico**. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidões de auto-reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos, emitidas pela Fundação Cultural Palmares, conforme decreto 4887/2003. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª ed., 1980.

GOLDBERG, D. Theo. **The Treat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism**. Malden (MA), Blackwell, 2009.

GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA. Preparado por uma Comissão do Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda. Tradução de Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cutrix, 1971.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOBSBAWN, Eric e alii. Introdução: invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric e alii. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 9-23, 1997.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003b.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Tradução: Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LATOUR, B. **La Fabrique du Droit**: une ethnographie du Conseil d'Etat. Paris: La Découverte, 2004.

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP-USP, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade expropriadora. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporânea, 1996.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre: Editora Sulinas, 1954.

MAGALHÃES, Daniela Santos. A judicialização dos direitos sociais como consequência da falta de efetividade das políticas públicas apresentadas pelos poderes legislativo e executivo. *Ambito Jurídico*, 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=12526> Acesso em: 05 de jan. 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

MOTT, Luiz. **Sergipe Del Rey**: população economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOTTA, Marcia. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO FILHO, Isaias Carlos. **Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do baixo São Francisco**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/UFPE, 2012.

NAUAR, Ana Lidia. **Relatório antropológico**: território remanescente de Quilombo Brejão dos Negros, Sergipe. Sergipe: MDA/INCRA-SE/DOEF/SRTQ, 2013.

NEVES, Paulo S. C.; DOMINGUES, P. (Org.). **A diáspora negra em questão**: Identidades e Diversidades Etnico-Raciais. 1. ed. v. 1. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, 302p.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.20, n.59, p.81-96, 2005.

NUNES, M^a Tetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PACHECO, J. de Oliveira. Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO, J. de Oliveira. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p.11-40.

PAULA, Roberto de. **Direito agrário constitucional**: a propriedade privada da terra à luz da constituição federal e da justiça. São Leopoldo: Oikos, 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

POUTIGNAT, Phiplipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 410 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

RENAUT, Alain. **O Indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3 ed. – Petrópolis: Vozes, 1979.

ROCHA, Osvaldo de Alencar. **O negro e a posse da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular e FASE, 1989.

SALDANHA, Antônio Vasconcellos de. **As Capitanias: o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

SANTOS, Clébson Monteiro dos. **Fragmento da História do Povoado Brejão dos Negros**. 2008. Monografia. Aperfeiçoamento/Especialização em Ensino de História: Novas abordagens. Faculdade São Luis de França, 2008.

SHIRLEY, Robert Weaver. **Antropologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. Cadernos de Antropologia Social, nº 20, p. 11-23, 2004.

SILVA, Edmilson Suassuna da. **Conflitos Territoriais de Áreas Quilombolas em Sergipe**: espaço único, interesses múltiplos (2007). Trabalho Monográfico de graduação em Ciências Sociais / Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SILVA, Ligia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850**. Edusp: São Paulo, 1992.

SIMMEL, Georg. The Sociological Nature of Conflict and The Triad. In: SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel**. Nova Iorque/Londres: The Free Press/Collier Macmillan Pub, p. 13-55, 1964.

SOUZA, Júnia Marise Matos. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. Tese de Doutorado (NPGeo/UFS). São Cristóvão, SE, 2009.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades Quilombolas**: Direito à Terra. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Minc / Editorial Abaré, 2002.

TAYLOR, Charles. A Política de Reconhecimento. In: **Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TOCQUEVILLE, A. de. **De la Démocratie em Amérique**. Paris: Garnier-Flammarion, 1981.

TRECCANI, Girolamo Documenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEBER, Max [1915-1921]. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade*. vol. 1. Brasília: Editora da UNB, p. 267-277, 2000.

WEBER, Max. **Coleção Os Pensadores**. Editora Abril, 1976.

WEBER, Max. *Relações comunitárias e étnicas*. Em: WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. Da UNB, 1991.

ANEXO A



**ATA DA 1ª REUNIAO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE BREJÃO DOS NEGROS**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e cinco, às dezessete e trinta horas, a convite da ~~CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIA~~, através do seu coordenador Pe. Isaias Carlos Nascimento Filho, se reuniram no salão da Casa Paroquial do Povoado Brejão dos Negros representantes da referida comunidade para redigir e assinar o requerimento a ser encaminhado à Fundação Palmares para que ela seja registrada no cadastro geral e obtenha a expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo. Abaixo seguem as assinaturas dos presentes:

MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS CPF 988430445-91
 Maria José Santos
 Ana Alice Faveres dos Santos RG 2284198-9
 Jaqueline dos Santos RG 3.254.499-5
 José Fausto Santos CPF 293356475-00
 Maria Lenete Brito dos Santos CPF 267563205
 Enisolda Santana dos Santos CPF 006468425-36
 Maria da Conceição dos Santos CPF 045015-29
 Dora Baniú dos Santos CPF 991.396.855-00
 Maria Freire do Espírito Santo CPF 3852328-B0
 MARIA VERA FERREIRA (dona) RG 1259.081
 Maria Jilain dos Santos CPF 008441515-05
 MIGUEL DOS SANTOS (dona) RG 967.088
 Rosilda Cavalcanti dos Santos CPF 035059985-83
 MARIA FELIA SANTOS (dona) CPF 013.033865-32
 Maria Carla dos Santos RG CPF 027.702.505-28
 Jaqueline Santos (dona) CPF 020.642.805-69

177.200,87		
174.704,32		
2.056,74		
2.654,76		

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE BREJÃO DOS NEGROS

Assinaturas:

Edinara dos Santos Santana CPF 035 843.545-92
 Maria Domingos dos Santos CPF 681 703033-44
 Maria Izaltina Silva Santos CPF 130 706.548-31
 Lucide Selma dos Santos CPF 070 075 045-10
 Maria Pastora dos Santos CPF 115 203 765-21
 Maria Pastora dos Santos CPF 956 224 125-87
 Paulo dos Santos CPF 019 413-155-69
 Gilmar Pereira Honorato CPF 610.334.805-68
 Juilene Santana dos Santos CPF 878 601 805-10

ANEXO B



Brejo Grande(SE), Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, 27 de outubro de 2005.

A Sua Senhoria o senhor
 Ubiratan Castro de Araújo
 Presidente da Fundação Cultural Palmares
 Setor Bancário Norte Quadra 02 - Ed. Central - 1º Sub-solo
 70040-904 - BRASÍLIA - DF

Senhor Presidente,

Nós, representantes da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, localizada no município de Brejo Grande, Estado de Sergipe, indicados em reunião da comunidade nesta data, para assinar este requerimento em nome de todos/as que nos auto-definimos como grupo de remanescente das comunidades de quilombos de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, vimos requerer à Fundação Cultural Palmares o registro no livro de cadastro geral e expedição de certidão como comunidade remanescente de quilombo.

Atenciosamente,

Em nome da comunidade:

1. Maria José Dantas
 MARIA JOSÉ DANTAS
 CPF: 025.433.824-02 RG: 125887-4 SSP/SE
2. Jose Fausto Santos
 JOSÉ FAUSTO SANTOS
 CPF: 293.356.475-00 RG: 741.737 SSP/SE
3. Maria Pastora dos Santos
 MARIA PASTORA DOS SANTOS
 CPF: 256.224.125-87 RG: 666.459 SSP/SE
4. Jucilene Santana dos Santos
 JUCILENE SANTANÁ DOS SANTOS
 CPF: 878.601.805-10 RG: 1.057.590 SSP/SE
5. Gilvan Pereira Honorato
 GILVAN PEREIRA HONORATO
 CPF: 610.334.805-68 RG: 1.171.635 SSP/SE

610.375.155/1001-00
 12/03/2006 10:00:00
 IPO - Brasília DF
 Ass: [illegible] SSP/SE

ANEXO C



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Brejão dos Negros**, localizada no município de Brejo Grande, Estado de Sergipe, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 006, Registro n. 651, fl. 161, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Maria José Dantas – CPF/MF nº 025.433.824-02

José Fausto Santos – CPF/MF nº 293.356.475-00

Maria Pastora dos Santos – CPF/MF nº 256.224.125-87

Juciline Santana dos Santos – CPF/MF nº 878.601.805-10

Gilvan Pereira Honorato – CPF/MF nº 610.334.805-68

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **19 de junho de 2006.**


O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

ANEXO D


 ESTADO DE SERGIPE
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL &
 CONFLITOS AGRÁRIOS


TERMO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de dois mil e sete (2007), às 10:00 horas, nesta cidade de Brejo Grande, na Escola Estadual Dr. Luiz Garcia, onde presente se achavam:

- 01) O Desembargador Gercino José da Silva Filho - Ouvidor Agrário Nacional;
- 02) Dr. Deljanirio Jonas Filho, Promotor de Justiça e Curador dos Conflitos Agrários do Ministério Público de Sergipe;
- 03) Dr. Aílson Silveira Machado - Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
- 04) Dr. Elcione Diniz Macedo, Diretor de Desenvolvimento Institucional - Secretário-Executivo do Com Cidades/Ministério das Cidades;
- 05) Padre Izaias Carlos Nascimento Filho, representante da Cáritas Diocesana;
- 06) Dr. Júlio César Pereira Trajano de Souza - Ouvidor Agrário Estadual;
- 07) Deputado Federal Iran Barbosa.
- 08) Dr. Paulo José Francisco Alves Filho, Promotor de Justiça de Brejo Grande.
- 09) Marcel Maia Montalvão, Juiz de Direito de Brejo Grande.

CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL & CONFLITOS AGRÁRIOS
 PRAÇA FAUSTO CARDOSO, Nº 327, 4º ANDAR - EDIFÍCIO WALTER FRANCO
 ARACAJU - SERGIPE
 CEP.: 49.214-280 - TEL. 78.3216.2400

ANEXO E



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL & CONFLITOS AGRÁRIOS

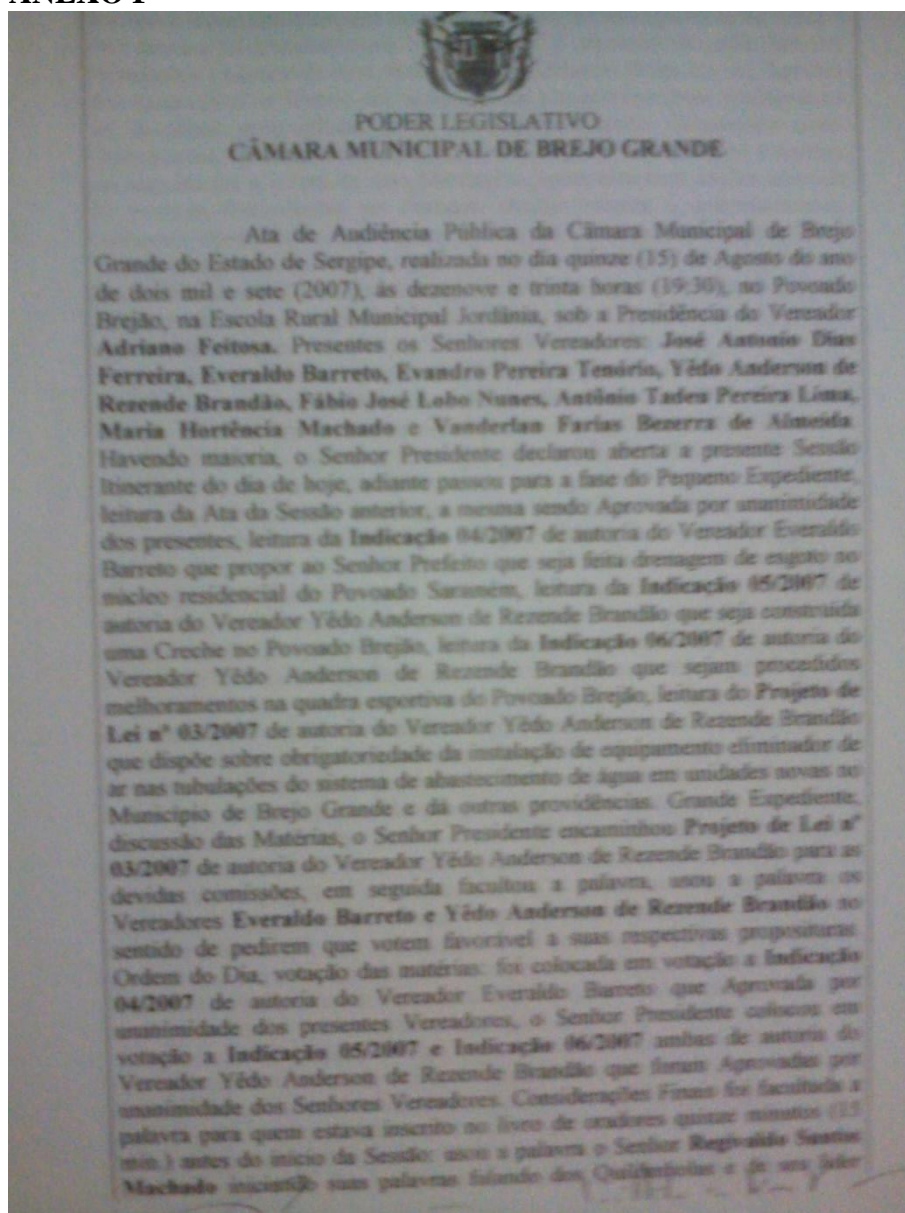
Passada a palavra ao PADRE ISAIAS CARLOS NASCIMENTO FILHO pelo mesmo foi dito que estava partilhando com a comunidade da situação de Brejo Grande, tendo inicialmente lido uma carta enviada por uma pessoa que não quis se identificar, a qual terá uma cópia que integrará a presente audiência pública. Fez uso da palavra e expôs as dificuldades da comunidade, a ocupação das áreas de sobrevivência para as comunidades RESINA, BREJÃO DOS NEGROS, CARAPITANGA, SARAMEM e outros, além de colocar os obstáculos históricos enfrentados pelas comunidades, através de ilustração por data show. Ainda, acrescentou que as estradas públicas que servem de acesso às comunidades CARAPITANGA e SARAMEM estão bloqueadas por cancelas de particulares e mata-burros, as quais foram colocadas há cerca de três meses, devendo esta situação ser solucionada.

O Senhor FRANCISCO DA CRUZ disse que teve sua casa destruída por uma máquina agrícola, a mando de um fazendeiro conhecido como DUDA, isto há oito meses. Que criava um gado e recebeu um recado do Senhor DUDA que teria que pagar o aluguel do pasto. Como não podia fazê-lo, teve que vender o gado, isto a quinze dias.


Fez uso da palavra a Senhora IRANEIDE MACHADO DOS SANTOS, representando os posseiros da Fazenda Resina, esta que noticiou sua história de perseguições e humilhações, especialmente pelo latifundiário conhecido como DUDA, ilustrando a situação com uma ação do Policial DIONÍSIO NICOLAU. Apelou pela demarcação das áreas da União para que o povo possa sobreviver e que "as autoridades tomem conta do caso pois a escravidão já acabou".

CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL & CONFLITOS AGRÁRIOS
PRAÇA FAUSTO CARDOSO, Nº 327, 4º ANDAR - EDIFÍCIO WALTER FRANCO
ARACAJU - SERGIPE
CEP: 49.214-960 - TEL. 79.3215.3400

ANEXO F



ANEXO G

	<small>ASDIP / UPS</small> CÁRITAS DIOCESANA DE PROPRIÁ
---	---

Aracaju, 21 de agosto de 2007.

Ilm^o. Sr^o.
Adriano Feitosa
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
BREJO GRANDE - SE.


NÃO EXISTE PAZ ONDE VIGORA A DESIGUALDADE SOCIAL!

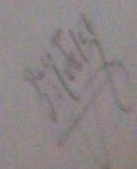
No último dia 19, domingo, às 10h12, recebi das mãos do Sr. Ângulo Menezes Pimentel, a mando da senhora Rosivan Machado da Silva, ambos moradores do Brejo dos Negros, o ofício datado do último dia 15 de agosto.

Em virtude de compromissos agendados anteriormente, sinto-me impedido de comparecer à vossa convocação para a Sessão a ser realizada amanhã na Escola Rural Municipal Jordânia, da Comunidade Quilombola Brejo dos Negros. Mas, ao ler o ofício, fiquei preocupado com o seu teor diante das denúncias expostas à esta Câmara de Vereadores. Por isso, venho informar-lhe que antecipei-me, diante da gravidade dos fatos relacionados por Vossa Senhoria, enviando cópia do referido ofício ao Ministério Público Federal e às Ouvidorias Agrárias Regional e Nacional para que possam contribuir na elucidação dos fatos.

Na qualidade de Coordenador da Caritas Diocesana de Propriá, recebi da Igreja a responsabilidade de cumprir com a sua missão que é testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

Na certeza de que a Verdade nos Libertará, ir ao Seu encontro, significa aproximarmos do Deus da Vida, da Justiça e da Paz.


Pr. Isaias Carlos Nascimento Filho
Coordenador



ANEXO H

Aracaju, 21 de agosto de 2007

Ao Presidente da Câmara Municipal de Brejo Grande,

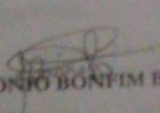
SR. ADRIANO FEITOSA,

Apresentamos aqui o nosso agradecimento pelo convite enviado por esta Casa Legislativa por intermédio da Excelentíssima Juíza de Direito, **Dra. Rosivan Machado da Silva**, e aproveitamos a oportunidade para estabelecer que não recebemos qualquer tipo de denúncia acerca de possíveis irregularidades cometidas no processo de auto-definição e certificação da comunidade Quilombola "Brejo dos Negros". Tudo isso, por si só, dispensa a nossa participação na aludida sessão.

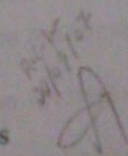
Reiteramos aqui a posição da Constituição Federal que reconheceu às comunidades remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, pois este é o local onde viveram os nossos antepassados e também compartilhamos uma história comum de fuga da dominação e construção de uma nova vida.

Neste sentido, com o objetivo de colaborar com este poder municipal, comunicamos o envio das informações apresentadas por esta autoridade para o Ministério Público Federal e Ouvidoria Agrária Nacional com o escopo de aprofundarmos as investigações das irregularidades citadas pelo representante dos vereadores do município de Brejo Grande.

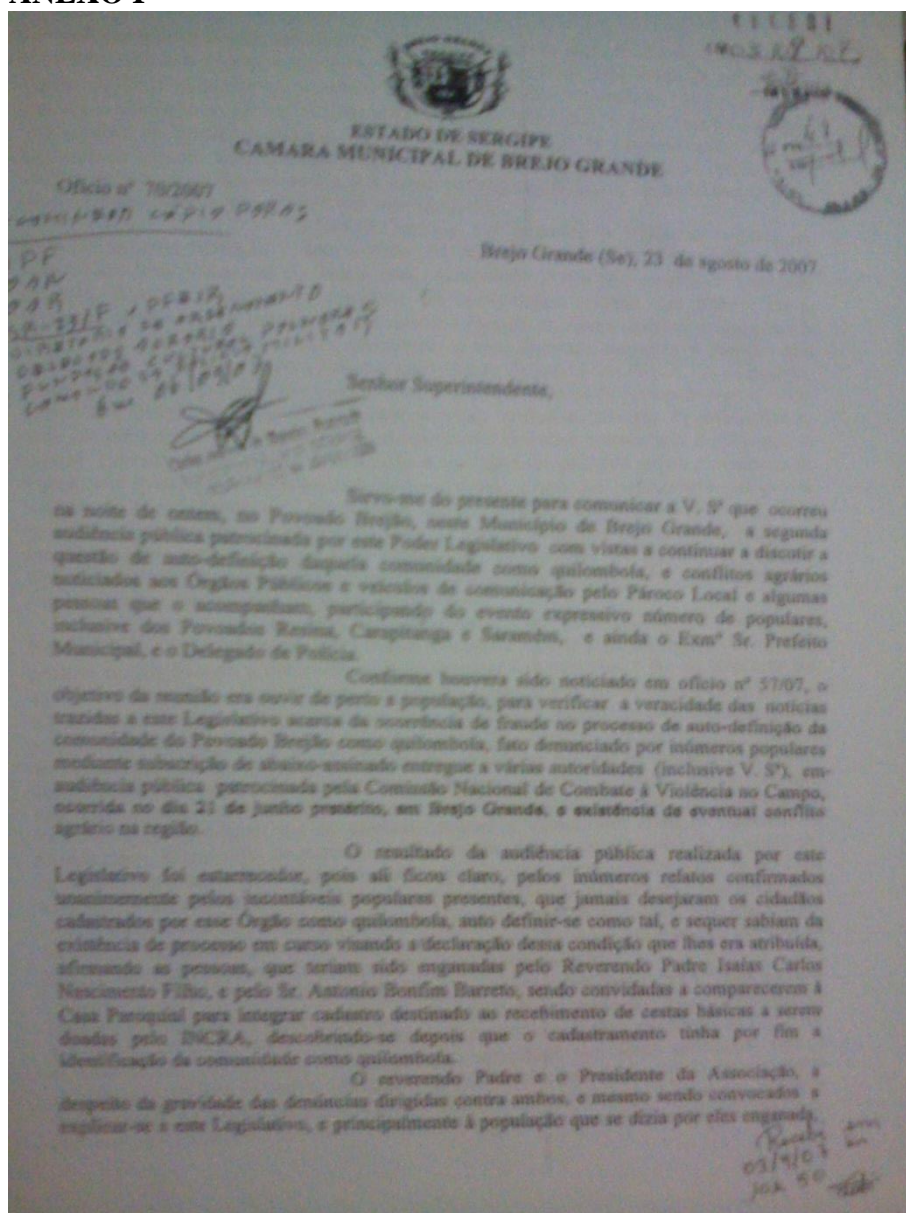
Atenciosamente,


ANTONIO BONFIM BARRETO SANTOS



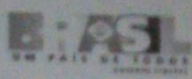
Presidente da Associação Santa Cruz do Brejo dos Negros



ANEXO I



ANEXO J

MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 SECRETARIA DA CULTURA
 BRASIL
 UM PAÍS DE TODOS
 CULTURA BRASIL

OFÍCIO N.º 579 /PRES/GAB/FCP/MinC /2007.

Brasília, de 30 de Agosto de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor
ADRIANO FEITOSA
 Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
 Município de Brejo Grande-SE

Senhor Prefeito,

Em atenção ao OFÍCIO N.º 058/07, vimos pelo presente informar a Vossa Senhoria que no tocante ao processo administrativo n.º 01420.000839/2006-63, que trata do processo de auto-reconhecimento da comunidade de Brejo dos Negros, localizada no município de Brejo Grande-SE, esta Fundação Cultural Palmares no ato da emissão de certidão de auto-definição, apenas cumpriu o que determina o Art. 2º, § 1º do Decreto n.º 4887/03, *in verbis*: "...
Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante AUTODEFINIÇÃO DA PRÓPRIA COMUNIDADE. (grifo nosso).


Desta forma, não só o Decreto n.º 4887/03 que garante o direito à auto-identificação das comunidades quilombolas, assim como também a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 e a Convenção da OIT da qual o Brasil é signatário por meio do Decreto legislativo n.º 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, que garante o direito à auto-identificação de comunidades quilombolas assim como o direito à propriedade da terra, determinado pelo Art. 68 do ADCT da CF/88.

Em 27/10/2005, os representantes da comunidade quilombola de Brejo dos Negros, encaminhou o requerimento constando a auto-definição da comunidade em comento, assinada por 05 representantes da comunidade, conforme faz prova, cópia da solicitação em anexo, juntamente com a Ata da 1ª reunião da comunidade quilombola, assinada 26 membros da comunidade, requerendo a expedição da certificação em favor da comunidade de Brejo dos Negros.

SRN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 424 0101-fax: 06011 424 0145
 E-mail: atendimento@palmares.gov.br ou info@palmares.gov.br

1

ANEXO K


GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DISTRICTAL DE BREJO GRANDE

OFÍCIO Nº 105/2007
 RFP: Requerimento de retratação

Brejo Grande, 14 de setembro de 2007.

Srmo. Presidente da Câmara,

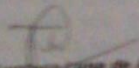
Considerando o documento subscrito por vossa senhoria em 23 de agosto de 2007, dirigido a várias autoridades, no qual houve o uso não autorizado, distorcido e tendencioso das declarações por mim emitidas na sessão plenária da Câmara de Vereadores, ocorrida no Povoado Brejo dos Negros, dia 22 de agosto do corrente ano, com a finalidade de defender um dos lados envolvidos no conflito agrário ocorrido no município de Brejo Grande, venho por meio deste exigir que seja expedido documento de retratação, no qual deverá manifestar suas desculpas e ser explicado:

1) que a autoridade policial local declarou que o motivo de sua presença na sessão foi para sua apresentação perante a comunidade, esclarecimentos a cerca da atuação da polícia na questão agrária, bem como para informar sobre as atribuições policiais civis e militares rurais e sobre as condições de trabalho atuais; 2) que a autoridade policial local informou a importância do papel da polícia na apuração de fatos noticiados que tenham substância; 3) que a autoridade policial local **não expressou** juízo antecipado de inocência dos investigados, nem condutante quanto ao resultado das investigações, **mas sim apenas generalizou** sua impressão pessoal a cerca da gravidade dos fatos (afirmação múltipla e de gradações diversas); 4) que a autoridade policial local **não declarou** "ter constatado, de qualquer modo, qualquer gravidade no fato noticiado, nem a ocorrência de ameaça de morte", como descrito no texto documentado, apenas mencionou alguns casos que imaginou terem situação pacífica. **Nunca**, em momento algum, **diz** que não houve ameaça de morte e que sua ocorrência não era grave; 5) que a autoridade policial local **não declarou** "que as ameaças cujo avariação de fato determinada constituem fato atípico", apenas que no registro dos boletins de ocorrência das pessoas encaminhadas após a reunião da Comissão Agrária Nacional constatou-se, preliminarmente, a atipicidade de alguns fatos, sendo o BC mero ponto de partida para uma apuração. Existem outras ameaças que não foram registradas por opção pessoal das vítimas, as quais não deixaram representar, não fazendo o delegado juízo de valor sobre elas; 6) que as informações prestadas pela autoridade policial local **não devem ser usadas para corroborar o trecho**: "querido em contato com os reatos de população, a tentativa de manipulação das informações noticiadas à imprensa e órgãos públicos pelo Pêroco, e presidente de Associação...", sendo repudiável tal observação; 7) que a autoridade policial local, na ocasião, **estamos seu desejo e esperança no sentido de que o conflito agrário em Brejo Grande fosse resolvido de forma diplomática e civilizada**; 8) que o texto **reproduzido** no documento confeccionado, com referência às declarações do Delegado de Brejo Grande, **não corresponde à exatidão e integridade do que foi dito**, devendo-se fazer menção ao Inquérito instaurado para apurar a idade determinados fatos ensejadores de possíveis condutas graves (nesse ponto justificar as falhas no processo de tomada a termo).

Deve ainda o teor de tal documento constar na ata da próxima sessão de casa legislativa municipal, sob pena de serem tomadas as medidas legais cabíveis contra sua pessoa, inclusive ação de danos morais.

Na esperança de que o bom senso prevaleça e o requerimento seja atendido.

Atenciosamente,


Thiago Lancha-Carne de Araújo
 Autoridade Policial

Srmo. Sr.
 ACRÍDIO PESTOIA
 Presidente da Câmara de Vereadores do distrito de Brejo Grande-SE

ANEXO L

NÃO AO QUILOMBO

"As pessoas devem ser julgadas não pela cor da pele, mas pela essência do caráter".



LIBERDADE DE ESCOLHA


*Movimento em defesa do progresso,
do patrimônio e da propriedade
individual do povoado Brejão.*

**A COMUNIDADE NÃO QUER SER
QUILOMBOLA.**



RESPEITEM A DEMOCRACIA!!

ANEXO M


ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL &
CONFLITOS AGRÁRIOS

TERMO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007), às 10:00 horas, nesta cidade de Brejo Grande, na Escola Estadual Dr. Luiz Garcia, onde presente se achavam as seguintes autoridades:

- 01) DES. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO.
OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL.
- 02) DELJANIRO JONAS FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA.
- 03) JÚLIO CÉSAR PEREIRA TRAJANO DE SOUZA.
OUVIDOR AGRÁRIO ESTADUAL.
- 04) CARLOS ANTONIO DE SIQUEIRA FONTENELE
REPRESENTANTE DO INCRA.
- 05) RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA.
PROCURADOR DA REPÚBLICA.
- 06) ANA LÚCIA VIEIRA MENEZES - SECRETÁRIA/SECRETÁRIA DE
ESTADO DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL.
- 07) MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA SANTOS -DEPUTADA
ESTADUAL.
- 08) ROSIVAN MACHADO DA SILVA - JUÍZA DE DIREITO.
- 09) SAULO ARAGÃO - COORDENADOR ESTADUAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DA JUVENTUDE.
- 10) PEDRO NETO - COORDENADOR ESTADUAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.
- 11) ANTÔNIO BOMFIM - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
QUILOMBOLA SANTA CRUZ.

CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL & CONFLITOS AGRÁRIOS
PRAÇA FAUSTO CARDOSO, Nº 327, 4º ANDAR - EDIFÍCIO WALTER FRANCO
ARACAJU - SERGIPE.
CEP.: 49.014-090 - TEL. 79.3218.2460

ANEXO N

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
 Seção Judiciária de Sergipe
 2ª Vara

PROCESSO Nº 0801066-26.2014.4.05.85008.
CLASSE: AÇÃO CAUTELAR.
PARTES: ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE
 DE QUILOMBO DO BREJO DOS NEGROS.
 ANA CATARINA SANTOS MARTINS.

SENTENÇA TIPO "C" (Resolução nº 535/2006-CJF).

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. ILEGITIMIDADE ATIVA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

I - Trata-se de questão envolvendo decisório referente a efeitos de interdito proibitório versando sobre direito da União que, por consequência, pode vir ao encontro dos interesses de comunidade quilombola, por liberalidade daquele ente. Esta ação fora interposta com a finalidade de assegurar a ocupação, daquele agrupamento, nas terras em litígio.

II - Não há falar, assim, em legitimidade ativa da Comunidade "Brejo dos Negros" nos autos do interdito proibitório e, por conseguinte, não há falar em vício processual concernente na ausência de sua intimação ou citação naqueles autos nem no feito de n. 0800066-59.2012.4.05.85008.

III - Extinção do feito, sem resolução de mérito, a teor do art. 167, I e VI, c/c o art. 295, II, ambos do CPC.

1. RELATÓRIO.

Cuida-se de ação cautelar interposta pela Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Brejo dos Negros em face de Ana Catarina Santos Martins, objetivando, em sede de liminar, seja suspensa a antecipação de tutela que determinou a devolução das terras da Fazenda São Francisco a Sra. Ana Catarina dos Santos Martins.

Adm ter sido constituída no ano de 2006, registrada sob o nº 08.404.960/0001-29, no município de Brejo

ANEXO O

No perímetro descrito incidem imóveis registrados no Cartório de Registro e Imóveis Rurais da comarca da cidade de Pacatuba/SE: Fazenda São Francisco, com área de 69,90 ha, Registro Sob Matricula nº 550, Lv-2, proprietária **Ana Catarina Santos Martins**, CPF: 003.707.115-72; Fazenda São Francisco, com área 69,90 ha, Registro Sob Matricula nº 622, Lv-2, proprietária **Ana Cristina Góes Martins Araújo**, CPF: 587.445.845-04; Fazenda Ilha de Baixo, com área de 72,60 ha, Registro sob Matricula nº 394, Lv- 2-D, proprietário Espólio de Antonio Batista Sobrinho, CPF: 494.969.137-68; Fazenda Cajuípe, com área de 157,35,0 ha, Registro sob Matricula nº 623, Lv-2, proprietário Espólio Benito da Silva, CPF: 004.906.285-91; Fazenda Piaus, com área de 281,68 ha, Registro sob Matricula nº 632, Lv-2, de 20/10/2011, proprietário João Damasceno dos Santos, CPF: 067.720.645-34; Fazenda Alcina/São Francisco, com área não identificada, Registro sob Matricula nº 625, proprietária **Cristiane Góes Martins Araújo Farias**, CPF: 021.040.594-53; Fazenda Ilha da Mangabeiras, com área de 66,48 ha, Registro sob Matricula nº 625, Lv-2, proprietário Francisco José Pinheiro da Silva, CPF: 451.786.665-34; Fazenda Esperança/São Francisco, com área de 141,53 ha, Registro sob Matricula nº 461, Lv- 2, proprietário **Joan Góes Martins Filho**, CPF: 900.171.531-15; Fazenda Donita, com área de 278,8 ha, Registro sob Matricula nº 633, Lv-2, proprietário **João Góes Araújo**, CPF: 021.040.594-53; Fazenda São João/Batateiras, com área de 259,84 ha, Registro sob Matricula nº 634, Lv-2, proprietário **José Antônio Moraes Martins**, CPF: 480.991.125-04; Fazenda Ilha da Faísca, com área de 2,40 ha, Registro sob Matricula nº 163, Lv-2-D, proprietários Cláudia Maria Pinheiro Nunes Chagas, CPF:267.158.565-91, Carmem Luiza Pinheiro Nunes Menezes, CPF:375.601.825-34 e Alesandro Mardeno Pinheiro Nunes, CPF:590.399.495-49; Fazendas São Longuinho, com área de 141,70 ha e Esperança, com área de 141,53 ha, Registros Sob Matricula nº 635, Lv-RG-2 e Matricula nº 629, Lv-RG- 2, respectivamente, proprietário NORCON SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ: 13.015.151/0001-65; Fazenda Engenho Souza/Gleba A-5/Antiga Fazenda São Francisco, com área de 227,78 ha, Registro sob Matricula 636, Lv- RG-2, Fls. 01-v, proprietário **Manfredo Góes Martins**, CPF: 053.925.605-63; Fazenda Dois Anjos/São Francisco, com área de 152,07 ha, Registro sob Matricula nº 543, Lv-2, proprietário **Maria do Carmo Góes Martins Pinheiro**, CPF: 384.895.894-53; Fazenda Santa Ana/São Francisco, com área de 175,39 ha, Registro sob Matricula nº 637, Lv-RG 2, proprietário **Paulo Góes Martins**, CPF: 055.141.775-72; Fazenda São José/São Francisco - Capivara, com área de 240,10 ha, Registro sob Matricula

nº 638, Lv-2, proprietária **Patrícia Alves Martins**, CPF: 908.680.645-72; Fazenda São Francisco, com área não identificada, Registro sob Matricula nº 639, Lv-2, proprietário **Ricardo Góes Martins Araújo**, CPF: 275.961.255-49; Fazenda Alcina, com área não identificada, Registro sob Matricula nº 640, Lv-2, proprietário **Tânia Góes Martins Araújo Ribeiro**, CPF: 021.040.594-53; Fazenda São Sebastião, com área de 59,90 ha, Registro sob Matricula AV-3-525, proprietário Luis Justino Silva Filho, CPF: 980.414.605-34; Fazenda Julião, com área de 51,80 ha, Registro sob Matricula AV-1-789, propriedade Espólio de José Pedrosa de Carvalho, CPF: 061.657.29487; Fazenda Garatuba, com área de 145,63 ha, Registro Sob Matricula nº 430, Lv-2-E, fl, 14, de 16/01/07, proprietário Clayton Ferreira Bastos, CPF: 837.162.625-87; Fazenda Aningas, com área de 166,44 ha, Registro Matricula nº 429, fl, 13, Lv-2-E, de 16/01/07, proprietário Anderson Ferreira Bastos, CPF: 023.813.635-30; Fazenda São Francisco, com área de 209,52 ha, Registro sob Matricula 641, Lv-2, proprietário **Josan Góes Martins**, CPF: 003.707.115-72; Fazenda Alcina, antiga São Francisco, com área de 245,18 ha, Registro sob Matricula nº 624, proprietários **João Góes Araújo**, CPF: 021.040.594-53, **Tânia Martins Araújo Ribeiro**, CPF: 021.040.594-53, **Ricardo Góes Martins Araújo**, CPF: 275.961.255-49, **Ana Cristina Góes Martins Araújo**, CPF: 587.445.845-04, **Cristiane Góes Martins Araújo Farias**, CPF: 021.040.594-53 e **Carlos Eduardo Góes Martins Araújo**, CPF: 974.839.555-20; Fazenda Donita, com área de 273,87, Registro sob Matricula nº 630, proprietários **João Góes Araújo**, CPF: 021.040.594-53, **Tânia Martins Araújo Ribeiro**, CPF: 021.040.594-53, **Ricardo Góes Martins Araújo**, CPF: 275.961.255-49, **Ana Cristina Góes Martins Araújo**, CPF: 587.445.845-04, **Cristiane Góes Martins Araújo Farias**, CPF: 021.040.594-53 e **Carlos Eduardo Góes Martins Araújo**, CPF: 974.839.555-20; Fazenda Ilha do Arambipe, com área de 453,70 ha, Registro sob Matricula nº 349 livro 2-D, proprietário Ana Paula M. Gurgel Tenório, CPF: 242.701.135-53; Fazenda Batateira, com área de 469,09 ha, Registro sob Matricula nº 099, Lv-2 e Matricula nº 425, Lv-2, proprietários **José Antônio Góes Martins**, CPF:005.942.534-20 e **Carlos Henrique Moraes Martins**, CPF.518.031.785-15 - Imóvel desapropriado pelo INCRA/SE, processo administrativo nº 54370.001357/2005-49 - e, Fazenda Resina -Área da União, com área de 800,79 ha, Registro sob Matricula nº 592, livro-2, proprietária Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe, CNPJ 000.489.828/000-17 e, no Cartório de Registro de Imóveis Rurais da Comarca da Cidade de Neópolis: Fazenda do Raposo, com área de 142,10 ha, Registro sob Matricula nº 1.779, Lv-3, proprietário **Espólio de Antônio de Oliveira Machado**, CPF: 001.119.761-54 e Fazenda Parauna e Sabaru, com área de 105,8

ha, Registro sob R.3, Matricula nº 7.252, Lv-3-I, proprietários **Eraldo Machado de Lemos**, CPF: 004.073.057-34, **Mário Machado de Lemos**, CPF: 007.784.338-53, Livia de Lemos Campos Carvalho, CPF: 453.692.324-15 e Helena César Torres Melo, CPF: 419.107.374-53. Constataram-se ainda, nos limites do território demarcado os posseiros: **Maria Machado Farias e Francisco Machado Farias**, imóvel rural denominado de Sítio Farias; Wagner Brasileiro Rodrigues, imóvel denominado de Carrinhos e Valmir Lessa Lobo Santos, CPF: 067.996.554-87, imóvel denominado de Ilha do Sal e as seguintes ilhas: Ilha do Gato Preto, posseiro do Espólio de Antonio Batista Sobrinho, com cerca de 80 ha; Ilha da Mangabeira, posseiro Francisco José Pinheiro, CPF 451.786.665-34, com área de 60,90 ha; Ilha do Alípio, localizada no canal do rio Parapuca, posseiro não identificado; Ilha da Cruz ou Ilha da Zezé, posseiro (s) Maria José Carmo Teixeira e/ou Lindinalva Carmo da Silva Souza, com área não identificada; Ilha do Crioulo ou Belo Vista, posseiro Ricardo Almeida Fraga, área não identificada; Ilha dos Porcos ou da Mamona, posseiro Wagner Brasileiro Rodrigues, área não identificada; Ilha Barra Nova, posseiro Ricardo Gomes, área não identificada; Ilha da Costinha, posseiro Hugo Brasil, área não identificada; Ilha do feijão, posseiro não identificado; Ilha da Fásca, posseiro José Cláudio Rezende Nunes, CPF: 023.301.350-97, área não identificada; Ilha do Sal, posseiro Valmir Lessa Lobo Santos, área não identificada; Ilha do Anão, posseiro não identificado; Ilha do Algodão, posseiro não identificado; Ilha do Capim, posseiro não identificado; Ilha do Mutante, posseiro senhor Manoel, área não identificada; Ilha Terra da Lua, posseiro Antonio David Rocha dos Santos, área não identificada; Ilha do Flamengo, posseiro Manoel Messias dos Santos, área não identificada; Ilha do Lobato ou Ilha da Raposa, posseiro senhor Neca, área não identificada; Ilha do Funil, posseiro senhor Etinho do Guincho, área não identificada; Ilha do Arrombado, posseiro não identificado e Ilha do Sono, posseiro Alberto Campos Guimarães, área não identificada... O Processo Administrativo nº 54370.000952/2006-48, em cujos autos se processa o feito, estará à disposição dos interessados para consulta. (DOU/DOE).